

FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA

**PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR –
DE MOMENTOS A TRAJETÓRIAS: profissionalização,
profissionalidade e autonomia profissional –
Uberabinha (1907-1929)**

**Uberlândia
2009**

FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA

**PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR –
DE MOMENTOS A TRAJETÓRIAS: profissionalização,
profissionalidade e autonomia profissional –
Uberabinha (1907-1929)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

**Uberlândia
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658p Vieira, Flávio César Freitas, 1961-
 Profissionalismos do professor - De momentos a trajetórias:
 profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional - Uberabinha
 (1907-1929) / Flávio César Freitas Vieira. - 2009.
 272 f. : il.

 Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
 Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
 ma de Pós-Graduação em Educação.

 Inclui bibliografia.

 1. Professores - Atitudes - Teses. 2. Professores - Formação - Teses. 3.
 Professores – Uberabinha – Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 Educação. III. Título.

CDU: 371.15

FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA

**PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR –
DE MOMENTOS A TRAJETÓRIAS: profissionalização, profissionalidade e
autonomia profissional – Uberabinha (1907-1929)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Uberlândia, 20 de agosto de 2009

Banca examinadora

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU
(Orientador)

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães – Universidade de Lisboa/UL
(Membro Efetivo Externo)

Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza – UNESP/Araraquara
(Membro Efetivo Externo)

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – UFU
(Membro Efetivo do Programa)

Profa. Dra. Selva Guimarães Fonseca – UFU
(Membro Efetivo do Programa)

A minha querida esposa e filhos,
pela compreensão, carinho e amor.

Meu muito obrigado:

Em primeiro lugar, a Deus pela dádiva da vida e da Luz que iluminou meu coração.

Ao meu orientador que com sabedoria mostrou o caminho, a medida e intensidade dos passos para obter o final dessa caminhada.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Selva, Geraldo, Sandra, Décio, Guido, Haroldo, Carlos Henrique e aos colegas de turma Carlos Edinei, Gisele, Michelle, Admário, Lázara, Guilherme, Elenita, Ivanna, e Liliane,

e os colegas de trabalho Gianni e James, Rosane, Carlos, Cláudia com os quais vivenciei, por cerca de quatro anos, o ampliar do conhecimento em leituras, discussões, nas salas de aula, nos corredores, nas secretarias, nos eventos...

Aos membros da equipe do Arquivo Público Municipal de Uberlândia com os quais dividi horas em pesquisas nos documentos em papéis amarelados e quebradiços...

Aos familiares do professor Jerônimo Arantes, Delvar Arantes e Paulo Carrara, do professor Antonino Martins da Silva, Janice e Marco Túlio.

A todos os colegas de trabalho da PROEX, e aos que mais de perto vivenciaram com estímulo e apoio: Zoraide, João Bôsko, Roberto Silvestre, Luciane, e aos professores Gabriel, Gercina, Alberto e Geni.

A meus queridos, que além do apoio e compreensão contribuíram para atingir o resultado final desta tese. A Noemi pelo trabalho de revisão na normalização técnica e correção ortográfica. Ao Estêvão e a Flávia pelo apoio na produção do abstract e na edição das fotos utilizadas. A todos meu muito obrigado.

“Um homem é literalmente aquilo que
ele pensa, sendo seu caráter a soma
completa de todos os seus pensamentos”

James Allen

RESUMO

Esta tese apresenta o resultado da pesquisa documental com a elaboração de uma análise sobre os diversos profissionalismos constituídos nas trajetórias de profissionais da educação, professores municipais de Uberabinha, cidade situada ao norte da região do Triângulo Mineiro do estado de Minas Gerais, Brasil, durante a Primeira República. A mesma está vinculada a Linha de Pesquisa *História e Historiografia da Educação* do Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa tem por foco a identidade e a profissão do professor, e por fundamentação teórica autores das áreas de conhecimento: educação, história da educação, história, sociologia e direito constitucional. Os objetivos foram: estabelecer análise na constituição dos diversos profissionalismos do professor em sua atuação profissional na educação, numa relação sistêmica entre as forças estruturantes – profissionalidade e profissionalização –, que resulta na delimitação da autonomia profissional, entrecruzadas pelas dimensões tempo e espaço e pelas ideias pedagógicas circulantes, tanto na formação quanto na atuação profissional, gerando profissionalismos dos tipos responsável, competente, associado e prático; compreender a atuação profissional do professor pela composição da trajetória dos seus profissionalismos, constituída de momentos e intervalos; identificar os diversos profissionalismos da professora Alice da Silva Paes e do professor Jerônimo Arantes, em suas atuações profissionais de professores municipais à frente da Escola Municipal Noturna de ensino primário para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, no ano de 1924, 1925 e 1926, projetando a suas respectivas trajetórias profissionais no ensino em Uberabinha, entre os anos 1907 a 1929. As fontes primárias utilizadas foram: jornais; revistas; documentos oficiais; atas; relatórios; leis municipais da Câmara Municipal de Uberabinha; documentos escolares; relatórios da inspetoria escolar municipal; fotos; entre outros, além do aporte necessário da legislação educacional oriunda dos governos municipal, estadual e federal, no período enfocado. Foram utilizadas fontes históricas secundárias produzidas por historiadores acadêmicos e não acadêmicos locais, com o propósito se contrapor informações e tecer conexão para a narrativa histórica. Os resultados obtidos foram a compreensão sistêmica do profissionalismo da profissão do professor. Da professora Alice Paes, que exerceu seu momento profissional em 1924 na esfera municipal, à frente da *Escola Noturna Municipal*, foram identificados os profissionalismos associado e competente restrito, tendo uma autonomia profissional resultante entre as dimensões da profissionalidade e as categorias da profissionalização nutridas pelo eixo das ideias pedagógicas tradicional, positivista, laica e confessional, em fundamentos no ensino intuitivo do método ativo irradiado pelo movimento da Escola Nova. A identificação dos profissionalismos do professor Jerônimo Arantes, de 1925, 1926 e início de 1927, resulta nos tipos associado e competente pleno, à frente da *Escola Noturna Municipal* para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos.

Palavras-Chave: Educação. Uberabinha. Profissionalismo. Profissionalização. Profissionalidade. Professores.

ABSTRACT

This thesis presents the result of a documentary research with the elaboration of an analysis on the diverse professionalisms consisting in the trajectories of education professionals, municipal teachers of Uberabinha, city situated in the north of Triângulo Mineiro region of the state of Minas Gerais, Brazil, during the First Republic. The same one is connected to the line of research History and Historiography of the Education of the Doctoring in Education of the Program of Post-Graduation in Education of the College of Education (FACED) of the Federal University of Uberlândia (UFU). Research's focus is the identity and the teacher profession, and for theoretical bases authors of the knowledge areas: education, history of the education, history, sociology and constitutional law. The objectives were to establish analysis in the constitution of the teacher diverse professionalisms in his education professional performance, in a systemic relation between the structuring forces - professionalism and professionalization -, that results in the delimitation of the professional autonomy, intercrossed for the dimensions time and space and the circulating pedagogical ideas, as much in the formation as in the professional performance, engendering professionalisms of the responsible, competent, associate and practical types; to comprehend the professional performance of the teacher through the trajectory composition of his professionalisms, consisting of moments and intervals; to identify the diverse professionalisms of teacher Alice da Silva Paes and teacher Jerônimo Arantes, in their professional performances as municipal teachers in regency of the Nocturnal Municipal School of primary education for pupils/workers older than sixteen years-old, in the years of 1924, 1925 and 1926, projecting their respective professional trajectories in Uberabinha's education, between 1907 and 1929. The primary sources used were: periodicals; magazines; official documents; proceedings; reports; municipal laws of Uberabinha City Council; school's documents; municipal's school inspection reports; photos; among others, beyond of necessary support of educational legislation derived of municipal, state and federal governments, in the focused period. Secondary historical sources produced by academic historians and local non-academic historians were used, with the purpose to oppose information and to web connections for the historical narrative. The obtained results were the systemic comprehension of the teacher's profession professionalism. About teacher Alice Paes, who exerted her professional moment in 1924 in the municipal sphere, in the regency of the Municipal Nocturnal School, it had been identified the associated and competent restricted professionalisms, having a resultant professional autonomy between the dimensions of professionalism and the categories of the professionalization nourished by the axle of pedagogical traditional ideas, positivist, laic and confessional, in bases in the intuitive teaching of active method radiated by the New School movement. Teacher Jerônimo Arantes professionalisms identification, of 1925, 1926 and beginning of 1927, results in the associated types and full competent, in the regency of the Municipal Nocturnal School for the pupils/workers older than sixteen years.

Key words: Education. Uberabinha. Professionalism. Professionalization. Professionality. Teachers.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Professor municipal Eduardo José Bernardes (1892-1894)	109
Figura 2 - Página da Ata do Exame do primeiro professor da Escola Pública Municipal de São Pedro de Uberabinha (9 de abril de 1892)	110
Figura 3 - Professores do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão – Uberabinha – 1915	173
Figura 4 - Professora Alice da Silva Paes	175
Figura 5 - Prédio do Liceu de Humanidade e da Escola Normal de Campos dos Goytacazes	189
Figura 6 - Alunos e professores em frente do prédio do Colégio Bandeira em Uberabinha – 14 de abril de 1907	209
Figura 7 - Jerônimo Arantes aos 25 anos – 1917	211
Figura 8 - Professor Jerônimo Arantes, professora auxiliar e alunos no pátio do “Colégio Amor às Letras” – 1919	213
Figura 9 - Jerônimo Arantes – 1941	215

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ordenados dos Professores Públicos de Uberabinha (1892-1926)	135
Gráfico 2 - Demonstrativo do número de alunos matriculados, frequentes e de percentual de frequência na Escola Noturna Municipal – 1924	191
Gráfico 3 - Demonstrativo do número de alunos matriculados, frequentes, e de percentual de frequência na Escola Noturna Municipal – 1925	231
Gráfico 4 - Demonstrativo do número de alunos matriculados, frequentes e percentual de frequência na Escola Noturna Municipal – 1926	235
Gráfico 5 - Demonstrativo do número de alunos frequentes, percentual de frequência em dias específicos da visita do Inspetor Escolar Municipal à Escola Noturna Municipal – 1926	236

QUADROS

Quadro 1 - Movimento das Escolas Municipais durante o mês de Junho de 1925	225
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Professores das Escolas Primárias Isoladas Estaduais por sexo e seus professores(as) – Uberabinha – 1922	176
Tabela 2 - Demonstração das Leis Orçamentárias da CMU e Subvenção ao Colégio N. S. da Conceição – Exercícios Financeiros de 1919 a 1923.	182
Tabela 3 - ANEXO 1 - Retrospecto - Resultado dos exames das escolas municipais e dos estabelecimentos subvencionados pela Câmara de Uberabinha - 1924.	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJA	Acervo Jerônimo Arantes
ANPUH	Associação Nacional de Pesquisadores em História
APU	Arquivo Público de Uberaba
ArPU	Arquivo Público de Uberlândia
CDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História - INHIS - UFU
CMU	Câmara Municipal de Uberabinha/Uberlândia
EDUC	Editora da PUC-SP
EDUFU	Editora da Universidade Federal de Uberlândia
EDUSC	Editora da Universidade do Sagrado Coração
EDUSP	Editora da Universidade Estadual de São Paulo
f	Frente
FACED	Faculdade de Educação
HISTEDBR	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação – UNICAMP
IAT	Instituto de Artes do Triângulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
INHIS	Instituto de História – UFU
ISEF	Instituto Superior de Educação Física – UTL
NEPHE	Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação FACED – UFU
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Partido Republicano
PRM	Partido Republicano Mineiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UTL	Universidade Técnica de Lisboa
v	Verso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I PROFISSIONALISMOS DA PROFISSÃO DE PROFESSOR: fundamentos teóricos da pesquisa documental na História da Educação.....	43
1.1 Profissionaisismos do professor e os campos de investigação da História e da História da Educação.....	44
1.2 Configuração do profissionalismo do professor na educação.....	53
1.3 Constituição da profissionalização da profissão de professor na educação.....	65
1.4 Configuração da profissionalidade do professor na educação....	79
1.4.1 Obrigação Moral na profissionalidade do professor.....	84
1.4.2 Compromisso com a comunidade na profissionalidade do professor.....	85
1.4.3 Competência profissional na profissionalidade do professor.....	88
CAPÍTULO II PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR MUNICIPAL EM UBERABINHA: cenários de permanências e mudanças.....	91
2.1 Construção teórica do cenário educacional municipal.....	92
2.2 Constituição do suporte legal do Estado de Minas Gerais e do município de São Pedro de Uberabinha.....	98
2.2.1 Profissionalização em Uberabinha na transição do Império à República.....	103
2.2.1.1 Primeiro Momento: constituição do perfil profissional do professor municipal.....	107
2.2.1.2 Segundo Momento: consolidação do perfil do professor municipal.....	117
2.2.1.3 Terceiro Momento: atualização do perfil do professor municipal.....	121
CAPÍTULO III TRAJETÓRIAS DE PROFISSIONALISMOS: momentos, intervalos e autonomia profissional.....	139
3.1 Autonomia do professor na constituição dos diversos profissionaisismos.....	140
3.2 Intervalos e momentos na trajetória dos profissionaisismos do professor.....	153

3.3	Profissionalismos do professor em sua prática habitual de ensinar.....	165
CAPÍTULO IV	PROFISSIONALISMOS DA PROFESSORA ALICE DA SILVA PAES NO ENSINO PRIMÁRIO EM UBERABINHA (1915-1929).....	171
CAPÍTULO V	PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR JERÔNIMO ARANTES EM UBERABINHA (1907 a 1926).....	207
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
	FONTES.....	251
	REFERÊNCIAS.....	259

INTRODUÇÃO

A caminhada percorrida para se chegar ao presente texto me faz pensar nos argumentos que sustentam a abordagem desta pesquisa intitulada: “PROFISSIONALISMOS DE PROFESSORES - DE MOMENTOS A TRAJETÓRIAS: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional – Uberabinha (1907-1929)”, a qual tem por tema os diversos profissionalismos constituídos durante o percurso das trajetórias profissionais de professores, no ato habitual de ensinar. Estas trajetórias têm início em um determinado momento, situado no tempo e espaço. Esse momento passa a se constituir marco inicial encadeando outros sucessivos e concomitantes momentos dessa atuação profissional. Tais momentos e trajetórias são nutridos pela influência de ideias pedagógicas circulantes tanto na formação quanto na atuação profissional.

Esta tese foi assim intitulada após considerar os argumentos de Inácio Filho sobre tecer o título abarcando critérios de originalidade, de importância, de viabilidade e de conhecimento do assunto¹. Quanto à originalidade e o conhecimento deste tema, argumento com base nas primeiras investigações acadêmicas que me permitiram conhecer fundamentos teórico-metodológicos na área da História da Educação. Surgiu, assim, afinidade em desenvolver pesquisas sobre a temática da educação e da identidade do professor. O contato e manuseio com as fontes, com as teorias, nos debates desenvolvidos no Núcleo de Estudos e Pesquisa de História e Historiografia da Educação (NEPHE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e em outras instituições de ensino e pesquisa abarcaram uma produção na área que se enquadra dentro das características da *Terceira Vertente*² da produção de trabalhos da História da Educação, os quais foram realizados, na maioria, pela ótica teórica da Nova História Cultural.

Vidal e Faria Filho definem a existência de três vertentes: a primeira a partir da tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB); a segunda, a partir da produção que emana das escolas normais; e a terceira vertente na produção científica, caracterizada por utilizar e ampliar a base das fontes documentais em trabalhos elaborados após o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Nas

¹ INÁCIO FILHO, Geraldo. *A monografia na Universidade*. Campinas-SP: Papirus, 1995. p. 51-53.

² Cf. VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Revista Brasileira de História*, Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

últimas décadas, esta produção foi intensificada com a constituição de instituições científicas e grupos de pesquisa que contribuíram para a sustentação teórico-metodológica do campo da História da Educação.

Neste sentido, a presente pesquisa busca avançar no conhecimento sobre os múltiplos profissionalismos de professores locais, e é inevitável surgir questões como: quais professores? Onde os mesmos atuaram? Quais foram os profissionalismos identificados para os mesmos? Para responder essas questões foi necessário identificar elementos e fatores que constituíram o palco, o cenário com as suas constantes mudanças³, bem como os atores principais: a professora Alice Paes e o professor Jerônimo Arantes em suas atuações profissionais na função de professores públicos municipais em Uberabinha, durante a Primeira República.

Diante da polissemia de conceitos circulantes na academia sobre as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa, fruto de distintas perspectivas estabelecidas por base histórica, sociológica e psicológica para um mesmo objeto de estudo, empenhei esforços para melhor compreender e identificar as relações, os agentes, os fatores, os elementos constituintes na temática da identidade profissional do professor, e principalmente, na temática do profissionalismo do professor, numa teia interdisciplinar.

Os autores utilizados na fundamentação teórica deste trabalho são: Costa; Popkewitz; Gil Villa; Esteve; Andy Hargreaves; Contreras; Imbernón que discutem sobre a identidade docente e sobre as categorias profissionalismo, profissionalidade, profissionalização e autonomia docente. Os argumentos de Coelho contribuem para análise crítica sobre o desenvolvimento das profissões liberais no Brasil no século XIX. Magalhães contribui para analisar a multidimensionalidade e multifatorialidade na dinâmica das instituições educativas. Veiga, Araújo, bem como Fonseca, contribuem com argumentos sobre a atuação do professor em sua prática docente. Com respeito à produção científica na área da história e historiografia da educação sobre Uberabinha/Uberlândia e o Triângulo Mineiro contou-se com Araújo, Inácio Filho, Gonçalves Neto, Borges, Carvalho, Gatti Júnior, Lima, entre outros.

³ Cf. ESTEVE, José Manuel. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC, 1999. O autor realiza um exercício de comparação entre a atuação de atores e de professores, em que os primeiros, diante da apresentação de um texto da peça intitulada “A vida é sonho”, atuam centrados e presos em suas performances e em suas falas, sendo envolvidos em um contínuo processo de substituição de cenários que geram risos na plateia e constrangimentos aos atores cientes dos descompassos com suas falas. Os professores, assim, podem se assemelhar a esses atores em sua atuação profissional, envoltos em cenários que se modificam constantemente, porém insistem em um discurso inflexível em vista da dinâmica do momento. Dessa forma, o mal-estar docente é causado pela angústia em decidir entre manter o discurso, que não mais se adequa ao cenário que foi alterado, ou ceder e atualizar-se.

Entre as categorias de análise encontra-se o profissionalismo do professor, sendo este o processo sistêmico de identificação do caráter profissional no exercício habitual de ensinar. Esta categoria é fundamental para melhor compreender a identidade da profissão do professor, tendo por foco a constituição dos seus elementos, dos momentos e das trajetórias profissionais dos professores municipais em análise.

O profissionalismo é sistêmico e resulta da tensão interna das forças estruturantes – a profissionalização e a profissionalidade – sobre a autonomia do professor em um determinado tempo e espaço. Esse sistema, exteriorizado por meio da análise, pode identificar distintos momentos de profissionalismos do professor, diante de contexto instável, principalmente em razão da influência de ideias pedagógicas que circularam tanto na formação quanto na atuação dos professores.

Nesse sistema há a possibilidade de ser obtida a constituição de diversos profissionalismos que definem o modo de ser do professor. Os elementos constituintes das forças estruturantes do profissionalismo atuam sobre a autonomia profissional do professor e promovem uma tensão modeladora do caráter desse profissional.

Valido o raciocínio de que um mesmo significante – profissionalismo – pode ter distintos significados para indivíduos de um grupo social, ou para grupos sociais de uma determinada sociedade, que podem viver no mesmo tempo em locais distintos, ou viver no mesmo local, porém separados por uma faixa de tempo. Isto é possível. E, ao associar esses possíveis distintos significados ao profissionalismo do professor, compreender-se-á que se pode flexibilizar entendimentos sobre o caráter deste profissional da educação atrelados à expectativa que se tem sobre a atuação do professor circunstanciada pela dimensão tempo-espaço e de ideias pedagógicas circulantes.

Considero que as categorias profissionalização e profissionalidade devam ser identificadas com as funções de forças estruturantes do profissionalismo. Essa constituição entre estas categorias já havia sido estabelecida no texto dissertativo intitulado *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*⁴. Entretanto, à época, o foco principal fora a busca e a identificação de uma das forças estruturantes: a profissionalização do professor municipal com base na legislação local, de 1892 a 1930. Naquele momento, ainda persistia a perspectiva de uma relação mecânica entre as três categorias relacionadas ao profissionalismo. O resultado obtido nesta oportunidade foi a

⁴ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas. *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 115-186.

identificação de três momentos da profissionalização do professor municipal: o primeiro, a constituição (1892-1899); o segundo, a consolidação (1899-1922); e o terceiro, a atualização do perfil profissional do professor em Uberabinha/Uberlândia (1923-1930).

Aqui pontuo a importância e a viabilidade do tema, ao lado da originalidade e conhecimento, diante do desafio agora assumido que é o de avançar e ampliar o foco sobre a relação entre as três principais categorias dessa profissão, e estabelecer uma relação sistêmica associada à autonomia profissional do professor. Tangencio a questão da polissemia de significados sobre as categorias envolvidas, o que ressalta uma das dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da pesquisa, por ser necessário investir no aprofundamento dessa relação.

Os conceitos atribuídos às categorias de análise, profissionalismo, profissionalização e profissionalidade, são maleáveis e com uma base teórica ora divergente, ora convergente. Há argumentos advindos da perspectiva fundamentada no estrutural-funcionalismo que fixou conceitos e não respeitou a realidade de uma sociedade que vivencia constantes e efervescentes reconfigurações, tanto materiais quanto nas ideias⁵. Outros provêm dos interacionistas simbólicos, cujo foco está na hierarquização de função e na divisão moral do trabalho⁶. Há críticas às perspectivas anteriores, que entendem como ação os princípios políticos e econômicos de grupos interessados tanto no controle de mercado, quanto nas condições de trabalho⁷. Em convergência, há nessa vertente o entendimento que os conceitos são modelados com novos significados em coerência com as mudanças ocorridas no interior da sociedade, principalmente, a capitalista.

Na contextualização histórica de São Pedro de Uberabinha faço referência à passagem de nomes da cidade ocorrida do século XIX para o século XX, em que a primeira designação fora estabelecida pelo decreto-lei Provincial de Minas Gerais n. 4.643, de 31 de agosto de 1888, e posteriormente, substituído pelo governo estadual mineiro com a nova denominação, Uberlândia, pela Lei Estadual n. 1.128, de 19 de outubro de 1929. Tal fato assim foi noticiado na imprensa local: “vimos com grande satisfação entrar em vigor, no dia 02 do corrente mez, - Uberlândia, novo e lindo nome com que o Congresso do Estado, este anno, classificou a nossa estimada e querida cidade mineira, hontem se chamou, Uberabinha”⁸.

⁵ Cf. FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EDUSP, 1998.

⁶ Cf. SÁ, Patrícia Teixeira de. *A socialização profissional de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 38; FREIDSON, Eliot. Op. cit.

⁷ Cf. SÁ, Patrícia. Op. cit., p. 9.

⁸ A TRIBUNA. Uberabinha, anno XI, n. 474, p. 1, 8 dez 1929.

Esse município surgido no ocaso do Império por sesmeiros e geralistas se desenvolveu sob os princípios republicanos e se tornou um importante entreposto comercial do país, e atualmente, ocupa a posição de segunda maior cidade do interior no país, na qual se concentram diversas atividades econômicas e onde se encontra o maior centro atacadista da América do Sul.

Entretanto, durante a Primeira República o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Uberabinha evidenciou-se lento e constante. Entre a segunda e a terceira décadas do século XX, a mesma ocupou o último lugar entre sete cidades mais desenvolvidas no aspecto socioeconômico da região do Triângulo Mineiro, atrás de Uberaba, Araguari, Frutal, Araxá, Sacramento e Patrocínio, em que a primeira destas cidades arrecadou cerca de 2:429\$515 contos de réis, enquanto Uberabinha arrecadará cerca de 204\$561 réis⁹.

No início desse período verifica-se a existência de um forte empenho por parte da sociedade e do governo local para a instalação de estradas e escolas, o que contribuiu para alavancar o desenvolvimento que se reflete até os nossos dias, conquistar melhorias em seu desenvolvimento socioeconômico e cultural, entre as principais cidades da região do Triângulo Mineiro. Nos anos de 1930 e 1940 esta cidade se firmaria entre as principais do Triângulo Mineiro, com um forte processo de escolarização empreendido, associado ao estabelecimento da infra-estrutura de estradas de ferro e de rodagem, consolidando o perfil de entreposto comercial e contribuindo para acender do sétimo para o primeiro lugar entre as cidades dessa região¹⁰.

Todavia, neste cenário em constante desenvolvimento, a profissão do professor municipal manifestou uma distinção, tanto nos aspectos da profissionalização quanto na constituição dos diversos profissionalismos desse profissional. Considero a profissionalização do professor uma das forças estruturantes do profissionalismo, a qual contribui para constituir a identidade da profissão no âmbito histórico, externo ao profissional, e hierárquico, por estabelecer preponderância de complexidade do posterior sobre o anterior, na busca de responder aos anseios da sociedade em seu contexto. Sendo a profissionalização externa, hierárquica e histórica, esta imprime uma tensão sobre o processo de controle da autonomia do professor e estabelece demarcações nas dimensões de: reconhecimento público no

⁹ Cf. SOARES, Beatriz R. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. 1995. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1995. p. 67.

¹⁰ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique. *Movimentos educacionais em Uberabinha: entusiasmo educacional e otimismo pedagógico (1919-1930)*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA, 5., 20 a 24 ago. 2001. Campinas-SP, Faculdade de Educação, UNICAMP. *Anais...* Campinas-SP: UNICAMP, 2001. (1 CD ROM).

exercício da profissão; o suporte legal com os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas; a necessária formação específica em estabelecimento especializado; e o estímulo à participação em grupos, ou associações, ou organizações, e/ou instituições nucleadas por profissionais e/ou agentes envolvidos na profissão de professor, bem como nas que este seja reconhecido como membro da sociedade e que desenvolva atividades nas áreas da educação, cultura e da intelectualidade. Tal definição está fundamentada nos argumentos de Nóvoa¹¹.

A contribuição da profissionalização para a composição dos profissionalismos será abordada com maior profundidade no presente texto em conjunto com as demais categorias. O que se pode antecipar, sinteticamente, são os resultados obtidos sobre o desenvolvimento da profissionalização dos professores municipais em Uberabinha com base na legislação educacional, entre 1892 e 1930, período no qual fora possível identificar a configuração de três momentos da profissionalização do professor municipal, num contexto de desenvolvimento lento e contínuo no âmbito socioeconômico e cultural. O Primeiro Momento (1892 a 1899) se caracteriza por ser o início da constituição do perfil do professor municipal. O Segundo Momento (1899 a 1922) se caracteriza por ser oscilante e refratário na consolidação do perfil profissional do professor municipal, em comparação à legislação educacional do Estado de Minas Gerais. O Terceiro Momento (1923 a 1930) manifestou o empenho para que ocorresse uma atualização do perfil do professor municipal em aproximação ao perfil do professor estadual¹².

O Primeiro Momento, o da constituição do perfil da profissionalização do professor municipal (1892 a 1899) fundamentou-se, principalmente, com base na Lei n. 1, de 22 de abril de 1892, que dispõe sobre a instrução pública municipal, a Lei n. 2, de 16 de junho de 1892¹³, e o Regulamento Externo, de 9 de março de 1896, que trata do regulamento escolar do Município de Uberabinha¹⁴.

No Segundo Momento (1899 a 1922), a Lei n. 15, de 8 de junho de 1899, validou o perfil do professor municipal elaborado no momento anterior e o manteve refratário até o final de 1922. Por quase 25 anos o perfil do professor municipal conservou-se o mesmo diante das constantes alterações ocorridas tanto na esfera federal, em que há constantes avanços, como também na esfera estadual. Nesta última há uma intensa produção de novas orientações e

¹¹ Cf. NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991.

¹² Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas. *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 145-179.

¹³ Cf. Ibidem, p. 115-144.

¹⁴ ARANTES, Jerônimo. Regulamento Externo. Regulamento Escolar do Município de Uberabinha. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberabinha, 9 mar. 1896. (AJA)

normalizações a favor da profissionalização do professor estadual para exercício da profissão nas escolas públicas mineiras, e exigem cada vez mais um conjunto de conhecimentos e de técnicas necessárias ao exercício dessa profissão, associado à atualização contextualizada de valores éticos e de normas para reger as relações dessa profissão. Tais requisitos estão em conformidade com os argumentos de Nóvoa quanto às duas dimensões que fazem parte das Categorias discutidas pelo autor, a saber: constituição de um conjunto de conhecimentos e técnicas necessárias ao exercício qualificado da função do professor, bem como do conjunto de valores éticos e normas que possam reger as relações no cotidiano educativo, tanto do exterior, como do interior da sala de aula¹⁵.

Na esfera municipal, nesse mesmo período, houve uma estagnação quanto à legislação no que concerne à atualização do processo de profissionalização do professor, sendo assim possível ser denominado de momento de consolidação do perfil de professor em Uberabinha. Ainda nesse período verificou-se a manifestação de uma intensa vida no interior da sociedade uberabinhense, inclusive na área educacional. A exemplo, na esfera pública estadual ocorreu a instalação do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1915¹⁶, e na esfera privada, o surgimento de dezenas de instituições educativas tanto do ensino primário, quanto do secundário.

Nas várias legislaturas da Câmara Municipal de Uberabinha (CMU), os vereadores e os seus respectivos Agentes Executivos, em sua maioria, priorizaram politicamente outros assuntos em detrimento da valorização deste profissional da educação da instrução pública primária no município. Preteriram a melhoria e a valorização de um dos elementos do fazer/dizer do processo instituinte¹⁷ das instituições educativas públicas de ensino municipal, o professor, e por assim agirem, ofertaram à população uma educação municipal oscilante, subvencionadora às instituições privadas e com erguimento das instituições públicas estaduais.

A população do município de Uberabinha crescia em número de habitantes a cada ano, e lentamente se urbanizava. Tal perspectiva convergiu com a proposta de responsabilizar a iniciativa estadual e privada para o fortalecimento do ensino primário local, a qual foi intensamente debatida e dada por vitoriosa nos anos de 1908 nas sessões da Câmara

¹⁵ Cf. NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 16-18.

¹⁶ CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. *A configuração do grupo escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG, 1911-1929)*. 2002. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

¹⁷ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 66.

Municipal de Uberabinha. Em decorrência disso, o Padre Pio Dantas Barboza pediu exoneração do cargo de vereador e vice-presidente da Câmara Municipal ao ser constrangido publicamente pelo presidente da Câmara Municipal, o Sr. Alexandre Marquez, para falar com mais calma diante de exaltação que o mesmo manifestou ao ser contrário à possibilidade de ser aprovada a proposta do vereador José Severiano Rodrigues da Cunha de que o novo regulamento estadual escolar fosse adotado pelo município de Uberabinha¹⁸.

Constrangidos, porém não menos persistentes, nos anos de 1910 que se seguiram até o início do ano de 1923, a determinação da Câmara Municipal de Uberabinha de fato contribuiu para fortalecer esse argumento, de uma passividade proposital por parte do governo municipal em esvaziar discussões com propostas de atualizações sobre a profissionalização do professor municipal, por buscar tanto o padrão como os recursos junto ao governo estadual para que o mesmo assumisse tanto o encargo desse profissional, como também a maior parte do desenvolvimento educacional do município. Entre a aprovação da Lei n. 15, de 16 de junho de 1899¹⁹ e da Lei n. 278, de 23 de março de 1923²⁰, doze outras leis na área educacional foram elaboradas e aprovadas pela CMU. Dentre estas, a que mais se aproximou do tema da profissionalização do professor municipal foi a Lei n. 190, de 5 de fevereiro de 1917²¹, que com dois artigos estabeleceu a redistribuição da verba que custeava quatro professores rurais e um professor distrital, para sustentar o projeto de subvenção a dez escolas particulares rurais, visando manter gratuitamente, em média, vinte alunos pobres em cada uma destas.

O Terceiro Momento da Profissionalização do professor municipal tem início com a elaboração e aprovação da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, que dispõe sobre uma ampla reforma no processo educacional municipal, visando atualizar a legislação educacional com as discussões já processadas nas esferas estadual e federal. Insere-se também, neste momento, a Lei revisora n. 317, de 28 de junho de 1924, que efetivou alteração sobre os prêmios aos professores estabelecidos pela Lei 278. O professor municipal no final dos anos de 1920 identifica-se com o perfil de possuir competência técnica e normas éticas, bem como de status social com uma determinada garantia de retribuição financeira, estipulada pelo governo municipal, valorizado o título de normalista, em convergência às orientações advindas da

¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 1ª sessão da 4ª reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 14 dez 1908*. Uberabinha, 1908. Livro 8, p. 97f-99f.

¹⁹ Lei n. 15, de 16 de junho de 1899. Regulamento Escolar.

²⁰ Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Reforma educacional com a instalação de sete escolas rurais e uma escola noturna urbana para o ensino primário no município de Uberabinha.

²¹ Lei n. 190, de 5 de fevereiro de 1917. Esta lei redistribui a verba destinada aos professores rurais. (cf. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei: Leis de ns. 32 a 220, 1903 a 1919*, Uberabinha, Typographia Popular, 1919. p. 178)

legislação estadual, como também a autorização para funcionar, além de sete escolas rurais, uma Escola Noturna Municipal na cidade.

Essa trajetória da profissionalização do professor municipal em Uberabinha será um fio condutor utilizado para mostrar o cenário que terá por foco os profissionalismos dos professores municipais. Nessa perspectiva, busca-se compreender os momentos e trajetórias de diversos profissionalismos da professora Alice Paes e do professor Jerônimo Arantes.

A profissionalidade do professor, como aqui defendo, é uma das duas forças estruturantes da identidade do professor que se caracteriza por nutrir ideologicamente o estímulo à autonomia profissional, por dimensões norteadoras de princípios e de valores com respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e a competência profissional, a qual contribui para a constante renovação do caráter profissional do professor. Esta definição está alicerçada em Contreras²².

A autonomia profissional do professor é a faculdade que este requer para desenvolver seu trabalho de ensino na área educacional, caracterizada por ser relativa e necessitar de liberdade, criatividade e iniciativa na busca de promover soluções aos problemas existentes que dificultam o processo de ensino-aprendizagem com alunos, dentro de um contexto estabelecido na sociedade. Com base em Contreras, a autonomia é composta de elementos dinâmicos: independência de juízo; constituição de identidade no contexto das relações; distanciamento crítico; ciência da parcialidade nas compreensões dos outros; qualidade da relação com os outros e compreensão da própria identidade; compreensão da identidade e as circunstâncias no processo de alteridade²³.

A busca por compreender o desenvolvimento dos diversos profissionalismos dos professores com a relação sistêmica que envolve a tensão das duas forças estruturantes, a profissionalização e a profissionalidade, sobre a autonomia profissional, em um contexto socioeconômico e cultural, necessitou enfrentar os desafios localizados junto às fontes primárias. Para tanto, iniciei o processo de diálogo com essas fontes, principalmente as documentais, visando atingir o objetivo em foco, bem como tecer o suporte teórico interdisciplinar diante do conhecido e disponível, para atingir o verdadeiro problema, “cuja compreensão forneça novos conhecimentos para o tratamento de questões a ele relacionadas”²⁴.

²² CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

²³ Cf. Ibidem, p. 212-214.

²⁴ LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. O nascimento do saber científico. In: _____. *A construção do saber: manual de Metodologia da Pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 89.

Sendo esta uma produção historiográfica da história da educação que “se legitima, argumenta e demonstra, se difunde e evolui com base nos registros escritos”²⁵, cuja pertinência é de estar localizada, assim, nos fenômenos educativos que “são entendidos como campo e objeto, a história da educação é uma história social, cultural, pedagógica, antropológica”²⁶.

As fontes primárias utilizadas foram jornais e revistas, impressos, documentos oficiais da Câmara Municipal de Uberabinha, atas e relatórios, leis municipais, documentos escolares, relatórios da inspetoria escolar municipal, fotos, entre outros, além do aporte necessário da legislação educacional oriundo dos governos municipal, estadual e federal.

Alia-se o fato de que mesmo diante da lacuna existente, tanto de pesquisas quanto de um maior número de fontes primárias que possibilitem ampliar a base de conhecimento sobre os profissionais da educação que atuaram nessa localidade no período final do século XIX e início de XX, realizou-se um levantamento de fontes e reconhecimento de parte do material disponível no acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia²⁷, no Museu Municipal de Uberlândia e seu Anexo²⁸, e também visitas no Arquivo Público de Uberaba²⁹.

Diante de uma intensa busca de fontes primárias, nos documentos oficiais da Câmara Municipal de Uberlândia, na imprensa de Uberlândia, nos registros escolares tanto de escolas públicas municipais como estaduais, em acervos públicos municipais, em prol de localizar vestígios sobre os professores que atuaram na esfera do governo municipal, na função de professores municipais, os resultados obtidos foram inúmeros fragmentos, e poucos conjuntos de documentos que pudessem sustentar a investigação sobre esses mesmos professores, numa larga faixa de tempo.

A maior parte das fontes primárias identificadas sobre os professores municipais em Uberabinha estão identificadas numa faixa de tempo a partir dos anos de 1920. Vestígios e lacunas dizem respeito, com predominância, aos dados sobre professores municipais locais

²⁵ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 98.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Arquivo Público Municipal de Uberlândia, situado na cidade atualmente à Rua Natal, 935, Bairro Brasil. Foi criado em 1986 com o propósito de guardar e preservar a documentação pública produzida pela Administração Municipal do governo local, além de acervos e coleções consideradas fundamentais para a preservação da memória e história do município de Uberlândia e região.

²⁸ Museu Municipal de Uberlândia. Desde 1996, está situado na cidade na Praça Clarimundo Carneiro, s/nº, Centro. Criado com o propósito de abarcar o acervo do Museu de Ofícios e ampliar seu acervo com peças representativas dos modos e costumes de populações indígenas e dos primeiros moradores vinculados ao processo histórico de ocupação dos colonizadores na região, bem como do desenvolvimento do município, cidade até o teto de 1969.

²⁹ Arquivo Público de Uberaba, atualmente situado na cidade à Rua Senador Pena, 521, Centro. Desde 1985 atua na preservação e exposição de documentos do poder público municipal local e de publicações de interesse histórico sobre a educação cultural e cívica da população uberabense.

desde 1890 até as duas primeiras décadas do século XX. Houve até a tentativa de investir numa coleta de dados sobre professores que atuaram na escolarização nessas terras antes de se tornarem emancipadas em município e cidade, como a pessoa de Felisberto Alves Carrejo (1835 a 1842) o qual instalou e atuou na função de professor da Escola da Tenda – considerado o primeiro professor e um dos fundadores do município de São Pedro de Uberabinha; o professor Antonio Maximiano Ferreira Pinto (1860 a 1872) – primeiro professor provincial distrital; o professor Isidoro (1877) – primeiro professor particular distrital. Porém, os resultados obtidos não foram suficientes.

Houve a necessidade de se utilizar de diversas produções oriundas de historiadores não acadêmicos, a exemplo de Silva³⁰; Teixeira³¹, Arantes³²; e Pezzuti³³, diante da riqueza dos detalhes advindos de memorialistas e buscar tecer diálogos com textos acadêmicos e fontes primárias.

As Atas da Câmara Municipal de Uberabinha foram identificadas como parte das fontes primárias, tendo ao todo vinte e seis livros que registram os textos oficiais das reuniões desde a instituição legislativa entre 1892 e 1930. Acrescenta-se a utilização dos livros das leis municipais, que contém o texto integral das leis aprovadas no município desde 1892 até 1930; dos Relatórios de Agentes Executivos, de 1912 a 1931; e dos Relatórios do Inspetor Escolar Municipal, de 1924 a 1931; os Livros das Atas de Reuniões Escolares de 1909 a 1913, de 1924 a 1927, de 1930 a 1959, e de 1933 a 1939.

Buscou-se agregar maiores dados junto ao acervo de familiares dos professores Jerônimo Arantes e até dos professores Antonino Martins da Silva e Maria de Paula Martins da Silva, sendo que os dois últimos atuaram no ensino municipal rural nos anos 1930 e 1940,

³⁰ Antônio Pereira da Silva (1934). Natural de Queluz-MG, atua no exercício de produção de investigações pela perspectiva de jornalista sobre acontecimentos históricos do município de Uberlândia. Membro do Instituto de Artes do Triângulo (I.A.T). Publica livros e crônicas no jornal local há mais de uma década com foco em uma narrativa jornalística de dados, fatos sobre a memória do desenvolvimento histórico da cidade de Uberlândia.

³¹ Tito Teixeira (1885-1968). Atuou em diversas ocupações e profissões, sendo empresário de sucesso em Uberlândia. Autor de *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central* (1970) em dois volumes. Publicado postumamente, o primeiro volume apresenta uma versão sobre a história da criação e desenvolvimento do município e cidade de Uberabinha/Uberlândia. O segundo volume apresenta uma determinada seleção de biografias de pessoas identificadas com a história da cidade, em diversos ramos de atividade.

³² Jerônimo Arantes (1892-1983). Montealegrense, atuou na profissão de professor em Itumbiara e Uberabinha/Uberlândia em instituições educativas públicas e privadas entre 1907 e 1933. Esteve à frente da Inspetoria de Ensino Municipal, Secretaria de Educação e Saúde a partir de 1933 até 1959. Publicou além de alguns livros literários e de crônicas a Revista *Uberlândia Ilustrada* de 1939 a 1961, que expõe histórias e memórias de pessoas e instituições, principalmente, de Uberabinha/Uberlândia, bem como de outras localidades.

³³ Cônego Pedro Pezzuti (1863-1941). Italiano de Salerno exerceu o sacerdócio católico em cidades da região e o ensino de Latim em cursos secundários em Uberabinha/Uberlândia. Escreveu, por encomenda do então ex-Agente Executivo José Severiano Rodrigues da Cunha (1912-1922), sua obra *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia* (1922) em que transita temas desde a versão sobre a história da criação do município e cidade até o indicador comercial de 1922.

devendo ser objetos de estudos futuros, diante do recorte final adotado. Buscou-se também documentos oriundos de acervos escolares da professora Alice da Silva Paes e do professor Antonino Martins da Silva que contribuíram para preencher lacunas ainda existentes.

Há de ser incluído o conjunto produzido por Primitivo Moacir com respeito à Legislação no Império, República no Brasil e o da Província e no Estado de Minas Gerais em Paulo Krüger Correa Mourão.

Ressalto que os documentos pertinentes à Câmara Municipal de Uberabinha, como as Atas das reuniões da Câmara Municipal de Uberabinha, documentos do poder legislativo e do poder executivo e os relatórios de gestão do Agente Executivo, apesar de serem fontes indiretas à pesquisa da história educacional, mostram-se úteis ao processo de constituição da história da educação, das instituições educacionais e também dos professores que atuaram na época, pois estes, embora sejam, nas considerações de Raggazzini, fontes para a história da escola e da educação, e não propriamente da escola, são pertinentes por se constituírem registros de discussões e deliberações de parlamentares, do executivo com seus balanços econômicos e discussões e decisões políticas concernentes à administração pública. Afirma o autor:

[...] a história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação.³⁴

As fontes oriundas da imprensa escrita utilizadas nessa pesquisa são jornais e revistas que tratam sobre a época. Essas fontes demandaram a leitura e seleção de artigos e anúncios na imprensa periódica local sobre a educação, em razão de que se acredita que a imprensa escrita constituiu-se espaço tanto de discussão sobre as ideias e ideais nutridos pela República, como também de formação em que explicita o norteamento com aspectos das ideias pedagógicas da época, fundamentalmente liberais, positivistas, democráticas e com o surgimento das irradiações da escola nova.

A utilização da imprensa periódica pode ser considerada fundamental como fonte primária para a investigação histórica também na temática da educação, ciente de que, à época em que foram escritos, os periódicos eram um veículo de comunicação e, reconhecidamente,

³⁴ RAGGAZZINI, Dário. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*. n. 18, p. 19, 2001.

um dos meios de ação vinculados aos poderes estatal e privado. Conforme argumenta Gonçalves Neto, “não esqueçamos de que a imprensa desse período é majoritariamente dependente do texto impresso, estando outras formas de comunicação, como o telefone e o cinema, ainda em seus primórdios”³⁵.

Ainda que a imprensa escrita torna-se uma instituição que contribui para a formação de opiniões e, antes de ser imparcial, carrega nas suas páginas a intencionalidade com a qual o redator chefe, associado aos colaboradores, se mune, diluindo informações e princípios políticos nos jornais. Inclusive as pertinentes às ideias pedagógicas que circulavam na época com seus norteamientos para o professor em sua prática educacional.

Entre as publicações de curto período de duração escolhidos para serem utilizados como fontes, cito o jornal-revista ilustrada *A Escola*, organizado e veiculado pelo professor Honório Guimarães, de 1908 a 1921.

Outro, o jornal semanário *O Progresso*, publicado entre os anos de 1907 e 1914, sendo propriedade do Major Bernardo Cupertino, português, o qual fixou residência em Uberabinha em 1903. Carvalho caracteriza o jornal com as seguintes palavras: “[...] *O Progresso* se constituiu em um aguerrido divulgador das ideias positivistas e liberais, as quais ditavam a tônica de seus editoriais, tendo por objetivo consolidar, entre o público leitor, os ideais de ordem e progresso, como bem expressa o seu próprio nome”³⁶.

Encontra-se o jornal semanário *A Tribuna*, a partir de 7 de setembro de 1919, com os Srs. João Severiano Rodrigues da Cunha e Vasco de Andrade, primeiros proprietários, sob o nome comercial de *Rodrigues, Andrade & Cia*. A redação e a oficina do referido jornal foram estabelecidas, inicialmente, na Praça da Independência, região considerada central da cidade de Uberabinha. Este periódico, de 1922 a 1942, existiu sob a direção de Agenor Paes, ativo comerciante da época e irmão da professora Alice da Silva Paes.

A Reforma, o primeiro jornal semanário, circulou em Uberabinha por quatorze meses, a partir de 1897 até 31 de maio de 1898. O diretor proprietário foi o professor João Luiz e Silva, tendo a colaboração de José Antônio Medeiros Cruz, Juiz Substituto da Comarca de Uberabinha, bem como do professor Teotônio de Moraes, diretor do Colégio Uberabinhense e

³⁵ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (Org.). *Novos temas em História da Educação brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 204.

³⁶ CARVALHO, Carlos Henrique de. *Imprensa e educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha-MG, 1905-1922)*. 1999. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999. p. 56.

o advogado Armando Santos. Esse veículo de comunicação se caracterizou por ter como dirigentes pessoas de destaque da imprensa, magistério, justiça e do comércio³⁷.

Estes periódicos oportunizam ver os fatos por perspectivas distintas. São fontes primárias úteis para o estudo histórico a partir de acontecimentos do cotidiano, com o desafio de os mesmos serem contextualizados e permitirem ampliar a compreensão de dados oficiais conforme argumenta Gonçalves Neto:

Não podemos é deixar de frisar que o jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público, por mais diversificado que este seja. Apesar do direcionamento ideológico presente nos jornais, não encontramos em suas folhas apenas ‘uma’ história, mas diversas. Daí sua riqueza.³⁸

Sobre fontes primárias impressas ou manuscritas, vale ressaltar ainda, que são documentos potencialmente carregados de informações, apesar de muitas das vezes empoeirados, possibilitam um diálogo com o passado, conforme consideram Laville e Dione³⁹. Há expectativas de que possam ser identificadas outras fontes impressas, listadas pelos autores citados e ampliem a gama das identificadas até o presente momento, e sejam:

[...] desde as publicações de organismos que definem orientações, enunciam políticas, expõem projetos, prestam conta de realizações, até documentos pessoais, diários íntimos, correspondência e outros escritos em que as pessoas contam suas experiências, descrevem suas emoções, expressam a percepção que têm de si mesmas. Passando por diversos tipos de dossiês que apresentam dados sobre a educação, a justiça, a saúde, as relações de trabalho, as condições econômicas, etc.⁴⁰

Há de ser reconhecido também como fundamental o Acervo Jerônimo Arantes⁴¹, já catalogado, sendo fonte rica tanto no tema da educação como em outros, ou pela perspectiva

³⁷ Cf. ARANTES, Jerônimo. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, MG, anno I, n. 1, p. 4, 1939.

³⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (Org.). *Novos temas em História da Educação brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 207-208.

³⁹ LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. O nascimento do saber científico. In: _____. *A construção do saber: manual de Metodologia da Pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 166.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Cf. ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. *Inventário do Acervo Professor Jerônimo Arantes*. Uberlândia: PMU, 2005; ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003. Este acervo resultou do empenho conjunto da Secretaria de Cultura, do Arquivo Público, de professores, pesquisadores e pessoas da comunidade para aquisição, conservação e disponibilização para a comunidade de documentos sob a guarda do professor Jerônimo Arantes, sendo organizados com biblioteca, hemeroteca, arquivo especial e pastas temáticas.

de agentes e instituições envolvidas na educação local, regional e nacional. As Pastas Temáticas da Educação e fotos do Acervo do professor Jerônimo Arantes são consideradas fontes fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas na área da história da educação em seu amplo espectro de temáticas, localizadas no acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Houve o empenho de buscar documentos oriundos dos acervos das instituições educativas, que muitas vezes provém de iniciativas individuais de um ou outro professor, diretor ou técnico que realiza as ações de selecionar, organizar, disponibilizar e preservar os documentos pelo crivo subjetivo, ou meramente, burocrático. Em foco, os da Escola Estadual Professora Alice Paes, Escola Municipal Antonino Martins da Silva, bem como da Escola Estadual Bueno Brandão, anteriormente denominado Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Entretanto, apenas nas duas primeiras foi possível acesso aos documentos, e na última houve insucesso, em razão de o Diretor alegar a necessidade de se verificar primeiro o estado do acervo. Entretanto, o mesmo não ofereceu nenhum retorno sobre estas condições e nem permitiu o acesso aos documentos.

Todavia, as recentes pesquisas produzidas na UFU que utilizam a imprensa e os documentos oficiais no campo da História e Historiografia da Educação têm avançado fronteiras e produzido trabalhos que ainda não haviam sido enfrentados, inclusive, sobre a sociedade uberabinhense/uberlandense, com a participação de integrantes do quadro de professores da UFU que desenvolveram teses em outros programas de pós-graduação⁴².

Valido a ação de preservação da memória e história da instituição educativa por autodeterminação institucional oriunda da ação de professores, administradores, técnicos educacionais, técnicos na preservação e vivência cultural das respectivas realidades escolares, que envolvam alunos e a comunidade escolar, a exemplo do acervo da Escola Estadual Alice Paes⁴³.

Caso esta ação seja mantida pela instituição educativa com viés de abarcar os principais documentos que dizem respeito tanto à institucionalização, quanto ao instituinte, num processo de formação cultural de alunos, professores e da comunidade escolar visando à

⁴² Cf. ARAÚJO, José Carlos; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 153-189; LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. Apêndice II.

⁴³ Escola Estadual Professora Alice Paes, localizada à Rua Jerônimo Martins Nascimento, n. 309, Bairro Bom Jesus, Uberlândia-MG.

preservação da memória e história da própria instituição educativa, pode-se chegar ao ponto de a mesma tornar-se amplo espectro de objetos de pesquisa. Magalhães explana com maior propriedade sobre o potencial do acervo das instituições educativas, no caso de se tornar objeto de pesquisa.

A realidade-objeto constituída pelo edifício, movimento de alunos, programas, manuais, sumários, exames, provas, termos de matrícula e de exame, por um lado, e por atas, relatos gerenciais, orçamentais, contabilísticos, por outro, por uma triangulação entre memórias e atos de direção e de decisão, ganha sentido histórico, numa tecitura problematizante, considerada a relação instituição/público(s) como eixo epistêmico. Uma abordagem que, não raro, se inicia a partir da base, construindo um arquivo, como informante e referente, pelo que a informação se organiza, sob uma lógica orgânico funcional, de maneira a obter o mais elevado índice de fidelidade, pragmatismo e significância na representação da instituição referida.⁴⁴

Do professor Eduardo José Bernardes e Francisco Firmino, os dois primeiros professores municipais de Uberabinha, até os diversos professores normalistas entre os anos 1920 e 1930, quantas possíveis relações e transformações estiveram envolvidas no processo de constituição de diversos profissionalismos do professor no município uberabinhense?

De uma escola pública municipal urbana – com média de um professor para dezenas de alunos – passando por um grupo escolar, “templo da civilização” republicana, com dezenas de professores e média de 1200 alunos, pode-se questionar: como os professores participaram da construção dessa estrutura?

E caso houvesse possibilidade de retornar ao século XIX e estabelecer os profissionalismos com maior propriedade, tanto do mestre-escola Felisberto Alves Carrejo, como professor da primeira escola isolada rural, quanto do mestre Isidoro, como sendo o professor particular em sua escola urbana, em que ambos se caracterizam por ter outras atividades profissionais e funções sociais além da prática habitual de ensinar, o primeiro com uma oficina de ferreiro e o segundo com uma oficina de folheiro.

Por certo, pode-se considerar que houve uma crescente trajetória para a transição de valorização da escola urbana, no início do século XX, diante da escola rural que predominou no século XIX. Tal transição influenciou as mudanças no cenário, no palco, na atuação e no discurso do professor local, bem como nos profissionalismos dos mesmos.

Diante dos argumentos acima expostos, a presente pesquisa busca avançar no conhecimento sobre os profissionalismos do professor municipal em Uberabinha, uma

⁴⁴ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 71-72.

questão de originalidade, diante da carência de pesquisas sobre o tema. Uma vez que não foram encontrados textos científicos sobre professores municipais à época, como também sobre seus respectivos profissionalismos durante suas trajetórias profissionais na educação.

Outra questão diz respeito à importância de avançar o desconhecido sobre professores municipais de Uberabinha, bem como sobre a expressão de seus profissionalismos, sejam eles considerados responsável, e/ou competente, e/ou associado e/ou prático. Ciente da viabilidade de execução dessa investigação diante do tempo, recursos disponíveis, fontes, em que cerca de quatro anos e recursos limitados foram investidos para se obter o resultado neste texto apresentado.

Diante disso, o foco da presente pesquisa se localiza na identificação e delimitação do problema que pode ser assim exposto: quais foram as relações ocorridas entre os fatores internos e externos envolvidos na configuração dos profissionalismos desenvolvidos pela professora Alice da Silva Paes e pelo professor Jerônimo Arantes no exercício profissional vinculado ao processo educacional de Uberabinha, nos anos de 1907 a 1929, principalmente, na atuação de professores municipais da Escola Noturna Municipal entre 1924 e 1926?

O objetivo geral desta tese é o de constituir e identificar os diversos profissionalismos de professores municipais no ensino primário em Uberabinha, durante a Primeira República.

Os objetivos específicos são: a) o de expor a constituição dos diversos profissionalismos do professor em sua atuação profissional na educação, no foco sobre a relação sistêmica constituída entre a(s) autonomia(s) profissional(is) do professor no exercício da sua profissão que estão sob pressão das forças estruturantes – profissionalidade e profissionalização –, entrecruzadas pelas dimensões tempo e espaço, bem como pelas ideias pedagógicas circulantes tanto na formação quanto na atuação profissional, o que gera profissionalismos dos tipos responsável, competente, associado e prático; b) compreender a atuação profissional do professor pela composição da trajetória do seu profissionalismo, constituído de momentos e intervalos; c) identificar os diversos profissionalismos da professora Alice da Silva Paes em sua atuação profissional de professora municipal à frente da Escola Municipal Noturna para ensino primário para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, no ano de 1924, bem como os diversos profissionalismos do professor Jerônimo Arantes em sua atuação profissional de professor municipal na mesma Escola, nos anos de 1925 e 1926, com base na sua trajetória profissional no ensino em Uberabinha, entre os anos 1907 a 1929.

Considero a hipótese de que a autonomia profissional, sensível e maleável, é fundamental para a valorização da profissão por ser um elemento constitutivo da identidade

do professor, para o pleno exercício profissional no ensino, e que recebe a contribuição direta das dimensões da profissionalidade, uma das forças estruturantes do profissionalismo. Por outro, a autonomia do professor sofre pressões de agentes, instituições escolares e governamentais para delimitar e padronizar esse profissional, e utilizam de aspectos da outra força estruturante do profissionalismo, a profissionalização. A tensão resultante entre essas duas forças estruturantes sobre a autonomia do professor expressa um caráter do ser profissional, que entrecruzadas pelas dimensões tempo e espaço e das ideias pedagógicas, se obterá determinados momentos e intervalos dos profissionalismos do professor.

Os resultados possíveis e esperados são os de compreender a constituição dos diversos profissionalismos da professora Alice da Silva Paes e do professor Jerônimo Arantes, cada qual em sua atuação profissional na educação, tendo uma perspectiva da trajetória desses profissionalismos sendo identificados como competente restrito e associado para a primeira, e como competente pleno e associado para o segundo.

Espera-se, ainda, compreender as relações ocorridas entre os fatores internos e externos no processo de configuração das respectivas autonomias desses professores sob a tensão dos elementos constituintes das forças estruturantes – as dimensões da profissionalidade e os aspectos da profissionalização; como também apontar as possíveis tendências resultantes dos intervalos e momentos da trajetória profissional dos professores em foco, diante do contexto socioeconômico e cultural da sociedade uberabinhense, envolvida sob os princípios capitalistas e sob a influência de ideias pedagógicas que se entrecruzavam, fundamentalmente advindas da pedagogia tradicional – leiga e positivista – com as brisas da pedagogia nova, num determinado contexto que cultivou e ampliou a escolarização na sociedade local.

Saliento que antes de buscar estabelecer um dualismo com respeito ao profissionalismo dos professores em foco, busco estabelecer e compreender a dinâmica possível no processo sistêmico da perspectiva dos diversos profissionalismos do professor em seus respectivos contextos sociais de atuação, as transformações que ocorreram para que o processo escolar alavancasse as mudanças da própria sociedade, trazendo consigo a renovação sobre o profissionalismo do professor.

Em razão das transformações sociais, há de se estabelecer, adequadamente, a possibilidade de reconhecer os profissionalismos dos professores municipais Alice da Silva Paes e Jerônimo Arantes que ministravam o ensino primário na Escola Noturna Municipal em Uberabinha, de 1924 a 1926, e elementos das respectivas conjunturas socioeconômicas e culturais relacionadas com tais realidades profissionais.

No primeiro capítulo apresento os fundamentos teóricos em diálogo com elementos da pesquisa documental em História da Educação sobre o processo sistêmico do profissionalismo dos professores e a relação com as forças estruturantes – profissionalização e profissionalidade – e a autonomia profissional. Este capítulo constitui-se de três partes.

Na primeira parte, faço a discussão sobre a especificidade da investigação da profissão do professor no campo das pesquisas da História da Educação e a aproximação com o campo de investigação da História. Nesse exercício de reflexão assumo a posição de aproveitar melhor o contato com as fontes a serem pesquisadas para ressaltar uma das especificidades do campo de pesquisa da História da Educação, as ideias, as práticas de ensino/aprendizagem desenvolvidas pelos profissionais da educação, entre os quais, os professores na cultura escolar em suas respectivas épocas.

Na segunda parte, apresento o conceito e a constituição da categoria profissionalismo do professor sendo processo sistêmico do caráter profissional que quem ensina habitualmente, resultante da tensão das forças estruturantes, a profissionalização e a profissionalidade, sobre a autonomia profissional num determinado contexto socioeconômico e cultural e envolvidos por ideias pedagógicas.

Na terceira parte, argumento sobre a constituição da profissão e da profissionalização do professor no processo educacional, com base nos argumentos de Nóvoa, entre outros.

Na quarta parte deste capítulo, fundamentado no pesquisador espanhol Contreras, busco apresentar a constituição da profissionalidade, e sua relação com a autonomia profissional, bem como expor os fundamentos teóricos que contribuíram para a elaboração das autonomias pertinentes aos cinco tipos de profissionalidades, neste trabalho apresentados: o responsável, o competente, o sacerdotal, o associado, o prático e suas articulações na constituição dos profissionalismos.

No segundo capítulo, dividido em três partes, faço a apresentação da profissionalização do professor municipal, com base na contextualização socioeconômica e cultural de Uberabinha e com as ideias pedagógicas circulantes à época.

Na primeira parte deste capítulo estabeleço a tessitura do cenário educacional municipal em constante mudança no período da Primeira República.

Na segunda parte apresento os aspectos legais das constituições dos Estados e o Estatuto municipal com foco na educação como alavanca para a formação cívica nacional do cidadão republicano.

Na terceira parte apresento as mudanças ocorridas no perfil do professor municipal com foco na força estruturante da profissionalização do professor municipal de Uberabinha,

em seus três Momentos: Constituição (1892-1899); Consolidação (1899-1922) e Atualização (1923-1930).

No terceiro capítulo, exponho sobre a relação da autonomia como as forças estruturantes que resultam nos profissionaisismos dos professores no processo de educação escolar. Na primeira parte apresento a fundação sobre a autonomia do professor em tensão entre as duas forças estruturantes do profissionalismo: a profissionalização e a profissionalidade.

Na segunda parte, apresento a relação dos momentos e intervalos na constituição das trajetórias dos profissionaisismos do professor, com suas expressões plenas e restritas.

No capítulo quatro, apresento os argumentos dos diversos profissionaisismos, competente restrito e associado da professora normalista Alice da Silva Paes, em 1924, à frente da Escola Noturna Municipal de Uberabinha; identifico sua trajetória de profissionalismo no período de 1915 a 1929.

No quinto capítulo apresento os argumentos dos diversos profissionaisismos, competente pleno e associado do professor Jerônimo Arantes, em 1925 e 1926, à frente da Escola Noturna Municipal de Uberabinha, identifico a sua trajetória de profissionalismo no período de 1907 a 1926.

CAPÍTULO I

PROFISSIONALISMOS DA PROFISSÃO DE PROFESSOR: fundamentos teóricos da pesquisa documental na História da Educação

Neste capítulo apresento, em quatro partes, a fundamentação teórica que amparou a realização dessa pesquisa documental na área da História da Educação em diálogo com a área da História, com foco nos argumentos que expõem sobre o processo sistêmico dos profissionalismos dos professores, a relação das forças estruturantes, da profissionalização e da profissionalidade, da autonomia profissional e sua plasticidade em coerência com os contextos de formação e atuação profissional.

Na primeira parte, faço a discussão com respeito à especificidade do campo das pesquisas na História da Educação e a aproximação com os campos da História. Nesse exercício de reflexão assumo a posição de aproveitar melhor o contato com as fontes a serem investigadas por uma das perspectivas da História da Educação, as ideias, as práticas de ensino/aprendizagem desenvolvidas, os profissionais da educação, entre os quais os professores na cultura escolar em suas respectivas épocas.

Na segunda parte, abordo a questão da profissão do professor associada à definição de profissionalização, principalmente com base nos argumentos das categorias de Nóvoa, em que considero ser uma das forças estruturantes do profissionalismo.

Nas terceira parte argumento sobre a constituição da profissionalidade sendo uma das forças estruturantes do profissionalismo do professor vinculada ao desenvolvimento de uma relação com a autonomia desse profissional.

Na quarta parte argumento sobre a configuração dos diversos profissionalismos do professor em tipos que não são hierarquizados nem seriados, e podem co-existir e configurarem momentos e intervalos da atuação profissional do professor.

1.1 Profissionalismos do professor e os campos de investigação da História e da História da Educação

Entre as especificidades dos campos de investigação científica, tanto na História da Educação quanto na História, podem ser encontradas características comuns, ciente de distinções que ambas possuem na gênese, no desenvolvimento, na proposta teórica e metodológica. No entanto, em síntese o que há em comum em ambas é que realizam trabalho investigativo sobre a produção da própria humanidade para tecer narrativas históricas e enfrentar desafios, onde a tradição e a memória estão cristalizadas, conforme argumenta Nora ao estabelecer aspectos distintos entre memória e história⁴⁵.

Outras características comuns são as produções científicas que ambas as áreas de conhecimento têm em épocas distintas de desenvolvimento e que, em suas origens, encontram-se as penas de autores a serviço de governos com a responsabilidade de elaborarem produções oficiais, com dados e construções de narrativas em defesa da perspectiva de uma identidade preponderante diante de outras possíveis.

Algumas outras características as aproximam, entre elas o discurso científico com estímulo da fragmentação para melhor estudo e produção de hiper-especializações de ilhas de saberes pertinentes tanto aos conhecimentos históricos⁴⁶, quanto ao amplo espectro de temáticas no campo de investigação científica sobre o tema da educação⁴⁷.

Diante dessa rápida aproximação entre os campos de investigação da História e da História da Educação, há viabilidade para qualquer uma das duas áreas de conhecimento realizar investigação científica sobre os sujeitos envolvidos no ato formal de ministrar ensino em instituições educativas, respeitando as delimitações teóricas e metodológicas estabelecidas por ambas.

Sendo o pesquisador educacional oriundo da História ou da História da Educação, deve o mesmo se empenhar em compreender ambas as áreas de conhecimento, de forma a poder trabalhar melhor com os conceitos e categorias que poderão ser utilizados na realização de suas pesquisas.

⁴⁵ Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁴⁶ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-15.

⁴⁷ VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, p. 37-38, jul. 2003.

Por uma perspectiva, se o investigador utilizar do aporte teórico clássico do campo de investigação da História terá algumas opções para desenvolver o trabalho investigativo do tema educação. Pois o campo da História é composto de divisões, a saber: dimensões, abordagens e domínios, que se relacionam, respectivamente, aos critérios das questões em torno de teorias, métodos e temas com vistas a fundamentar as pesquisas visando ampliar a compreensão da existência do ser humano com vínculos em suas realizações e relações⁴⁸, inclusive a educação. Porém, deverá o pesquisador contribuir e avançar o conhecimento que os teóricos clássicos da história tem se negado a valorizar em suas produções teóricas⁴⁹.

Complexa é a existência do ser humano, porém dentro do paradigma científico advindo da modernidade, o estudo do objeto deve ser delimitado numa fração, dimensionado, descrito, para melhor ser observado, identificado e compreendido. Pela perspectiva de ser este um objeto de estudo da História, o mesmo poderá ser encaixado em uma ou mais “[...] das várias dimensões da vida humana, embora na realidade social estas nunca apareçam desligadas entre si”⁵⁰. Barros classifica em dez as dimensões no campo da história, que são: história social; história da cultura material; geo-história; história demográfica; história econômica; história política; história cultural; história antropológica; história das mentalidades; história do imaginário⁵¹.

Na segunda divisão, encontram-se as abordagens que se referem ao modo de fazer, a metodologia a ser utilizada para a realização da investigação. Esta possui duas subdivisões: uma que trata do campo de observação e outra que trata do tipo de fontes ou modo de tratamento das fontes. Cada uma dessas subdivisões possui cinco outras. Ao campo de observação estão vinculadas as seguintes: história regional; história local; história quantitativa; biografia; e micro-história. Quanto ao tipo de tratamento de fontes estão arroladas as seguintes: arqueologia; história serial; história oral; história textual/história do discurso; história imediata.

Numa terceira divisão do campo da História estão os domínios dos saberes da história, em que há um número indefinido, em razão de estarem associados aos diversos campos temáticos possíveis da existência humana:

⁴⁸ Cf. BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-80.

⁴⁹ Cf. BARROS, José D’ Assunção; CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. Constata-se que os autores não atribuíram maior relevância ao domínio da história da educação em suas respectivas obras.

⁵⁰ BARROS, op.cit., p. 94.

⁵¹ Ibidem, p. 95.

[...] uma vez que se referem aos “agentes históricos” que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas, e qualquer outro), aos “ambientes sociais” (rural, urbano, vida privada), e aos “objetos” de estudo (arte, direito, religiosidade, sexualidade). Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não tem fim.⁵²

Considero que o campo histórico continua sendo fundamental para que o pesquisador educativo contribua com suas produções investigativas sobre a existência dos processos educativos, dos agentes envolvidos, das instituições educativas, aspectos da existência humana. Os pesquisadores são cientes dos limites e possibilidades estabelecidos por esta área de conhecimento.

Por outra perspectiva, Saviani afirma que os avanços que ocorrem e ocorreram no campo da história e da historiografia da educação são advindos de investigadores-educadores, que apropriados de procedimentos para a execução de pesquisas educacionais, avançaram no estabelecimento de diálogo com os investigadores-historiadores. Acrescenta mais:

Deve-se, porém, reconhecer que os investigadores-educadores especializados na História da Educação têm feito um grande esforço de sanar as lacunas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício” e não no sentido inverso.⁵³

O autor ainda contribui para a reflexão sobre a especificidade do campo da História da Educação ao levantar certos questionamentos: qual é a essência do campo de conhecimento da História da Educação? Seria a Educação? Seria a História? Seriam ambas? Saviani adverte que no percurso desenvolvido na investigação da História da Educação, à qual aderiu rapidamente sem levantar considerações “críticas às linhas de investigação que se tornaram hegemônicas no campo da historiografia [...]”, surgiu a seguinte questão: “[...] nesse movimento, além de uma certa dispersão e fragmentação, não teria a história da educação ao fim e ao cabo, secundarizado a especificidade do seu objeto?”⁵⁴.

⁵² BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 100-101.

⁵³ SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004. p. 3.

⁵⁴ Idem. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 24.

Saviani entende e defende que a educação, esse fenômeno social inerente ao ser humano, por meio da qual a sociedade se desenvolve e se desenvolveu na produção da sua própria existência, é a essência do campo de investigação da História da Educação.

Para continuar existindo o homem necessita produzir sua própria existência. E a forma de sua existência é determinada pelo modo como ele a produz ou, já que o homem só existe em sociedade, a forma da sociedade é determinada pelo modo como é produzida a existência humana em seu conjunto. Ora a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.⁵⁵

Magalhães defende que “A história da educação é a história de um trabalho de auto e heteroformação, num quadro que tem a instituição educativa como principal suporte”. Suporte para que ocorra “um conjunto de práticas educativas, exercitadas por sujeitos qualificados em espaços e tempos qualificados, dispondo de materialidades propiciadoras da apropriação/desapropriação de saberes, crenças e atitudes, ou seja, da cultura escolar”⁵⁶.

Diante desses argumentos, pode-se identificar melhor um núcleo irradiador que demonstre o pertencimento das pesquisas do campo da História da Educação com o seu próprio objeto, porém, deve compreender que há outras perspectivas de enfrentamento sobre esse objeto a ser estudado. A questão levantada por Saviani torna-se pertinente, e deve ser enfrentada: “com efeito será que fazer a história do cotidiano escolar, das representações dos atores escolares, das relações de gênero nas escolas, da arquitetura escolar, dos tempos escolares e até mesmo dos saberes escolares é fazer história da educação?”⁵⁷. Está aberta a discussão.

Após o desenvolvimento de conteúdos e formas a sociedade viabiliza que as futuras gerações herdem esse patrimônio cultural estabelecendo diversos tipos de processos de ensino-aprendizagem que sejam eficientes, conforme argumenta Brandão, que não há uma educação, e sim várias “educações”. Mesmo sob a base material capitalista, há diversos tipos de educação.

⁵⁵ SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999, p. 1.

⁵⁶ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 13.

⁵⁷ SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 24.

Ninguém escapa a educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos modos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.⁵⁸

Saviani constata que os campos de investigação tanto da História quanto da História da Educação estão produzindo reflexões sobre a existência da humanidade, e ambos incluem a educação como parte dessa existência, em razão de a mesma ser inerente ao ser humano, não havendo incoerência de objetos de estudos, o que nutre a uma das questões levantadas, a respeito da melhor definição da especificidade do objeto de investigação da História da Educação⁵⁹.

Com base na discussão posta, acredito ser necessário contribuir não apenas para a reflexão, mas também na aplicação da pesquisa vinculada ao campo específico de conhecimento da História da Educação, todavia, com fundamentos teóricos advindos da renovação promovida por uma das dimensões da História, a História Cultural, que tem possibilitado ampla produção nessa área do conhecimento educativo. E por esta perspectiva esta tese se enquadra pertinente à área de conhecimento da História da Educação, com foco nos professores municipais.

Constata-se atualmente, nas palavras de Vidal e Faria Filho:

[...] no âmbito dos estudos históricos, um número relativamente extenso de perspectivas teórico-metodológicas parece influenciar os trabalhos. [...] há diversas maneiras de fazer história da educação. Nesse sentido, investigar as formas como pesquisadores têm dialogado com as várias correntes historiográficas, como marxismo, história cultural, história das mentalidades ou o estruturalismo (e pós-estruturalismo) pode apontar tanto para permanências quanto para acomodações da historiografia educacional a novos referenciais analíticos.⁶⁰

Diante disso, quanto aos profissionalismos dos professores estão vinculadas as discussões sobre a influência das ideias pedagógicas tanto na formação quanto na atuação dos professores: nas políticas de gestão da educação e de instituições educativas públicas e privadas; nos saberes e práticas envolvidas na relação ensino-aprendizagem, em tempos e lugares em que ocorre a ação de educar; as instituições educativas em que se desenvolvem os

⁵⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 23. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p. 1.

⁵⁹ SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004. p. 11-15.

⁶⁰ VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Revista Brasileira de História*, Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, 2003, p. 60.

fenômenos educativos com sua materialidade, representação e apropriação⁶¹, formando assim a cultura escolar.

Este amplo espectro tem por foco central os diversos profissionalismos de professores municipais, no contexto da cultura escolar da época, em que a esfera do governo municipal de Uberabinha estabeleceu ações sobre os limites postos ao seu município pedagógico. Conceito este do campo de investigação da História da Educação, recentemente atualizado e aprofundado por Gonçalves Neto, tendo por base as discussões iniciadas por Magalhães⁶². Gonçalves Neto afirma que:

[...] o município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder.⁶³

Ressalta-se que a renovação ocorrida nas últimas três/quatro décadas no campo da investigação da História da Educação, surgiu no final dos anos de 1980 com trabalhos da área que têm se intensificado nos últimos anos e alcançado uma produção de alto grau de desenvolvimento, estimulada pela incorporação das novas vertentes historiográficas, de forma a ser indagada sobre o grau de coerência dessas pesquisas com o objeto próprio da História da Educação.

Diante da superação de apresentar uma produção de área específica para a comunidade científica, o que se vem confirmando a cada ano em diversas entidades representativas de pesquisadores regionais, nacionais e internacionais, podem ser lembrados, a exemplo, mais recentemente, os eventos do Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, os da ANPUH regional e nacional, os da SBHE e os da ANPED, que têm demonstrado o adensamento da produção, no campo de investigação da História da Educação. Resultado este obtido também após a criação da Sociedade Brasileira da História da Educação, em 1999, da inserção do Brasil ao “International Standing Conference for the History of Education,

⁶¹ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 96.

⁶² MAGALHÃES, Justino Pereira. *Apontamentos para a história da instrução pública em Braga: as actas da Junta Escolar (1881-1892)*. Braga, Portugal. Bracara Augusta, v. XLIV, p. 145-165, 1993. (SEPARATA); Idem. *A construção de um município pedagógico - o caso Vimioso*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004a. (mimeo)

⁶³ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Município pedagógico. Campinas, SP: UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegador/glossário/veb_c_municipio_pedagogico.htm>. Acesso em: 30 ago. 2007.

criada desde 1978 e que reúne sociedades científicas em História da Educação de [quase] 40 países [...]”.⁶⁴

Assim como este novo enfoque, novas fontes, objetos e sujeitos foram ampliados em razão da incorporação pela História da Educação de renovação na historiografia. Lopes e Galvão afirmam:

[...] mais recentemente, sobretudo nos últimos quarenta anos, passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da História e fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas também passam a constituir indícios para a reconstrução de um passado.⁶⁵

A história da educação, em uma primeira vertente historiográfica primou pelo discurso oficial incluindo os do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com foco sobre a educação brasileira. Numa segunda vertente foi produzida com conteúdo de disciplina formativa dos Cursos Normais e renovada a ponto de ser transformada “ao longo dessas mesmas três décadas, em uma área bastante promissora da pesquisa científica no âmbito da Educação, marcada por bases onto-epistêmicas afeitas à Nova História e ao Materialismo Cultural⁶⁶.

Considera Lopes e Galvão que a demora em surgir o campo de pesquisa da história da educação no país foi resultado, inicialmente, da investigação dessa área estar associada ao ensino nos cursos Normal e de Pedagogia, o que contribuiu para dificultar a constituição da área de pesquisa propriamente dita. Por outro, os trabalhos produzidos no início do século XX, por terem seu foco na educação, apresentavam-se “desvinculados de qualquer contexto”⁶⁷.

À vista dessa menoridade e tardia constituição do campo de investigação da História da Educação, em relação à sua centenária existência enquanto disciplina curricular em cursos normal e superior, faz-se necessário transpor e superar a dominação da tendência positivista e tradicional de produção de pesquisa para sofrer uma renovação, nas últimas três/quatro décadas, com o encontro das fundamentações marxistas, como também da Escola dos *Annales*

⁶⁴ GATTI JÚNIOR, Décio. História da Educação: consolidação da pesquisa nacional e ampliação dos espaços de divulgação científica. *Revista Educação e Filosofia*. v. 18, n. especial, p. 5-22, maio 2004. p. 18.

⁶⁵ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 39-40.

⁶⁶ Cf. GATTI JÚNIOR, Décio. História da Educação: consolidação da pesquisa nacional e ampliação dos espaços de divulgação científica. *Revista Educação e Filosofia*. v. 18, n. especial, p. 5-22, maio 2004. p. 6.

⁶⁷ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Op. cit., p. 31.

que, posteriormente, desenvolveram a Nova História Cultural, influenciando a maioria dos historiadores da educação.

Essa renovação teórica possibilitou, por meio de novas perspectivas, influenciar a investigação da História da Educação contribuindo para situar o fenômeno educativo “em relação a outros aspectos das sociedades estudadas, não analisando o fenômeno educativo em si mesmo, como frequentemente ocorria antes”⁶⁸. Ampliou-se o foco, aumentando a visão do cenário, dos objetos, dos agentes e das relações envolvidas no processo educativo. Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto afirmam sobre a realização desse trabalho investigativo na História da Educação:

Assim, julgamos extremamente importante dar continuidade a esse trabalho, pois ele vem corroborar para recuperar e preencher lacunas profundas no que tange à memória da história da educação brasileira, porque sem a preservação dessa memória não há possibilidade de rastrear os sinais e as pegadas que o pensamento educacional brasileiro trilhou no século XX, em particular na cidade de Uberlândia.⁶⁹

E acrescentam:

Se os estudos a respeito da história da educação no Brasil ainda são considerados incipientes, no caso especial da região do Triângulo Mineiro esta carência de pesquisa é mais acentuada, pois praticamente não havia publicações dos anos de 1990. Essa lacuna é sentida nos cursos de formação de professores, tanto pelos alunos como também pelo corpo docente, impondo-se assim, a urgente necessidade de se escrever esta história.⁷⁰

Além da densa produção no campo de investigação da História da Educação, tem ocorrido uma ampliação do espaço de produção, abarcando as várias regiões do país, incluindo o caso específico da região do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais. A produção de pesquisas na área da História da Educação tem sido desenvolvida nos recortes

⁶⁸ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 36.

⁶⁹ CARVALHO, Carlos Henrique; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 68. Ressalto que, atualmente, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFU tem realizado diversas frentes de pesquisas no campo da História da Educação contando com a orientação dos professores e a participação de graduandos, mestrands e doutorandos na busca e análises de fontes sobre diversos temas educacionais locais e regionais, contribuindo no quantitativo e qualitativo da renovação das sínteses sobre a história educacional brasileira.

⁷⁰ Ibidem, p. 70.

temáticos das “instituições escolares, imprensa, pensamento educacional e disciplinas escolares/livros didáticos”⁷¹, e emergido também na área dos sujeitos da educação, incluindo a profissão docente entre outras.

Assim, a presente pesquisa do campo de investigação da História da Educação abordou com diligência as fontes documentais, visando responder questões pertinentes aos diversos profissionalismos dos professores, aos aspectos da profissionalização, as dimensões da profissionalidade que tensionam a autonomia do professor, nutridos pelas ideias pedagógicas circulantes, tanto na formação quanto na atuação dos professores, e buscou evidenciar vestígios das práticas educativas desenvolvidas por professores dentro das instituições educativas.

⁷¹ ARAÚJO, José Carlos; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 181.

1.2 Configuração do profissionalismo do professor na educação

Na realização da presente pesquisa foi necessário investigar e identificar entre os professores que atuaram no ensino municipal em Uberabinha, durante a Primeira República, os que satisfizessem certos critérios que pudessem ser utilizados para atingir os objetivos propostos. Os critérios estabelecidos incluíram informações básicas com dados biográficos, de formação e atuação profissional no ensino municipal, e aspectos que envolvessem atividades sociais e culturais desenvolvidas pelos respectivos professores durante sua atuação profissional no ensino, de preferência no período da Primeira República.

Entre os diversos professores municipais identificados durante o período em foco, dois foram destaques: a professora Alice da Silva Paes e o professor Jerônimo Arantes, dos quais obtive maior quantidade de dados, embora dispersos e fragmentados. Em razão da carência de dados sobre todos os demais professores, e diante do conjunto de informações obtidas ao longo da pesquisa sobre Alice Paes e Jerônimo Arantes, estes foram selecionados para explicitar com fundamentação teórica os diversos profissionalismos do professor.

Defino profissionalismo por ser um processo sistêmico de identificação do caráter profissional no exercício habitual de ensinar. Há uma polissemia de significados sobre as categorias de análise, profissionalismo, profissionalização e profissionalidade, sendo esta uma característica que, por um lado, dificultou o desenvolvimento da pesquisa com maior agilidade. Entretanto, por outro, possibilitou o desenvolvimento com categorias maleáveis, enriquecidas pelas interdisciplinaridades de áreas de conhecimentos que se debruçam sobre o tema: a Sociologia, a História, a História da Educação, a Psicologia, as Ciências Aplicadas, etc.

Entre os argumentos utilizados para a definição do termo profissionalismo, conforme acima exposto, houve contribuições advindas, da análise derivada da filologia, bem como de autores que tratam sobre o tema. Por um lado a construção de significados positivos elaborados pelos filólogos Houaiss, Ferreira e Cabanellas, este último reconhecido autor argentino e profissional em diversas atividades vinculado à área do Direito.

Os dois primeiros autores convergem para a defesa do seguinte entendimento sobre profissionalismo: expõe o caráter daquele que é profissional; de procedimentos característicos dos bons profissionais; do conjunto de profissionais com sua maneira de ver e agir; da carreira do profissional.

Por outro lado, a construção negativa do termo promove a contraposição com o primeiro significado, e indica o contrário, sendo entendido como a manifestação de práticas consideradas amadoras, por serem produzidas por agentes sociais que não preencheram plenamente os quesitos socialmente reconhecidos como de profissionais.

Em Houaiss, encontra-se a explanação de que profissionalismo é um substantivo masculino oriundo da junção da raiz *profissional* com o sufixo *ismo*. Tem por antônimo a palavra amadorismo⁷², associada à ideia de amador, prática sem remuneração, prática caracterizada pela incompetência ou inabilidade por conhecimento superficial em algum assunto. Por fim, expressa a ideia de que o amadorismo está em oposição à ideia de profissionalismo.

De forma afirmativa, esse filólogo apresenta uma primeira acepção do termo profissionalismo apontando para “o caráter do que é profissional”; um segundo, vinculado ao regionalismo brasileiro, que diz sobre o “procedimento característico dos bons profissionais”, destacando a “seriedade, a competência, a responsabilidade, etc”. A terceira e a quarta acepções expressam, respectivamente, ser o “conjunto de profissionais, sua maneira de ver e agir” e o que diz respeito a “carreira de profissional”⁷³.

Ferreira apresenta três acepções para profissionalismo: “carreira de profissional”, “conjunto de profissionais”, e por último, a “maneira de ver ou de agir dos profissionais”. No que trata sobre o termo amadorismo, esse filólogo apresenta a ideia de ser “condição de amador”, característica “de não profissional”, e também de ser “doutrina, sistema ou regime contrário ao profissionalismo”⁷⁴.

No léxico castelhano de Direito, Cabanellas atribuiu para o *profesionalismo* o significado de “práctica o ejercicio de determinadas artes o deportes por medio de lucro”⁷⁵. Ressalta-se neste significado a atuação tendo por mediação um determinado lucro.

Verifica-se ainda, que a palavra profissionalismo resulta da junção do adjetivo *profissional* e do sufixo *ismo*, do grego *ismós*. O adjetivo traz o significado de conjunto que expressa qualidades, propriedades do estado ou o modo de ser do que exerce uma profissão,

⁷² Amadorismo expressa alguns significados: “1. *Qualidade ou condição de amador*; 2. *Dedicação, sem caráter profissional, a arte ou ofício; diletantismo*; 2.1 *Prática de esporte sem remuneração*; 3. *Regime contrário ao profissionalismo*.” Há o uso pejorativo apontando para “4. *Demonstração de incompetência ou inabilidade em uma atividade qualquer*; 5. *conhecimento apenas superficial de algum assunto ou alguma atividade*.” (Cf. AMADORISMO. In: DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

⁷³ Cf. HOUAISS. DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

⁷⁴ Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0. v.1.1. 2004.

⁷⁵ CABANELLAS, Guillermo. *Diccionario de Derecho Usual*. Buenos Aires: Heliasta, 1972, p. 397.

um ofício em uma determinada localidade. O sufixo *ismo*, indica a resultante de “doutrina, sistema, teoria, tendência, corrente”⁷⁶.

Os principais fundamentos encontram-se nas discussões teóricas das sociologias tradicional e/ou crítica que sustentam perspectivas divergentes e convergentes, estáticas e maleáveis sobre as categorias em foco. Há argumentos advindos da perspectiva estática sobre profissões, fundamentado no estrutural-funcionalismo que foi uma das primeiras a fixar conceitos diante de uma sociedade que vivenciava constantes e efervescentes configurações tanto materiais quanto nas ideias, a exemplo do norte-americano Talcott Edgar Frederick Parsons, entre os anos de 1939 e 1968, com referência primeira em sua obra *The professions and social structure*, de 1939. Eliot afirma que:

[...] o conceito profissão foi aceito sem questionamento por muito tempo e houve pouca elaboração sistemática sobre ele até a expansão da sociologia acadêmica nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial. O teórico americano mais conhecido, Talcott Parsons, fora provavelmente o primeiro a abordar as profissões em termos teóricos.⁷⁷

Nos fundamentos da concepção funcionalista-estruturalista com a Teoria dos Traços, os principais exemplos de profissões liberais, os médicos e os advogados são imputados por modelos diante das demais atividades profissionais, consequentemente, enquadraram o professor na desqualificação ou na semi-profissão⁷⁸.

Outra teoria sociológica, a dos interacionistas simbólicos, nos anos que se seguiram, produziam críticas considerando os significados dos conceitos em transição. Eliot Freidson, em sua obra *Renascimento do Profissionalismo*, apresenta sua proposta crítica vinculada à tendência dos interacionistas simbólicos sobre a situação das profissões na sociedade pós-industrial, em que os elementos essenciais do profissionalismo das profissões, antes de perderem sua força e desaparecerem, estão assumindo outra forma, hierárquica, sob o controle das elites profissionais. Pode ser considerado um dos principais autores dessa tendência, cujo foco de análise crítica está nas transformações dos elementos de renovação do profissionalismo que acompanha as novas configurações sociais, incluindo a hierarquização de função e a divisão moral do trabalho. Freidson afirma “que os elementos essenciais do profissionalismo está renascendo numa forma hierárquica em que os profissionais comuns

⁷⁶ Cf. ISMO. In: DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

⁷⁷ FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 34.

⁷⁸ SÁ, Patrícia Teixeira de. *A socialização profissional de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 41.

ficam sujeitos ao controle de elites profissionais que continuam a exercer a considerável autoridade técnica, administrativa e cultural que as profissões tiveram no passado”⁷⁹.

A partir dos anos de 1980, outras teorias críticas surgiram com perspectivas de análises distintas das anteriores, e defendem a ideia de que os conceitos são modelados com novos significados em coerência com as mudanças ocorridas no interior da sociedade, principalmente, a capitalista⁸⁰. Identifico obras neste movimento crítico dos autores Marisa C. Vorraber Costa, Thomas Popkewitz, José Contreras, Fernando Gil Villa, José Manuel Esteve, Francisco Imbernón, Andy Hargreaves, entre outros. Estes autores convergem na renovação da perspectiva sobre a profissão de professor e os elementos políticos de controle, de poder e conhecimento que estão envolvidos na trajetória de luta desses profissionais contra a precarização da atuação profissional. Ressaltam que deve haver distinção da especificidade na profissão de professor em comparação ao profissional liberal, superando os argumentos de tendências anteriores, e se propondo a estabelecer para este um *locus* específico na área educacional.

Pode-se compreender que os significados dos termos utilizados por esses autores de várias tendências teóricas são polissêmicos e confirmam que o significado da palavra profissionalismo depende do contexto.

Popkewitz argumenta que este é um conceito variável e sofre nova modelação à medida que as alterações da sociedade material se renovam⁸¹. O autor, em sua obra original, *Political Sociology of Educational Reform: Power Knowledge in Teaching, Teacher Education and Research*, publicada em 1991, fez a discussão teórica sobre as questões conceituais e históricas no estudo da mudança educacional nas reformas educacionais nos Estados Unidos da América, nos séculos XIX e XX.

Mudanças sociais e educacionais que Coelho, ao publicar seu livro em 1999, sobre as profissões liberais na transição do Império e a República no Rio de Janeiro, confirmou que de fato ocorreu, na transição desses séculos, uma onda ideológica que contaminou os Estados Unidos, de um estado a outro, em prol do profissionalismo com participação fundamental do governo desses estados para estabelecer maior controle sobre o ensino e os critérios de licenciamentos de profissionais com legislação regulatória em várias atividades, principalmente, nas vinculadas às profissões da área médica e jurídica. E mais, afirmou o

⁷⁹ SÁ, Patrícia Teixeira de. *A socialização profissional de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 48.

⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 38.

⁸¹ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 49.

autor que, no outro continente, na Inglaterra, a onda em prol do profissionalismo atribuiu ao Estado uma participação reativa e complementar, ficando para as associações representativas a incumbência do controle sobre a prática e licenciamento dos profissionais⁸². Diante desse controle, ora estatal, ora exercido pela própria categoria profissional, os fundamentos sobre o profissionalismo nutrem um conceito variável, dependente da onda renovadora que ocorre no decurso do tempo no contexto socioeconômico e cultural.

No século XIX, o profissionalismo sofreu alteração conceitual de significado por uma perspectiva oriunda de parte da sociedade norte-americana, a qual atribuiu que,

[...] devia pegar o racionalismo e competitividade do mercado e modificar o seu individualismo egoísta através de recompensas não-pecuniárias (glória e reconhecimento ligados à realização epistemológica) e financeiras, moderando, assim, um individualismo em transformação e promovendo uma comunidade moral-comum.⁸³

A alteração na perspectiva de leitura sobre o significado de profissionalismo fora resultado de mudanças no contexto socioeconômico e cultural norte-americano, pois passou a ser uma estratégia de modulação do individualismo egoísta para alterar a própria sociedade visando o estabelecimento de uma nova moral-comum, para adequação ao novo momento. Esse discurso sobre o profissionalismo agregou-se a “crença de que a ciência produziria um melhoramento social o que começou a dominar a política pública da Era Progressista”, de 1880 a 1920⁸⁴.

Para Popkewitz, na área de formação de professores a autoridade moral, a escolarização e o desenvolvimento profissional estiveram vinculados à linguagem de reforma e do profissionalismo. Houve uma intencionalidade implícita na atualização desse conceito, e de outros, visando, por um lado, mudança, ou e por outro, conservação.

No caso específico do profissionalismo, mudança para que os professores fossem participantes de novos papéis sociais, sob a capa de atualização profissional: “Os professores deviam ser ‘supervisores morais, organizadores políticos... substitutos aos pais, capazes de ter respostas para as transformações econômicas, sociais e culturais’”⁸⁵. Deveriam tomar atitudes

⁸² COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 37-40. Saliento que o autor fez uma autocrítica ao se apresentar, dizendo ser sua obra inclassificável. Em respeito, afirmo que a obra do historiador e sociólogo Coelho contribui para ser repensado e renovado o fundamento da tradição alicerçada na autonomia das profissões liberais.

⁸³ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 49.

⁸⁴ Ibidem, p. 58.

⁸⁵ Ibidem, p. 64.

sob a nova proposta moral, renovar seus compromissos com a sociedade e atuar com desempenho técnico e intelectual coerente com as mudanças propostas.

Aos debates ocorridos na sociedade norte-americana no decorrer da passagem do século XIX ao XX “justapôs noções de democracia protestante rural e comunitária contra um novo caráter profissional para o professor, um profissionalismo que veio a significar conhecimento especializado, ciência e uma nova ideologia de serviço público objetivo e apartidário”⁸⁶. A alteração no significado do conceito surgiu à medida que se alterava, conjuntamente, o contexto social com crescimento da escolarização de massa, aumento da produção econômica, divisão de gênero na produção técnica com valorização dos que assumiam os postos mais altos na hierarquia profissional.

Este momento confirma o argumento de Hargreaves, ao dizer que “pocas personas desean hacer algo respecto a la economía, pero todo el mundo – políticos, medios de comunicación y público en general – quiere hacer algo con la educación”⁸⁷. E em consequência, ao intervirem na educação, promovem irradiações para mudanças no caráter profissional do professor, em seu profissionalismo, no ato de ensinar.

Fonseca, Borges e Silva Júnior afirmam que pensar no ato de ensinar, é pensar em relações e saberes com historicidade e múltiplas relações:

Os saberes docentes e escolares são frutos de múltiplas e diversas relações entre sujeitos, saberes e prática socioculturais, constituídas em determinados tempos e lugares. Trazem implícitas as marcas, concepções e representações que seus produtores têm conhecimento, do ensino, da educação, da escola, da sociedade, da vida, do mundo.⁸⁸

Entretanto, com esse complexo de múltiplas relações imbricadas no caráter profissional do professor, o germe da atualização profissional ocorreu sob a ideia de progresso que legitimou o alicerce nos argumentos das ciências sociais como porta-voz para determinar o novo curso desse profissional.

A fé nesse novo profissionalismo [...] sustentada como parte de um discurso que vinculava o progresso social à ciência. O discurso científico foi levado à esfera das relações sociais com a finalidade de interpretar as relações sociais mais complexas e a interdependência entre as comunidades, além de

⁸⁶ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 88.

⁸⁷ HARGREAVES, Andy. *Profesorado, cultura y postmodernidad* (cambian los tiempos, cambia el profesorado). Tradução de Pablo Manzano. 4. ed. Madrid: Morata, 2003. p. 31.

⁸⁸ FONSECA, Selva G.; BORGES, Vilmar J.; SILVA JÚNIOR, Astrogildo F. Ensinar Geografia e História: relações entre sujeitos, saberes e práticas. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). *Currículos, saberes e culturas escolares*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007. p. 31.

restabelecer a autoridade moral, social e cultural através das tecnologias da reforma.⁸⁹

No final do século XIX, argumenta Popkewitz, por influência dos presidentes das universidades, ocorreu um aumento do reconhecimento do profissionalismo apartidário, mesmo temendo os exageros advindos possivelmente do radicalismo e dos professores organizados em busca da defesa dos seus direitos. Houve reação das instituições organizadas para se preservarem, estabelecendo maior cautela sobre o ativismo e a defesa dos direitos, colocando em discussão o papel do capitalismo, do sindicalismo e do Estado, como sendo os provedores de progresso material e espiritual.

Diante disso, enfatizou-se a necessidade do papel de profissionais especializados para orientar a intervenção. E a reação contra tais reivindicações apareceu: “em diversos casos, os professores que exigiam reestruturação social e institucional foram demitidos, sendo que os defensores mais agressivos, geralmente, perdiam qualquer chance futura de ocupar posições acadêmicas”⁹⁰. Essa reação contra alguns profissionais da educação surgiu por parte das instituições educacionais demitindo-os, excluindo-os de futuras oportunidades de contratação, como uma tentativa de correção ao processo de controle sobre o caráter do professor, que na atualização ao novo significado de profissionalismo, o mesmo fora nutrido pelas alterações em aspectos advindos da força estruturante, a profissionalização, que muito se expressa pelo instrumento legal das reformas educacionais e restrição da sua autonomia profissional.

Popkewitz afirma que uma das finalidades explícitas das reformas “é a de aumentar o profissionalismo dos professores, isto deve ser alcançado por um aumento da profissionalização do conhecimento, através de mudanças administrativas e pesquisas que inter-relacionam os diversos níveis da vida institucional”⁹¹, na qual é possível localizar um dispositivo legal para viabilizar a atualização das regras sociais, produzindo e deliberando as reformas, inclusive as educacionais, que visam, por paradoxo, manter e alterar a própria sociedade.

Utilizando o discurso de reformas na educação para que mudanças promovidas sejam dosadas, a ponto de não alterarem a atual estrutura de poder, não afetem com trincas ou fraturas as estruturas básicas da vida social, as reformas no ensino norte-americano, analisadas por Popkewitz, foram pautadas pelos princípios de conservação das instituições e

⁸⁹ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

⁹⁰ Ibidem, p. 99.

⁹¹ Ibidem, p. 115.

de alteração na finalidade da educação, e em decorrência, do caráter profissional do professor. Por um lado,

[...] o movimento em direção ao profissionalismo do professor, à responsabilidade e objetivos nacionais em relação à educação, pode ser entendido como a criação de estratégias institucionais de regulamentação cultural e mobilidade profissional que fazem parte das relações estruturais em formação.⁹²

Mais precisamente, o autor argumenta sobre a relação poder-conhecimento nas reformas educacionais, desmistificando-as como sinônimos de mudanças, identificando-as às estratégias político-administrativas utilizadas pelos diferentes grupos sociais para modular e estabelecer o controle social.

A retórica do profissionalismo é um exemplo da forma como os liberais e os conservadores produzem estratégias semelhantes para atingir programas diferentes. A retórica sobre o profissionalismo defende uma maior responsabilidade e autonomia do professor e visa criar valores de apoio à criatividade individual, à flexibilidade e ao raciocínio crítico. Assim, a atenção é voltada para o conhecimento técnico, administrativo e questões relacionadas com o *status* do professor, diminuindo, portanto, a atenção dada aos aspectos sociais e políticos subjacentes ao ensino e à padronização e aumentando a centralização e o controle.⁹³

Esta estratégia de controle social, por parte dos governos de Estado, tem utilizado em seus discursos da justificativa para se efetivar reformas para melhorar as condições humanas, num ciclo elíptico oscilante, de avanços e retrocessos, imerso na modernidade. Afirma Hargreaves:

La modernidad es una condición social impulsada y sostenida por la fe de la ilustración en el progreso científico racional, en el triunfo de la tecnología sobre la naturaleza y en la capacidad de controlar y mejorar la condición humana mediante la aplicación de este bagaje de conocimientos y dominio científicos y tecnológicos a la reforma social.⁹⁴

Sinalizo que há necessidade de ter a perspectiva sobre o profissionalismo do professor pela percepção da existência das duas forças opostas, interdependentes, que estão em constante tensão sobre a sua autonomia profissional: a profissionalização e a profissionalidade. Enquanto a primeira promove influência para alterar a prática profissional do professor com restrição, a segunda enfatiza a expansão da autonomia. Em razão disso, no

⁹² POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 124.

⁹³ Ibidem, p. 125-126.

⁹⁴ HARGREAVES, Andy. *Profesorado, cultura y postmodernidad* (cambian los tiempos, cambia el profesorado). Tradução de Pablo Manzano. 4. ed. Madrid: Morata, 2003. p. 35.

mesmo discurso sobre profissionalismo encontra-se esta tensão expressa em seus discursos e aplicações. Por um lado, com aprovação e valorização de elementos constitutivos da profissionalidade: estímulo à criatividade, à flexibilidade e ao raciocínio crítico; por outro lado, da profissionalização: maior valorização sobre procedimentos técnicos e administrativos que promovem o aumento do controle sobre a atuação do professor.

A cada nova época, surge a proposta de atualização de um novo profissionalismo para o professor. Neste sentido, busca-se interferir nos elementos constituintes tanto da profissionalização quanto da profissionalidade, de forma a encontrar a melhor composição, um novo equilíbrio diante da tensão sobre a autonomia do professor, para que o seu caráter profissional, uma vez atualizado às necessidades do contexto socioeconômico e cultural da sociedade, bem como das ideias pedagógicas evidentes.

Por exemplo, o conceito de profissionalismo do professor durante os séculos XIX e XX sofreu constante renovação e produziu um misto de significações, produto das inserções e resíduos sustentados pelas intenções expostas dos diferentes grupos sociais que contribuíram para a existência da sociedade norte-americana. Verifica-se que o mesmo fora conduzido pelo discurso do profissionalismo com estímulo ao aumento da autonomia do professor, entretanto, na prática, tal conceito sofreu a despolitização e a valorização técnica do professor. Assim, diante do discurso de que a reforma significaria aumento na autonomia do professor, o processo se desenvolveu e de fato contribuiu para a restrição da mesma. Popkewitz afirma a existência deste paradoxo neste discurso do profissionalismo:

[...] as noções tradicionais de centralização/descentralização do governo não são mais adequadas para descrever os atuais mecanismos de direcionamento; a atual reconstituição da regulamentação social contém referência ao profissionalismo, mas sem se referir aos aspectos do poder e sem envolver noções de estado. O novo profissionalismo contém elementos de compromisso religioso e de nacionalismo que são reminiscências do final do século XIX, mas essas suposições e valores existem numa configuração independente da ética, moral ou relações políticas.⁹⁵

E mais, afirma que apesar da retórica envolver a realização de programas públicos com maior grau de participação de informação na comunidade, bem como exigir maior profissionalismo do professor, as práticas nas reformas foram na direção oposta à retórica, em que a participação dos professores se traduzem na fé à nação, e não no aumento do raciocínio crítico. Um processo de alteração que envolveu tanto conservação quanto inovação.

⁹⁵ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 127.

Ao adentrar nos anos de 1980, o profissionalismo recebeu nova direção nos Estados Unidos oriunda do trabalho da National Commission on Excellence, de 1983, e do Grupo Holmes, em 1986, que apontaram para buscar a melhor utilização da especialização com uma organização mais hierarquizada, bem como, com melhor e maior controle interno ampliando ações para responder as demandas externas, princípios estes, situados nos elementos constituintes da profissionalização. Nesses relatórios o profissionalismo fora espelhado nos campos do direito e da medicina, ambos fundamentados nos princípios das profissões liberais, em que “[...] as histórias desses campos não são básicas para o desenvolvimento ocupacional da escolarização”⁹⁶. Diante disso, questiona o autor: o que tais conceitos advindos do século XIX estão fazendo nos conceitos sobre profissionalismo do século XX?

Em resposta, o próprio autor considera que houve uma assimilação na relação entre os relatórios anteriores, da virada do século, e os atuais, em que os aspectos fundamentais das ideologias do passado foram ressignificados e reafirmados recebendo “[...] um novo *status* e uma nova vitalidade, sob a retórica do profissionalismo”⁹⁷, ao ponto de promover, desde os anos de 1980, um movimento reformista nas escolas, em quase todos os estados da nação norte-americana, visando melhorar a qualidade do ensino, tendo por tema central tornar os professores mais profissionais e, portanto, com maior qualificação e, por que não, mais satisfeitos.

Por fim, conclui, entre outras coisas, que as estratégias de reformas educacionais adotadas nos Estados Unidos ocorreram por um conjunto de relações que têm continuidades e rupturas com épocas passadas, podendo ser examinadas pela análise de quatro elementos: a suposição de que existe um modelo de experiências e objetivos gerais; a intensificação do trabalho do professor; um aumento do monitoramento por novos esquemas de avaliação; e por último, o aumento da limitação sobre a autonomia do professor. Em suma, “a retórica pública sobre o profissionalismo foi transformada em questões de motivação, eficiência e auto-administração”⁹⁸. O profissionalismo restringiu aspectos da profissionalidade e valorizou os da profissionalização, resultando numa menor autonomia profissional do professor norte-americano.

Considero que isto tenha contribuído para a crise na profissão docente, que autores em outros países estudaram e identificaram. Por exemplo, Esteve utilizou da expressão mestra o

⁹⁶ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 173.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem, p. 217.

mal-estar docente diante da encruzilhada de perspectivas educacionais em que o professor ainda se mantinha com seu antigo discurso que não mais satisfazia plenamente. Diz o autor:

[...] transformações sociais aceleradas têm provocado a ruptura de qualquer sombra de consenso. As exigências da sociedade sobre o professor têm-se diversificado ante a presença simultânea de diferentes modelos educacionais, que envolvem diferentes concepções da educação, do homem e da mesma sociedade que, com essa educação, pretende-se construir.⁹⁹

As incessantes mudanças socioeconômicas e culturais no cenário ao redor do palco em que o professor atua na sua prática docente determinam constantes redefinições de valores, de compromissos, de atualização em elementos constituintes de suas competências, exigindo que o professor externe e não somente internalize a sua busca de respostas. No entanto,

[...] criticado e questionado, o professor viu diminuir seu valor social. Descontente com as condições em que trabalha, e às vezes, inclusive, consigo mesmo, o mal-estar docente constituiu-se uma realidade constatada e estudada, a partir de diversas perspectivas, por diferentes trabalhos de investigação.¹⁰⁰

O conceito de profissionalismo vinculado à ideia de progresso linear do caráter profissional do professor não se sustenta diante da estrutura corroída em crise da modernidade, atrelada ao capitalismo, que considerou o professor um profissional fundamental para a manutenção e divulgação de seus ideais, entretanto, esse profissional tem sofrido oscilações constantes diante de uma realidade instável.

Assim, apesar da visão de profissionalismo de grande parte da literatura atribuir ao professor a concepção de desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, houve uma contradição com a inserção de aspectos advindos da retórica da profissionalização como o aumento de monitoramento e da intensificação do trabalho que, associada às discussões das características ideais para ingresso, de atributos ético-profissionais, do uso de uma linguagem técnico-científica, projetados para atingir um *status* de profissional atualizado.

De acordo com Popkewitz, “os professores viam o aumento de avaliação e a manutenção de registros como parte do complicado processo de profissionalismo. Isso foi percebido como um meio pelo qual os professores demonstravam o conhecimento e as habilidades que possuíam”¹⁰¹. E mais, essas estratégias evidenciaram uma contradição fundamental, em que na retórica do profissionalismo exigia-se dos professores maior grau de

⁹⁹ ESTEVE, José Manuel. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 21-22.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 22.

¹⁰¹ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 221.

responsabilidade e nem tanto de competência, e resultou em uma atenção maior ao trabalho extra e de avaliação.

Concordo com os argumentos de Popkewitz ao afirmar que

[...] as práticas de reforma contemporânea contêm palavras de profissionalismo e ciência que têm feito parte do vocabulário da escolarização desde o século XIX. Elas têm sido e são elementos da regulamentação social da escolarização. Suas suposições e implicações mudaram na medida em que as ecologias das epistemologias e os padrões institucionais passaram a conter novas relações sociais.¹⁰²

A trajetória percorrida pelo profissionalismo norte-americano aponta para uma configuração de momentos críticos, ao ponto de existir, no início do século XIX, reformas educacionais que pretendiam, pelo profissionalismo, “eliminar o mal e o pecado dos desafortunados”, ancorado no ato de “‘professar’ a sinceridade cristã”, associando a racionalidade científica à responsabilidade moral, num contexto que o estado moderno assumia a responsabilidade de progresso social e econômico. No século XX, as reformas apontaram para um novo caráter do profissional como formador de cidadãos esclarecidos e talhados para o trabalho. Transformações advindas dos aspectos socioeconômicos e culturais¹⁰³, numa sociedade capitalista em constante movimento de renovação de si mesma.

¹⁰² POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 231.

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, p. 236.

1.3 Constituição da profissionalização da profissão de professor na educação

A profissionalização do professor é uma das forças estruturantes do profissionalismo, portanto, vinculado à identidade da profissão do professor, caracterizada por ser histórica, externa, hierárquica no processo de controle sobre a autonomia profissional, estabelecendo demarcações nas dimensões: reconhecimento público no tempo destinado ao exercício da profissão; o suporte legal com os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas; a necessária formação específica em estabelecimento especializado; e o estímulo à participação em grupos, ou associações, ou organizações, e/ou instituições nucleadas por profissionais e/ou agentes envolvidos na profissão de professor, bem como nas que o mesmo seja reconhecido como membro de determinada sociedade que desenvolve atividades nas áreas da educação, cultura e da intelectualidade.

Esta definição é oriunda dos argumentos de Nóvoa ao estabelecer as categorias da profissionalização do professor em Portugal, em quatro etapas, sob duas dimensões e em um eixo estruturante. Outra parte advém de argumentos complementares elaborados durante a realização do texto dissertativo em 2004, no aspecto do suporte legal, que são: atribuições de direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas.

Ressalto, entretanto, que as atribuições que esse autor estabeleceu e que estão contidas nas duas dimensões e no eixo estruturante vinculado às suas categorias, localizo-as na outra força estruturante da profissionalidade, a ser apresentada na sequência. Para Nóvoa, a primeira dimensão: é o conjunto de conhecimentos e de técnicas necessários para o exercício qualificado da atividade docente, em que os saberes teóricos e instrumentais tendem para um estreitamento de contacto com as disciplinas científicas. Essa dimensão encontro na competência técnica e intelectual da profissionalidade. A segunda está vinculada a valores éticos e a normas deontológicas que regem, além do cotidiano educativo, também as relações com o corpo docente, em que a identidade profissional mantém relações no contexto histórico da escolarização. Essas são identificadas nas dimensões de obrigação moral e compromisso com a comunidade da profissionalidade.

Quanto ao eixo estruturante em que o professor goza de grande prestígio social e usufrui de uma situação digna, e que são consideradas fundamentais para o cumprimento de

sua missão de professor¹⁰⁴, compreendo que estes estão localizados no profissionalismo do professor, por ser a reverberação da atuação desse profissional junto à sociedade.

Com base nas quatro categorias de Nóvoa, desenvolvi um texto dissertativo sobre o processo de profissionalização do professor municipal de Uberabinha, na faixa de tempo entre 1892 e 1930, em que os resultados obtidos foram, em síntese, a identificação de três momentos da profissionalização do professor local: o primeiro, o de Construção do perfil (1892-1899); o segundo, o de Consolidação desse perfil (1892-1923); e o terceiro, o de Atualização do perfil do professor municipal (1923-1930).

Do primeiro ao último momento foi possível verificar a produção de um suporte legal apropriado para alterar o perfil do professor municipal. A produção desse suporte legal foi elaborada nas discussões dos vereadores da Câmara Municipal de Uberabinha, em um processo lento em seu desenvolvimento, que primeiro estabeleceu a prioridade de ter um professor com o perfil que abarcasse, tanto na competência quanto na conduta moral, estímulo para a formação de conteúdo do ensino primário para leitura, escrita e fazer contas, bem como na defesa dos princípios republicanos, positivistas, liberais e democráticos. Ao atingir o último momento desse período, o perfil do professor exigido na profissionalização foi de preferência ser o de uma professora habilitada com o diploma da Escola Normal, considerada formação profissional apropriada pela sociedade moderna para ser professor, com conhecimento científico atualizado e apropriado para atuar em instituições educativas urbanas¹⁰⁵. Esse trabalho de pesquisa realizado foi fundamental para iniciar a compreensão sobre os elementos constituintes do profissionalismo e da profissão docente.

A profissão de professor foi constituída entre os séculos XVI e XX na Europa, conforme argumentam tanto Julia quanto Nóvoa em seus trabalhos sobre a configuração dessa profissão. O primeiro, com respeito a Europa, e o segundo, tendo por foco Portugal.

Julia considera a existência de duas etapas importantes desse processo de profissionalização docente: a primeira abarca o período quando do desmembramento da Cristandade em confissões plurais. Entre os séculos XVI e XVIII, “ser cristão não é mais, como nos séculos passados, somente pertencer a uma comunidade, manifestando-se como tal,

¹⁰⁴ Cf. NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 17, 18.

¹⁰⁵ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas. *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 115-186.

mas ser capaz de proclamar pessoalmente as verdades da fé e ser instruído sobre as verdades de sua religião”¹⁰⁶.

No final do século XVIII, evidencia-se a segunda etapa, quando da substituição da função controladora, promotora e organizadora dessa formação docente, polarizada nas mãos das instituições religiosas e das corporações municipais, que passou para os Estados. Compreende-se que a função do professor na Europa, durante os séculos referidos, esteve sob a tutela ou da Igreja ou do Estado, por ser uma função social estratégica tanto para inovação quanto para conservação e, portanto, fundamental para consolidar transições. Julia afirma, neste sentido, que

A segunda etapa da profissionalização poderia ser situada no momento em que os Estados substituem as Igrejas e as corporações municipais no controle do ensino: esta etapa situa-se no fim do século XVIII e coincide com a supressão da Companhia de Jesus, que obrigou, durante um período muito breve – 15 anos, de 1759-1773 – os Estados católicos, a considerar substitutos para os professores de mais ou menos 600 colégios, distribuídos por toda a Europa católica.¹⁰⁷

Nóvoa focou o seu estudo sobre a profissão docente em Portugal desde o século XVI até o século XX, e afirmou que essa profissão se consolidou nos séculos anteriores a este último, numa “história solidária da ‘ideologia do progresso’ herdada das luzes e impregnada de uma visão optimista do ‘modelo escolar’”¹⁰⁸.

Professor, que durante séculos assumiu atribuições de ser em parte responsável por contribuir para elaboração, organização, sistematização, propagação e atualização do conhecimento circulante, desde os tempos antigos até o presente momento, além de outras atribuições concomitantemente desenvolvidas. Entretanto, na transição das épocas Moderna para a Contemporânea, tornou-se uma profissão em processo de institucionalização, passando “ [...] pela regulação religiosa entre os séculos XV e XVIII, e a partir do século XIX tem sido predominantemente regulada, pelo Estado”¹⁰⁹.

Neste processo a caminho da modernidade, a função exercida pelo mestre-escola foi ocupada pelo professor, em razão de se buscar um perfil profissional que abarcasse o

¹⁰⁶ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. SBHE, n.1, jan./jun. 2001, p. 25.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 30.

¹⁰⁸ NÓVOA, António. *Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)*. Lisboa Codex: Universidade Técnica de Lisboa/ISEF, 1986. p. 54.

¹⁰⁹ ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio Pádua Carvalho. À guisa de um inventário sobre as escolas normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960). (Apresentação). _____. (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 15.

exercício em tempo integral, formação apropriada, suporte legal para a execução da tarefa profissional, bem como a constituição de associações profissionais, que instituíram aspectos do perfil do professor nos tempos modernos.

Araújo, numa análise da formação docente no século XX pela imprensa, alicerçou em sua discussão que as primeiras experiências de formação docente datam do século XVII, vinculadas às Instituições religiosas.

A primeira experiência de formação docente que se tem notícia é de responsabilidade de Charles Démia, um abade francês, que viveu entre 1636 e 1689. Em 1678 funda uma escola normal, que não sobrevive à sua morte. Também é dos finais do século XVII, a iniciativa de Jean Baptiste de la Salle (1651-1719), francês, fundador da Congregação dos Lassalistas, que funda em 1688 uma escola de formação de professores. Uma de suas obras pedagógicas, *Conduta das Escolas* (1993), resultante de vários anos de experiência, é fundamentalmente prescritiva com relação à ação do professor, mas marcantes na configuração do ser professor.¹¹⁰

O autor recorre a citações de Lutero (1524) e de Erasmo de Roterdã (1460-1536) que desde o século XVI reivindicam a especialização e o empenho do Estado de formar os formadores dos futuros cidadãos, a exemplo do que se faz com os que ensinam a arte da guerra ou a arte do canto.

Verifica-se que as origens desse profissional da educação estão enraizadas nos desejos e missões assumidas de ordens religiosas. Origem esta que tem sido utilizada por muitos, inclusive governos e dirigentes, para impor ao professor um distanciamento de reivindicações por melhores condições de trabalho e de remuneração, ao apontar a faceta sacerdotal e missionária da ação de ensinar.

Nóvoa, em seu texto *O passado e o presente dos professores*, contribuiu fundamentalmente para a discussão sobre essa profissionalização docente em Portugal com o modelo de análise com quatro etapas: ocupação principal; licença do Estado; formação e associativismo; duas dimensões: conhecimentos técnicos e normas/valores; e um eixo estruturante. O autor também utilizou dos questionamentos levantados por Julia em sua obra *Lês trois couleurs du tableau noir. La révolution* (1981), acerca da mesma temática, dos questionamentos sobre o perfil do professor ideal:

¹¹⁰ ARAÚJO, José Carlos Souza. A formação do professor na imprensa de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa-PB, *Anais...* João Pessoa, 2003. 1 CD-ROM.

[...] um período chave na história da educação e da profissão docente. Por toda a Europa procura-se esboçar o perfil do professor ideal: Deve ser leigo ou religioso? Deve integrar-se num corpo docente ou agir a título individual? De que modo deve ser escolhido e nomeado? Quem deve pagar o seu trabalho? Qual a autoridade de que deve depender?¹¹¹

Este conjunto de indagações se inscreve num movimento de secularização e de estatização na constituição dos novos estados nacionais que buscavam utilizar-se da estratégia elaborada pelas autoridades eclesiásticas para administrar o trabalho do professor. Do mesmo modo, o próprio professor passou por um processo de adaptação para estar a serviço desses governos seculares, tendo por retorno o reconhecimento público da sua atuação profissional com a devida remuneração financeira. Passou também a buscar superar o argumento da vocação, da missão, empenhando-se para estabelecer equilíbrio em seu profissionalismo diante da tensão que a força da profissionalização exercia sobre sua autonomia profissional, com a lógica a modelar o professor por argumentos legais utilizando das reformas educacionais, resultando em constantes alterações no suporte legal sobre o seu perfil profissional.

Os argumentos e os questionamentos de Julia e Nóvoa continuam a instigar pesquisas na tentativa de respondê-las. Ciente de que a função docente caracteriza-se por possuir essa origem em uma atividade subsidiada e não especializada, uma ocupação secundária vinculada a atividades comprometidas às ordens religiosas, prioritariamente, a exemplo das congregações dos Jesuítas e dos Oratorianos, afirma Nóvoa que “a gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformam em verdadeiras congregações docentes”¹¹².

Entretanto, desenvolveu-se a função docente buscando constituir um corpo próprio de saberes e técnicas, com base no conhecimento e nas estratégias de ensino. Nóvoa considera que esse corpo de saberes e de técnicas fora produzido por teóricos e especialistas externos ao mundo dos professores¹¹³. Por esta perspectiva, considero que tal corpo de saberes e de técnicas terá de ser viabilizado pela força da profissionalização. Todavia, pela perspectiva estabelecida nesta pesquisa, esse mesmo conjunto de saberes e técnicas ao ser imposto aos professores para sua atualização do perfil profissional o serão por assimilação e ressignificação constituindo-se parte da sua competência técnica vinculada à ação da profissionalidade.

¹¹¹ NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p.12.

¹¹² Ibidem, p. 12-13.

¹¹³ Ibidem, p. 13.

A diferença encontrada entre o “perfil ideal”, estabelecido e prescrito no corpo legal, e o perfil real do professor, em atuação profissional dentro de uma instituição educativa, pode ser compreendida pelos limites que a profissionalização encontra diante da manifestação do poder que a profissionalidade tem em oportunizar ao professor o ato de ressignificar, por apropriação, esse corpo de saberes e técnicas, primeiramente, externo, e posteriormente como próprios do seu perfil profissional. Diante desse raciocínio, pode-se compreender poderes distintos entre as duas forças estruturantes, o de padronização advinda da profissionalização e o de diferenciação da profissionalidade.

Nóvoa afirma que a profissão docente no seu processo de identificação e especialização necessitou de se estruturar com a elaboração de um conjunto de normas e valores, que também foram produzidos no meio exterior à função do professor, estabelecidos ora pela Igreja, ora pelo Estado. Ressalta ainda, que no processo de elaboração dessas normas e valores, seja por vocação ou por ofício,

[...] os professores nunca procederam à codificação formal das regras deontológicas, o que explica pelo facto de lhes terem sido impostas do exterior, primeiro pela igreja e depois pelo Estado, instituições mediadoras das relações internas e externas da profissão docente. E, no entanto, é incontestável que os professores integraram este discurso, transformando-o num objeto próprio [...].¹¹⁴

Considero correto este raciocínio elaborado por Nóvoa que está fundamentado pela perspectiva da profissionalização, sendo respaldada, preponderantemente, por valores externos para o estabelecimento da deontologia da profissão de professor. Por outra perspectiva, posso salientar que sendo esta uma das forças estruturantes do profissionalismo do professor, a mesma tem seus limites tensionados com a contraposição da força da profissionalidade sobre a autonomia profissional. A profissionalidade se encarrega de ressignificar os valores externamente atribuídos pela força da profissionalização, e tem o maior empenho de trazer para o profissional a oportunidade de estabelecer sua própria deontologia profissional.

Associado a estas questões de possuir um corpo próprio de saberes e técnicas com um conjunto de normas e valores, o exercício da função do professor a cada passo, a cada nova etapa, confirma a necessidade da especialização, da concentração de esforços, do tempo para aperfeiçoamento e atualização de técnicas pedagógicas, da necessidade de atualização de conhecimento dos novos currículos escolares:

¹¹⁴ NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 13

[...] simultaneamente com este duplo trabalho de um corpo de saberes e de um sistema normativo, os professores têm uma presença cada vez mais activa (e intensa) no terreno educacional: o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas pedagógicas, a introdução de novos métodos de ensino e o alargamento dos currículos escolares dificultam o exercício do ensino como actividade secundária ou acessória. O trabalho diferencia-se como ‘conjunto de prácticas’, tornando-se assunto de especialistas, que são chamados a consagrar-lhe mais tempo e energia.¹¹⁵

O professor envereda-se por um caminho moderno que o levaria a tornar-se um profissional. Não que tenha, necessariamente, de vincular-se a uma associação corporativa de ofício que o represente, pois sua origem e sua identidade profissional estavam a serviço da Igreja ou do Estado. Todavia, possui este a sua autonomia profissional delimitada por outro, a exemplo, na substituição da Igreja pelo Estado no controle da atuação dos professores, novos critérios foram estabelecidos para seleção e nomeação dos mesmos. Além de serem exigidas maiores habilidades técnicas e saberes, os professores necessitavam adaptar-se a novos conjuntos de normas e valores determinados por Estados nacionalistas e centralizadores, que buscavam homogeneizar, pela educação, a formação nacional¹¹⁶. Os professores, na busca por reconhecimento profissional e de espaço social,

[...] aderem a este projeto, que lhes assegura um estatuto de autonomia e de independência em relação ao pároco, aos notáveis locais e às populações: a funcionarização deve ser encarada como uma vontade partilhada do Estado e do corpo docente. E, no entanto, o modelo ideal dos professores situa-se a meio caminho entre o funcionalismo e a profissão liberal: ao longo da sua história sempre procuraram conjugar os privilégios de ambos os estatutos.¹¹⁷

Diante dos modelos de profissionais à época, os professores, enquanto categoria e na busca de sua própria identidade, por um lado se empenharam para ser autônomos, a exemplo do profissional liberal, e por outro, para serem inseridos na categoria de funcionários do estado.

Esta questão pode ser entendida ao estabelecer a localização da identidade do professor sendo um profissional da educação, e implicitamente sobre a mesma sempre haverá princípios norteadores nas sociedades, não sendo necessário mantê-lo na busca de uma identidade entre liberais e não liberais.

O Estado, por interesse e necessidade, diante da proposta de contribuir na constituição da identidade do professor, utiliza da prerrogativa de que necessita nortear a educação para o bem da sociedade e assume frente para o estabelecimento de um corpo de normas e valores,

¹¹⁵ NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 13.

¹¹⁶ Ibidem, p. 14.

¹¹⁷ Ibidem.

bem como em potencializar a atualização dos novos saberes e técnicas aos professores que estão ao seu serviço.

A partir do século XVIII, o controle do Estado sobre o exercício da profissão do professor passou pela licença ou autorização dos órgãos do Estado. Em contrapartida, o professor adotou esta licença como parte do processo de legitimação da profissionalização, reconhecimento social e profissional. Ambos os agentes, professores e Estado, se beneficiam com esta ação.

No processo de profissionalização do professor, há outra etapa que se fez presente, a da criação de estabelecimentos apropriados para a formação destes profissionais, a exemplo das escolas de ofícios. Tais escolas passam a ser denominadas Escolas Normais, sobre as quais Nóvoa argumenta durante os séculos XIX e XX:

As escolas normais representam uma conquista importante do professorado, que não mais deixará de se bater pela dignificação e prestígio destes estabelecimentos: maiores exigências de entrada, prolongamento do currículo e melhoria do nível acadêmico são algumas das reivindicações inscritas nas lutas associativas dos séculos XIX e XX. As escolas normais estão na origem de uma verdadeira mutação sociológica do corpo docente: ‘o velho’ mestre-escola é definitivamente substituído pelo ‘novo’ professor de instrução primária.¹¹⁸

Após trilharem este percurso em Portugal, entre os séculos XVI a XX, e numa faixa de transição entre o final do XIX e início do XX, aos professores foi constituído um perfil com as seguintes características, segundo Nóvoa:

[...] vistos como indivíduos entre várias situações: não são burgueses, mas também não são povo; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. Estas perplexidades acentuam-se com a feminização do professorado, fenómeno que se torna bem visível na viragem do século e que introduz um novo dilema entre as imagens masculinas e femininas da profissão.¹¹⁹

Por último, neste processo Nóvoa identifica a formação de associações de professores, num movimento associativo de profissionais que já atuavam, dos que atuam, e dos que no futuro atuarão, com vistas a garantir conquistas e reivindicar melhorias para os membros desta

¹¹⁸ NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 15.

¹¹⁹ Ibidem.

categoria profissional, basicamente, em três eixos: melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira¹²⁰.

Explicitamente, Nóvoa conclui que o processo da profissionalização do professor ocorreu em torno das quatro etapas, as quais estão sob duas dimensões e em um eixo estruturante. As etapas se caracterizam por não obedecerem a uma sequência rígida, a saber:

1. Exercer a atividade docente em tempo integral, ou pelo menos, como ocupação principal, não uma atividade passageira, mas sim como um trabalho que ocupa uma parte importante de sua vida profissional;
2. São detentores de uma licença oficial, e para tanto, possuem um suporte legal para o exercício da profissão que confirma a sua condição de profissional do ensino, bem como funciona como instrumento de controle e de defesa da identidade dessa profissão;
3. Possui uma formação profissional, especializada em instituições apropriadas e destinadas a este fim; e
4. Participam em associações profissionais, que desenvolvem um espírito corporativo na defesa do estatuto dos professores¹²¹.

As duas dimensões que alicerçam a constituição dessas quatro etapas no desenvolvimento da profissionalização do professor são: um conjunto de conhecimentos e de técnicas necessárias ao exercício qualificado da atividade; e um conjunto de valores éticos e normas que regem o cotidiano educativo, as relações no interior e no exterior dessa função.

Nóvoa fixou um eixo estruturante no qual se desenvolveu o processo de profissionalização e que garante o cumprimento do exercício da função do professor, que é o prestígio social associado a uma situação econômica digna¹²².

A meu ver, os argumentos desse autor são fundamentais para a redefinição da categoria da profissionalização nesta pesquisa. Entretanto, assim o faço com o estabelecimento da relação sistêmica entre as demais categorias, quais sejam, o profissionalismo e a profissionalidade.

A profissionalização, uma das forças estruturantes constituintes de parte da identidade da profissão do professor, é caracterizada por ser histórica; por ter fontes tangíveis aos instrumentos de análise científica, preponderantemente externas ao professor; hierárquica, por

¹²⁰ NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991, p. 16.

¹²¹ Cf. Ibidem, p. 16-17.

¹²² Cf. Ibidem, p. 18.

ser considerada verificável na relação com as fontes da profissionalidade; demarca as dimensões de reconhecimento público, no tempo destinado ao exercício da profissão; o suporte legal com os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas; a necessária formação específica em estabelecimento especializado; e o estímulo à participação em grupos, ou associações, ou organizações, e/ou instituições nucleadas por profissionais e ou agentes envolvidos na profissão de professor.

Atribuo entre as características da profissionalização que, ao sofrer alguma alteração entre os argumentos de seus elementos constitutivos, conseqüentemente, promove certa tensão para que o caráter profissional do professor seja redelineado. Saliento que as novas alterações imputadas por esta força estruturante, geralmente com uso do instrumento do suporte legal, serão transferidas mais rapidamente e com menor resistência, na proporção em que estiver em maior intimidade com as dimensões socioeconômicas e culturais. Ao contrário, quanto menor esta intimidade, maior será a resistência e um longo processo para alteração do caráter profissional do professor.

As novas alterações imputadas sobre a profissão do professor necessitarão de pouca mobilidade de sujeitos ou instituições para serem transferidas para o professor, pois possui forte pressão ideológica sustentada pelo poder concentrado nas instituições que promovem aumento de tensão para rápido trânsito de valores culturais. Assim, promove-se a constituição de marco histórico e intersecção ao conceito anterior diante do novo, ao ponto de provocar estranhamentos a princípio, e por persistência e estímulo, com o passar do tempo desenvolve, na relação com a profissionalidade, movimento de tendência ao equilíbrio e predominância do novo. Tal equilíbrio ocorrerá num processo posterior em que aspectos da profissionalidade do professor processarão e assimilarão novos princípios, num momento de acomodação na identidade profissional do professor.

Esta argumentação é fundamental para se adentrar na História da Educação, e de professores, de instituições escolares, de comunidades e buscar encontrar relação entre os vestígios deixados que possam contribuir para a compreensão dos diversos profissionalismos do professor, sendo a profissionalização uma força impulsionadora e constante para a atualização do caráter profissional do professor.

Sobre esta questão, ao mover a atenção para o século XIX, no Brasil, pode ser verificado que cresceu a intervenção do Estado em todo o processo de constituição socioeconômica e cultural durante o regime do Império. O professor, tanto aquele que transitou do voluntário idealista do século XIX para ser funcionário público do Estado, bem

como o que foi professor particular subvencionado, ambos foram cobertos pela legislação educacional do Estado, das Províncias e das municipalidades.

No Império, nova perspectiva se instalou, predominando a ideia de que até meados do século XIX, para este profissional da educação, atribuía-se um caráter de “professor-agente transmissor da ideologia do Estado”¹²³, de moral religiosa católica e de civilidade ordeira, com uso do método lancasteriano, que pode ser identificado na figura do mestre-escola.

Durante a segunda metade desse mesmo século, surgiu nova proposta para a formação e, por conseguinte, de atuação do professor, proveniente de um redirecionamento com base nos princípios liberais e democráticos, que estabelecia o professor especializado, reconhecido na figura do normalista, como perfil “fundamental na construção do magistério enquanto classe profissional”¹²⁴.

O Ato Adicional de 1834, em seu inciso segundo do artigo 10, contribui para pulverizar e diversificar o processo de desenvolvimento educacional e escolar no Brasil, pois estabeleceu às Assembleias das Províncias o encargo de regular a instrução primária e secundária, reservando ao governo central a administração do ensino superior e do município neutro¹²⁵. Após este Ato Adicional, a profissionalização do professor no país se fez mais presente com o estabelecimento de legislação apropriada e diversificada, em razão do ritmo diferenciado de desenvolvimento das Províncias e do surgimento de estabelecimentos próprios para a formação dos professores, as escolas normais.

Dentro das várias Províncias brasileiras, ocorreu a criação de escolas normais nas décadas de 1830 e 1840, e a primeira delas foi a Escola Normal de Niterói, pela Lei Provincial n. 10, do Rio de Janeiro, de 4 de abril de 1835, localizada na capital da província fluminense¹²⁶. Nas Províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e de Goiás, com base em estudos realizados por pesquisadores nas últimas décadas, pode-se constatar que o processo de escolarização e de profissionalização do professor, mesmo em contextos distintos e ritmos diferentes, apresentou-se no caminho da centralização do Estado sobre estes processos, posicionando o professor entre a restrição de autonomia e o ganho do assalariamento.

¹²³ VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 32; 43.

¹²⁴ Ibidem, p. 43-44.

¹²⁵ Cf. AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da Cultura*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. (Parte 3 - Da Cultura Brasileira). p. 74.

¹²⁶ VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Op. cit., p. 33.

A Escola Normal de Niterói foi uma importante instituição formadora de professores no Império e exerceu por 46 anos grande influência. Essa província funcionou como um laboratório de práticas que eram estendidas a todo o país pela supremacia que os políticos fluminenses exerciam em nível nacional e cujas bases se encontravam em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro¹²⁷. Durante esse período, a circulação do conhecimento construído na mesma irradiava-se em outras regiões do país, como também na Corte que recebeu a sua primeira Escola Normal em 1881.

Em Goiás, a partir de 1847, surgiram os Liceus e estabeleceu-se a exigência por lei da ocupação das vagas de professores primários por normalistas, em 28 de julho de 1858, e pela Resolução n. 15 foi criada a primeira Escola Normal na Província. Entretanto, “nesta época não havia interesse pelo exercício do Magistério, pois os salários ou eram irrisórios ou eram inexistentes e além da desqualificação do professor [...]”¹²⁸.

Na Província de Minas Gerais foi criada a primeira Escola Normal pela Lei n. 13 de 28 de março de 1835, em Ouro Preto, que se tornou espaço de atualização teórica e prática aos professores dentro do território mineiro. Essa escola foi estabelecida no dia 5 de agosto de 1840, ou seja, cinco anos após a sua criação, ficando sua direção a cargo do Professor Francisco de Assis Peregrino. Após a institucionalização da escola, passa-se a exigir dos professores a ida à Capital para que pudessem se habilitar no método de ensino transmitido nessa instituição, sendo posteriormente submetidos a exame para receber o diploma de professor¹²⁹.

Em relação à Província de São Paulo, a discussão da instalação da Escola Normal pode ser associada ao destino das órfãs do Seminário de Educandas da Capital, o qual foi incumbido de oferecer às meninas órfãs com limite de idade de quinze anos, formação para ingressar na primeira Escola Normal da Província de São Paulo, criada pela Lei n. 34, de 16 de março de 1846. A profissão docente surge para estas órfãs como um meio de inserção social por meio de uma profissão considerada digna pela sociedade paulista. Neste caso houve intencionalidade dos governantes em estabelecer, pelo caminho seguro para o Estado, a disciplinarização social para as meninas órfãs.

¹²⁷ VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 105.

¹²⁸ MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. *A história da formação docente: a singularidade da Escola Normal*, Rio Verde, GO (1933-1972). Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000. p. 77.

¹²⁹ GOUVEA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*. SE/Governo de Minas. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. p. 21-22.

Na Câmara Provincial de São Paulo, a partir de 1836, foi estabelecido um processo de discussão sobre o destino para as órfãs deste Seminário e relacionou-se com a Escola Normal tendo como resultado alternativo a Lei n. 31, de 7 de maio de 1857, que no seu artigo 27 estabeleceu que as educandas fossem conservadas no Seminário até a idade de 25 anos e que de 21 a 25 fossem obrigadas a empregar-se no magistério ou em casas de famílias como criadas graves: “[...] àquelas que não possuíam a precisa capacidade para o professorado, era necessário procurar outros meios de habituá-las a viverem honestamente do seu trabalho”¹³⁰. Caso contrário, seriam despedidas do estabelecimento logo que completassem a dita idade limite de permanência.

Verifica-se que não havendo a possibilidade de as meninas órfãs serem inseridas no quadro estadual de professoras, as mesmas teriam certa dificuldade de reconhecimento profissional e valorização social.

A profissionalização do professor no país no século XIX, a partir destes exemplos citados, passa por uma discussão que abarca desde a necessidade de existir um suporte legal, incluindo a criação de estabelecimentos apropriados para a formação de professores e de atualização teórica e prática para o exercício docente, bem como da manifestação de falta de interesse e de uma remuneração digna com base na condição socioeconômica e cultural desse contexto.

No início do Brasil República o processo de profissionalização docente se desenvolveu no sentido do Estado estabelecer, difundir e exigir novo perfil do professor, segundo seus interesses, utilizando-se da alteração do suporte legal, bem como no redirecionamento para que as escolas normais atualizassem conteúdo e método aos princípios republicanos, democráticos, positivistas, e alcançar o objetivo de modelar as futuras gerações pela escolarização¹³¹.

Araújo afirma que “oitenta e nove anos separam a primeira Escola Normal efetivada em 1835 em Niterói, RJ, da emergência da mesma em Uberlândia, MG. Esta é criada em fins de 1924, e equiparada em 03/09/1926”¹³². E o autor ressalta que o fato da instalação e posterior equiparação da primeira Escola Normal de Uberabinha à Escola Normal de Belo

¹³⁰ GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Uma genealogia de práticas educativas na província de São Paulo: 1836-1876. 2001. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. v I e II.

¹³¹ Cf. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza. Reflexões sobre um projeto ético para os profissionais da Educação. In: _____. *Caminhos da profissionalização do Magistério*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 153-176.

¹³² ARAÚJO, José Carlos Souza. A Gênese da Escola Normal de Uberabinha, MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: _____. FREITAS, Anamaria G. Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2008. p.322.

Horizonte, da capital mineira, à época fora saudado na imprensa local como a proclamação da independência intelectual local¹³³.

Com foco no professor municipal em meados dos anos de 1920, considero que podem ser identificadas em pleno desenvolvimento na própria sociedade de Uberabinha, três das quatro etapas de análise elaboradas por Nóvoa sobre o processo de profissionalização do professor, com o surgimento da Escola Normal na cidade. Reserva-se, para as décadas seguintes, a constituição da última etapa, a da emergência de participação em associações profissionais, que desenvolvem um espírito corporativo na defesa do estatuto dos professores.

No próximo tópico apresento argumentos sobre a definição, constituição e relação sistêmica da profissionalidade no processo do profissionalismo do professor.

¹³³ Cf. ARAÚJO, José Carlos Souza. A Gênese da Escola Normal de Uberabinha, MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: _____; FREITAS, Anamaria G. Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2008. p. 338.

1.4 Configuração da profissionalidade do professor na educação

A profissionalidade é uma das duas forças estruturantes da identidade do professor que se caracteriza por nutrir o estímulo à autonomia profissional. Isso se faz por dimensões norteadoras de princípios e de valores, com respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e à competência profissional. Essa força estruturante contribui para a constante renovação do caráter profissional do professor, de seus diversos profissionalismos, nas relações e práticas sociais e profissionais. Esta definição está alicerçada em Contreras¹³⁴.

Uma questão que surge sobre a profissionalidade é a seguinte: existe ou é mais uma falácia acadêmica para ocupar o tempo? Explicitamente, a questão seria: existe a profissionalidade? Esse termo inexistente no dicionário de língua portuguesa, atualmente. Sendo assim, uma resposta possível seria: não. Com esta certeza, a mesma questão pode ser feita sobre profissionalização e profissionalismo: as mesmas existem por figurarem no dicionário? A resposta possível para esta questão é que apesar dessas duas palavras estarem no vocabulário da língua portuguesa os dois conceitos elaborados são abstrações na busca de melhor se compreender as relações da identidade profissional na dinâmica social. O que, por extensão, está ocorrendo com o termo profissionalidade.

No que trata da palavra profissionalidade, no vocabulário da língua portuguesa, a mesma ainda não foi inserida. Todavia, isto não será obstáculo para prosseguir na elaboração dessa análise, pois, considero que sendo o conteúdo do dicionário um produto cultural que contém registros do conjunto de vocábulos da língua com suas respectivas acepções, com base nas diversas relações sociais desenvolvidas numa determinada sociedade em uma determinada época, sofre atualizações, em decorrência do caráter dinâmico da língua. Penso que haverá no devido tempo a incorporação ao seu compêndio de mais esse vocábulo, “profissionalidade” como outros tantos, que usamos atualmente, que sofreram esta incorporação nas respectivas datas entre parêntesis: “profissão” (séc. XIII), “opiniático” (1563), “profissional” (1803), “profissionalizante” (séc. XX), “catastrofista” (séc. XX), “apagão” (1988), “auto-estima” (1988), “motosserra” (1975), “imexível” (1990), “terceirizar” (1991)¹³⁵, etc., e outras não têm uma data definida, a exemplo: “profissionalização”,

¹³⁴ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

¹³⁵ Cf. BRAZ, Shirley Lima da Silva. Recepção lingüística: o caso dos neologismos lexicais. *Cadernos do CNLF* - (CiNLFil). V. VIII, p. 192-200, 2004.

“profissionalismo”, “neguinho”, “reciclável”, “rúcula”. Sendo que outras ainda não o foram, como o caso de “estorrecedor”, “inempregáveis”, “fracassomania”, “neobobismo”.¹³⁶

Existe o termo profissionalidade nas discussões acadêmicas? Esta é outra questão que surgiu, cuja resposta pode com certeza ser o sim. O neologismo surgiu, provavelmente, por reação surda dos próprios professores e posteriormente pela voz dos teóricos da reflexão crítica contra o discurso do estrutural-funcionalismo que estabeleceu, pela Teoria dos Traços, os profissionais liberais por padrão, status do caráter do que é ser profissional. Tal discurso foi hegemônico por longo tempo, e reservou a poucos o status de profissionais, como médicos, advogados e engenheiros¹³⁷, dificultando, pelos critérios adotados, o reconhecimento de outras possíveis perspectivas para identificar o ser profissional, com outras realidades e configurações.

Ressalta-se que a palavra profissionalidade existe nas discussões acadêmicas com uma convergência, a da origem advinda do movimento de reação por diversas vertentes críticas¹³⁸ sobre a visão estrutural-funcionalista, buscando valorizar a profissão do professor e apresentando certos instrumentos que pudessem captar as suas especificidades. Porém, apresenta-se com um caráter polissêmico de significados.

Por exemplo, sobre a polissemia de conceitos da profissionalidade podem ser citadas algumas das inúmeras teses de doutorado recentes que trazem discussão em torno dessa palavra sobre a identidade docente, entre as quais se encontram convergências e divergências sobre o seu uso. Entre estas, se encontra o texto de Bráz, na qual a autora expõe sobre as principais vertentes sociológicas que abordaram a questão da profissão: a sociologia das profissões vinculada à Teoria Funcionalista das Profissões, o Interacionismo Simbólico, os críticos neo-weberianos e neo-marxistas e o currículo pela nova sociologia da educação.

A profissionalidade, para Bráz, se constitui numa relação dialógica com a profissionalização e com o profissionalismo, sendo

[...] compreendida como aspecto interno do processo da profissionalização docente, em que o professor assume seu compromisso ou competência dos deveres e responsabilidades que constituem a especificidade da atividade docente, o domínio da matéria e dos métodos de ensino, as formas

¹³⁶ Uma das acepções no campo da lexicologia para o verbete Dicionário, para Houaiss é: “compilação de alguns dos vocábulos empregados por um indivíduo, um grupo de indivíduos, ou usualmente numa época, num movimento, etc.” Cf. DICIONÁRIO. In: DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

¹³⁷ Cf. COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro; 1822-1930*. Rio de Janeiro- RJ: Record, 1999. p. 40.

¹³⁸ SÁ, Patrícia Teixeira de. *A socialização profissional de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 33-40.

interativas com os alunos na sala de aula e seu envolvimento como projeto político-pedagógico da escola. Refere-se ao agir que é legitimado no processo formativo, assim como, aos conhecimentos e saberes adquiridos no cotidiano escolar, provenientes de conteúdos disciplinares, de saberes pedagógicos, da pesquisa, da capacitação, etc.¹³⁹

A atribuição que a autora faz ao conceito da profissionalidade vincula-se ao aspecto interno da profissionalização, sendo expressos em compromissos, deveres e responsabilidades assumidas com as demais especificidades advindas tanto na formação quanto na atuação docente. Na perspectiva estabelecida nesta pesquisa, compreendo que a profissionalidade seria vinculada ao aspecto interno do profissionalismo do professor. Quanto às demais questões sobre os elementos constitutivos da mesma, as significações sobre esta palavra convergem como instrumento possível de análise e compreensão de aspectos como o compromisso assumido, a competência e responsabilidades demonstradas na atividade docente, os quais estão fundamentados nas argumentações elaboradas por Contreras¹⁴⁰.

Ferreira, em sua tese argumentou que,

[...] a profissionalidade caracteriza-se pelo vir-a-ser, nunca se conclui, está sempre demandando entendimentos e ações diferenciadas, porque há uma contínua transformação social e, em decorrência, transformação da escola. Apresenta-se como elemento distintivo de um sujeito mesmo quando este está em seu espaço coletivo¹⁴¹.

Pode-se compreender uma plasticidade imbricada no entendimento da profissionalidade, uma contínua expressão da renovação possível que o ser humano oferece a si e a sociedade, no que diz respeito a seus pensamentos, princípios, entendimentos, que mesmo atuando profissionalmente em um espaço coletivo, há de se verificar a distinção de indivíduos pelas posições assumidas. Esta característica que o autor ressaltou é fundamental na profissionalidade, o da distinção de uma posição pessoal diante da padronização coletiva e ou institucional na atuação docente.

Pimentel atribui ao conceito da profissionalidade aspectos essenciais para a configuração do desenvolvimento do profissional, advindos da influência dos diversos elementos constitutivos do contexto escolar:

¹³⁹ BRÁZ, Anádja M. G. Teorias implícitas dos estudantes de pedagogia sobre a docência nos anos iniciais do ensino fundamental. 2006. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. p. 43.

¹⁴⁰ Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

¹⁴¹ FERREIRA, Liliana Soares. *Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental*. 2006. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 24.

[...] reflete os frutos do desenvolvimento profissional e toma forma na ação educativa. Constitui-se de competências, conhecimentos, sentimentos e posicionamento moral relativos à profissão. O desenvolvimento da profissionalidade sofre influência do contexto de trabalho, caracterizado por mecanismos sociais de poder emolduramentos curriculares e normativos, políticas educacionais e gerenciamento escolar. Nesta configuração também estão implicados os princípios e modelos de educação que regem as diretrizes de ensino do contexto escolar específico.¹⁴²

A apresentação destes exemplos sobre os conceitos atribuídos à profissionalidade visa mostrar que uma característica essencial do entendimento sobre a mesma, antes de ser um status, ou um patrimônio, ou ainda um título, pode ser considerado algo que sofre uma contínua atualização, pois está vinculada a uma relação dialética com outros elementos imersos no processo da identidade do professor e contribui para originar ressignificações para o seu caráter profissional.

Na perspectiva por mim adotada neste trabalho científico, estabeleço uma interdependência indissociável entre a profissionalização e a profissionalidade para a constituição dos profissionalismos do professor. Pelas limitações de tempo e do foco estabelecido nesta pesquisa, abordo a questão da existência da profissionalidade na academia, sem pretensão de esgotar o tema.

Valido utilizar a profissionalidade para expressar com maior propriedade elementos abstratos, compreendidos por internos, subjetivos, endógenos, que constituem parte do ser profissional na educação, e que numa relação sistêmica com a profissionalização tensionam a autonomia do professor, gerando diversos profissionalismos.

A palavra profissionalidade na língua portuguesa é um neologismo. Tem em sua raiz a palavra *profissional*, acrescido do sufixo *-idade*, que traz em seu sentido algo que o profissionalismo e a profissionalização não permitem expressar de forma satisfatória. Esse substantivo abstrato permite tanger a parte imaterial do caráter profissional do professor na sua atuação na educação. Traz agregada a si, a ideia de responsabilidades essenciais na pessoalidade do professor, vinculadas a compromissos assumidos por princípios morais, por impulsos ou de fé ou da razão, valorização do equilíbrio entre as competências técnica e intelectual. Todos estes aspectos sendo contextualizados pelas dimensões espaço e tempo e com a influência das ideias pedagógicas circulantes à época, para uma melhor compreensão da configuração de diversos profissionalismos do professor na sua carreira docente.

¹⁴² PIMENTEL, Alessandra. *Jogo e desenvolvimento profissional: análise de uma proposta de formação continuada de professores*. 2004. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 22.

Contreras argumenta que profissionalidade se “refere às qualidades da prática profissional dos professores em função do que requer o trabalho educativo”, com seus valores norteadores e desejos almejados. E mais, visando antes valorizar do que desqualificar suas qualidades específicas, “como profissional sem nos limitar à reivindicação de valores que tradicionalmente se associam à retórica da profissionalização”¹⁴³.

O autor ainda completa a defesa de seu argumento, e diz:

[...] pelo contrário, é agora que podemos defender valores, qualidades e características profissionais, enquanto expressam seu sentido em função do que requer a prática do ensino. Deve-se entender, contudo, que as qualidades a que faz referência a profissionalidade docente não são uma descrição do ‘bom ensino’, não são uma exposição do que deve fazer um professor.¹⁴⁴

O conceito de profissionalidade surge na tentativa de valorização tanto do profissional quanto da profissão do professor, que por séculos participou do processo conduzido pela perspectiva da profissionalização, incapaz de prosseguir apenas fundamentada na padronização, na razão, na lógica, no formal, no legal, de responder as questões postas sobre a profissão do professor diante de inquietudes sociais e do cenário em constantes mudanças vinculadas à crise do paradigma dominante e o surgimento de outro emergente, apontados por Santos¹⁴⁵.

Três são as dimensões estabelecidas por Contreras para melhor expor a constituição da profissionalidade e a relação que a mesma desenvolve com a autonomia do professor na educação: obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional¹⁴⁶.

Sacristán afirma que a profissionalidade expressa a especificidade constantemente contextualizada da atuação do professor:

[...] do que é específico na ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor, [e que o mesmo] está em permanente elaboração, devendo ser analisado em função do movimento histórico concreto e da realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar; em suma, tem de ser contextualizado.¹⁴⁷

¹⁴³ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 74.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. Em 1987 foi a primeira publicação desta obra que apontou para esta transição paradigmática, iniciada ainda no princípio do século XX.

¹⁴⁶ Cf. Ibidem, p. 76.

¹⁴⁷ GIMENO, José. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 64.

Há uma dependência da profissionalidade da realidade socioeconômica e cultural para se manifestar, e assim, obriga proceder a uma investigação com um aporte teórico que valorize as questões culturais, práticas, discursos, atividades diárias e pensamentos individuais que contribuem para compreender a consubstanciação do perfil profissional do professor na associação com a outra força estruturante, a profissionalização, manifestando-se pelo momento de tensão que as mesmas estabelecem sobre a autonomia do professor, resultando em um ou mais tipos de profissionalismo do professor. Em seguida, busco relacionar as três dimensões da profissionalidade, definidas por Contreras, com a configuração das autonomias profissionais do professor para a constituição de seus diversos profissionalismos.

1.4.1 Obrigação Moral na profissionalidade do professor

Esta dimensão da profissionalidade do professor é uma obrigação que advém de um compromisso de caráter moral assumido por uma pessoa livre, primeiramente, consigo mesma, acima de qualquer obrigação contratual, de exercer na prática de ensino a intenção de contribuir na formação de seus alunos. A exposição moral do professor diante de outros posicionamentos tenderá resultar em tensões e dilemas no contexto da prática educativa, que envolverá a necessidade de avançar na aprendizagem dos alunos, bem como de respeitar e não esquecer das demais necessidades dos mesmos, sob o princípio do reconhecimento pessoal¹⁴⁸.

Este compromisso moral está muito ligado ao aspecto emocional, porém não dependente deste, e por conseguinte, está em pauta tanto o cuidado quanto a preocupação com o bem-estar dos alunos, colegas e famílias, por extensão aos vínculos de compromisso ético profissional que só pode se resolver no estabelecimento de relações que implicam a emotividade e afetividade. Nesta dimensão, defende-se relações sadias que manifestem o desejo de se realizar um bom ensino, e reprovava as contrárias com carga emotiva de sentimento de paixão. “Na verdade, sentir-se compromissado ou ‘obrigado’ moralmente reflete este aspecto emocional na vivência das vinculações com o que se considera valioso”¹⁴⁹.

O que o professor considera valioso ele expressará na sua prática educativa, mesmo que encontre limites restritivos e ou contraditórios postos por disposições legais, administrativas, trabalhistas, e persistirá na busca de promover mudanças à situação posta com vistas a equacionar as tensões e dilemas que se manifestarem¹⁵⁰. Isto faz com que a

¹⁴⁸ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 76.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 77.

¹⁵⁰ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 77-78.

responsabilidade individual do professor aumente diante da intenção de enfrentar os instrumentos de condicionamentos e de controle oriundos das instituições e dos agentes hierárquicos superiores, e busque nas práticas educativas, brechas e respiros para atender as necessidades advindas da obrigação moral que o mesmo assumiu¹⁵¹.

Essa dimensão da obrigação moral requer maior valorização da autonomia profissional, para dar vazão à pujante força que nutriu a vontade do professor na sua prática educativa em assumir uma determinada posição de agente, ora formador-transformador, ora formador-conservador, norteado pelos princípios que sustentam a sua própria consciência moral quando na escolha, elaboração e a aplicação dos valores educativos às futuras gerações. Contreras afirma que “[...] da mesma forma, enquanto obrigação moral autônoma, a profissionalidade docente exige dos professores sua consciência e desenvolvimento sobre o sentido do que é desejável educativamente”¹⁵².

O professor tem orientações sobre seu juízo profissional em contínuo processo de validação, podendo ser modificadas e adaptadas mediante alterações advindas da renovação oriunda de agentes, de fatores, de circunstâncias, que contribuem na produção contínua de oscilação na prática educativa que envolve os valores morais. Ao professor incumbe essa responsabilidade, e ninguém pode suprir o mesmo em sua própria busca pessoal para satisfazer a coerência na sua prática educativa com os valores e princípios morais que tem adotado¹⁵³.

1.4.2 Compromisso com a comunidade na profissionalidade do professor

A segunda dimensão da profissionalidade, identificada por Contreras, é o compromisso pessoal e político com a comunidade, cuja relação se faz entre o professor e a comunidade social no qual atua na sua prática educativa, por valorizar a ética profissional¹⁵⁴. Assim, exige o exercício da alteridade, em que o professor possa ter uma visão crítica de si e dos outros para contribuir nas soluções de problemas que existam e que possa ser requerido pelos membros da comunidade para posicionar-se para a solução dos mesmos¹⁵⁵. Com estes argumentos, a educação é um processo formador que ocorre em comunidade sob princípios

¹⁵¹ Ibidem, p. 78.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 78-79.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 79.

constituídos advindos das relações socioeconômicas e culturais da própria comunidade e de sua responsabilidade social.

Contreras argumenta que, por um lado, esse compromisso com a comunidade o professor vivencia e manifesta em espaços públicos em que há a prática de compartilhamento de ideias e de deliberações, a exemplo dos núcleos e das organizações de professores, as quais contribuem para nutrir e estimular a autonomia. Assim, na profissionalidade, “na medida em que compartilham problemas, discutem princípios, contrastam alternativas e soluções, analisam os fatores que condicionam seu trabalho, organizam sua ação etc.”, há uma constante avaliação crítica sobre as condições de trabalho, as intenções propostas, e a realidade vivenciada¹⁵⁶. As decisões assumidas no grupo, caso esteja constituído, podem ser conservadoras, na obediência, ou transformadoras, em movimentos revolucionários. Todavia, as deliberações coletivas terão de ser ressignificadas pelo compromisso pessoal do professor, valorizando, assim, a sua autonomia profissional.

Por outro lado, esse compromisso com a comunidade envolve a dupla consciência, que pode se manifestar em conflito, em tensão: de um lado estimula a responsabilidade dos professores em serem autônomos, e por outro lado, os responsabiliza pelo conflito evidenciado entre a autoridade dos profissionais e a da sociedade¹⁵⁷.

O compromisso com a comunidade tem alguns pontos fundamentais e frágeis para a autonomia do professor. Quando há uma redução do envolvimento da sociedade, verifica-se um aumento da influência dos aparelhos administrativos e burocratizados e, os currículos escolares podem se tornar restritivos para o professor, enquadrando-o no “[...] papel de funcionário obediente e ao resto da sociedade ao de espectadores”¹⁵⁸.

Contreras apresenta os argumentos de Kogan que afirmou a respeito da necessidade de os professores se posicionarem a favor da sua própria categoria profissional com compromisso com a comunidade, e mediar os conflitos diante de questões adversas. Além da mediação, o professor como agente político deve contribuir para encontrar as resoluções dos embates, como parte da sua tarefa profissional. E diz:

[...] No entanto como afirmou Kogan ‘a profissionalidade dos professores diante do legítimo direito da comunidade a intervir na educação consiste em interpretar as expectativas sociais como parte de seu trabalho na determinação do currículo. Os docentes não devem ser, simplesmente, uma parte num conflito entre pretensões e finalidades educativas. Parte de sua profissão deve consistir em mediar estes conflitos de maneira que se possa

¹⁵⁶ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 79.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 80.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

entender o sentido e o valor de cada posição e encontrar a forma em que a escola possa realizar sua missão, sem limitar-se a ser o estopim das contradições nem a seguir irrefletidamente as diretrizes, ordens, correntes ou pressões do exterior.¹⁵⁹

Todavia, essa ação política do professor por vezes tende a ser controlada pelo delineamento advindo da outra força estruturante, a profissionalização, que busca neutralizar pelos argumentos da racionalidade da lógica positivista o não pertencimento ao profissional da educação o direito de expressar em suas práticas educativas suas posições pessoais.

Contreras apresenta os argumentos fundamentados em McLaren que convergem com os de Kogan, na valorização da ação política do professor na sua prática educativa na educação a favor da justiça e igualdade social. E argumenta:

[...] a profissionalidade pode significar uma análise e uma forma de intervir nos problemas sociopolíticos que competem ao trabalho de ensinar [...]. Parece, então, legítimo perguntar-se, como parte da prática profissional do ensino, pela forma que a escola colabora de fato e de colaborar à promoção de práticas que têm um claro significado social. Por exemplo, se está favorecendo ou se está resistindo a que a educação escolar seja um lugar onde se reproduz e legitima a desigualdade e a injustiça social e em que forma.¹⁶⁰

O autor apresenta, ainda, três justificativas sobre a atuação política na escola, sendo instituição educativa e de formação, também um local de práticas políticas. Em primeiro, por ser este o local em que são introduzidos os alunos às experiências, às ideologias, tanto do público quanto do privado da vida social, e no qual os professores são agentes formadores com posicionamentos políticos.

Em segundo, a prática docente pode incluir dentro de sua própria reflexão e ação a forma em que estes valores políticos se realizam em práticas de inclusão ou de exclusão, como ao que significa na formação nas atitudes e valores básicos dos cidadãos.

Em terceiro lugar, a instituição educativa é encarregada de propiciar uma compensação educativa como compensação social, e desta forma, o professor passa a ser agente potencializador a favor da diminuição das diferenças sociais¹⁶¹.

Considero pertinente associar a essa discussão o argumento de Magalhães, de que a instituição educativa desenvolve identidade com base na relação de contexto da perspectiva da cultura escolar.

¹⁵⁹ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 80-81.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 81.

¹⁶¹ Ibidem.

[...] a instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica.¹⁶²

Seja pelos conhecimentos produzidos em sua prática educativa com seus alunos, com base na herança do passado, na produção do presente, o professor tem intenção política de intervir na formação futura dos seus alunos, em convergência, preferencialmente, com a intenção política da respectiva instituição educativa em que atua. Todavia, deve haver o respeito pela co-existência das identidades, tanto do profissional quanto da instituição educativa e, conseqüentemente, dos compromissos profissionais de ambos com a comunidade.

1.4.3 Competência profissional na profissionalidade do professor

A terceira dimensão da profissionalidade identificada por Contreras é a competência profissional, que vai além do significado propriamente técnico do recurso didático, que a princípio, possa parecer. Pois na realização de todo e qualquer trabalho profissional do professor há necessidade de se ir além do domínio de habilidades, de técnicas, de recursos para a ação didática, de conhecimento de aspectos da cultura e do conhecimento do âmbito ou do objeto que se ensina. O ir além está identificado na necessidade de análise e reflexão sobre a prática profissional que o professor realiza, abarcando neste processo, tanto o conhecimento disponível quanto os recursos intelectuais que produzirão e ampliarão novos conhecimentos profissionais, aumentando a responsabilidade profissional, e por conseguinte, valorizando a autonomia do professor. O autor afirma que

[...] a competência profissional se refere não apenas ao capital de conhecimento disponível, mas também aos recursos intelectuais de que se dispõe com objetivo de tornar possível a ampliação e desenvolvimento desse conhecimento profissional, sua flexibilidade e profundidade. A análise e a reflexão sobre a prática profissional que se realiza constitui um valor e um elemento básico para a profissionalidade dos professores.¹⁶³

A contribuição dessa dimensão à profissionalidade do professor está fundamentalmente vinculada ao desenvolvimento da competência intelectual e não apenas da

¹⁶² MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 68.

¹⁶³ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 83-84.

competência técnica, em que há análise e reflexão do conhecimento disponível quanto aos recursos na valorização dos critérios sobre o valor moral e político, da mesma forma que há necessidade de coerência entre esse valor e o que se requer no exercício profissional do professor¹⁶⁴.

Assim, haverá possibilidade de realizar juízos e decisões profissionais ao se dispor de um conhecimento profissional de que possa extrair reflexões, ideias e experiências, bem como se pode elaborar tais decisões e executá-las. Este conhecimento é oriundo de diversas fontes, em parte advindo do próprio professor em suas experiências e reelaborações, outra parte dos processos coletivos de intercâmbios e socialização com outros professores, como também advinda de posições assumidas em relação às tradições, às posturas pedagógicas que contribuem para configurar diferentes formas de interpretar a realidade escolar na ação docente¹⁶⁵.

Contreras argumenta que não se pode desligar a própria ideia da obrigação moral de seu componente emocional, como também, não se pode reduzir a dimensão da competência profissional a seu sentido mais puramente racional. Assim, diz o autor, faz parte das competências profissionais

[...] o modo em que se criam e se sustentam vínculos com as pessoas, em que a cumplicidade, o afeto e a sensibilidade se integram e se desenvolvem nas formas de viver a profissão, de tal modo que compreensão e implicação se vinculem. A instituição, a improvisação e a orientação entre os sentimentos próprios e alheios são também parte das competências complexas requeridas pela profissionalidade didática, tanto dentro como fora da sala de aula.¹⁶⁶

Uma característica fundamental identificada na dimensão da competência profissional, apontada por Contreras, é a valorização dada ao aumento da autonomia profissional do professor, necessária para o pleno exercício dessa dimensão com o desenvolvimento tanto da responsabilidade quanto das outras dimensões. Pois, o desenvolvimento da competência técnica, isoladamente ou em descompasso com a competência intelectual, não garante o desenvolvimento da competência profissional. Caso haja aumento de uma e restrição da outra, haverá comprometimento no desenvolvimento da competência profissional, e por assim, no desenvolvimento da profissionalidade do professor.

Ressalto que pela perspectiva adotada nesta pesquisa, se houver alteração em aspectos da profissionalidade do professor pode-se esperar alteração no profissionalismo do mesmo,

¹⁶⁴ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 83.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 85.

reservando, proporcionalmente, um tempo maior para que as alterações dessa força estruturante se efetivem em comparação ao menor tempo despendido, caso fossem provenientes da profissionalização. Em razão de que a apropriação das alterações dos valores de princípios morais que interferem nos compromissos assumidos, bem como no desempenho da competência técnica e intelectual do professor se fará pelos critérios validados pela vontade e desejo do professor.

Contreras afirma que essas três dimensões da profissionalidade do professor podem, ao se desenvolverem, se combinarem de diferentes maneiras:

[...] estas três exigências do trabalho de ensinar, podem ser concebidas e combinadas de maneiras diferentes em função das concepções profissionais das quais se parta, e que dependem, por sua vez, da forma em que se entenda o ensino: contexto educacional, seu propósito e sua realização. E logicamente estas concepções darão lugar a diferentes formas de entender a autonomia profissional docente. Ao esclarecer isso, nos aproximamos a diferentes formas de se conceber a profissão docente. Desta maneira, poderemos chegar à reflexão sobre o significado da autonomia, tendo situado a discussão em diferentes modelos sobre o que significa e requer o trabalho de ensinar.¹⁶⁷

Entendo que as combinações flexíveis e articuláveis entre si das dimensões da profissionalidade, a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional, sofrerão desenvolvimentos distintos na linha do tempo, ao receber determinada intensidade de pressão sobre a autonomia do professor advinda da outra força estruturante, a profissionalização. Isto ocorrendo em contextos distintos, sob a influência de ideias pedagógicas, o resultado possível será o de se obter a configuração de diversos tipos de profissionalismos.

¹⁶⁷ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 85.

CAPÍTULO II

PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR MUNICIPAL EM UBERABINHA: cenários de permanências e mudanças

No presente capítulo apresento os dados e argumentos teóricos sobre o processo constituído de uma das forças estruturantes do profissionalismo, a profissionalização do professor municipal em Uberabinha/Uberlândia, como forma de melhor situar o cenário socioeconômico e cultural e das ideias pedagógicas que circularam nesta sociedade à época. A profissionalização será o agente que apresentará o contexto da sociedade uberabinhense para a constituição dos momentos da profissionalização do professor municipal, cenário em que foram revelados os profissionalismos dos professores municipais Alice da Silva Paes e Jerônimo Arantes, respectivamente discutidos nos capítulos 4 e 5.

Abordo, na primeira parte deste capítulo, sobre a formação, emancipação e desenvolvimento do município de Uberabinha na transição do ocaso do Império e início da República. Na segunda parte, apresento as relações estabelecidas na área da educação pelos governos federal, estadual mineiro, principalmente, com foco na influência da profissionalização na formação da identidade profissional do professor. Na terceira parte, apresento de forma sintética, a análise do processo de profissionalização do professor municipal na Primeira República, com a identificação de três momentos: o da construção (1892-1899); da consolidação (1899-1922) e da atualização (1923-1930).

2.1 Construção teórica do cenário educacional municipal

A ação de dar prosseguimento a investigação científica iniciada há anos sobre a identidade profissional dos professores que atuaram em Uberabinha/Uberlândia, cidade situada na região norte do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais, na Primeira República, pode ser um dos argumentos que motivaram a presente pesquisa. Para a realização da mesma foi necessário abarcar a leitura em autores pertinentes a distintas áreas do conhecimento das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, da História, da História e Historiografia da Educação, Sociologia da Educação, do Direito Constitucional, da Legislação Educacional, etc., por se lidar com um objeto de estudo interdisciplinar. Como também, buscar, identificar e analisar entre fontes secundárias e primárias argumentos e fatos que pudessem contribuir de forma significativa para melhor compreensão e elaboração de coesão entre os profissionalismos dos professores municipais dentro do período enfocado.

Em 31 de agosto de 1888, na região compreendida pela junção da Vila de Santa Maria do município de Monte Alegre de Minas e a Vila de São Pedro de Uberabinha do município de Uberaba, ocorreu na data histórica o processo de formação política do município de São Pedro de Uberabinha, efetivado pela Lei Provincial n. 4.643. A população desse novo município mineiro, de forma ordeira, como na maior parte do território brasileiro, testemunhou a transição política no país com o fim do Império e início da República Federativa do Brasil, sendo o marco desta mudança, o dia 15 de novembro de 1889.

Três anos e sete meses após a sua formação política, obteve a autonomia institucional do município com a instalação da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, em 7 de março de 1892, conforme registro da Ata de Instalação da mesma:

Aos sette dias do mês de Março do anno de mil oitocentos e noventa e dous, nesta cidade de Uberabinha, no paço municipal, as honze horas da manhã presentes os Snr^{es}. Alferes Antonio Alves dos Santos, Prezidente do Conselho de Intendência, Antônio Pacheco dos Santos, Intendente João Francisco de Souza adjunto convocado em substituição do Snrs intendente Capitão José Alves de Amorim Brito, que deixou de comparecer por motivo justificado, declarou o Snr Prezidente que na forma da lei era a presente sessão destinada a posse dos vereadores, Prezidente e agente executivo da Camara Municipal que tem de servir no triênio que decorre de hoje a primeiro de Janeiro de 1895 [...]: Augusto Cesar Ferreira e Sousa e eleito Prezidente e agente executivo da Camara, José Ignácio Rodrigues, Arlindo Teixeira, Manoel Alves dos Santos, Pe. Pio Dantas Barboza, Antonio Alves Pereira, José Joaquim Coelho, José Theophilo Carneiro, Vereadores Gerais do município, José de Lelles França e Antonio Maximiano Ferreira Pinto vereadores especiais pelos os Districtos desta Cidade e de Santa Maria; [...]

João Luiz da Silva e Eduardo José de Oliveira aquele eleito 1º Juiz de Paz do Districto desta Cidade e aquele digo e este do terceiro anno do mesmo Districto; João Antonio Nepomuceno Juiz de Paz eleito do terceiro ano do Districto de Santa Maria.¹⁶⁸

Em seguida, o Agente Executivo, vereadores da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha e demais participantes do governo municipal, passam a atuar pela representatividade no governo do povo, pelo povo, para o povo nas atividades legislativas e executivas com respeito à sociedade uberlandense. Em 7 de abril de 1892 foi realizada a primeira sessão legislativa, após a posse, amparada legalmente pelos artigo 68¹⁶⁹ do Título III da Constituição Federal promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e pelos artigos 8º e de 74 a 80 da Constituição do Estado de Minas Gerais promulgada em 15 de junho de 1891¹⁷⁰.

São Pedro de Uberabinha tem a sua gênese territorial e política delimitada ainda no regime imperial sob o governo de D. Pedro II, porém, a construção e o desenvolvimento do seu corpo legal e da emancipação política estão vinculados ao período republicano, sob o governo do Marechal Deodoro da Fonseca. Este processo de transição de emancipação política do município, aliado à mudança do regime político do país, pode ter favorecido o entrecruzamento dos pensamentos liberal, positivista e o democrático¹⁷¹, em sintonia com as irradiações provenientes do mundo ocidental europeu e norte-americano disseminadores do pensamento iluminista, cujos países, precursores do moderno regime republicano, já viviam experiências republicanas centenárias iniciadas no século XVIII, a exemplo, França e Estados Unidos da América.

Concordo com Barros ao argumentar sobre a influência do movimento de *ilustração brasileira* existente no país, no período anterior ao da mudança do regime político, em que o advento da República e o declínio do Império brasileiro estão imbricados com esse movimento que tem suas expressões iniciadas por volta de 1870 e fundamentados em ideias

¹⁶⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da Posse dos vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Uberabinha para o triênio de 1892-1895, 7 de março de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1. p. 39f, 39v, 40f.

¹⁶⁹ CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas AS, 1986. p. 609. “Art. 68. Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

¹⁷⁰ VIANNA, Paulo Domingues. *A Constituição Federal e as Constituições dos Estados*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1911. p. 748 e 762-765. “Art. 8º O Estado institue o governo autonomo e livre dos municípios em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, nos termos prescriptos por esta Constituição” (p. 748). “TÍTULO II. Dos Municípios (1) Nota: Lei add. n. 5 de 13 de agosto de 1903, arts. 7 a 14. Art. 74. – O território do Estado, para sua administração, será dividido em municípios e districtos, sem prejuízo de outras divisões que as conveniências públicas aconselharem. Art. 75 (...), Art. 76 (...), Art. 77(...), Art. 78 (...), Art. 79(...), Art. 80. – O Congresso ou o governo, em suas leis ou regulamentos, não poderá onerar as câmaras municipaes, com despesas de qualquer ordem, sem decretar fundos, ou abrir, desde logo, verba para esse fim” (p. 762-765).

¹⁷¹ Cf. SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 118-171.

republicanas advindas da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, por parte da intelectualidade da sociedade imperial. Afirma Barros que:

[...] esse caminhar das idéias muito antes dos fatos [...] faz que compreendamos que essa Civilização 'litorânea', voltada para a Europa, à espera de novos figurinos e novos livros, não era um luxo, um requinte, uma alienação da realidade; compreendendo que o Brasil era, como é, uma nação tipicamente ocidental – e não apenas 'portuguesa', como muito menos o era 'indígena' ou 'africana' – estes homens buscaram os instrumentos capazes de integrar-nos, de vez, na grande comunidade euro-americana; ao invés de se entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam criá-la pela ação educativa da lei, da imprensa, do livro.¹⁷²

Ressalto que Uberabinha, no século XVIII e na maior parte do século XIX, não existia enquanto município, porém tem a sua representação política legitimada quase simultânea a manifestação desse movimento de ilustração brasileiro que reivindicou a instalação da República, com o olhar direcionado para a Europa e para os Estados Unidos da América, mesmo tendo na realidade brasileira, distintas regiões e não só a realidade litorânea.

Nos séculos XVIII e XIX, por outra perspectiva e por um olhar sobre os vestígios deixados pelos habitantes desta região de cerrado, que abarcaria a região do Triângulo Mineiro, incluindo o município de Uberabinha, tem-se que este espaço, outrora fora dominado pelos primeiros habitantes da região, os quais viveram ou viviam ao redor dos rios Grande e Paranaíba: índios das tribos dos Bororós, Araxás, Cataguás, Caiapós e os Inás¹⁷³, que já haviam sofrido ou estavam sofrendo o processo de extermínio ou expulsão dessas terras por outros sertanistas. Este território recebeu nova fronteira estabelecida pelos colonizadores lusitanos e brasileiros, sobreposta às demarcações indígenas, e passou a ser parte das Capitânicas de São Paulo a partir de 1725, de Goiás, em 1736, até à posse da Capitania de Minas Gerais em 1816. Conforme Lourenço discute em seu trabalho de pesquisa sobre a colonização pioneira na região do Triângulo Mineiro, entre 1750 e 1861,

O Triângulo nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas. Tornou-se parte da então recém-criada capitania de Goiás, em 1736, permanecendo

¹⁷² BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959. p. 25-26.

¹⁷³ MOURA, Antonio Pádua. *A vocação mineira do Triângulo*. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Disponível em: <<http://www.tratosculturais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=93>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

como corredor para o tráfego de tropas para São Paulo por quase um século, quando finalmente se integrou a Minas Gerais em 1816.¹⁷⁴

Este mesmo espaço, dominado pelo ambiente de cerrado e pelas diversas etnias indígenas, nos séculos XVIII a XIX, passou por um processo de transição da ocupação indígena para os geralistas:

[...] o cerrado indígena, que consistia num espaço milenar, ocupado por uma economia horticultura e aldeã, complementada por atividades de caça e coleta, e o cerrado geralista, espaço de uma sociedade que se fundamentava numa economia agrícola e pecuarista, que, apesar de ter incorporado um grande número de técnicas indígenas, organizava o trabalho humano e utilizava os recursos do cerrado de forma inteiramente diferente da sociedade anterior e que, por isso, a destruiu.¹⁷⁵

Na região do Triângulo Mineiro ocorreu o extermínio de algumas das populações indígenas, e a caboclicização de outras, num processo de aculturação com a criação de aldeamentos para certas populações indígenas de outras regiões arbitradas pelos sertanistas, pelos governos e pela Igreja Católica.

Lourenço afirma que “os migrantes que chegaram ao Triângulo Mineiro encontraram os aldeamentos indígenas criados no século anterior. Iniciou-se então a expulsão dos índios, para que suas terras pudessem ser distribuídas entre os fazendeiros e sitiantes”¹⁷⁶. Por esta perspectiva interna, durante o século XVIII e na maior parte do século XIX, estes novos habitantes deste espaço de terra participaram ativamente do processo de colonização portuguesa sobre esta região central do Brasil. Este espaço fora palco de lutas sangrentas e de disputas oficiais entre índios e os migrantes: sesmeiros, fazendeiros, sitiantes, negros, religiosos num processo que fez por constituir novo núcleo humano primitivo de aldeamento, passando para arraial, para vila e, por fim para cidade¹⁷⁷.

Os moradores dessa região empenharam esforços para que São Pedro de Uberabinha surgisse e fosse mais um município no Triângulo Mineiro da Província de Minas Gerais no declínio do Império do Brasil e na efervescência das reivindicações republicanas. Surgiu a

¹⁷⁴ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 7.

¹⁷⁵ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 26.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 332.

¹⁷⁷ Cf. Ibidem, p. 32-34 e 83-160

cidade, dentro de um município que veio a existir posterior à experiência de uma relação colonial do Brasil com Portugal, caracterizada por um longo período de domínio entre a Metrópole e sua Colônia, seguido da relação de Vice-Reino a Portugal, de ex-colônia e país politicamente independente, com a proclamação da independência, tendo preservado o sangue luso à frente da Coroa do Brasil, durante esse último regime.

Esta comunidade fez surgir o novo município e, também, participou como muitos outros, indiferente à perda do regime anterior. Ágil e esperançoso, o governo local se posicionou favorável a que a modernidade viesse imperar e implantar o progresso desejado e cantado pela nova política nacional, a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, que utilizou de ações, entre as quais a educação e seus agentes para formação do cidadão republicano, pela lei, imprensa, livro e as instituições educativas.

Todavia, Saviani ressalta que, nesse período, no país as discussões fomentadas pelas elites políticas abordavam problemas que se constituíam em um eixo comum:

O problema da substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, atribuindo-se à educação a tarefa de formar o novo tipo de trabalhador para assegurar que a passagem se desse de forma gradual e segura, evitando-se eventuais prejuízos aos proprietários de terras e escravos que dominavam a economia do país.¹⁷⁸

Ao se projetar um processo de educação para uma determinada sociedade tem-se em mente um tipo de sociedade que se deseja formar. Diante da proposta republicana de inserir o país na modernidade foi apontada a escola uma das principais instituições sociais para a formação do cidadão republicano, todavia direcionada para o ensino urbano em detrimento do ensino rural. A modernidade proposta pelo capitalismo, segundo Fenelon, elegeu

[...] a razão como elemento definidor da organização social e transformá-la em instrumento de poder, o capitalismo acabou por domesticar os homens e suas consciências, conduzindo a inúmeras formas de disciplinarização e de tirania política, visíveis nas instituições, mas também presentes no dia-a-dia, nos valores, nos hábitos e outras formas de governo das pessoas.¹⁷⁹

¹⁷⁸ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 159.

¹⁷⁹ FENELON, Déa R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História & Perspectiva*. Uberlândia, n. 6, p. 5, jan./jun. 1992.

As ideias de ilustração cujas origens, a exemplo, se encontram em países como a França e Estados Unidos da América, no século XIX circularam no país com forte intensidade, no período entre 1822 e 1889. Tais ideias superaram dificuldades de percorrer longas distâncias, comunicação, enfrentamento em diferentes culturas, a ponto de se instalarem até mesmo nas regiões do Brasil Central. De forma mais ampla, as mesmas evidenciaram convergências dos pensamentos democrático e liberal, sobre um substrato de pensamento positivista, conceberam a República em nosso país, validada pela indiferença da grande maioria da população brasileira com uma participação de excluídos, em que não houve manifestação popular nem a favor e nem contra a implantação da República e em defesa do Império.

Este último pode ter sobrevivido além do esperado diante do crescimento das novas ideias em partes do país, que canalizaram esforços no sentido de alterar a forma de governo, e consequentemente, para ser legitimado deveria estabelecer nova Constituição, num suporte legal de legitimação do poder. Barros afirma que “poder-se-ia dizer mesmo que o Império terminara em 1870: desde então as novas idéias exigiam uma forma de governo mais consetânea com as aspirações de liberdade; mais ‘moderna’ em relação ao espírito científico”¹⁸⁰.

Concomitantemente, se faz necessário proceder à busca e ao aprofundamento sobre a questão do direito constitucional brasileiro, em razão de que o país fora constituído de novo regime político, e legalizado por força da lei, sem o uso maciço da imposição de armas ou do próprio movimento popular.

O direito constitucional não só norteou os princípios do regime republicano, bem como estabeleceu a legalidade e os limites, as relações entre o indivíduo e o Estado, os indivíduos entre si, o Estado e as instituições, as instituições e o indivíduo, que não era mais o súdito, tornara-se o cidadão. Tais princípios delimitaram e estabeleceram os limites também na área educacional, que foram concentrados na legislação educacional, espaço apropriado para este fim, tanto na esfera federal, estadual e municipal.

¹⁸⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959. p. 21.

2.2 Constituição do suporte legal do Estado de Minas Gerais e do município de São Pedro de Uberabinha

O município de São Pedro de Uberabinha surgiu em 31 de agosto de 1888. Testemunhou, à distância, o estabelecimento das constituições da união e dos estados brasileiros, bem como vivenciou a elaboração da sua própria lei de organização de município republicano.

Promulgada a Constituição Federal, foram elaboradas, nas respectivas esferas de poder, as constituições estaduais em convergência à descentralização¹⁸¹ pretendida pelo governo republicano federalista. O que, no âmbito federal, decorreu em cerca de um ano e quatro meses, na esfera do Estado de Minas Gerais transcorreu em quase onze meses, e, na esfera municipal de Uberabinha, cinco dias foram suficientes para aprovar a Lei Especial de Organização do Município – o Estatuto Municipal.

Além do governo federal, governos estaduais e municipais foram ágeis para atualizar a legislação e estabelecer novo suporte legal para legitimar a continuidade no poder como representantes do povo. Neste ambiente, no âmbito estadual, houve empenho para que a confecção das cartas constitucionais ocorresse no menor tempo possível, e em convergência aos novos princípios estabelecidos pelo regime republicano. Concorde com Cury ao fazer sua análise com base na obra de Freire (1898), *As constituições da República dos Estados Unidos do Brasil*, de que as Constituições Estaduais foram construídas em consonância com a Constituição Federal de 1891. Por esta leitura panorâmica essas Constituições foram convergentes ao que norteava a Carta Magna federal, inclusive na área da educação, e declararam a responsabilidade dos estados na elaboração da legislação educacional garantindo o ensino gratuito. Todavia, apenas nas Constituições dos Estados de São Paulo, Santa

¹⁸¹ A descentralização do poder de princípio liberal e não positivista se alicerça na ideia da autonomia dos Estados Federados. Em Cury tem-se a análise sobre esta questão utilizando-se de dois pensamentos, um do Barão de Loreto, imperialista, e outro de Felisberto Freire, republicano. O primeiro argumenta que o Império foi mais centralizador do que o governo republicano, em respeito à autonomia dos Estados, e diz: “[...] Assim, a República se viu privada da legítima intervenção neste serviço de interesse colectivo, [...] expondo a grande cultura do espírito aos riscos do acaso, ou, pior ainda, às especulações do industrialismo (Década, Loreto, 1899, p. 32)”. E por outro argumento, de um representante dos ideais republicanos, esta ação descentralizadora respeitou a autonomia dos Estados por não querer impor aos Estados déficits na “[...] possibilidade de não poderem elles arcar com a responsabilidade das despesas dos serviços que lhes couberam [...] (Freire, 1895, p. 40)”. (Cf. CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania Republicana e Educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001c. p. 269).

Catarina e Mato Grosso a questão da obrigatoriedade do ensino foi tratada, e ainda assim, dependeu de regulamentação por lei ordinária¹⁸².

A decisão de estabelecer, claramente, na Constituição a associação entre gratuidade e obrigatoriedade de ensino resultaria em desdobramentos que estavam acima da disposição dos estados naquele momento¹⁸³, em razão de que esta obrigatoriedade poderia levar a um comprometimento financeiro dos mesmos.

O desafio de organizar o Estado Republicano em todas as áreas, incluindo o ensino, se fazia a partir do marco de 15 de novembro de 1889. Entretanto, as primeiras ações e deliberações das assembleias estaduais para serem efetivadas demoraram meses. Nesta lacuna, coube aos governos provisórios assumirem a condução dos rumos dos estados brasileiros. A notícia de que o Império chegou ao seu ocaso, e em seu lugar fora levantada a bandeira da República Federativa do Brasil surpreendeu, em parte, os próprios republicanos, a exemplo dos mineiros, conforme afirma Mourão:

Embora a propaganda republicana fosse feita desde muito antes do ano de 1889, a proclamação de 15 de novembro, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, veio de modo abrupto, com surpresa para os próprios que pregavam o novo regime. Assim, as autoridades da nova ordem se defrontaram com imprevistos problemas, dentre os quais pode-se incluir o ensino.¹⁸⁴

Borges complementa sobre esta questão ao considerar que em Minas Gerais, os liberais estavam mais organizados e em disputas políticas com os republicanos ainda dispersos e não institucionalizados, quando próximo das dezoito horas do dia quinze de novembro de 1889 chega às mãos do republicano Antonio Olynto dos Santos a informação lacônica, telegrafada e assinada pelo Diretor dos Telégrafos, José Augusto Vinhaes: “*O Povo, o exército e a armada haviam proclamado a República*”¹⁸⁵. Acrescenta a autora que,

Mesmo não tendo tido uma participação direta no golpe do dia 15, imediatamente após a notícia deste, contou-se com adesão, o reconhecimento

¹⁸² “(...) Se a gratuidade aparece em quase todas como competência das assembléias legislar sobre os meios de prover o desenvolvimento da instrução pública, a obrigatoriedade só aparece, como matéria constitucional, em São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso para o nível, mas a ser regulamentada em lei ordinária. Não há referências percentuais de verbas vinculadas às constituições estaduais para a Educação.” (CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania Republicana e Educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001c. p. 264).

¹⁸³ “Obrigatoriedade combinada com gratuidade não só supõe uma oferta universal pelos Estados, como também implica em dar às famílias pobres material didático. A inserção destes princípios, como matéria constitucional, obrigá-los-ia além de pontos de vista firmados”. (Ibidem, p. 270)

¹⁸⁴ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1962. p. 18.

¹⁸⁵ BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A instrução pública primária na fala da elite mineira: 1892-1898*. 1998. Tese. (Doutorado em Educação, História e Filosofia)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 155-159.

e o apoio da elite mineira, procurando tirar partido da situação, organizando-se com seus pares e com a força armada, a fim de evitar e abafar possíveis resistências e/ou mobilizações da oposição.¹⁸⁶

Constata-se que só após o comunicado da proclamação da República chegar às mãos dos republicanos mineiros foi que os mesmos buscaram consolidar a sua própria organização partidária para compor um novo governo. Entre todas as questões ligadas ao governo mineiro, a educação foi mais um dos problemas a serem enfrentados, a princípio de forma improvisada, pressionada pelo enfático discurso republicano de que pela educação se promoveria a transformação social e a civilidade do povo brasileiro¹⁸⁷.

Haveria possibilidade de se iniciar a materialização da ideia de um sistema nacional de ensino, ou haveria de esperar outro contexto. Porém, por maior entusiasmo que se poderia ter com respeito a essa ideia, “a sua implantação requeria, pois, preliminarmente, determinadas condições materiais dependentes de significativo investimento financeiro”¹⁸⁸. Diante das dificuldades a oportunidade para essa materialização foi enfrentada, porém, o seu desenvolvimento foi longo a ponto de atingir todo o século XX.

A Província de Minas Gerais, dez anos antes deste momento, dentro dos últimos anos do Império, possuía um conjunto de estabelecimentos escolares que estava em torno de novecentas cadeiras¹⁸⁹, e destas, próximo de 235 do segundo grau e 665 cadeiras de primeiro grau, com mais de 17.000 alunos do sexo masculino e mais de 7.000 do sexo feminino. O número de matrículas para uma população em torno de 2.500.000 habitantes alcançava em torno de 1,12%, tendo, ainda, um menor percentual de frequência. Estes dados na época foram considerados pelo Presidente da Província mineira, Antônio Gonçalves Chaves, como

¹⁸⁶ BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A instrução pública primária na fala da elite mineira: 1892-1898*. 1998. Tese. (Doutorado em Educação, História e Filosofia)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 159.

¹⁸⁷ Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

¹⁸⁸ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 166.

¹⁸⁹ A palavra cadeira provém do grego *Kátedra* e do latim, *cathedra*, tem o sentido de cargo de professor reconhecido pela instituição para ministrar uma ou diversas matérias. “A Lei nº 318 de 16 de setembro de 1901 (...) não era especificamente de ensino porém tratava de várias medidas de economia interessando toda a administração pública (...). Deve-se notar que a palavra cadeira não exprimia disciplina do curso normal porém quase sempre um conjunto de disciplinas. Por medida de economia as matérias se agrupavam em uma cadeira única regida por um professor. Por isto, a Lei acima citada procurou reunir matérias mais ou menos correlatas para definir uma cadeira. Assim é que Geografia e História do Brasil especificamente de Minas Gerais passaram a constituir a 3ª cadeira do curso normal do mesmo modo que Geometria plana e Desenho pertencia a 5ª e Ciências Físicas e Naturais isto é Zoologia, Botânica, Física e Química formavam a 7ª cadeira na disposição da lei 318 referida”. (Cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1962. p. 86).

resultado do empenho do ensino particular e livre que empreendeu esforços e substituíra, e excedia em vantagens, o ensino público nesta Província¹⁹⁰.

No ano anterior ao da transição do Império para a República, o Presidente da Província de Minas Gerais, Luis Eugênio Horta Barbosa apresentou relatório datado de 1º de junho de 1888, com dados de que a Província mineira possuía 1.649 escolas elementares com matrículas do sexo masculino em torno de 28.418 e do sexo feminino em 15.168, num total de 43.586 matrículas. Destas cadeiras de instrução primária, 388 estavam localizadas em Cidades/Vilas; 872 em Freguesias; 389 em Distritos. Entre as quais uma situada em Uberabinha, a primeira escola pública provincial, à época regida pelo professor João Luiz da Silva¹⁹¹. Apesar do aumento de matrículas, no ano de 1889, o próprio governo provincial com base na realidade apresentada em novo relatório, por Cláudio Alaor Bernhaus de Lima, considerou na pessoa do Barão de Camargos não ser satisfatória a situação da instrução pública no Estado e reivindicou a necessidade de ser promovida uma reforma radical¹⁹².

Os dados apresentados contribuem para o argumento de que estava em andamento uma melhora na oferta do número de escolas de instrução primária, com crescimento em torno de 150%, neste último ano, e de um maior número de matrículas. Todavia, a herança da instrução pública que o Império deixou para a República era pequena, diante da grande expectativa que o novo regime atribuiu à mesma.

A Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 15 de junho de 1891, na área educacional comungou com princípios democráticos assumidos pelos republicanos e liberais para romper com os privilégios do governo imperial quanto: a organização do Estado; a igualdade perante a lei e a gratuidade do ensino público primário em conjunto com a livre iniciativa dos particulares; a garantir o direito ao livre exercício de qualquer profissão; a facultar a atribuição do Congresso Estadual de legislar sobre o ensino superior, secundário e primário e desenvolver o ensino público de áreas específicas, quais sejam, a agricultura, indústria, comércio e imigração, conforme expressa a redação final, nos artigos 3º, 30 e 31.

Art. 3º - A Constituição garante aos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade de todos os direitos concernentes à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes da Constituição Federal: § 1º Todos são iguaes perante a lei. O Estado não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza, títulos hobiarchicos e de conselho, bem como

¹⁹⁰ “A população escolar inferior a 337.142 e, entretanto, a estatística das escolas oferece apenas a matrícula de 39.755, a frequência de 24.700 alunos de ambos os sexos”. (MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1962. p. 15).

¹⁹¹ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*, Uberlândia, n. 10, jul 1941, p. 7.

¹⁹² Cf. TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961. p. 1060. v. IV.

ordens honoríficas e todas as suas regalias, extintos pela Constituição Federal (...). (...) §6º O ensino primário será gratuito e o particular exercido livremente. (...) § 22º É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. (...) Capítulo IV – Das atribuições do Congresso. Art. 30º - Compete privativamente ao Congresso.(...) 5. Legislar sobre o ensino secundário e superior, que será livre em todos os graus; (...) 27. Promover no Estado o desenvolvimento da educação pública, da agricultura, da indústria, do commercio, da imigração; Art. 31º - Compete também ao Congresso: (...) 5. Legislar sobre instrução primária.¹⁹³

Na Constituição Estadual de Minas Gerais, nas Disposições Gerais, ficou o Estado incumbido de organizar a instrução pública estadual, de promover o Fundo escolar no Estado, bem como de estabelecer critérios na fiscalização dos estabelecimentos educacionais particulares quanto à higiene, à moralidade e à estatística. No artigo 117 foi estabelecido o perfil profissional dos professores estaduais, dando preferência aos que apresentassem diplomas de normalistas. Na própria constituição mineira de 1891 há a indicação de que o Estado reconhecia a profissão do professor desde que habilitado por escolas apropriadas para esta formação, diplomados pelas escolas normais, como pode ser verificado:

Título IV. Disposições Geraes. Art. 117º - A lei de organização de intrução publica estabelecerá: 1. Obrigatoriedade do aprendizado, em condições convenientes; 2. Preferência dos diplomados pelas escolas normaes, para a investidura no magistério; 3. Instituição do Fundo Escolar; 4. Fiscalisação do Estado, quanto a estabelecimentos particulares de ensino, somente no que diz respeito à hygiene, moralidade e estatística.¹⁹⁴

Verifica-se que, desde esta época, na esfera estadual mineira, o suporte legal já reconhecia as Escolas Normais como estabelecimentos apropriados para a formação dos professores da instrução primária, constituindo-se, assim, como elemento de identidade na profissionalização do professor, o que coincide com as observações de Nóvoa sobre o ocorrido em Portugal.

A ideia da ilustração em convergência com os princípios advindos das ideias democrática, liberal e positivista concebeu a República em nosso país e validou a profissionalização do professor como estratégia para contribuir para a renovação da formação nacional, valorizou as Escolas Normais como instituição educativa especializada para a institucionalização de um dos instituintes das ideias do novo regime. Nesse momento, foi considerada superada a proposta da Reforma Couto Ferraz, o Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, de reconhecer na função de professor público, a partir dos dezoito anos, os

¹⁹³ VIANNA, Paulo Domingues. *A Constituição Federal e as Constituições dos Estados*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1911. p. 741-751.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 772.

melhores alunos que assumissem desde os doze anos uma formação de professores adjuntos, pelo menos para as esferas públicas de ensino¹⁹⁵. Validou, sim, a proposta estabelecida pela Reforma Leôncio de Carvalho, no Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, que entre outras, “regulamenta o funcionamento das Escolas Normais fixando o seu currículo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários (artigo 9º)”¹⁹⁶.

O novo governo estadual republicano instaurou nova etapa de profissionalização para professores da esfera estadual com base em constantes reformas educacionais realizadas durante todo o período da Primeira República. Em parte, o desenvolvimento desse processo pode ser acompanhado pela perspectiva da profissionalização dos professores municipais em Uberabinha.

2.2.1 Profissionalização em Uberabinha na transição do Império à República

Em Uberabinha/Uberlândia, o processo de profissionalização do professor municipal no período da virada do Império para o período da Primeira República esteve imerso no contexto de mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas nesse município, no Estado de Minas Gerais e no país. Testemunhou e participou do processo de imersão em um novo cenário pelo qual a República foi estabelecida como novo regime político do Brasil nutrido da inspiração no espírito da modernidade, de valores advindos das ciências, dos ideais democráticos, liberais e positivistas, tudo isso sobre uma base capitalista, deixado no ambiente com uma herança de uma sociedade conservadora, escravista e elitista.

Houve uma conjunção de fatores para que a sociedade local, no início desse período, oferecesse à população “duas escolas públicas e duas particulares”¹⁹⁷ para cerca de mais 10.000 habitantes¹⁹⁸, imersa no processo de formação e emancipação política local seguida da mudança de regime político no país. A oferta era insuficiente, porém a submissão da população às tradições culturais da elite era maior. Com o desenrolar do processo de

¹⁹⁵ Cf. SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 133.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 137.

¹⁹⁷ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 37. v. 1. O autor refere-se ao conteúdo do documento elaborado pelo Padre João Dantas Barboza que organizou a Campanha Pró-emancipação do distrito de São Pedro de Uberabinha, e no qual justifica as viabilidades econômicas para tal pedido.

¹⁹⁸ PEZZUTI, Pedro (Cônego). *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922. p. 17. O Cônego estimou a população baseado no movimento do número de batizados junto a nova Paróquia. Inicialmente, em 1858 (3.000 habitantes); 1870 (5.500 hab.); 1880 (6.000 hab.); 1890 (10.000 hab.) e 1900 (12.500 hab.).

escolarização republicana em quase quatro décadas o cenário manifestou com uma oferta maior, bem como a população havia se apropriado da racionalidade republicana e reivindicava mais oportunidades de escolarizar seus filhos.

Diversos outros fatores contribuíram para que, em pouco mais de três décadas, se tivesse noticiado da imprensa local que, na área educacional, Uberabinha “[...] é a cidade de Minas onde a matrícula escolar é a mais alta, relativamente a sua população”¹⁹⁹. A população do município atingiu nos anos de 1920 cerca de 24.520 habitantes. Este dado aponta na direção de ter ocorrido também um processo de expansão do quadro de professores e de instituições educativas públicas e privadas para sustentar esta nova situação.

Os textos publicados nas páginas do jornal *A Tribuna*²⁰⁰ contribuem para revelar o discurso da imprensa escrita local, que não só registrou informações, mas também participou de diversas discussões sobre o processo educacional em Uberabinha. O município se projetou de tal forma que nos anos vinte do século passado, recebeu destaque dentre as cidades que a cercavam, da região do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás e outras mais do Estado de Minas Gerais.

O Sr. João de Andrade, um dos proprietários do referido jornal, com certeza acreditou que o desenvolvimento da cidade e região passaria por ser alavancado por meio do estabelecimento de estradas de ferro e escolas. Tal afirmação pode ser constatada no trecho registrado no artigo de sua autoria denominado *As Possibilidades*, no qual expressa que “o Triângulo tem absoluta necessidade de estradas de Ferro e escolas, e assim crescerão ainda mais as nossas possibilidades”²⁰¹. Provavelmente, estradas de ferro e escolas foram instrumentos potencializadores para garantir o progresso da sociedade uberabinhense, pois ambos possibilitariam o trânsito de riquezas. O primeiro, por viabilizar a comercialização de produtos materiais e o avanço nas relações comerciais, e o segundo, por propiciar a acumulação e difusão do conhecimento, produto intelectual, alimentando com ambos o desenvolvimento do corpo social. O primeiro elemento tem por fundamento um princípio liberal de utilizar a habilidade individual para acumular riquezas e o segundo fundamenta-se

¹⁹⁹ UBERABINHA. *A Tribuna*. Uberabinha, anno VIII, n. 328, p. 125, 25 abr. 1926. Um olhar mais aprofundado sobre esta assertiva possibilitou verificar que houve um crescimento maior de matrículas escolares na região urbana em relação à área rural

²⁰⁰ O jornal semanário *A Tribuna*, fruto da iniciativa do Sr. João de Andrade e do Sr. Vasco Rodrigues, os primeiros proprietários do mesmo, sob o nome comercial Rodrigues, Andrade & Cia, possuía redação e oficina estabelecidos, inicialmente, na Praça da Independência, região central no município e foi um dos instrumentos que registrou, entre 1919 e 1946, parte das transformações ocorridas nos anos vinte do século XX, em Uberabinha. Tais jornais encontram-se no acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia e no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) do Instituto de História – INHIS – UFU.

²⁰¹ ANDRADE, João de. *As possibilidades*. *A Tribuna*, Uberabinha, anno I, n.1, p.1, 7 set. 1919.

em um princípio da ilustração, positivista e também liberal, de valorizar a educação para formar pela instrução cidadãos saudáveis no corpo social.

Em Uberabinha, estava em desenvolvimento lento e constante um processo de transformação, aliado às alterações no desenvolvimento de atividades comerciais e industriais agro-exportadoras que estavam canalizadas na produção, beneficiamento e comercialização de cereais e produtos de origem animal, com destaque para os curtumes, e ensaiava estabelecer uma diversificação em outras áreas de produção e comercialização, conforme registra na época, a revista *Município de Uberabinha*:

Actualmente, devido ao desanimo de capitaes, as indústrias se resumen, principalmente, em vastas e numerosas instalações para o benefício de arroz e do algodão, em serrarias e carpintarias providas de maquinários aperfeiçoados e outros produtos da carne e couros, como cortumes, pequenas fábricas de banha, sabão, calçados, arreios, bem como diferentes outros ensaios industriaes, como cerâmica, bebidas, pilhas telephonicas, desfiação de fumo, manteiga, gelo, refinação de assucar, moinhos e produtos pharmaceuticos, dos quaes alguns já são exportados e largamente conhecidos.²⁰²

Lourenço argumenta que a atividade comercial da cidade tem sua origem por ter sido entreposto comercial nos séculos anteriores:

A diversidade de produção agropecuária, comercial e do pequeno número de indústrias de beneficiamento que se desenvolviam no município de Uberabinha, fora possível por fatores provenientes do processo de ocupação do espaço físico, ocorrido nos séculos anteriores, antes da elevação a município. Uberabinha pertencia a uma região que viveu um processo de colonização durante os séculos XVIII e XIX, desenvolvendo-se à margem dos centros mineradores e da cidade sede do governo da Província de Minas Gerais. Tal região antes, dominada pelo cerrado e por índios, se tornou terra de passagem e entreposto comercial dos migrantes, que realizaram a divisão de terras em grandes áreas estabelecendo a concentração do poder entre grandes proprietários.²⁰³

Tendo grandes proprietários de terras nessa região que se associaram a profissionais liberais e clérigos, constituíram parte da elite social uberabinhense que buscaram aliar o poder

²⁰² PEZZUTI, Pedro (Cônego). *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922. p. 52.

²⁰³ Cf. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; GUIMARÃES, Eduardo Nunes. As transformações econômicas do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Curso de História (UFU), n. 4, p. 7-35, jan./jun. 1991; ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. Idem, p. 79-102; WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41.

financeiro e patrimonial que possuíam, ao da representação política, diante de um horizonte que apontava para o ocaso do Império e o nascer do regime republicano, numa democracia censitária.

A elite agrária e política dessa região assumiu o governo em nome do povo, da futura Uberabinha/Uberlândia, e empreendeu ações para materializar o ideal de uma cidade Maravilha. Ideal socializado pela difusão, conforme discute Lopes, de uma

[...] história que, desde o início, foi sendo oficializada através dos símbolos da ordem, do progresso e da modernização. As elites políticas e econômicas trabalharam no sentido de urdir uma rede de conveniências, na qual, os interesses emergentes foram sendo tramados de forma a possibilitar destes discursos no espaço urbano, construindo-o como uma representação onírica deste ideal de cidade Maravilha.²⁰⁴

Esta sociedade que estava a se organizar, tendo por vivência o fundamento das relações de poder com a Coroa, trazendo um legado tanto do período colonial, como do imperial, precisou adequar-se diante de transformações sociais, a exemplo da relação de trabalho escravo para o livre, e de uma escolarização elitista, não só na região do Triângulo Mineiro, como no país²⁰⁵, em quase quatro décadas, despontou-se no cenário do Estado de Minas, e durante a segunda metade do século XX, no país.

Este desenvolvimento promoveu um processo de escolarização, principalmente, intensificado nos anos vinte do século passado em Uberabinha, que pode ser verificado a partir do contato com a documentação dos registros da Câmara Municipal de Uberabinha/Uberlândia (CMU) e da imprensa escrita local: atas, relatórios, projetos, artigos, notas, editoriais, entrevistas, crônicas, editais, propaganda, entre outros, os quais se encontram no acervo do Arquivo Público Municipal, possibilitando a realização de pesquisas.

Entre os resultados das pesquisas, há evidências da existência de um processo de profissionalização do professor municipal, de pelo menos três momentos distintos na Primeira República, marcados pela influência de um anseio de modernidade e dos princípios das ideias democrática, liberal e positivista, com base na análise da produção da legislação educacional municipal.

²⁰⁴ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 21. A autora nesta obra desenvolve um estudo histórico preliminar do desenvolvimento da cidade de Uberlândia, desde a sua origem, período anterior ao foco principal da mesma.

²⁰⁵ Cf. SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

2.2.1.1 Primeiro Momento: construção do perfil profissional do professor municipal

O primeiro momento, o da construção do professor municipal, delimita-se entre 1892 e 1899, iniciado num contexto de instalação de novo regime político no país, e no qual as primeiras legislações promulgadas pela Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha estabeleceram uma normalização no processo educacional. Este período é encerrado quando se verifica uma estabilização do perfil profissional do professor municipal.

Configurada na sociedade uma atmosfera de emancipação, no início da autonomia política de Uberabinha, tomando por referência a data de 7 de junho de 1888, quando o Presidente da Província de Minas Gerais sancionou o Decreto-Lei n. 51²⁰⁶ da elevação das Freguesias de São Pedro de Uberabinha e Santa Maria à categoria de Vila. Em 31 de agosto de 1888, o Vice-Presidente da Província baixou o Decreto-Lei n. 4.643²⁰⁷, elevando-as a município de São Pedro de Uberabinha.

A Câmara Municipal de Uberabinha, eleita em janeiro de 1892, tomou posse em 7 de março de 1892, e em menos dois meses elaborou e aprovou a primeira lei educacional, a Lei n. 1, de 22 de abril de 1892, que dispõe sobre a instrução pública, no prazo de cinco dias. Aprovado, dez dias após ser sancionado o Estatuto do Município de Uberabinha, e pouco mais de três meses antes da publicação, pelo Governo Estadual, da Lei n. 41, de 3 de agosto de 1891, esta primeira lei da legislação educacional da instrução pública do município de Uberabinha se antecipou à reforma promovida pelo poder estadual, e tinha por orientação a legislação da esfera Federal, o Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, elaborado por Benjamin Constant.

Gonçalves Neto, sobre esta questão, afirma existir uma relação entre as legislações federal e estadual com a legislação municipal, de que:

[...] as leis sobre educação em Minas respaldam-se na legislação federal. Seria de esperar-se, agora, que demonstrássemos a influência da lei mineira sobre o processo legislativo em Uberabinha. Contudo, este trajeto não é possível: a Lei n. 1 de Uberabinha, “Sobre a instrução pública”, foi aprovada pela Câmara Municipal em 22 de abril de 1892, mais de três meses antes da edição da Lei número 41, que organizava a instrução pública em Minas Gerais. Consequentemente, elaborada sem a inspiração da lei estadual,

²⁰⁶ CONSELHO DE INTENDÊNCIA DA VILLA DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Sala de reunião no Paço da Intendência Municipal. *Ata da Posse da Intendência Municipal da Instalação da Vila de São Pedro de Uberabinha no dia 14 de março de 1891*. Uberabinha, 1891. Livro 1, p. 2f.

²⁰⁷ Cf. TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 41. v. 1.

pautando-se pelos princípios dos primeiros legisladores municipais e pelo que conheciam do debate sobre a educação nacional. Não se pode, no entanto, afirmar que trabalharam absolutamente livres. Se não existia uma lei estadual, existiam os princípios constitucionais tanto da República quanto do estado.²⁰⁸

A aprovação da Lei n. 1, de 22 de abril de 1892, manifestou que na relação entre legislação estadual e municipal havia ritmos distintos pertinentes a cada casa legislativa, como esferas de poder que pulsam descompassadamente, uma em relação à outra, mantendo cada qual sua própria dinâmica. O marco inicial, tido como referência, seria a Proclamação da República no país, o que possibilitaria a convergência de ideias e ações na construção de um processo de institucionalização de uma estrutura legal que viabilizasse, em algum momento, a existência de um sistema de ensino no país, há muito buscado desde o tempo do Império e defendido pela melhoria da educação nos ideais republicanos.

Porém, a aplicação do suporte legal municipal possibilitou a constituição de um perfil para o professor municipal em Uberabinha que caracterizou-se por não ter a exigência do tempo integral e de dedicação exclusiva, a exemplo da contratação do professor e normalista²⁰⁹ Eduardo José Bernardes, ocorrido em 20 de abril de 1892, pela aprovação do Parecer da Comissão Especial na 8ª sessão da 1ª Reunião Ordinária naquele ano²¹⁰.

A figura abaixo apresenta o professor Eduardo José Bernardes trajando terno, gravata, corte de cabelo curto, tendo aparência de ser descendente europeu. Ele foi o primeiro professor municipal de Uberabinha, entre 1892 e 1894.

²⁰⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. O poder municipal e o desenvolvimento da educação em Uberabinha, MG, 1892-1905. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., *Anais...* João Pessoa-PB, 2003a, p. 4. 1 CD-ROM.

²⁰⁹ Cf. Idem. Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha. *Cadernos História da Educação*. Uberlândia, n. 2, p. 59-66, dez. 2003b.

²¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 8ª sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, no dia 20 de abril de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 54f-58f.

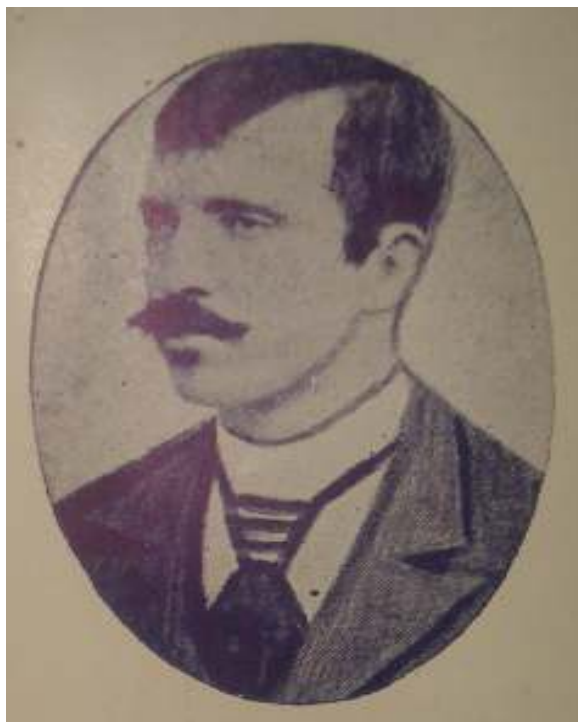


Figura 1 - Professor municipal Eduardo José Bernardes (1892-1894)

Fonte: ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 3, 4, 26, jul. 1941, p. 8.

Segue a figura com a transcrição e foto da Ata da Banca Examinadora sobre a Capacidade Intelectual do Professor Eduardo José Bernardes, bem como o texto transcrito da mesma que registrou a aprovação do referido professor com as seguintes palavras:

Acta de exame do Professor da Escola Pública de São Pedro de Uberabinha, o cidadão Eduardo José Bernardes. 04-09-1892

As duas horas da tarde do dia nove do mez de Abril do anno de mil oito centos e noventa e dois, na salla da casa de instrucção presentes Jeronymo Martins de Oliveira França e João Moreira Ribeiro Junior, teve logar o exame de capacidade intellectual do Professor Eduardo José Bernardes, sobre materias seguintes: - Portugues, Arithimetica, Geographia, Desenho linear e Algebrico, Leitura e Instrucção moral e civica. Do que para constar, lavrei esta acta. Eu Jeronymo Martins de Oliveira França, membro da Commissão examinadora servindo de secretário.

Jeronymo Martins de Oliveira França

João Moreira Ribeiro Jr Addindo: - O examinando foi approved com distincção nas materias acima referidas. [...].

Jeronymo Martins de Oliveira França

João Moreira Ribeiro Jr.²¹¹

²¹¹ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Ata da Banca Examinadora sobre a Capacidade Intelectual do Professor Eduardo José Bernardes. *Pasta Temática da Educação n. 17*. Uberabinha, 1892. (ArPU) (AJA).

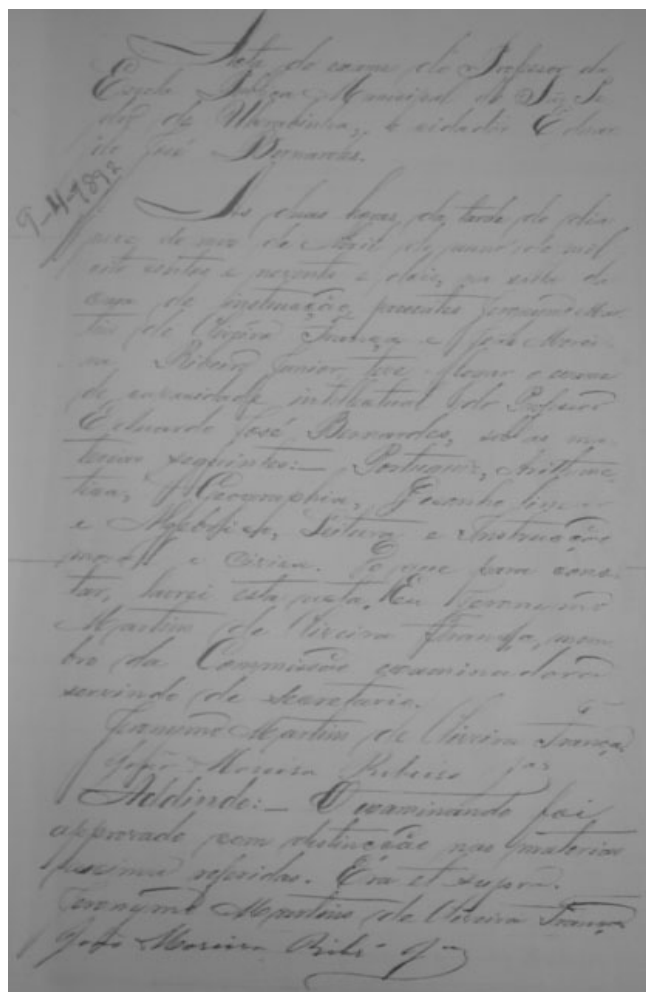


Figura 2 - Página da Ata do Exame do primeiro professor da Escola Pública Municipal de São Pedro de Uberabinha (9 de abril de 1892)

O examinado foi aprovado e satisfez com distinção a arguição no processo legal. Não houve a menor preocupação dos membros da banca examinadora em considerar que o mesmo pudesse ter comprometimento na sua atuação em sala de aula por ter alguma limitação, ou por causa dos indícios de surdez, ou por ter outras funções como o de ourives, perfumista e professor da escola na fazenda da Babilônia. A ausência de qualquer restrição sobre estes dados confirmam no perfil do professor municipal que ter tempo integral ou a docência como atividade principal não era exigido naquele momento.

Assim, assumiu Eduardo José Bernardes o cargo de professor municipal da escola urbana noturna em 1892, onde permaneceu por quase dois anos, em razão de seu falecimento ocorrido em 17 de maio de 1894, conforme Teixeira registrou na sua biografia:

Eduardo Surdo natural de Oliveira-MG [...]. Era ourives e fabricante de perfumes e em 1892 foi eleito vereador Especial pelos distritos, na formação da Primeira Câmara Municipal de Uberabinha e segundo Juiz de Paz da Comarca. Quando manteve uma escola na fazenda da Babilônia, deste município [...]. Em 17 de maio de 1894, quando Eduardo Surdo construía sua casa na rua Vigário Dantas, esquina da rua Bernardo Guimarães justamente quando pregava ripas na parede de pau-a-pique, não ouviu a voz da vizinha que gritava: ‘foge seu Eduardo, que o homem vem aí com uma espingarda!...’; momentos após, ouviu-se o detonar da arma que tirou a vida de Eduardo Surdo.²¹²

Conhecido por ser vereador e agente político e intelectual na sociedade uberabinhense, o professor Eduardo José Bernardes atuou no ensino primário municipal, sendo o seu assassinato motivado por um acerto de contas que Tomaz Mendes dos Santos, cidadão de Uberaba, alegou “ter um nome a zelar e um coração a sentir”²¹³.

Os professores Eduardo José Bernardes e Franciso Firmino Monteiro atuaram no ensino primário municipal na origem do processo de profissionalização do professor municipal de Uberabinha, que construiu um suporte legal de um perfil reduzido, estabelecendo por preferência que os mesmos assumissem as aulas municipais nas escolas particulares, conforme estabelece os artigos 4º e 6º da Lei n. 1, diante de um conjunto de dezenove artigos:

Art. 4º. Nas zonas onde existirem aulas particulares mantidas a espenças de qualquer cidadão passarão ellas a serem municipaes mantidas e regidas segundo o regulamento municipal.

§ 1º. Estas disposições, só se verificará se assim convir os cidadãos que mantiverem as aulas.

§ 2º. Nas escolas particulares em que os proprietários offerecem predios gratuitamente para nelles funcionar as aulas municipaes serão de preferencia providas de professores.²¹⁴

No § 2º do 4º. artigo dessa Lei, foi estabelecido o direito de preferência para o exercício da profissão a professores que estariam à frente de escolas municipais em prédios cedidos por particulares, uma distinção entre o profissional melhor qualificado e o voluntário, de forma a garantir que a vaga nas escolas particulares fosse ocupada por profissional aprovado pelos critérios estabelecidos pelo governo municipal.

No §3º do 6º artigo a identidade e vinculação do professor estabeleceu no suporte legal uma relação direta do professor com o Agente Escolar, que inspecionaria o professor na sua

²¹² TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 163-164. v. 2.

²¹³ Ibidem, p. 164.

²¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigo 4º da Lei n. 1, 22 de abril de 1892. *Ata da 7ª sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 19 de abril de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 54f.

atividade profissional. O poder municipal assumiu a inspeção das atividades docentes dos profissionais vinculados às escolas municipais por meio do Agente Escolar, responsável por uma das zonas literárias do município de Uberabinha.

Art. 6º. E creada em cada zona litterária um funcçionário com a denominação de agente escolar, sob cuja inspecção ficarão as seguintes attribuições.

§ 1º. O agente escolar, nomiado pela Camara, de entre os cidadãos rezidente na zona reconhecidas por sua moralidade, probidade e inteligencia, tomará pose perante a mesma Camara em sessão, sendo previamente avisado. O título que servirá para seo exercício é exempto de qualquer imposto municipal.

§ 2º. O agente escolar compete executar todas as ordens da Camara e remetter a mesma em sua última sessão annual, uma lista contendo o nome e idade, profissão e a circunstância de saber ler e escrever de todos os habitantes da circunscipção litterária a seu cargo.

§ 3º. Terá inspeção emmediata sobre o procedimento proficional dos professores, verificando-se se cumpre elles o regulamento escollar e mais despozições legaes.²¹⁵

Este agente do governo local foi responsável por inspecionar os procedimentos do professor municipal, e assumiu o controle sobre a autonomia do professor e a garantia de que haveria uma busca por padronização no ensino municipal, pelo princípio democrático assumido pelo governo municipal.

Nesta primeira lei da constituição do caráter profissional do professor municipal em Uberabinha, pela Lei n. 1, de 22 de abril de 1892, houve distinção entre profissional e voluntário, com valorização ao profissional que possuísse o diploma de normalista, não sendo exigida atuação exclusiva na docência ou como atividade principal, e sim o reconhecimento público, diante de uma Banca de Exames, de ser possuidor de técnicas apropriadas para o exercício qualificado da função docente.

No mesmo ano, foi aprovado o Regulamento Escolar do Município, a Lei n. 2, de 16 de junho de 1892, com 55 artigos, elaborada e aprovada em aproximadamente cinquenta e seis dias. O processo caracterizou-se por ser harmônico entre os vereadores, em que a ausência de debates revelou a possibilidade de existir uma convergência de pensamentos dos membros da Câmara Municipal sobre a legislação escolar naquele momento, por prioridade assumida de legalizar as relações no âmbito educacional local.

²¹⁵ Artigo 6º § 1e 2 da Lei n. 1, 22 de abril de 1892. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 8ª sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 20 de abril de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 57f e § 3º do Artigo 6º da Lei n. 1, 22 de abril de 1892. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 9ª sessão da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 21 de abril de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 58v.

Em menos de dois meses, duas leis municipais sobre a legislação educacional são aprovadas, antecipando a primeira e grande Reforma Educacional Estadual, a Lei Afonso Penna, a de n. 41, de 3 de agosto de 1892 e tendo por norte, basicamente, o Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, aprovado na esfera federal, a primeira Reforma de Benjamin Constant.

De fato essa lei regulamentou o ensino municipal e consolidou os princípios estabelecidos na Lei n. 1, de 22 de abril de 1892, com um suporte legal que necessitou ser aprofundado com a incorporação de quatro itens para melhor compreensão do processo de construção da profissionalização do professor, que são: 1. o estabelecimento de direitos para o exercício docente; 2. a identificação dos deveres atribuídos ao professor; 3. apontamento das restrições e proibições ao exercício docente; 4. a relação identidade e vinculação atribuída aos professores com a sociedade.

A Lei n. 2, 16 de junho de 1892 foi estabelecida com nove artigos que estabelece direitos ao exercício da profissão de professor, compreendidos nos artigos: 24 (ao uso de penas: repreensão, privação de recreio, retenção de meia hora ao final dos trabalhos escolares; expulsão por um dia ou definitiva); 33 (de participar na função de examinadores); 46 (a receber prêmio financeiro por maior número de alunos distintos); 49 (indicar e utilizar de substituto em caso de ausência de mais de quinze dias para cuidar da saúde); 50 (requerer professor auxiliar por mais de cinquenta alunos matriculados); 51 e 52 (de requerer licenças de dez a trinta dias com ordenado integral ou proporcional e requerer professor substituto); 53 (acesso direto ao Agente Executivo e Presidente da Câmara Municipal); 54 (subsídio aos que atuarem em estabelecimentos particulares e se sujeitaram aos agentes do governo municipal); e 55 (requerer subsídio por frequência acima de trinta alunos)²¹⁶.

No que tange ao item deveres do professor no seu exercício profissional nas escolas primárias municipais foram exigidas as seguintes prescrições, em seus respectivos artigos: 7º (responsável pelo estabelecimento escolar); 9º (zelar pelos livros de consulta a serem utilizados pelos alunos); 17 (manter em dia a escrituração dos livros da escola, que são quatro: 1º O livro de matrícula; 2º O livro de inventário; 3º O livro de ponto; 4º O livro de termo de exame); 48 (zelar pela higiene dos alunos); 54 (se sujeitarão aos agentes do governo municipal oriundos das escolas particulares)²¹⁷.

²¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 2, 18 [16] de junho de 1892. *Leis*: Livro de Lei n. 1, p. 3v-8v.

²¹⁷ Ibidem.

As restrições estabelecidas ao professor municipal nessa lei foram dispersas em oito artigos, com proibições e limites ao exercício da profissão de professor no que diz respeito a infringir princípios normativos, de direito civil em respeito ao aluno, de princípios ideológicos republicanos, respectivamente, vinculados aos referidos números dos artigos da lei: 20 (permitir frequência de crianças nas aulas, que não estejam matriculadas na escola); 22 (utilização de objetos estranhos ao ensino durante a aula; utilização dos alunos para serviços particulares; ausentar-se da atividade docente por um dia sem Licença do Presidente da Câmara); 23 (propagar ideias contrárias ao atual regime político, bem como de utilizar bibliografia não autorizada pelo governo); 24 e 25 (utilizar-se de ações disciplinares além do estipulado pela legislação, principalmente, de castigos corporais e humilhantes aos alunos); 43 (desrespeitar a legislação do regulamento escolar tendo como consequência punições); 44 (uso de emblemas e quadros religiosos); 47 (privilegiar o espaço físico da residência do professor em detrimento do espaço físico de sala de aula para comportar os alunos)²¹⁸.

No item sobre a identidade e vinculação do suporte legal, a Lei n. 2, em quinze artigos, estabeleceu vinculação direta com o Agente Executivo Municipal e com a Câmara Municipal sendo a estância administradora da vida profissional do professor, e tendo um hierárquico imediato, o inspetor de instrução, que responde pela admissão, administração e demissão do professor – artigos 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53. No artigo 36 foi estabelecida uma avaliação permanente destes agentes hierárquicos sobre a conduta do professor no que se refere à moralidade e a aptidão para o magistério. No artigo 40 as avaliações destes agentes são importantes para contratação por concurso para o exercício da profissão de professor, tanto na questão da competência técnica e intelectual quanto na questão vinculada a moral.

No artigo 45 estabeleceu a importância desses agentes de determinar o método e os livros a serem utilizados pelos professores das escolas municipais. No artigo 47 diz respeito a avaliação sobre o trabalho escolar, em busca do equilíbrio entre o bem-estar do professor e dos alunos e deve resultar em bom estado de saúde escolar. Estende-se nos artigos 54 e 55, essa vinculação hierárquica aos professores das escolas particulares que assumirem compromisso de obedecerem o regulamento escolar municipal, sendo por contrapartida subsidiados pelo governo municipal²¹⁹.

Em 9 de março de 1896, o Agente Executivo e Presidente da Câmara Municipal José Lelis França sancionou os 57 artigos aprovados pela Câmara Municipal do Regulamento

²¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 2, 18 [16] de junho de 1892. *Lei*: Livro de Lei n. 1, p. 3v-8v.

²¹⁹ *Ibidem*.

Externo Escolar²²⁰. No texto, distribuído em seis secções e treze capítulos, o perfil do professor municipal ainda estava em construção para atuar no ensino primário, pois, neste novo instrumento do suporte legal, destacam-se os seguintes aspectos quanto a esse perfil no processo de profissionalização: estabeleceu ao item direito, doze artigos (24, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 47, 55 e 56): valorização aos professores com título ou diploma da Escola Normal, que uma vez nomeados, reservam à possibilidade de demissão por declaração judicial por causa de incapacidade física ou moral; requerer com justificativa extensão ao prazo para tomar posse; possibilidade de permuta de atuação entre cadeiras escolares de mesmo ou menor grau com aprovação do Agente Executivo; no protocolo de posse prestar juramento ou firmar termo de compromisso perante a Câmara Municipal, e obter título de nomeação sob o visto do agente executivo; vitaliciedade; gratificações extraordinárias por mais de 15 e 25 anos de serviço na função; requerer recursos ao Agente Executivo e a Câmara diante de acusação de infração; licença remunerada por até três meses com metade da remuneração; licença remunerada por oito dias uma vez por ano; licença sem remuneração por trinta dias uma vez por ano; a três dias de falta por mês abonados pelo Delegado Rural ou Agente Executivo Distrital, a extensão desse limite com atestado pelo Agente Executivo; falta justificada por moléstia, casamento (até oito dias), falecimento de ascendente, descendente e cônjuge (oito dias) – cunhado, tio, sogro, genro e nora (três dias), para ocupação em serviço público imputado por lei.

Identificou-se oito artigos com alteração de acréscimos à descrição dos deveres nos seguintes artigos (26, 27, 28, 29, 31, 48, 53 e 55): tomar posse no prazo máximo de trinta dias; inspirar sentimentos de religião aos alunos; no protocolo de posse prestar juramento ou firmar termo de compromisso perante a Câmara Municipal, e obter título de nomeação sob o visto do agente executivo; recompensar os alunos com bom comportamento e aproveitamento; apresentar atestado de cumprimento de deveres aos hierárquicos imediatos e ou superior.

Na questão das proibições, identificou-se seis artigos (25, 30, 53, 54 e 55) que estabelecem: impedido de ser nomeado o professor que tenha sofrido pena de galé ou condenação judicial por qualquer crime ofensivo da moral pública ou da religião; ausentar por mais de oito dias letivos sem licença do Agente Executivo; residir fora do local que ministra aula; de gozo de qualquer licença o professor que ainda não haja entrado no exercício da cadeira que fora nomeado; receber vencimentos sem antes apresentar o atestado de cumprimento de dever aos hierárquicos imediato ou superior; admitir inscrição em concurso

²²⁰ ARANTES, Jerônimo. Regulamento Externo. Regulamento Escholar do Município de Uberabinha. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberabinha, 9 mar. 1896. (AJA)

de impetrante reprovado aquém de seis meses da reprovação; faltar sem justificativa por mais de três dias letivos sem autorização do Agente Executivo.

No estabelecimento de vinculação hierárquica, oito artigos (22, 39, 43, 47 51, 52, 53 e 55) apresentam acréscimo na relação hierárquica que o professor desenvolverá na estrutura do governo local: requerer a participação de uma professora e/ou uma senhora capacitada para ser examinadora em banca de exames de concurso de professor ou professora; apresentar perante a Câmara Municipal os documentos necessários para requerer o direito a vitaliciedade; submetido a sanções pelo poder do Agente Executivo Municipal em caso de infração do regimento escolar e de concessão de licenças; submetido a avaliação do Delegado Rural.

No aspecto quantitativo e qualitativo verificou-se que houve uma maior expansão dos direitos dos professores municipais, em relação aos demais itens do novo suporte legal educacional, com a aprovação de direitos e com a valorização do normalista, a vitaliciedade; gratificações extraordinárias ao se ter entre três a cinco lustros na atividade docente municipal. Em pouco mais de quatro anos e nove meses da Lei n. 2, de 16 de junho de 1892, a construção do perfil da profissionalização do professor municipal abarcou maior qualificação em aspectos que valorizaram o professor com título de normalista, com retorno a proteção contra demissões políticas, melhor remuneração financeira, e que preservasse uma trajetória na carreira docente municipal de uma moral modelar e irrepreensível diante dos bons costumes e da lei.

Entre os professores municipais que atuaram no ensino primário das escolas municipais rurais e urbanas noturnas neste primeiro momento, foi possível identificar os seguintes nomes: Eduardo José Bernardes, Francisco Firmino Monteiro²²¹, sendo subvencionados outros professores e professoras particulares para atuar nas escolas particulares rurais do município. O primeiro momento da profissionalização do professor municipal atingiu seu marco final com a publicação da Lei n. 15, de 10 de junho de 1899, que evidenciou o surgimento do segundo momento, o da consolidação do perfil do professor.

A comunicação entre os dois poderes, estadual e municipal, ocorria sem sincronia na área educacional. Em razão de que o governo estadual mineiro promoveu constantes atualizações e alterações na legislação educacional, inclusive com foco na profissionalização do professor estadual, enquanto no governo municipal, durante sete anos, foi construído o perfil do professor pela profissionalização com base na legislação educacional, em que não

²²¹ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras – 1835-1840. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano VI, n. 10, jul. 1941, p. 7.

era exigida a docência como atividade principal ou em tempo integral; com estímulo para o normalista assumir a vaga, porém sem impedimento para que outros sem esta qualificação pudessem pleitear o mesmo, todavia que demonstrasse competência técnica, intelectual, tendo em meados para o final deste primeiro momento uma moral modelar e irrepreensível, diante dos bons costumes quanto diante da lei.

2.2.1.2 Segundo Momento: consolidação do perfil do professor municipal

A Lei n. 15, de 10 de junho de 1899, tornou-se, na minha perspectiva, marco divisório entre o primeiro e o segundo momento da profissionalização do professor municipal. Este segundo momento abarca os anos de 1899 a 1922, o qual se caracterizou na produção de um suporte legal na legislação educacional no sentido de consolidar o modelo anteriormente construído do perfil do professor municipal. Percorre-se pouco mais de duas décadas sem modificações profundas, conservando os critérios para o exercício da docência provenientes do final do século XIX e, em parte, refratários às discussões e constantes reformulações que estavam ocorrendo nas esferas estadual e federal.

No início de 1899, o Governo de Minas Gerais aprovou o Regulamento Escolar, o Decreto 1.251, de 31 de janeiro, que de fato desregulamentou a proposta descentralizadora da Reforma Afonso Penna e formatou a presença de um Estado centralizador na área educacional. Neste período anterior, de cerca de sete anos, entre 1892 e 1899, o governo de Minas Gerais gerou no mínimo três decretos e uma lei na área educacional, que oscilou entre avanços e retrocessos nas propostas para o suporte legal com direitos, deveres, proibições para o profissional da educação, o professor.

Diante desse contexto, a Comissão de Instrução e Redação da Câmara Municipal de Uberabinha, composta pelos vereadores Padre Pio Dantas Barboza e por Ferreira e Rocha, utilizou cerca de quinze minutos para analisar e elaborar o Parecer sobre a proposta do vereador Antonio Alves dos Santos, com a seguinte redação final: “vai dar a esse ramo de progresso municipal grandíssimo impulso, no caso seja em sua íntegra, executada, e por essa mesma Comissão está em tudo de acordo com os dizeres da referida resolução”²²².

A aprovação da Lei n. 15 consolida o modelo de professor municipal constituído nas três leis anteriores, porém, como se não bastasse que a legislação educacional de Uberabinha

²²² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Parecer da Comissão de Instrução e Redação. *Ata da 2ª sessão ordinária da 4ª reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 8 de julho de 1899*. Uberabinha, 1899, Livro 5, p. 10v-11f.

com respeito ao perfil de professor estivesse desatualizada, aproximadamente sete anos em relação à legislação estadual, a Lei n. 15 foi forte o suficiente para permanecer em vigor até o ano de 1923, por cerca de 25 anos, quando foi aprovada a Lei n. 278, em 7 de março de 1923.

Neste longo período a CMU produziu cerca de doze leis na área educacional, estabeleceu desde a criação de escolas rurais e distritais; gratuidade de pena d'água para escola pública; execução de pagamento de auxílio aluguel de prédio para funcionamento de escolas particulares; concessão de licença saúde com ordenado integral ao professor municipal; concessão de auxílio financeiro e isenção de impostos para instalação do estabelecimento escolar privado; doação ao Estado de Minas Gerais de prédios para funcionamento de escolas e contribuição para a instalação do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, com manutenção por conta do Estado; redistribuição de verbas dos professores rurais; até a concessão de subvenção a escola pública estadual e a privada. Mas não houve atualização do perfil do professor municipal, permanecendo o modelo aprovado entre as legislações de 1892 a 1896.

Ressalta-se, neste momento, a ação do governo estadual, estando no cargo o governador João Pinheiro da Silva (1906-1908), que aprovou a Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906²²³, o qual promoveu a reforma educacional que autorizou o governo a empreender reformulações nos ensinos primário, normal e superior no Estado, bem como os referidos Regulamentos das mesmas, reforma esta que ganhou seu próprio nome. Estabeleceu a possibilidade de formação de grupos escolares a partir de um número mínimo de quatro escolas isoladas, tornando os professores de aulas heterogêneas em professores para ministrar aulas para séries específicas, visando modernizar os estabelecimentos escolares e os métodos de ensino. Buscou implantar novo método de ensino, e substituir o exaustivo trabalho docente de ensinar crianças das quatro séries simultaneamente, método este herdado do Império e que não fora superado até aquele momento, apesar de todas as discussões e das propostas republicanas.

Todavia, esta e outras leis da esfera estadual não foram suficientes para alterar o momento de estagnação no processo de valorização do professor municipal pelo governo municipal. O fato passa então a ser denunciado na imprensa local. No editorial do dia 24 de novembro de 1907, o Jornal *O Progresso* publicou o artigo *Pela Instrução*. Neste, o editor expõe a denúncia do dismantelamento do ensino público estadual e municipal, o qual ele denomina de “monstrengo, manco, sem norte e amparo” diante do crescimento satisfatório do

²²³ Lei n. 439, 28 de setembro de 1906. In: *COLLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais de 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907. p. 20-24.

ensino particular no município, que foi considerado “o único capaz de formar o espírito e o coração da formosa mocidade uberabinhense”, por falta de ação dos poderes públicos, municipal e estadual.

Pela Instrução

Optimo symptoma de desenvolvimento, o amor que se vae notando ultimamente nesta cidade pelas cousas referentes à instrucção é uma prova evidente e, por isso mesmo, mais do que flagrante, de que estamos caminhando francamente para a senda luminosa do progresso. [...] O ensino publico, mostrengo (sic) coxo, anda por ahi arrastando-se aos trambolhões, sem norte e sem o amparo de quem deve ser o primeiro a olhar para elle.

Affirmação cathgorica, isto que aqui fica dito está nitidamente comprovado pelo modo como è ministrada a instrucção estadoal e municipal em Uberabinha. Funcionando em predios que não têm o menor requisito para estabelicimento de educação, as nossas escolas publicas resentem-se de tudo. Falta-lhes mobiliario, hygiene, material, em fin, tudo porque o ensino está completamente desorganizado. A escola do sexo masculino foi suspensa por motivos frivolos, sem que o governo procedesse previamente a mais leve syndicacia.

Felizmente, porém, por outro lado, como se fosse uma tremenda bofetada aos poderes publicos, a instrucção particular em Uberabinha está se desenvolvendo satisfatoriamente, sendo isso, de certo, prenuncio de uma nova era para esta terra. O grande numero de escolas dirigidas por professores cuidadosos e dedicados á causa que abraçaram, a notavel frequencia accusada em todas ellas e a boa vontade em auxiliar essas instituições é um symptoma magnifico, de que devemos nos orgulhar. Annuncia-se agora, para breve e com bons fundamentos, a noticia da fundação de um collegio e se tal acontecimento se der, será uma grande victoria para esta cidade. E ja que a escola publica deixou de ser o santuario sagrado onde deveria arder incessantemente a pyra do amor patrio, voltemos as nossas vistas para o ensino particular, que será o unico capaz de formar o espirito e o coração da formosa mocidade uberabinhense.²²⁴

No dia 19 de janeiro de 1908, João Basílio, autor do artigo *Instrucção Publica de Uberabinha*²²⁵, lamentou com justificativas a decisão do governo estadual de suspender o cargo de Inspetor Escolar Municipal, e a transferência desta função para os Promotores de Justiça. Fato relevante e que merece ser mencionado, diz respeito ao nome deste inspetor municipal demitido, o farmacêutico João Severiano Rodrigues da Cunha, que foi o Agente Executivo e Presidente da CMU que mais tempo esteve no poder municipal do município, entre 1911 a 1922. E mais, antes de assumir o cargo de Presidente de Agente Executivo, foi o vereador que defendeu, em 1908, a proposta de ser adotado o Regulamento Ensino Estadual no ensino municipal, fato que desagradou o então vereador Padre Pio Dantas Barboza a ponto de, em público nas sessões da CMU, pedir renúncia do cargo.

²²⁴ PELA INSTRUÇÃO. *O Progresso*. Uberabinha, anno I, n. 10, p. 1, 24 nov. 1907.

²²⁵ Cf. Idem, anno II, n. 18, p. 1-2, 19 jan. 1908.

Houve a intenção de ser fortalecida a responsabilidade das iniciativas estadual e privada no desenvolvimento do ensino primário local, contrário ao que defendia o vereador Padre Pio Dantas Barboza, que ao ser constrangido publicamente pelo presidente da Câmara Municipal Alexandre Marquez para que falasse com mais calma, diante de sua defesa exaltada contra a proposta do vereador José Severiano Rodrigues da Cunha, pediu renúncia do cargo na sessão do dia 14 de dezembro de 1908²²⁶.

Teixeira afirmou que, enquanto Agente Executivo e Presidente da Câmara Municipal de Uberabinha, o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, conhecido também por “Joanico”, durante o seu longo governo “no setor educacional [...] melhorou consideravelmente o nível de alfabetização, construindo e criando escolas na zona rural e nas sedes distritais, e estimulando a instalação de estabelecimentos particulares do curso primário ou secundário”²²⁷. Porém, o mesmo empenho não foi tão efetivado para a ampliação das escolas públicas municipais e dos profissionais que nelas atuavam.

O fato do desmantelamento do ensino público municipal e o fortalecimento do público estadual com a disseminação dos Grupos Escolares, “templos do saber” nos municípios do Estado, e ainda, a continuação da valorização do ensino particular compunham uma realidade que contribuiu para que caracterizasse uma quase estagnação do processo de profissionalização do professor municipal com base no perfil advindo do momento anterior.

Mesmo assim, verifica-se que houve na esfera municipal um aumento quantitativo no quadro de professores municipais neste segundo momento, sendo possível identificar os nomes dos seguintes professores para o ensino primário rural e na cidade: Francisco Firmino, Francisco da Costa Braga, Carlos Fonseca, Simplício Pinto da Silva, Pedro Gonçalves de Souza, Ana Cândida Garcia, Cândida de Figueiredo, Isaura Faria²²⁸, além de outros não identificados, diante da dispersão de dados e ausência de fontes. Todavia, manteve a CMU a subvenção a professores particulares para atuarem no ensino primário em algumas escolas rurais e urbanas, e subvenção para escolas secundárias no município.

²²⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 1ª sessão da 4ª reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 14 de dezembro de 1908*. Uberabinha, 1908. Livro 8, p. 97f-99f.

²²⁷ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 233. v. 2.

²²⁸ ARANTES, Jerônimo. *A Luz das Letras – 1835-1840. Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano VI, n. 10, jul. 1941, p. 8.

2.2.1.3 Terceiro Momento: atualização do perfil do professor municipal

Um novo momento para o processo de profissionalização do professor municipal se revelou quando da renovação política no município, a partir do ano de 1923, ao assumir o cargo de Agente Executivo e Presidente da CMU o Cel. Eduardo Marquez. Instaura-se o terceiro momento, o da atualização do perfil profissional do professor municipal que atingiu até 1930. Neste momento, houve uma reforma educacional municipal que contribuiu efetivamente para a valorização e atualização do exercício da profissão de professor municipal em Uberabinha.

Duas leis foram elaboradas e aprovadas pela Câmara Municipal de Uberabinha em dois anos, a Lei n. 278, de 7 de março de 1923, e a Lei n. 317, de 28 de junho de 1924. Entre 1923 e 1930, não surgiu nova legislação na esfera municipal que alterasse significativamente o perfil do professor municipal. Todavia, deve ser ressaltado que por iniciativa do governo estadual, do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e do Secretário do Interior Francisco Campos, a partir de 1927 promoveram as Reformas na Instrução Primária, Secundária e no Ensino Normal, visando, entre outros pontos, a melhoria da qualidade do ensino com a inserção de modernas orientações na área da metodologia de ensino advindas das fundamentações do campo de conhecimento como a psicologia educacional associadas às experiências de consideradas personalidades na área da educação na Europa como Decroly e Pestalozzi, princípios da Escola Nova no Estado de Minas Gerais.

O conjunto da Legislação Estadual elaborada no período de Francisco Campos contribuiu para promover um movimento contrário ao funcionamento do ensino rural sob o comando do governo local, conforme pode ser verificado pelos argumentos do então Presidente e Agente Executivo da CMU, o Sr. Octávio Rodrigues da Cunha (1926-1931). Em seus relatórios:

[...] Ao assumir a administração dos negocios municipaes em meados de maio do corrente ano, ocorreu-me logo, como é natural e lógico, a idéia de passar as vistas sobre tudo quanto interessasse à municipalidade. [...]. Instrucção Publica. Verifica-se saldo a favor da verba. Na realidade o saldo desaparecerá, logo a Câmara tenha pago as importâncias ainda a credito dos professores ou estabelecimentos de ensino. [...]. Ensino Primario. Costeei todas as escolas municipaes. Com a lei estadual de 20 de setembro ultimo, este serviço passou para o Estado, tendo eu reservado o fundo necessário para esse fim, em minha proposta orçamentária. [...] Uberabinha, 3 de Julho

de 1928. Octavio R. Cunha Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.²²⁹

No relatório do exercício financeiro de 1928, o mesmo Agente Executivo assim registrou sua avaliação sobre o ensino municipal:

[...] Está a cargo do Estado este serviço. Infelizmente anda em condições precárias, porque as escolas creadas pelo Governo não foram providas. A exigência de professoras para o ensino mixto, como é o rural, impede, o provimento das escolas, não só porque há falta de normalistas, como as condições do ensino rural nenhum atractivo têm para quem se dedica a magistério. Por diversas vezes insisti com o Governo no sentido de fazer voltar o ensino para a Câmara, sem resultado, porém. [...] Uberabinha, 4 de Abril de 1929. Octavio Rodrigues da Cunha.²³⁰

No ano de 1929, ano em que se realizou a alteração do nome da cidade, de Uberabinha para Uberlândia, por meio da Lei n. 1.128, de 19 de outubro, o relatório do Sr. Octávio Rodrigues da Cunha apontou para reivindicações na área da instrução primária que ainda estava sob o controle do governo Estadual. O processo de escolarização municipal em Uberabinha sofreu alteração com a aprovação das Reformas Estaduais em Minas Gerais, tanto do Ensino Primário, quanto do Ensino Normal.

Os relatos do Agente Executivo Octávio Rodrigues da Cunha confirmam que houve um estrangulamento no processo municipal, com restrição de gastos e manutenção das escolas públicas, principalmente as localizadas na área rural, por que o controle dos professores de instrução primária continuava nas mãos do governo, não mais no município, mas no Estado.

[...] Ensino Primário

Até agora tem corrido por conta do estado a instrução no município. Entretanto, observa-se a deficiência de serviço, pois absolutamente não estão satisfeitas as necessidades, visto ser diminutissimo o número de escolas em funcionamento, por conta do governo estadual. Embora indo de encontro a uma lei maior, pedi na elaboração do orçamento para 1930, verba para custeio de escolas ruraes. Consegui o necessário para a manutenção de dez, ficando, no orçamento, destacada a importância de 45:000\$000, para o financiamento desse serviço. Creio dever a Câmara ampliar mais esta verba, de maneira que permita a diffusão máxima do ensino primário, levando-o aos mais remotos recônditos do município. Crente fevoroso que sou de uma sociedade que pode erguer-se e agigantar-se moral e materialmente, pelo ensino adequado, ministrado nas escolas á creança, não teria receio de fazer maiores sacrificios pelo incremento e expansão destes estabelecimentos. Seleccionando um corpo docente, orientando-o e fazendo-o locomover-se em regulamentos idôneos, dentro em pouco o município veria, nas gerações

²²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Relatório apresentado pelo seu Presidente e Agente Executivo Octavio Rodrigues da Cunha em 3 de julho de 1928* – Exercício de 1927. Uberabinha: Typografia da Livraria Kosmos, 1928. p. 3-21.

²³⁰ Idem. *Relatório apresentado pelo seu Presidente e Agente Executivo Octavio Rodrigues da Cunha em 4 de abril de 1929* – Exercício de 1928. Uberabinha: Typografia da Livraria Kosmos, 1929. p. 3-14.

recém-formadas, mentalidade e gênio á altura das intenções e desígnios que as plasmaram. Seria um trabalho de verdadeiro patriotismo. [...] Fundo Escolar – Nada entregue ao Estado, porque elle não poude satisfazer ás exigências da lei nesse sentido, nem conseguiu prover as escolas ruraes. [...] Uberlândia, 4 de Abril de 1930. Octavio Rodrigues da Cunha.²³¹

Havia um descompasso entre o empenho do governo municipal em promover a manutenção e melhorias no quantitativo e na qualidade do ensino e o empenho do governo estadual em melhorar a qualidade do ensino, mesmo que a princípio houvesse algum prejuízo no quantitativo.

Nisto, o processo de profissionalização do professor no município atingiu ao final de 1930, com um suporte legal que fora atualizado nos anos de 1923 e 1924, e havia estabelecido direitos, deveres, proibições e identidade/vinculação e que poderia ser materializado em um corpo docente feminino, possuidor do diploma de normalista e tendo como atividade principal a docência, em espaço garantido para atuar no ensino público tanto estadual como municipal. Houve o estrangulamento deste movimento na esfera do governo municipal, por iniciativa do governo estadual com as Reformas Estaduais *Chico Campos* de 1927 e 1928.

Houve empenho do governo municipal em garantir verba para a recomposição dos ordenados dos professores municipais, e principalmente, a aprovação de uma lei de reforma educacional em reunião extraordinária convocada no primeiro mês da gestão do Agente Executivo Eduardo Marquez. A Lei n. 278, com seus 49 artigos, garantiu a criação e a manutenção de sete escolas rurais e uma urbana no município, bem como a recomposição salarial dos professores municipais, próximo ao que ganhavam os professores estaduais das escolas isoladas.

O processo de profissionalização do professor neste momento resultou fértil, com a exigência de um perfil de professor municipal com base nas discussões oriundas da legislação do governo estadual. Configurou-se a exigência de um professor possuidor, preferencialmente, do diploma de normalista, tendo como atividade principal a docência, porém, não exigindo exclusividade, e estabelecendo maior quantidade nos itens de direitos, deveres, e vinculações. No item proibições houve um menor número de exigências, uma vez que o professor republicano já estava consolidado, dispensando-se as proibições de caráter circunstancial, que foram necessárias quando no período de transição do Império para a República. Todavia, se fez necessário manter as proibições de essência, que tratam da relação professor/aluno.

²³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Relatório apresentado pelo seu Presidente e Agente Executivo Octavio Rodrigues da Cunha em 4 de abril de 1930* – Exercício de 1929. Uberabinha: Typografia da Livraria Kosmos, 1929. p. 3-29.

No que se refere às alterações que a Lei n. 278, com seus 49 artigos, promoveu-se a atualização do perfil da profissionalização do professor municipal, com uma terça parte desses artigos renovaram esse perfil. Estabelecem maior número de atribuições ao exercício da profissão de professor, sem a exigência explícita de dedicação de tempo integral a essa função. Porém, há a constatação de que a atividade profissional de professor deve se constituir na principal para o profissional que assim a assumir. Esta ideia estava impregnada e dispersa no texto ao exigir maior competência técnica e uma postura ética para o professor municipal.

A análise do conteúdo do novo suporte legal no item direito aos professores municipais, a Lei n. 278 trouxe a garantia de que haveria realização de concursos com preferência para os candidatos diplomados pelas escolas normais, preferencialmente oriundos dos estabelecimentos de ensino do Estado, conforme foi estabelecido no inciso 1º do § 1º do artigo 12. Em segundo, teriam preferência os professores que atuassem nos estabelecimentos privados e se sujeitassem às exigências da legislação municipal, conforme se apresenta abaixo.

Art. 12. Os professores municipaes são funcionarios nomeados e demittidos livremente pelo Presidente da Camara.

§ 1º. Tem preferencia para este cargo:

1- Os diplomados pelas escolas normaes do Estado;

2- Os professores particulares que se sujeitarem às exigências do artigo subsequente.²³²

Uma novidade que o texto do artigo 12 estabeleceu foi que os professores municipais se situavam entre os funcionários da CMU. Nos registros da CMU, a prática administrativa com respeito às reivindicações de reposições salariais, ora por funcionários ditos da Câmara, ora por professores municipais, eram tratadas de forma distinta. Não eram enquadrados no conjunto dos funcionários CMU. Talvez por serem considerados possuidores de uma tal autonomia intelectual, ou talvez por serem funcionários que não se encaixavam no quadro administrativo como os demais, uma ambiguidade que necessitou ser esclarecida no texto legal.

Sendo parte do quadro funcional da CMU, evidenciam-se outros direitos que distinguia dos demais funcionários da casa, tanto o professor quanto seu hierárquico imediato, o inspetor escolar municipal. Tomariam posse na presença do Presidente da Câmara

²³² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigo 12º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923, Livro 18, p. 56v-57f.

Municipal, conforme estabeleceu o artigo 16 da referida lei, onde estão atribuídos direitos iguais para ambos.

Art. 16. Tanto os professores como o inspector tomarão posse perante o Presidente da Camara, dentro de 30 dias contados do acto da sua nomeação.
§ Único. Excedido esse praso, o Presidente da Camara fará nomeação de outro candidato, aprovado no mesmo concurso em hypothese differente.²³³

O professor recebeu um novo *status* social de pertencer ao grupo de funcionários da CMU de confiança do Presidente e Agente Executivo da mesma, e por retorno deveria receber melhor remuneração em comparação a lei anterior.

Com base no orçamento da Câmara Municipal de Uberabinha para os anos de 1922 e 1923, respectivamente aprovado nas Leis n. 253, de 16 de setembro de 1921²³⁴, e Lei n. 263, de 14 de setembro de 1922²³⁵, os ordenados do professor rural estavam, em ambos os orçamentos, em torno de quinhentos mil Réis (500\$000). O ordenado do professor distrital em torno de um conto e trezentos e vinte mil Réis (1:320\$000) anuais, em 1922, e seiscentos mil (600\$000) Réis, para o ano de 1923.

No artigo 17 da Lei n. 278, além do ordenado já estabelecido pela Lei n. 263, de 14 de setembro de 1922, o professor passou a contar com o direito a receber um prêmio financeiro que variava entre 200\$000 e 800\$000 mil Réis, vinculado a manter uma atuação dentro do perfil projetado pelo governo municipal, com bom desempenho na competência, na assiduidade, no devotamento ao ensino, na frequência e no aproveitamento nas avaliações finais de sua escola, conforme se apresenta abaixo.

Art. 17. Aos professores municipaes poderá o Presidente da Camara conceder os seguintes premios, conferidos em virtude da sua competencia, assiduidade, devotamento ao ensino, frequencia e aproveitamento de sua escola.
1º. 800\$000 – ao professor classificado em 1º lugar,
2º. 500\$000 – ao professor classificado em 2º lugar e
3º. 200\$000 – ao professor classificado em 3º lugar.

²³³ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigo 16º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923, Livro 18, p. 58f.

²³⁴ Idem.. Leis de ns. 221 a 267, 1919 a 1922. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923 p. 59-61.

²³⁵ Idem.. Lei n. 263, de 14 de setembro de 1922. I *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923. p. 69-73.

§ 1º. Para ter direito a qualquer dos premios do artigo anterior, é necessário que a escola tenha tido frequência media de 20 alumnos e aprovação em exames de $\frac{3}{4}$ dos mesmos.²³⁶

Os critérios estabelecidos no parágrafo único para que o professor reivindicasse junto ao Presidente e Agente Executivo da Câmara, não seriam de fato impossíveis de serem atingidos – frequência média de vinte alunos e aprovação de $\frac{3}{4}$ dos mesmos nos exames finais. Porém, demonstra a possibilidade de que tais critérios foram estabelecidos para servir de parâmetro e nortear o trabalho do professor das escolas municipais, e manter tanto a frequência como a aprovação final em média satisfatória, uma forma de padronização.

Ressalta-se, ainda, que os valores financeiros dos prêmios do segundo e primeiro lugares estavam respectivamente em 100% e 160% em relação ao valor do ordenado dos professores municipais rurais do ano de 1922. Um estímulo considerável à época.

Com certeza, a Lei n. 278 trouxe alteração financeira favorável ao professor havendo possibilidade de aumentar ainda mais com os benefícios dos prêmios anuais. No artigo 18 desta lei, ficou estabelecido que: “Art. 18. Os premios ficam limitados a um de cada valor por anno, podendo o mesmo professor ser premiado em annos seguidos, caso o seu merito se evidencie sempre sobre os demais”²³⁷.

O direito garantido ao professor municipal para gozo de licença para tratamento de saúde e de negócios foi atualizado com alteração e maior restrição de benefício com base ao que havia sido estabelecido nos artigos 45 a 47 do *Regulamento Escholar do Município de Uberabinha*, de 9 de março de 1896.

Art. 20. Aos professores poderá o Presidente da Camara conceder licença de 60 dias no maximo.

§ 1º. As licenças serão para tratamento de saude e negocios.

No primeiro caso, o funcconario perceberá a metade dos vencimentos e no segundo caso perderá todos elles.

§ 2º. As licenças para tratamento de saude, só poderão ser concedidas mediante attestado medico.

§ 3º. O professor que não reassumir as suas funcções quando findar a licença em cujo goso estiver, ficará ás penas do artigo 10, a juizo do Presidente da Camara, Iguaes penas ser-lhe-ão impostas nas demais faltas que commetter.²³⁸

²³⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigo 17º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923, Livro 18, p. 58v.

²³⁷ Idem. Artigo 18º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do então Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 58v.

²³⁸ Idem. Artigo 20º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Uberabinha, 1923. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 59f.

Outro item do suporte legal é o que trata dos deveres atribuídos e sete artigos foram destacados dos 49 da Lei n. 278. No artigo n. 15 foi estabelecido o dever do professor em inculcar por palavra e exemplo os sentimentos de patriotismo, amor à causa, do dever e do bem; não praticar atos contrários à moral; não faltar às aulas sem motivo justificado; cumprir o Programa e os horários oficiais, comparecendo quinze minutos antes do início dos trabalhos; manter contato com a comunidade que habita próximo à escola; não empregar alunos em tarefas alheias aos deveres escolares; velar pela conservação do prédio, mobiliário, livros didáticos e livros de registros; cumprir as instruções do Inspetor Escolar e do Presidente da CMU. Estes deveres estabelecidos na Lei n. 278, de 7 de Março de 1923, de forma sintética, podem ser compreendidos como uma atualização conservadora do que já estava estabelecido nos artigos 29 a 31 do *Regulamento Escholar do Município de Uberabinha*, de 9 de março de 1896.

No artigo n. 17, da Lei n. 278, o texto explicita um direito e indica por outro lado o dever do professor de atuar com competência, ser assíduo, comprometido no ensino, zelar pela frequência, tanto sua como de seus alunos, para efetivar um resultado com bom aproveitamento no final do ano letivo. Caso contrário, poderá ser concluído que, mesmo alheio à sua vontade e independente da influência de fatores externos, houve por este professor falta de comprometimento na aplicação do seu dever de ensinar.

Os artigos 24, 25 e 26 da Lei n. 278, dizem respeito ao conjunto de competências técnicas e de saberes atualizados que o professor deveria possuir para realizar suas atividades profissionais, o que está fundamentado nas discussões da escola tradicional em início de transição para a escola moderna. Estes artigos estabelecem uma atualização na questão do método de ensino para serem aplicados nos estabelecimentos de ensino de Uberabinha.

No artigo 24 da referida lei ficaram estabelecidas as matérias do Programa de Ensino anexo à lei, sendo assim distribuídas durante os três anos do ensino elementar primário: no Primeiro Ano: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética e Educação Moral e Cívica; no Segundo Ano: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética e Geografia; no Terceiro Ano: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Noções de Agricultura²³⁹. A matéria de Educação Física estava contemplada entre as matérias, todavia, não o seu programa ao final da lei. Provavelmente, por ter seu conteúdo disperso em diversas

²³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigos 24, 25 e 26º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923, Livro 18, p. 59v-60f.

atividades físicas e cívicas desenvolvidas no transcorrer do horário escolar e nos recreios da escola pública municipal.

No artigo 25 desta lei, tornou-se um dever do professor adotar para as diversas matérias, com destaque para a leitura, o método intuitivo e prático e dispensar o sistema de soletração e decoração. O método de ensino intuitivo, fundamentado nas iniciativas de Comenius e, principalmente, de Pestalozzi, pode ser entendido como uma tentativa que obteve sucesso de ensino na busca de apresentar objetos concretos para que o aluno possa observá-los e estabelecer relações entre os objetos estudados e os conceitos abstratos que os mesmos possuem²⁴⁰. Além do professor, que continuou a ser o detentor do conhecimento, o método intuitivo propõe a utilização de objetos tangíveis, visíveis, palpáveis que estimulam os sentidos dos alunos. Esses materiais possibilitam efetivar de maneira mais prática o processo ensino e aprendizagem, entre professores e alunos, apontando inclusive, para a proposta de modernizar a relação educativa na sala de aula.

A explícita condenação ao método de soletração e decoração convergiu para acrescentar mais um dever aos professores das escolas municipais, os quais em suas atividades docentes deveriam atualizar e fundamentar suas intervenções em sala de aula pelas novas orientações do método de ensino instrutivo e prático. O ensino municipal passava a adotá-los, a partir desta lei, numa tentativa de superar o método herdado da época do Império fundamentado na repetição e na memória²⁴¹, e que eram legalmente utilizados nos estabelecimentos privados de ensino.

O método de ensino instrutivo e prático pode ser entendido como inspirado no método intuitivo, que se caracterizou por alicerçar práticas educativas, não centradas apenas na audição – na repetição e memorização – mas estimulando o aluno ao uso de outros sentidos na aprendizagem, como a visão e o tato. Tal orientação fora estabelecida, tanto no ensino da esfera federal quanto na estadual por décadas, confirmado como novo norteamento para as práticas docentes dos professores das respectivas esferas de poder. Todavia em Uberabinha, a partir da Lei n. 278, esse método fora reconhecido e adotado como necessário para o ensino municipal.

No caso do ensino da leitura e da escrita esta nova orientação buscou atualizar uma prática de ensino do método de silabação e soletração que há pouco mais de dois anos, na

²⁴⁰ Cf. VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. *Didática: temas selecionados*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 33-35.

²⁴¹ VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: _____; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (Org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 111.

esfera do poder municipal, ainda era considerado como um método eficaz “[...] que sempre produziu resultados apreciáveis” ao contrário dos

processos chamados – de sentencição e palavrção – os quais não têm produsido a efficacia desejada seja por suas próprias falhas, seja pela applicação deficiente que lhes tem sido dadas. São processos, a bem dizer, ainda em experiência e de resultados ainda não definitivamente comprovados [...].²⁴²

Esta análise foi realizada pelo professor Quirino Pires de Lima, a pedido do vereador Tito Teixeira, e registrado o seu Parecer na Ata da reunião da CMU, de 23 de julho de 1920. Nesta oportunidade, o que estava sendo apreciado era o requerimento do Sr. Odilon José Ferreira, autor de *O Pequeno Brasileiro*, que requereu que o mesmo fosse adotado pela CMU para uso nas escolas primárias do município. Esta obra estava fundamentada no ensino de silabação, e o Parecer favorável recomendou o uso do citado livro nos cursos primários. Acrescenta no seu Parecer o professor Quirino Pires de Lima sua crítica sobre o método de ensino utilizado nas escolas estaduais:

[...] Além disso, os processos preconizados pelo Estado, são de effeito demorado, segundo a sua própria essência, sendo esta uma das causas que tem concorrido para que na massa geral da população, seja tão malsinado o ensino nas escolas do Estado, principalmente durante os primeiros passos. Os que têm filhos, nas escolas querem que os mesmos conheçam lettras e soletrem logo nos primeiros dias de freqüência às aulas, o que é contrario a taes processos. Ora, nos meios ruraes, onde principalmente a Municipalidade mantem escolas, o escopo a visar-se deve ser o aprendizado no mais curto lapso de tempo possível, pelo que o processo da syllabação é o que mais convém. Assim, o livro do Sr. Odilon J. Ferreira preenchendo as condições essenciais ao seguro e rápido aprendizado das primeiras lettras salvo melhor juízo, faz jus à aprovação. Uberabinha, 22 de Julho de 1920. Quirino Pires de Lima.²⁴³

O método de ensino utilizado por um determinado professor, entre outros fatores, possui dependência direta das orientações oriundas do suporte legal da esfera de poder à qual está vinculado, numa tendência do exterior interferir no interior da prática docente. A exemplo, em Uberabinha, enquanto os professores estaduais há muito utilizavam o método de sentencição e palavrção, por obediência às normas do governo do Estado, os professores municipais rurais, principalmente, possuíam outra prática sustentada por normas estabelecidas

²⁴² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Parecer do Professor Quirino Pires de Lima. Sala de reunião no Paço Municipal. *Ata da 7ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 23 de julho de 1920*. Uberabinha, 1920. Livro 16, p. 52f-52v.

²⁴³ Ibidem.

pelo poder municipal, e conservavam o método de silabação. Pode-se afirmar que a legislação não só norteia, contribui para consolidar e inovar práticas de ensino na prática do professor.

A autonomia do professor foi restringida por estar delimitada por fatores externos, a exemplo, do que trata o artigo 26 da Lei n. 278, que demonstra que a seleção do material a ser utilizado não havia avançado. O poder do Estado se fortaleceu ao dirigir e deliberar sobre o material de leitura a ser utilizado pelo professor com seus alunos em sala de aula, e se manteve, conforme estabelecido pela primeira vez na legislação municipal no artigo 10º da Lei n. 2, de 16 de junho de 1892. O dever do professor neste artigo foi de se manter ordeiro e em subordinação ao poder do Estado, sob a direção do Presidente e Agente Executivo da CMU.

Os artigos 27 e 28 da referida lei tratam do dever do professor na etapa de suporte legal, estabelecem subordinação do professor ao poder do governo municipal, tanto em acatar as ordens, no caso de transferência de uma escola para outra, bem como de se submeter à fiscalização por parte de autoridades competentes, tanto estaduais quanto municipais²⁴⁴.

No suporte legal, há outro item de análise sobre o processo de desenvolvimento da profissionalização do professor municipal é o de proibição. Na Lei n. 278, ficou estabelecido aos professores uma redução das restrições, se comparada ao texto da Lei n. 2, 16 de junho de 1892 e o do *Regulamento Escholar do Município de Uberabinha*, 9 de março de 1896. A proibição foi concentrada no artigo 25 da Lei n. 278, que atribuiu condenação à utilização do sistema de soletração e decoração no ensino, bem como expressamente proibiu a utilização de castigos físicos e agressões nas relações entre professor e aluno. Assim diz o referido artigo:

Art. 25. No ensino de leitura e demais materias, deverão ser adoptados os metodos intuitivos e praticos e condemnados os systema de soletração e decoração. § único. São expressamente prohibidos os castigos phisicos, as injurias e ameaças entre professores e alumnos.²⁴⁵

O reduzido texto que estabelece proibições, concentrado no artigo 25 da Lei n. 278, possibilita considerar que no processo da profissionalização do professor as proibições foram substituídas ou retiradas à medida que há o processo de apropriação no profissionalismo do professor, por parte da profissionalidade.

Considero que as proibições podem ser decompostas em circunstanciais e essenciais. As proibições circunstanciais dizem respeito aos elementos e fatores externos ao processo de

²⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigos 27 e 28 do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha*, 7 de março de 1923. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 60f.

²⁴⁵ Idem. Artigo 25 do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 60f.

ensino-aprendizagem, que no decorrer do tempo são assimiladas no contexto socioeconômico e cultural da sociedade na qual o professor está inserido. A outra proibição, denominada essencial, trata da necessidade de estabelecer limites à ação interventora do professor, que mesmo inserido na dinâmica de alterações no contexto socioeconômico e cultural de época, não manifesta mudança em sua prática docente e nem a incorpora ao conjunto de normas técnicas e éticas do exercício da profissão do professor, necessitando assim, ter proibições que serão mantidas pelo poder da Lei. Esta perspectiva proibitiva provém, em grande parte, do exterior da profissão do professor.

Pode-se verificar que na Lei n. 2, de 16 de junho de 1892, passando pelo *Regulamento Echolar do Município de Uberabinha*, de 9 de março de 1896 e atingindo a Lei n. 278, de 7 de março de 1923, não houve necessidade de ser mantida a proibição na admissão de qualquer criança na escola que não estivesse matriculada, conforme estabelecido no artigo 20, em razão de que no artigo 8º da Lei n. 15, de 8 de julho de 1899, o ensino municipal tornou-se obrigatório e atribuiu penas às autoridades e responsáveis se as crianças não frequentassem o estabelecimento escolar.

Quanto ao que estabelece ainda a Lei n. 2, nos seus artigos 22, 23 e 44, no seu parágrafo único, e no artigo 47, tais proibições tornaram-se parte integrante do conjunto de orientações, de técnicas e de normas éticas ao exercício da profissão do professor republicano, não sendo, portanto, necessárias à especificação e manutenção das mesmas na Lei n. 278 de 1923. Tais proibições se enquadram na categoria circunstancial.

A outra proibição, a essencial, tratou de manter na lei limites da ação interventora do professor na questão da disciplina e no processo de ensino e aprendizagem com o aluno, que diante de uma conjuntura social moderna, que buscava incorporar os novos conhecimentos oriundos das novas descobertas científicas, não resultou na alteração da prática do professor, havendo necessidade de ser mantida para inibir o emprego de castigos físicos corporais e de penas humilhantes, conforme estabelecem ambos os artigos 25 das leis n. 2 e n. 278.

Quanto ao item identidade/vinculação do professor a ser analisado no suporte legal, esta última lei teve dez artigos que estabeleceram normas sobre esta questão. O artigo 8º da Lei n. 278, estabeleceu a criação do cargo de inspetor escolar municipal, e no artigo 9º, da referida lei, foram estabelecidas as competências do mesmo.

A identidade/vinculação do professor nestes artigos que tratam da criação e competências do inspetor escolar municipal foi possível constatar ao analisar de forma indireta, que o professor se relacionaria com o poder executivo municipal por intermédio deste novo agente da administração municipal. Este agente educacional passou a ser o

intermediário entre o professor e o Presidente e Agente Executivo da CMU, e para tanto devia possuir um conjunto de competência técnicas, bem como de normas éticas que satisfizessem também a plena confiança do Agente Executivo para exercer a função mediadora das relações na admissão, administração e demissão do professor vinculado ao poder do governo municipal, estabelecidas no texto dos artigos 8º e 9º ²⁴⁶.

Em outro artigo, o de n. 12 da Lei n. 278, a identidade/vinculação do professor foi apresentada claramente como funcionário da Câmara Municipal, tendo por preferência, em primeiro lugar, o direito a exercer este cargo os diplomados nas Escolas Normais Estaduais, e em segundo, os professores que exercem atividades nos estabelecimentos privados que se submeterem à legislação vigente, conforme estabelece o texto referente à nomeação para o cargo de professor municipal, descrito no artigo 13 da citada lei. Neste artigo, o perfil do professor municipal foi atualizado com base, provavelmente, nos critérios da legislação estadual, uma vez que na esfera de poder municipal foi a primeira vez que tal perfil foi claramente exposto pela legislação educacional do município.

Nesta perspectiva, ressalta-se que as leis educacionais elaboradas pelos respectivos poderes públicos do governo mineiro, legislativo e executivo, no que diz respeito ao exercício da profissão de professor, expressaram um crescente em número de exigências na constituição de um perfil de professor que superasse os professores voluntários, por profissionais habilitados pela formação obtida em estabelecimentos reconhecidos por lei e pela sociedade para este determinado fim, o de formar professores.

O transcurso da construção do perfil do professor estadual abarca um período de mais de quatro décadas, enquanto o processo na esfera municipal da configuração do perfil do professor municipal, com base no texto do artigo 13 da Lei n. 278, se enquadra numa atualização, conforme se requer: ser brasileiro ou naturalizado; com idade mínima, para homens, de vinte anos e de dezoito anos, para mulheres; não estar sofrendo de moléstias contagiosas ou repulsivas e cumprir as exigências legais estabelecidas no artigo 14, que trata do processo de nomeação e de exames de seleção para os candidatos que não possuem a titulação, de preferência a de normalista.

Art. 12. Os professores municipaes são funcionarios nomeados e demittidos livremente pelo Presidente da Camara.

§ 1º. Tem preferencia para este cargo:

1- Os diplomados pelas escolas normaes do Estado;

²⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigos 8º e 9º do Projeto da Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 56fv-57f.

2- Os professores particulares que se sujeitarem às exigências do artigo subsequente.

Art. 13. Para nomeação de professores são exigidos os seguintes predicados:

- a- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b- Idade mínima de 20 annos, para homens e 18 para as mulheres;
- c- Não soffrer de molestias repulsivas ou contagiosas;
- d- Prestar exame de que trata o artigo que se segue.

Art. 14. Para nomeação do professor municipal, na hypothese do candidato não ser normalista, submeter-se-á este a exame perante uma comissão composta de duas pessoas idoneas, nomeadas pelo Presidente da Camara e presidida pelo Inspector Escolar.

§ 1º. Esse exame terá lugar no edifício da Camara Municipal, em dia e hora designados pelo Agente Executivo, e será publico, dando-se delle conhecimento aos interessados, por edital affixado no lugar proprio e publicado pela imprensa.

§ 2º. Do resultado de exame a comissão lavrará uma acta, concluindo pela approvação ou reprovação do candidato.

§ 3º. Essa acta será também publicada em resumo, por edital e pela imprensa, mencionando-se o nome dos candidatos approvados e o numero dos reprovados.²⁴⁷

Os artigos 16 e 21 da Lei n. 278, respectivamente, tratam da posse dos professores efetivos e da nomeação de professores substitutos, e expressam que a vinculação dos professores municipais, tanto o efetivo quanto o substituto é de inteira confiança do poder executivo municipal.

Art. 16. Tanto os professores como o inspector tomarão posse perante o Presidente da Camara, dentro de 30 dias contados do acto da sua nomeação. (p. 58f).

§ Único. Excedido esse praso, o Presidente da Camara fará nomeação de outro candidato, approvado no mesmo concurso, em hypothese differente.

Art. 21. Havendo conveniencia para o ensino, poderá o Presidente da Camara nomear professores substitutos, quando os effectivos estiverem em licença.

§ Único - Os professores substitutos terão metade dos vencimentos, quando licenciado estiver em tratamento de saude e a totalidade, quando a licença tiver sido concedida para tratar de negocio. Os professores substitutos estão dispensados de concurso.²⁴⁸

Os artigos 25, 26 e 28 da Lei n. 278, estabelecem normas sobre a autonomia do professor municipal estimulada a ser exercida dentro dos limites fixados pelo poder hierárquico imediato e superior, a contar desde o método de ensino, os limites nas repreensões e castigos, a seleção do material a ser utilizado em sala de aula, às orientações que norteariam suas ações no interior da sala aula.

²⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigos 12, 13 e 14 do Projeto de Lei n. 278, 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 57fv-58f.

²⁴⁸ Idem. Artigos 16 e 21 do Projeto de Lei n. 278, 7 de março de 1923. Idem, p. 58f-58v

Art. 25. No ensino de leitura e demais materias, deverão ser adoptados os metodos intuitivos e praticos e condemnados os systema de soletração e decoração.

§ Único. São expressamente prohibidos os (p. 59v) castigos phisicos, as injurias e ameaças entre professores e alumnos.

Art. 26. Os livros a serem usados serão indicados no principio de cada anno lectivo pelo Presidente da Camara.

Art. 28. As escolas municipaes estão sujeitas a fiscalisação das autoridades estadoaes e os seus professores deverão observar todas as instruções que lhe forem ministradas por taes autoridades.²⁴⁹

Ressalto outra faceta sobre o processo de profissionalização do professor, o fato de que pela primeira vez no município houve empenho do Agente Executivo recém empossado de promover, em sessão extraordinária, a aprovação de uma Reforma da Instrução Municipal, que não apenas atualizou a legislação educacional municipal às orientações e normas já estabelecidas na legislação mineira, como também norteou a valorização do professor no aspecto financeiro, equiparando seus ordenados aos valores pagos pela esfera estadual, conforme pode ser constatado pela análise do Gráfico 1, que apresenta a linha comparativa de ordenados estimados dos professores públicos de instrução primária, tanto da escola urbana quanto da rural de Uberabinha, no período entre 1892 a 1926.

Os dados apresentados neste Gráfico contribuem para confirmar a constituição dos três momentos da profissionalização do professor em Uberabinha. O primeiro momento, entre 1892 e 1899, caracterizou-se pela construção do perfil do professor de um pequeno município republicano, e na questão do ordenado manteve o valor de um Conto e seiscentos mil Réis (1:600\$000) a favor do professor que atuava na escola urbana, e o valor de um Conto e quatrocentos mil Réis (1:400\$000) ao professor que atuava na escola rural.

O segundo momento, o da consolidação do perfil do professor municipal, compreendido entre 1899 e 1923, caracteriza-se por manter o perfil constituído no momento anterior, por cerca de vinte cinco anos, a partir da elaboração da Lei n. 15, de 8 de julho de 1899. Manifestou este momento com uma tendência de desvalorização acentuada sobre o professor municipal, após a aprovação da Lei Afonso Pena (1906), com disseminação dos Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais, bem como do início do funcionamento do Grupo Escolar Bueno Brandão (1915), em que oscilam as linhas de remuneração dos professores municipais urbanos e rurais, a ponto de haver períodos em que não houve gastos com os mesmos.

²⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigos 16 e 21 do Projeto de Lei n. 278, 7 de março de 1923. Idem, p. 59v-60f.

A ausência de um suporte legal municipal específico sobre a profissão do professor, neste momento, se justificou por opção dos governos municipais por uma dependência direta das deliberações do poder estadual, marcado por inconstância no valor e no efetivo gasto com o pagamento dos professores municipais, com variações nos vencimentos desses professores tanto da escola urbana, quanto da rural, numa extensão entre o mínimo de quinhentos mil Réis (500\$000) ao teto próximo de três Contos de Réis (3:000\$000).

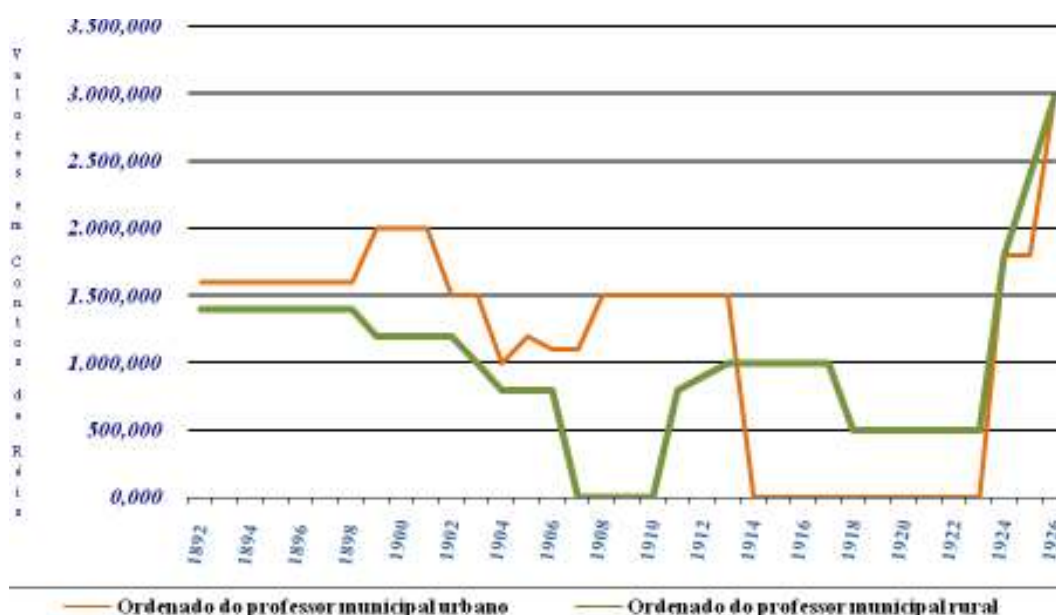


Gráfico 1 - Ordenados dos Professores Públicos de Uberabinha (1892-1926)²⁵⁰

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Leis orçamentárias de 1892 a 1926. (ArPU)

O terceiro momento, entre 1923 e 1930, iniciou-se com a elaboração e aprovação da Lei n. 278, quando foi possível evidenciar um acentuado aumento nos ordenados de ambos os professores municipais, rural e urbano, entre os anos de 1923 e 1926, atingindo o valor de cerca de três Contos de Réis. Além da atualização do perfil do professor, por esta lei, houve efetivamente o empenho de valorizá-lo financeiramente com ordenado próximo ao que o governo estadual remunerava seu professor.

O governo municipal empreendeu esforços para despendar gastos que superaram os orçados, no triênio de 1924, 1925 e 1926, para cumprir a Lei 278, com a implantação de sete

²⁵⁰ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas. Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923-1927). In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 6 a 9 maio 2003, Uberlândia-MG. *Anais...* Uberlândia: Faculdade de Educação (FACED/UFU), 2003. 1 CD-ROM. Os dados foram obtidos nas Leis orçamentárias do Município de 1892 a 1926. Câmara Municipal de Uberabinha.

escolas rurais, uma escola noturna urbana, bem como manter as subvenções para os estabelecimentos privados que continuavam se expandindo em número de estabelecimentos e matrículas escolares. Em percentual, a despesa com a Instrução Municipal, antes deste triênio, estava em média, em torno de 2% da receita do município, entretanto, neste triênio citado a despesa com a instrução municipal atingiu, respectivamente, 3,45%, 8,16% e 10,06%²⁵¹.

Diante da reivindicação de *escolas e estradas*, associada ao crescente número da população de aproximadamente 24.420 habitantes²⁵², com cerca de 42,37% de analfabetos no município, dados publicados na imprensa, o município havia alcançado o maior número de matrícula escolar do Estado de Minas, proporcionalmente ao número da sua população, o que contribui para contextualizar que a escolarização em Uberabinha ocorreu e se tornou fato nos anos vinte do século XX. Para tanto, foi necessário, entre outros tantos fatores, obrigatoriamente valorizar o professor, inclusive o vinculado à esfera municipal.

Verifica-se que ao final dos anos 1920, o perfil do professor municipal estava espelhado na professora que possuía o diploma de normalista, e atuava sob um suporte legal que lhe conferia direitos, deveres, proibições, vinculações, bem como autonomia sob a fiscalização do inspetor e/ou diretor. Havia um melhor suporte legal e melhores condições estruturais que no passado, o que, todavia, não se comparavam com os *tempos do saber* do Estado. Para este perfil, estimulava-se a utilizar de material didático e métodos de ensino fundamentados nos avanços das ciências, distanciado do perfil de décadas passadas, antes da emancipação do município.

No ano de 1924, ocorreu uma reforma sobre a Lei n. 278 que resultou na Lei n. 317, de 28 de junho de 1924. Especificamente, foi uma ação estratégica de membros da Comissão de Legislação e Justiça da CMU para restringir o gasto com professores estaduais, que no texto do artigo 43 da Lei n. 278 permitia que os mesmos reivindicassem por ano prêmios em valores financeiros estabelecidos pelos artigos 17 e 18 da referida lei. Tais prêmios foram suprimidos na nova redação da lei de instrução escolar e de outra forma incorporados ao

²⁵¹ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique. Movimentos educacionais em Uberabinha: entusiasmo educacional e otimismo pedagógico (1919-1930). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA, 5., 20 a 24 ago. 2001. Campinas-SP, Faculdade de Educação, UNICAMP. *Anais...* Campinas-SP: UNICAMP, 2001. 1 CD-ROM.

²⁵² Cf. Ibidem. O número de habitantes do município de Uberabinha em 1920, obtido na imprensa local é de 24.420, pela análise do artigo “Estatística da Alfabetização” (*A Tribuna*. Uberabinha, anno V, p. 1, 22 fev. 1925). Em uma segunda fonte para esses dados o valor apresentado deste número é de 27.956 (Cf. SENNA, N. In: BRANDÃO apud SOARES, Beatriz R. Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1995, p. 67). O número de habitantes de Uberabinha segundo dados do censo do IBGE de 1920 era de 22.956. Optou-se pelos dados veiculados pela imprensa escrita, por aproximar-se à média dos três valores apresentados, em torno de 25.110 habitantes incluso os dados sobre a população alfabetizada.

ordenado do professor municipal. No artigo 19 da Lei n. 278, o ordenado do professor municipal foi fixado em 1:800\$000, e no artigo 17 da Lei 317 o novo valor desse ordenado passou para 2:400\$000.

A revisão sofrida por uma lei com cerca de quinze meses de existência, desencadeada, em grande parte, pela reivindicação da professora estadual rural Cherubina dos Santos Cupertino que, ciente do direito que a lei municipal lhe garantia, reivindicou o prêmio financeiro com base no artigo 43 da Lei n. 278, porém não obteve sucesso, em razão de que na reforma, objetivamente, foi extinto o texto do artigo 43. Para não prejudicar os professores municipais, os valores dos prêmios foram incorporados aos ordenados dos mesmos, e atingiu o novo valor a 2:400\$000 Contos de Réis.

A profissionalização do professor municipal em Uberabinha no final dos anos 1920, se encontrou ancorada às discussões e norteamientos que advêm das reformas estaduais no ensino primário e normal. Porém, estas reformas reservaram mais de 136 artigos para serem estabelecidos os direitos e deveres dos profissionais do ensino, principalmente dos professores, inclusive o controle sobre a contratação destes para a instrução elementar no Estado. Tais exigências não permitiam a contratação dos professores no município de Uberabinha, os quais estavam fora do padrão exigido pela legislação, como a formação mínima exigida, o que resultou em críticas emitidas tanto pela imprensa local, como pelo Agente Executivo de Uberabinha, Sr. Octávio Rodrigues da Cunha, conforme demonstrado no início deste capítulo.

Neste processo de desenvolvimento do município, incluso está o de escolarização o qual possui a contribuição do professor, sendo este pertencente a estabelecimentos públicos ou privados. Esta contribuição esteve vinculada ao processo de profissionalização docente no município de Uberabinha, no qual deve incluir as discussões da elite uberabinhense que se fundamentava, provavelmente, numa lógica liberal, positivista, alicerçada numa base capitalista conservadora.

O processo de profissionalização do professor municipal em Uberabinha, entre 1892 e 1930, pode ser compreendido pela constituição destes três momentos – construção, consolidação e atualização – com base no corpo de leis, decretos e regulamentos que foram produzidos deixando rastros da presença dos ideais de modernidade, como um ciclo de contínua renovação, imputou aos professores a grande responsabilidade na construção da nação e formação do cidadão republicano.

Em síntese, entre 1892 e 1899, no primeiro momento, a Câmara Municipal de Uberabinha discutiu e elaborou a Lei n. 1, de 22 de abril e a Lei n. 2, de 16 de junho, ambas

no ano de 1892, e o Regulamento Escolar Externo, de 9 de março de 1896, na busca de estabelecer um perfil profissional distinto do voluntário para exercício da docência nas escolas sob a responsabilidade do governo municipal.

No segundo momento, entre 1899 e 1922, a legislação municipal consolidou o modelo de professor construído no momento anterior, conservando este perfil por quase 25 anos, com a elaboração da Lei n. 15, de 8 de julho de 1899. A legislação educacional manifestou-se refratária às discussões e reformulações oriundas tanto do governo do Estado de Minas Gerais quanto do governo Federal, em parte por ter assumido outras prioridades no desenvolvimento social de Uberabinha e, em consequência, fragilizou o ensino público municipal, bem como seus profissionais, diante do crescimento acentuado do ensino público estadual e privado na cidade. O processo de profissionalização do professor municipal neste momento resultou na desvalorização tanto social, quanto econômica, diante de uma maior valorização que professores da esfera estadual e particular receberam.

O terceiro momento, de 1923 a 1930, com base na Lei n. 278, 7 de março de 1923 e a Lei n. 317, de 28 de junho de 1924, que caracterizou por alterar o perfil do professor municipal de Uberabinha para a constituição do corpo docente feminino, possuidor do diploma de normalista e tendo como atividade principal a docência, em espaço garantido para atuar no ensino público tanto Estadual como Municipal, com uma remuneração próxima aos professores estaduais, orientado a atualizar suas práticas de ensino com base nos novos métodos de ensino com princípios da Escola Nova.

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIAS DE PROFISSIONALISMOS: momentos, intervalos e autonomia profissional

Trajetórias dos profissionalismos de professores compõem-se da junção de momentos e intervalos que expressam alterações do caráter profissional em sua ação de ensinar durante determinados períodos. O momento do profissionalismo é identificado como sendo a menor parte desta trajetória imersa em contextos socioeconômicos e culturais com base no entrecruzamento dos elementos das dimensões tempo, espaço e as idéias pedagógicas circulantes na sociedade. O intervalo, junção de mais de um momento, nada mais é do que a manifestação de uma mesma configuração de profissionalismo caracterizado geralmente em uma faixa de tempo curto ou médio. Podem ser evidenciados diversos profissionalismos do professor, no mesmo intervalo.

O profissionalismo resulta da exteriorização da tensão das forças estruturantes – a profissionalização e a profissionalidade – sobre a autonomia do professor em um determinado tempo e espaço, podendo ser pleno ou restrito. O profissionalismo pleno manifesta o caráter profissional do professor em coerência à configuração projetada, satisfeitos todos os seus principais elementos constitutivos. O profissionalismo restrito manifesta o caráter profissional do professor com restrições em alguns de seus principais elementos constitutivos e manifesta um resultado aquém da configuração projetada.

3.1 Autonomia do professor na constituição dos diversos profissionalismos

O exercício habitual de ensinar é foco do trabalho da profissão de professor. Ensinar é uma palavra que necessita ser associada a aprender para se satisfazer. Assim, compreende-se que a profissão do professor é a ação habitual de ensinar conteúdo(s) a aluno(s) que aprendem. Este processo ensino-aprendizagem é complexo e envolve muitos fatores, e pode apresentar diversos resultados. Este processo complexo atribuído ao professor em seu ato de ensino necessita ser alimentado de certa autonomia profissional que permita ter flexibilidade para atuar na busca de soluções que efetivem o ensino a ponto de alcançar o resultado almejado, de que haja aprendizagem, bem como ter uma delimitação desta autonomia para que se tenha um norteamento de referência.

Por isso, o caráter profissional da profissão do professor tem uma íntima relação com a dimensão de sua autonomia profissional. Ciente de que a autonomia profissional do professor é relativa, fundamentalmente por ser um profissional da área da educação, o qual tem potenciais tanto para atuar na conservação quanto na transformação da sociedade em que atua, está sempre sob o norteamento de princípios estabelecidos para a manutenção da própria sociedade.

A faculdade de se autogovernar com liberdade moral e intelectual pelas suas próprias leis pode ser o significado apropriado para o conceito de autonomia. Palavra esta, de origem grega, advinda da junção de *autos*, que significa por si só, e *nomós*, lei ou território. O ser autônomo tem relação com a aplicação da capacidade de determinar as próprias normas de conduta, sem imposição de outra fonte²⁵³.

O professor tem na sua profissão uma atuação profissional que necessita de certa dose de autonomia e não de soberania. Pois, enquanto indivíduo autônomo o professor está longe de exercer em sua profissão a capacidade de impor sua vontade sobre outros, o que seria o exercício de soberania.

Ao considerar esse quadro amplo de relações dentro da instituição educativa, compreender-se-á que a autonomia profissional do professor será tanto mais restrita, quanto maior for a pressão, que o mesmo receberá sobre o seu trabalho, advinda desse contexto da instituição educativa e de seus agentes institucionais (diretor, inspetor, representante da

²⁵³ Cf. Autonomia. HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

administração, coletivo de professores, alunos, comunidade escolar). Assim, o trabalho do professor implica em uma autonomia relativa em sua própria essência.

A autonomia profissional do professor é considerada relativa por se desenvolver na realização de um trabalho coletivo na área educacional, em que o profissional necessita exercer o ensino com liberdade, criatividade e iniciativa na busca de promover soluções aos problemas existentes que dificultam o processo de ensino-aprendizagem com alunos, dentro de um contexto estabelecido na sociedade.

Imbernón considera que para o reconhecimento profissional é necessário ter autonomia, a faculdade de “poder para tomar decisões sobre os problemas profissionais da prática”²⁵⁴. Contreras converge nesse entendimento de que a autonomia deva estar presente na prática profissional, todavia, não significa ter atitudes de “auto-suficiência”, “auto-exclusão”²⁵⁵. E sim, a autonomia profissional sendo conquistada no exercício da profissão de professor. Contreras a define, sendo:

[...] um processo dinâmico de definição e constituição pessoal de quem somos como profissionais, e a consciência e a realidade de que esta definição e constituição não pode ser realizada senão no seio da própria realidade profissional, que é o encontro com outras pessoas, seja em nosso compromisso de influir em seu processo de formação pessoal, seja na necessidade de definir ou contrastar com outras pessoas e outros setores o que essa formação deva ser.²⁵⁶

Contreras compreende que a autonomia profissional é constituída de elementos que, antes de terem limites e fronteiras, têm “[...] a forma de um agrupamento”, uma trama dinâmica que está entrelaçada com os princípios de obrigação moral, de compromisso social²⁵⁷ que contribuirá para a constituição da pessoa, e por consequência do profissional.

Esse agrupamento contém os seguintes elementos dinâmicos: independência de juízo; constituição de identidade no contexto das relações; distanciamento crítico; ciência da parcialidade nas compreensões dos outros; qualidade da relação com os outros e compreensão da própria identidade; compreensão da identidade e as circunstâncias no processo de alteridade²⁵⁸.

Para o autor, a independência do juízo é a capacidade de cada professor de se posicionar com atos profissionais frente às inúmeras situações em sua atividade profissional,

²⁵⁴ IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 13.

²⁵⁵ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 224-225.

²⁵⁶ Cf. Ibidem, p. 214.

²⁵⁷ Ibidem, p. 211, 212.

²⁵⁸ Cf. Ibidem. p. 212-214.

assumindo responsabilidade diante da liberdade de escolha com base nos princípios e convicções pelos quais se orienta²⁵⁹, em outras palavras, seria a capacidade de assumir responsabilidade por mover-se por seus próprios juízos.

Atitude que pode ser encontrada na iniciativa do mestre-escola Felisberto Carrejo, que em 1835 assumiu por decisão própria, a ministração do ensino das primeiras letras às crianças e jovens do Povoado dos Carrejos e instalando a Escola da Tenda, em sua própria residência. Esta pode ser considerada a primeira instituição educativa nas terras que, posteriormente, pertenceriam ao município de Uberabinha/Uberlândia, uma escola particular isolada rural, conforme relata Arantes no texto abaixo.

[...] E, “como o apóstolo das selvas” iniciou ele o seu trabalho, na missão sacrosanta do mestre, alicerçando os fundamentos de uma civilização futura que sonhava formar. As dificuldades para se obter livros – que talvez existissem somente nos centros mais civilizados da Província – era o mestre forçado escrever as lições para os seus escolares. Os motivos escolhidos para a formação dos “pontos” da matéria ensinada. Partiam de fundamentos de moral e religião católica, que ele doutrinaava com profundo conhecimento, e da qual era fervoroso adepto. [...] o ensino era aplicado ali, com as normas de amor e paciência, exercendo o mestre as funções de verdadeiro catequista. A disciplina imposta aos seus educandos, era pregada em termos que elevaram a sua superioridade perante a classe, com exemplo de amor e bondade, sempre prevalecendo-se da sua força moral. [...] afirma um velhinho, [...] “Na escola do mestre Carrejo não se apanhava bolos com a palmatória, e nem os cálculos matemáticos eram ensinados com auxílio de grãos de milho; nem ali se ouvia a cantilena enjoativa da taboada cantada em voz alta e da soletração das sílabas feita pelo ‘decorião’ que ensinava, modelo esse, que conheci mais tarde, em outras escolas, nas fazendas onde estudaram os filhos da nossa família.” [...] “E garanto ao senhor, que a escola do *mestre* Carrejo foi a primeira que se abriu neste lugar. Isto por aqui, naqueles tempos era um sertão bruto, que o Senhor nem pode imaginar!”²⁶⁰

Verifica-se ser uma valorização da autonomia o fato do mestre-escola assumir a instalação e ministração frente a essa escola de primeiras letras da Fazenda da Tenda, por ter tomado posição, diante do contexto carente de profissional e das mãos dos governos municipal e provincial. Contribuiu, principalmente, por decisão pessoal, com o conhecimento de ofícios que possuía, com a formação de crianças e jovens da própria comunidade. Tal ato, possivelmente, envolveu aspectos de uma valorização da autonomia pessoal que foi canalizada para a autonomia em sala de aula, durante seus mais de dez anos no exercício da ocupação de mestre-escola frente à referida escola, entre 1835 e 1846.

²⁵⁹ Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 212.

²⁶⁰ ARANTES, Jerônimo. A primeira escola e o primeiro mestre. *Uberlândia Ilustrada*, Uberlândia, ano II, n. 6, p. 7-8, jun. 1940.

A independência de juízo é fundamental para o exercício docente, diante dos diversos contextos e relações profissionais em que o professor está envolvido, e tendo de se posicionar sobre a suas finalidades educativas “tanto no âmbito de sala de aula como em outros campos de relação e intervenção”²⁶¹.

Por outro lado, pensar uma atuação de professor sem autonomia profissional é um pensar incoerente. Em razão de que a mesma deve existir, mesmo que relativa, restritiva, pois está associada à constituição da própria identidade profissional, que necessitará de encontrar, pelo distanciamento crítico, equilíbrio na prática educativa entre a identidade profissional e suas convicções e exigências circunscritas nas diversas realidades em que atua como professor, bem como, com referência ao compromisso social assumido²⁶².

Por exemplo, para que a professora Alice Paes se mantivesse a frente da Escola Noturna Municipal, em 1924, até encerramento da mesma naquele ano, foi necessário valorizar-se por aspectos nutridos pela sua autonomia profissional diante de um contexto de ensino público municipal noturno pioneiro e adverso. Em Uberabinha a professora Alice Paes era uma profissional reconhecida e competente, tanto no ensino público nos primeiros anos do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, quanto no ensino particular, sendo proprietária, dirigente e professora de sua própria instituição educativa, o Colégio N. Senhora Conceição. Entretanto, após aceitar o convite do governo municipal para estar à frente da Escola Municipal Noturna, no início daquele ano, teve de buscar equilíbrio profissional para se adequar ao novo contexto do ensino municipal noturno para alunos/trabalhadores.

O convite foi confirmado como uma estratégia que o Agente Municipal Cel. Eduardo Marquez utilizou diante da escassez de professores. Esta argumentação foi uma resposta produzida diante da provocação de Lycidio Paes sobre a situação precária da educação entre os serviços municipais, isto depois da reforma educacional advinda com a Lei n. 278, de 7 de março de 1923. O Agente Executivo justificou que para superar dois problemas fundamentais, a ausência de prédio e de professores, buscou soluções conjuntamente a administração municipal, o Inspetor Escolar Municipal, fazendeiros e diretamente com professores:

Para obviar a primeira, ordenei ao inspetor do ensino municipal, que percorresse o município e, onde houvesse numero sufficiente de crianças em idade escolar, convencesse os fazendeiros em condições de offerecer prédios para escolas, que o fizessem, que demonstrasse as necessidades, as vantagens da instrucção e o empenho que a administração municipal tem em diffundil-a. Isto se fez e, si não falharem as promptas, penso ter vencido a primeira difficuldade. Para resolver a segunda - a maior - tenho,

²⁶¹ Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 212.

²⁶² Cf. Ibidem, p. 213.

pessoalmente e por intermédio do inspetor escolar, me dirigido a alguns professores convidando-os para exercerem o magistério no município, pouco tenho conseguido, infelizmente. Vencerei, porem, o obstáculo e a verba destinada á instrucção será a ella rigorosamente applicado.²⁶³

Uma vez assumido o compromisso, submeteu-se a um novo contexto de legislação educacional municipal que norteava a atuação do professor municipal às condições estruturais e curriculares pertinentes ao ensino noturno, bem como à inspeção de Francisco Santos Silva, Inspetor Escolar Municipal à época. Com certeza os contextos que a professora Alice Paes vivenciava nas duas outras instituições educativas eram distintos desta nova experiência.

Contreras afirma também que a autonomia diz respeito à ciência da parcialidade das posições assumidas frente às exigências sociais, fundamental para o exercício democrático. Quando num contexto favorável, essa ciência da parcialidade contribui para gerar uma tensão crítica norteadas por princípios da força moral de uma sociedade democrática que garanta aos indivíduos maior liberdade, igualdade, justiça. Bem como, estimula a sensibilidade moral que permita “captar as dimensões da vida humana que não costumamos compreender nem aceitar. E esta sensibilidade deve conduzir e desenvolver, olhando tanto para fora, para os outros, como para nós, para nosso interior”²⁶⁴.

Por outro lado, quando o contexto caracteriza-se por uma democracia frágil, compromete-se também a prática da ciência da parcialidade. Por exemplo, na defesa pública de Francisco Veloso do Carmo, professor municipal de Toribaté²⁶⁵, o qual fora acusado no ano de 1948, via imprensa, de obrigar um aluno a ajoelhar sobre grãos de milho para aceitar o credo vermelho. O velho professor, prestes a se aposentar, depois de quase meio século no exercício da profissão de professor primário, veio a público se defender e apresentar sua versão do aludido fato. Em razão de estar ciente da gravidade das acusações, num período de redemocratização do país, há pouco livre do governo ditatorial de Vargas.

O professor acusado do ato proibido procurou uma forma de vir publicamente, o mais depressa possível, pensando como o público leitor ficaria diante dessa estarrecedora notícia, bem como os seus colegas professores primários. O título do texto questiona: *Seria insensatez ou maldade o motivo da acusação?* Não obtive esclarecimento dessa questão, com base nas fontes pesquisadas, todavia o discurso do professor contribuirá para compreender um dos elementos necessários para a profissão do professor, e constituinte da autonomia profissional,

²⁶³ MARQUEZ, Eduardo. Serviços Municipaes. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 6, p. 2, 1 maio 1924.

²⁶⁴ Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 213-214.

²⁶⁵ Situada à época nas terras de Monte Alegre de Minas, cerca de 43km de distância de Uberabinha/Uberlândia.

a ciência da parcialidade das posições assumidas frente às exigências sociais. Trechos da defesa do professor foram transcritas abaixo:

Insensatez ou maldade?

Foi com inaudita surpresa que li no “Correio de Uberlândia” no dia 8 deste, o noticiário de uma diligência policial feita em Canápolis, onde se faz impiedosa alusão ao meu nome, dizendo que, como professor, obrigava os meus alunos a ajoelhar em carochos de milho ‘até que aderissem ao credo vermelho’.

O público que leu isto, naturalmente estarecido diante de tamanha maldade e estupidez, há de, até agora, estar revoltado comigo, taxando-me desumano e cruel, sem similar na história da pedagogia – dirão meus colegas professores primários, pois, como obrigar crianças a aderir a valores que elas não podem compreender e que efeito teria a adesão de criaturas completamente inconscientes a sua ideologia inacessível às suas personalidades incipientes, presas aos imperativos de seu psicológico imediatismo?²⁶⁶

Francisco Veloso do Carmo na sua defesa expressou ter ciência das parcialidades diante de um contexto social, em que o autoconhecimento possibilitou ter sensibilidade para compreender a interferência que se promove junto aos demais, nas relações, bem como a compreensão de outros quando se assume posições pela disposição pessoal, convicções e desejos²⁶⁷. Por outro lado, uma maior restrição a autonomia do professor pode promover o inverso, a incompreensão e insensibilidade das posições dos outros na relação ensino-aprendizagem.

Prosseguiu em sua própria defesa o professor Francisco Veloso do Carmo expressando convicções pessoais e desejos de um velho professor primário acusado e, em defesa, alegou que poderia utilizar o direito e poder de cidadão, uma das conquistas do poder de influência de um professor junto aos pais dos ex-alunos, e junto aos próprios ex-alunos. Pois, possuía entre estes conhecidos pessoas ricas e poderosas que poderiam lhe apoiar em sua defesa.

[...] Tamanha desorientação pedagógica só pode ser atribuída a um louco ou a algum fanático, atuando no meio totalmente diverso do que caracteriza as lides do magistério, cuja função, quasi divina, é a edificação da vida humana, com as habilidades que requer a delicadesa e a sensibilidade da alma infantil.

Ao ler o aludido noticiário, na minha condição de velho educador, tive os mais descontraídos sentimentos.

Calcula o leitor que fui ferido no ponto mais delicado de minha sensibilidade. Pensei, assim, em recorrer ao judiciário e chamar à responsabilidade criminal o articulista. Pensei depois, em deixar isto, e

²⁶⁶ CARMO, Francisco Veloso do. Insensatez ou maldade. Toribaté, 12 abr. 1948. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberlândia, 1948. (ArPU) (AJA). Obs.: O recorte original continha somente o texto principal, não ofereceu informações da identificação de natureza do jornal, data e localidade do mesmo.

²⁶⁷ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 214.

procurar este moço (ou velho) que escreveu tais blasfêmias contra mim, e fazer dele um amigo – fazendo com que sentisse o seu tremendo erro perante as leis humanas e as leis de Deus e, refletir pudesse a lição do erro, tendo por base seu conhecimento real sobre a minha pessoa, em face das inverdades que escreveu... como se não tivesse a mínima responsabilidade moral pelo que fez. Pensei, enfim, várias cousas, inclusive a de colher milhares de atestados de alunos meus, que hoje são muito deles, homens ricos e de posição bem como conseguir atestados de centenas de pais, cujos filhos puz nas mãos a cartilha das primeiras letras, usando de tudo isso para a minha defesa em circunstâncias próprias.²⁶⁸

Utilizo o trecho final dessa defesa para ressaltar um dos argumentos de Contreras sobre a autonomia, a qual atribui a disposição de autoconhecimento que se relaciona bem tanto com a própria identidade como com a alteridade. E diz o autor: “o contraste com os outros, a discussão entre profissionais ou com outros setores envolvidos em nossa atividade educativa é a parte necessária e complementar do processo de autoconhecimento”²⁶⁹. Esta relação de perspectivas em contraste que envolve o autoconhecimento, a identidade e a alteridade, resulta no fortalecimento da autonomia profissional.

O professor Francisco Veloso do Carmo manifestou ter reconhecimento de si, dizendo ser, à época, velho e doente professor do ensino primário que assumiu a concepção socialista. Não podia mais exercer sua profissão, entretanto, o mesmo expressou reconhecer o outro, e decidiu agir não pelo direito de cidadão, nem requerer a influência pessoal e profissional junto aos ex-alunos ricos e poderosos. Porém, decidiu perdoar o acusador alegando ser da religião Espírita e desejando que o fato criado sirva de momento de mudança de vida para o acusador. O texto final é longo, porém, permitiu abordar essa questão das parciais de perspectivas no exercício da autonomia.

Mas, tamanha foi a repulsa causada pelo artigo; tamanhas foram as provas de fraternidade e caridade para comigo, pelos cidadãos da terra, que não posso pensar sinão em perdoar o meu detrator, do mesmo modo que Paulo de Tarso e muitos outros abnegados pregadores do bem souberam perdoar os seus verdugos, sendo que eu não sou digno de palmilhar as pegadas destes luminares do Cristianismo.

É pois, com sentimento evangélico que venho proclamar de público, que sou um espírita, e, como tal, não posso pensar em vingança e nem usar de armas repressoras que ferem o corpo, para me defender; mas, sim, fazer uso da verdade que ilumina e convence para que produza o arrependimento de meu algoz, servindo-lhe a experiência como a lição de insensatez.

Sou um velho professor, sumamente doente e inválido. Não posso mais exercer a profissão que exerço a quase meio século. Estou neste momento pleiteando a minha aposentadoria por invalidez junto aos poderes públicos

²⁶⁸ CARMO, Francisco Veloso do. Insensatez ou maldade. Toribaté, 12 abr. 1948. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberlândia, 1948. (ArPU) (AJA).

²⁶⁹ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 214.

municipais de Toribaté e estou certo de contar com a boa vontade do chefe do executivo e dos legisladores do município.

De qualquer forma, desejo ponderar ao “Correspondente”, se for pessoa criteriosa ou verdadeiramente digna, (porém mal orientada, se o for) deve me procurar, afim de me conhecer. Será isso um ato de inteligência. Não nutro nenhum sentimento de rancor contra a sua pessoa. O que desejo é que veja no caso que criou, com maldade e escândalo, o motivo de regeneração para os seus próprios sentimentos; para que se torne mais equilibrado o responsável, pois, se não fora o meu sentimento evangélico estaria a uma hora dessas chamando-o à responsabilidade criminal com a concomitante ação civil de recuperação do dano moral, tão logo fosse condenado pela justiça comum. Porém, como o que desejo é paz, esclarecimento e produção de sentimentos nobres, quero deixar clara nestas linhas a minha concepção socialística da vida, fruto de minha observação de meio século de vida e de luta pelo bem comum, na esfera da educação, concepção que aurí dentro do evangelho de Jesus, e essencialmente espiritualista.

Veja, meu caro ‘Correspondente’ como reajo contra a sua falta de juízo de cultura, contra sua cegueira espiritual.

Aconselho a todos os que estão como o senhor, querendo vencer de qualquer forma o inútil e o perigoso da medida, recolhendo este exemplo, pois o êxito duradouro e a glória verdadeira não se há de conseguir com o sacrifício da honra e da dignidade dos outros. Toribaté, 12 de abril de 1948.

Francisco Veloso do Carmo
Professor Municipal²⁷⁰

O texto produzido pelo professor Francisco Veloso do Carmo não serviu para defendê-lo ou acusá-lo, se o fato ocorrido foi verídico conforme declarou seu acusador, ou se foi um ato de *insensatez ou maldade*, como o mesmo aludiu ao se defender. Antes, foi utilizado para ressaltar aspectos fundamentais da autonomia do professor, que em sua maleabilidade expressa aspectos do profissionalismo do professor. Observar e analisar essa relação direta da autonomia profissional com o profissionalismo pode contribuir para avançar no conhecimento sobre aspectos que podem interferir na identidade do professor. Tendo por alvo neste conhecimento apontar caminhos para que o mesmo busque a realização profissional sem necessitar transitar pelo estado do *mal-estar docente*.

Concordo com Contreras ao argumentar com profundidade sobre a autonomia profissional do professor na educação, que a mesma contribui para se compreender que a autonomia do professor é relativa e se faz no exercício da profissão de ensinar, num trabalho coletivo em que as responsabilidades são partilhadas entre os agentes envolvidos, que não ocorre numa pretensa soberania profissional, ou um *status* adquirido, nem como um objeto concreto. E que neste exercício se faz tanto a liberdade de posicionamento quanto a responsabilidade, com permeabilidade de diálogos assumida diante do envolvimento da base de valores pessoais estabelecida num contexto social.

²⁷⁰ CARMO, Francisco Veloso do. *Insensatez ou maldade*. Toribaté, 12 abr. 1948. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberlândia, 1948. (ArPU) (AJA).

E mais, o autor afirma, que

definir a autonomia como aquele terreno profissional em que ninguém tem o direito de imiscuir-se é uma forma pobre de entendê-la, porque não auxilia na compreensão da complexidade das relações profissionais em que deve se desenvolver o ensino, e também porque conduz a uma configuração rígida da própria profissão²⁷¹.

Pois por um lado, deve ser ressaltado que não há apenas uma “consequência reativa” sob pressões e interesses sociais e institucionais, mas a aplicação de elementos entrelaçados da autonomia profissional, como o distanciamento crítico que possibilita a renovação do conhecimento e de ações, e da independência de juízo que, rearticulado com os valores vinculados à identidade pessoal, resulta na aplicação de competência profissional com plasticidade dentro de um contexto social e institucional²⁷².

Por outro, a própria sociedade e as instituições devem cultivar na relação com o professor atitudes de diálogo com reconhecimento da alteridade do mesmo. Que a flexibilidade seja recíproca e não apenas resultado da relação pelo poder unidirecional do poder instituído. “Não só os professores devem construir sua identidade e sua prática de um modo dinâmico e fluido, senão que também a comunidade social deve fazer o mesmo, reconhecendo assim a necessidade e o direito de que os professores constituam seu trabalho de forma autônoma”²⁷³, complemento, responsável.

Contreras estabeleceu três diferentes planos com que os professores se relacionam com “o social”, cada um destes possui modos distintos de vinculação. O primeiro é o “plano representativo das relações com o aparelho político-administrativo”, o qual regula e organiza as competências e as responsabilidades profissionais em diversos aspectos por vinculações político-administrativas²⁷⁴.

Em consequência, o professor tende a identificar e aceitar como intervenção da sociedade unicamente a que se realiza mediante a regulamentação administrativa. Uma vez que a perspectiva político-administrativa assume a relação unidirecional, estabelece-se uma relação de “dominação-submissão”, em que o controle sobre a autonomia profissional dos professores aumenta por parte das instituições mediadoras, sejam governo ou direção de unidades escolares particulares, visto que a intervenção social está minimizada ou ausente.

²⁷¹ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 215.

²⁷² Cf. *Ibidem*, p. 215-216.

²⁷³ *Ibidem*, p. 216.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 217.

Desta forma, “os professores ficam reduzidos a funcionários ou empregados obedientes, e o resto da sociedade a meros espectadores”²⁷⁵.

Pode-se exemplificar, com base nas fontes pesquisadas, a atitude competente com viés restritivo, de perspectiva político-administrativa, com que a professora Alice Paes desenvolveu suas atividades de professora frente à primeira turma da Escola Municipal Noturna, em 1924. Diante de possíveis carências materiais da recém instalada escola, a professora atuava sob um olhar de inspetoria técnica, de uma primeira turma de alunos/trabalhadores, cuja frequência às aulas mostrava-se oscilante, provavelmente, por choque entre horários de trabalho e de aulas, bem como pelas distâncias a serem percorridas por alguns alunos. A normalista formada na Escola Normal de Campos, com formação adequada para se utilizar o método intuitivo não se expressou em nenhum momento ao inspetor Francisco Santos Silva registrando sugestões para superar o conjunto destes e de outros aspectos que dificultavam manter a frequência de no mínimo vinte alunos em sala, o mínimo exigido por lei para a manutenção da aula.

Os dados coletados e analisados possibilitaram colher entre os registros, apenas uma pequena expressão da professora Alice Paes sobre o que pensava diante da situação vivida. O argumento registrado e utilizado por Francisco Santos Silva para confirmar o discurso da professora foi este: “Apesar dos esforços da professora parece que o povo não quer instrução, pais e alumnos não frequentam; isto mesmo que disse a professora, disse aos alumnos que devem vir à Escola avidamente”²⁷⁶.

Certo de que este discurso fora, possivelmente, filtrado pela perspectiva do inspetor, não houve nenhuma outra manifestação crítica da professora viabilizada por outros meios, uma vez que a mesma tinha acesso até a imprensa local, se houvesse interesse de externar o contrário, ou até outras considerações e justificativas em defesa de sua atuação profissional e, por extensão, a de manter a oportunidade de escolarização para os menos de vinte alunos que ainda frequentavam a escola.

No espaço escolar municipal, a professora Alice Paes acatou o ritmo, os ritos e os procedimentos político-administrativos utilizados no processo escolar noturno. As razões ainda não foram identificadas. Todavia, em sua própria escola, o Colégio N. Senhora Conceição e na sua atuação no Grupo Escolar Bueno Brandão sua produção e atuação eram distintas da que ocorrera na esfera municipal, pelas repercussões que chegavam até a

²⁷⁵ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 219, 224.

²⁷⁶ SILVA, Francisco Santos. Registro do Livro de Visita da Escola Noturna Municipal. Inspetor Municipal Escolar. Uberabinha, 17 set. 1924. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU). (AJA).

imprensa local e externavam sobre a competente professora tanto na esfera pública estadual, quanto na particular. Na esfera pública municipal a professora assumiu a relação dominação-submissão por se relacionar com o social pela perspectiva do “aparelho político-administrativo”.

O segundo plano estabelecido por Contreras é “o plano mais imediato das relações que se estabelecem diretamente com diferentes setores da sociedade, principalmente os próprios estudantes e as suas famílias”²⁷⁷, com vinculações tanto do tipo pessoal, quanto as reguladas administrativamente, como os conselhos escolares. Em consequência, se estabelece uma relação de comunicação unidirecional de sentido vertical e descendente,

[...] com claras dificuldades por parte dos professores para estabelecer uma comunicação ascendente com o aparelho político-administrativo ou com a sociedade em geral à qual este teoricamente representa, de modo que os professores apenas têm a oportunidade de estabelecer um intercâmbio real, bidirecional, no plano das relações imediatas com a comunidade social diretamente envolvida em cada escola.²⁷⁸

O terceiro é o “plano da relação mais difusa”, a qual se desenvolve com a opinião pública. Neste último, há o predomínio das formas burocratizadas de relação e de pensamento²⁷⁹. Estes dois planos seguintes devem ser adequadamente modulados para o período em foco, em razão de que são distintas as relações estabelecidas entre professores, estudantes e suas famílias, bem como com a opinião pública, no final do século XIX e início do XX, na então Uberabinha e posterior Uberlândia.

Diante desses argumentos, Contreras identifica três tipos de professores no exercício de autonomia: um primeiro tipo, o do especialista técnico; o segundo, do profissional reflexivo; e o terceiro, do intelectual reflexivo. O primeiro caracteriza-se por exercer a autonomia por *status* ou atributo advindo da individualidade da autoridade unilateral do especialista. Manifesta dependência de diretrizes técnicas tornando-se insensível às questões de fundo político e/ou social, com ingerência sobre estas questões. Além do mais, demonstra incapacidade de responder às situações de incerteza, comprometendo sua autonomia, que ele também a denomina de ilusória. Afirma o autor:

O modelo do especialista técnico, por exemplo, sugere uma imagem de autonomia como *status* pessoal de independência às influências e, portanto, está associado com uma imagem de relação social de distanciamento e isolamento, a partir do qual se é capaz de decidir e resolver as atuações

²⁷⁷ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 217.

²⁷⁸ Ibidem, p. 218.

²⁷⁹ Ibidem, p. 217-218.

profissionais de modo solitário. O critério profissional cria-se e é decidido à margem das pessoas não profissionais com as quais se trabalha e a elas se aplica posteriormente a decisão. O modelo de relação social que predomina baseia-se, portanto, na separação, na hierarquia e na imposição.²⁸⁰

O segundo tipo possui uma autonomia como responsabilidade moral, individual, com compreensão da parcialidade de perspectivas da comunidade. Manifesta ter equilíbrio entre a independência de juízo e a responsabilidade social, com capacidade para resolver com criatividade as situações consideradas problemas nas práticas educativas. Ressalta o autor que:

Esta última consideração é necessária porque a visão do profissional reflexivo, que delibera em um contexto plural e incerto, interpreta a autonomia como um exercício e uma construção pessoal, mas que pode ser também individual e hierárquica: os docentes, após deliberarem sobre o conveniente para a situação, chegam a suas próprias conclusões acerca do que deve ser sua atuação profissional e, uma vez estabelecida a decisão, a executam. Entretanto, essa interpretação parte da crença de que as situações do ensino possam ser entendidas como estáveis e de que os profissionais reflexivos possam manter a deliberação como se as situações sobre as quais deliberam não fossem realidade humanas.²⁸¹

O terceiro tipo é o de emancipação com consciência crítica. Neste, a autonomia se manifesta em prol da liberdade profissional e social das opressões, das restrições. Supera as limitações ideológicas em que as práticas realizadas dos professores se encontram, inclusive tendo o cuidado de exercer a distância crítica das próprias demandas sociais. Portanto, se faz necessário exercer uma autonomia profissional crítica e responsável, que vencendo a prática de reprodução na prática educativa, constrói possibilidades de ultrapassar os limites estabelecidos com o compromisso de efetivar valores educativos independentes e sociais. O autor esclarece que:

É este o sentido que teria o fato de entendimento da autonomia como um processo de emancipação, pelo qual se pode ultrapassar as dependências ideológicas que impedem a tomada de consciência da função real do ensino, das limitações pelas quais nossa prática se vê submetida e da forma pela qual estas dependências são assimiladas como naturais e neutras. A autonomia, enquanto emancipação, requer a análise das condições de nossa prática e de nosso pensamento. Porém, significa também uma crítica das demandas da comunidade.²⁸²

Nesta relação, as responsabilidades entre os sujeitos envolvidos são partilhadas no processo educativo para além das autonomies apenas, do professor e alunos. No espaço da

²⁸⁰ CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 197-198.

²⁸¹ Ibidem, p. 198.

²⁸² Ibidem, p. 203.

instituição educativa há outras esferas de autonomia, que se interrelacionam na constituição de relações, produtos e institutos, provenientes da estrutura administrativa e legal, da curricular, das orientações metodológicas por especificidade de conteúdo, num cenário dinâmico e complexo que envolve a própria comunidade escolar.

3.2 Intervalos e momentos na trajetória dos profissionalismos do professor

A trajetória dos profissionalismos do professor é construída num complexo sistema que se nutre de variáveis específicas pertinentes a essa profissão da educação. Neste complexo sistema, considero possível identificar diversos profissionalismos – seja o responsável, o competente, o associado, o sacerdotal, o prático – todos estão envolvidos num conjunto em que agentes, fatores e situações se entrecruzam e se situam com as dimensões tempo e espaço, bem como com ideias pedagógicas que nutrem ideológica e tecnicamente a formação e atuação do professor. Saliento que os profissionalismos do tipo responsável e sacerdotal foram identificados em argumentos teóricos e não aplicados na pesquisa, em razão de não serem identificados entre os professores municipais no período em foco da Primeira República.

Nesta trajetória do profissionalismo do professor a mudança é a sua companheira constante, numa ação ininterrupta de refazer-se, atualizar-se. Pode advir tanto da influência externa, por uma reforma educacional de foro legal, quanto da influência interna, do íntimo do próprio professor, movida por atualizações de novos princípios, pensamentos, ideias e ideais.

Tal mudança interfere na atuação profissional do professor e na resultante de seus profissionalismos, cuja maior ou menor maleabilidade se nutre de elementos constitutivos da sua profissionalidade e/ou da sua profissionalização.

Compreende-se então, que o professor atua num contínuo processo de traçar sua trajetória profissional que oscila entre conservação e renovação de conhecimentos, de pensamentos, de métodos e de técnicas no desempenho de seu trabalho educativo, e pode manifestar em diversos profissionalismos.

Em princípio, no seu exercício profissional o professor atua para mudar o outro, o aluno, o qual possui um estado inicial de conhecimento caracterizado por um determinado desenvolvimento para outro com maior amplitude. Paradoxalmente, nesse exercício, a constância no manuseio do conhecimento, por parte do professor, estimula e promove a mudança também de si. Quem incita a mudança do outro também sofre da influência do poder do conhecimento, e no devido tempo, manifesta alteração de pensamento, de procedimentos e hábitos. Ambos, professor e aluno são constantemente afetados pelo poder que o conhecimento promove naqueles que o manuseiam.

Com o cuidado de considerar as devidas proporções entre o específico e o geral, essa microrrelação situada entre o professor e o aluno, ainda em germe de desenvolvimento,

constantemente sinaliza possibilidades de tendências que podem, no devido tempo, frutificar e contagiar comunidades inteiras e causar, como um todo, mudanças.

Em razão deste potencial de mudanças que o conhecimento atribui a todo aquele que o manuseia, imputa ao professor essa plasticidade de se refazer constantemente. Para tanto necessita ter uma autonomia profissional instável e relativa, que a princípio pode ser identificada como uma fragilidade da profissão do professor, em comparação a outras profissões, como os profissionais liberais, em que a questão da autonomia profissional é considerada pela Sociologia das Profissões, seu ponto forte. Todavia, antes de convergir para a versão de um semiprofissionalismo da profissão do professor, ou a de ser uma ocupação desqualificada profissionalmente, caso se prossiga em compará-la com os conceitos tradicionais de profissionais liberais, destaco que essa característica da plasticidade é essencial para quem lida com a conservação e renovação do conhecimento, e podem ser ressignificados com uma característica fundamental para a ação de ensinar.

Reconheço que esse agente social da área da educação exerce sua profissão na ministração do ensino de um ou mais conteúdos a alunos que podem ampliar e construir conhecimentos. O processo ensino-aprendizagem é norteado por um currículo que abarca determinados conteúdos e por práticas que se desenvolvem pela assimilação e apropriação de conteúdos e conhecimento, num espaço social adequado para o desenvolvimento de ações educativas, denominado escola.

Costa faz a seguinte associação entre o agente social e este espaço social adequado à prática de ensino: “Professor e Escola são duas categorias que se constituíram historicamente relacionadas uma à outra, vinculadas conjuntamente aos processos e práticas sociais que produzem indivíduos partícipes das trajetórias-culturais das sociedades em que vivem”²⁸³.

Magalhães define, numa perspectiva mais profunda, que as instituições educativas:

[...] são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante.²⁸⁴

Estão imbricados, um ao outro, os atores sociais e as instituições educativas, ao ponto de ao atingir algum deles atingirá o outro. A ausência de um deles incomodará e inviabilizará a realização das práticas educativas. Ambos, instituição e atores são fundamentais para a

²⁸³ COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares*. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 95.

²⁸⁴ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 124.

preservação da própria sociedade, na qual circulam os saberes tradicionais acumulados, organizados e sistematizados em currículos, bem como oportuniza a construção de novos conhecimentos.

Especificamente, a utilização da instituição educativa remonta às sociedades antigas, todavia, foi ampla e sistematicamente utilizada a partir das sociedades modernas. Recebeu o *status* de instituição formadora de civilidade e de cidadãos, com investimento de governos dos Estados Nacionais para ser disseminada nas várias camadas da sociedade, e em contrapartida, passou a ser submetida ao controle institucional e ideológico desses governos, tanto no currículo a ser ministrado aos alunos, como também nas condições de trabalho e, posteriormente, na formação dos professores no discurso em prol de uma melhor atuação profissional, de um profissionalismo, a ponto de interferir nas significações na identidade, tanto do professor quanto da instituição educativa.

Magalhães ressalta que as instituições educativas desenvolvem uma identidade, com pouca variação por circunstâncias geográficas e históricas, e maior variação com base na relação com o contexto da sua multidimensionalidade. Afirmo o autor:

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica.²⁸⁵

Relação esta que envolve diversos agentes, incluindo profissionais que atuam na escola, da área administrativa ou pedagógica, do controle normativo, da produção do conhecimento. As instituições governamentais e ou dirigentes deliberam manter o controle sobre esse processo, sobre o conhecimento, sobre os atores, em razão de que o resultado desse trabalho pode manter por mais tempo a ordem estabelecida, bem como gerar renovação para outra.

Por um lado, proposições e ideias provocativas de alteração da presente situação na sociedade podem emergir em indivíduos ou em grupos sociais, até com críticas e resistências ao governo que está no poder do Estado, com perspectivas distintas. Todavia, se ocorrer nas instituições educativas, principalmente as públicas, estas manifestações conflitantes contra o governo, poderão desencadear processo do descontrole da ordem. Em reação a essa

²⁸⁵ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 68.

manifestação crítica de pensamento autônomo, o governo, que detém a responsabilidade institucional de manutenção destas instituições escolares e que deseja a manutenção do *status quo*, se empenhará por intervir para manter e, se necessário, reaver o controle sobre o processo educativo.

Por outro lado, caso as ideias provocativas emirjam nas instituições educativas em convergência a uma nova onda ideológica oriunda do recém-chegado governo ao poder do Estado e contrária aos ideais anteriores, haverá por parte deste novo governo estímulo para que os processos normativos, o conhecimento produzido, os atores, incluindo os profissionais da educação, principalmente os professores, atuem como agentes defensores dos novos princípios que deverão ser implantados e inculcados na sociedade, de forma a nortear a educação das futuras gerações.

Os professores, neste último caso, serão considerados agentes intelectuais e alvos, tanto nas instituições escolares quanto fora delas, de serem potencialmente defensores dos novos princípios, pensamentos, procedimentos e hábitos ainda por se estabelecerem culturalmente na sociedade. Esta é uma das razões que imputa à profissão do professor uma relativa autonomia, por estar vinculado como os demais profissionais da área educacional, responsável pela transmissão e elaboração do conhecimento na sociedade, numa contínua produção cultural.

Por um lado, será considerado eficiente o professor que após deliberações assumidas pelo corpo de dirigente de instituições públicas ou privadas, acatar as mesmas de forma imediata e de conformidade ao que se espera dele e aplicá-las na sua prática de ensino. Por outro, aquele professor que não as acatou, manifestou críticas e atuou com resistência para inseri-las na sua prática de ensino, poderá receber diversas denominações para expressar a sua atuação profissional, inclusive de não ser profissional eficiente.

Assim, compreende-se a questão do porquê da autonomia desses profissionais da educação ser considerada relativa e não absoluta, uma das características que estigmatizou a profissão de professor em comparação com as profissões liberais.

Entretanto, a autonomia absoluta será talvez encontrada com facilidade nos princípios teóricos, pois de fato não será fácil encontrá-la em algum profissional de sociedades complexas, inclusive nos tradicionais membros das profissões liberais, cujas deliberações são consideradas oriundas do corpo de profissionais que exercem aquela profissão, e não sofrem da interferência de seus próprios clientes para se estabelecer limites e princípios para a moral, a atuação e os métodos da prática profissional.

Uma contribuição divergente desse raciocínio encontra-se no exemplo das práticas de médicos no século XIX, em que Coelho analisa as profissões liberais no império brasileiro. O autor argumenta que os médicos também recebiam contribuições da clientela para definir o caráter da prática da medicina, e essa não advinha de deliberações exclusivamente do profissional ou do seu coletivo profissional, mas sim de uma interação que envolvia o médico, com o paciente e o respectivo meio cultural. Afirma o autor que

[...] não [era] a comunidade médica, quem socialmente definia o caráter da medicina e seus padrões adequados de procedimento, e isso ocorria, por exemplo, quando por questões morais um paciente (principalmente as mulheres) recusava-se a ser tocado pelo médico. Isso quanto à clientela mais abastada; pois todas as evidências são de que o homem do povo temia os médicos e suas “terapias heróicas” (as sangrias, os purgantes, a aplicação de sanguessugas, os banhos escaldantes, etc.) não lhes tinha qualquer estima e preferia recorrer à “medicina” caseira ou à popular. Não surpreende, pois, que uma fração significativa dos egressos da escola de medicina da Corte dependesse de outras atividades para o seu sustento, mesmo em tempos melhores do que o descrito pelo Dr. Chernovitz.²⁸⁶

Em 1840, recém-chegado à Corte do Rio de Janeiro, o médico polonês Piotr Czerniewicz, se tornou o conhecido Dr. Pedro Chernovitz, autor dos popularíssimos *Dicionário de medicina popular* e do *Formulário ou guia médico do Brasil*, membro da Academia Imperial de Medicina à época. Coelho analisa trechos deixados pelo renomado médico que atuou na Corte Imperial brasileira, e em uma das suas cartas expõe questionamentos sobre a profissão de médico:

Se começo a pensar na minha profissão, vejo como o povo está enganado, achando que os médicos estão felizes e bem-sucedidos; de fato, há alguns que o vento da boa fortuna elevou acima da multidão, mas a maioria dificilmente consegue ganhar seu sustento, há portanto muitos que não conseguiram sobreviver se não tivessem outros lucros.²⁸⁷

De outros lucros, outros rendimentos, outras fontes de rendas para sobreviver a maioria dos médicos teria de lançar mão. Todavia, esta forma de atuar profissionalmente em mais de uma ocupação, ou ofício, ou profissão para garantir um melhor faturamento para custear as despesas assumidas, ganha um destaque negativo quanto aos profissionais da educação, à medida que se desenvolve a crescente força ideológica da modernidade associada ao poder do Estado estando na base da matriz capitalista. Costa afirma que “no século XIX as

²⁸⁶ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro; 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 90.

²⁸⁷ Ibidem, p. 71.

profissões liberais tornam-se tão fortalecidas que parecem não mais configurar apenas uma forma de ocupação mas o modelo por excelência das profissões”²⁸⁸.

Entretanto, os profissionais da área da educação, principalmente das sociedades capitalistas, além de pertencerem ao micro-organismo social e profissional denominado escola, espaço coletivo e público, também estão imersos na própria sociedade que sustenta estas instituições escolares.

Além de atuar profissionalmente na escola, o professor caracteriza-se por ser um profissional que atende a demanda do mercado de trabalho para ministrar algo de distinto e de novo à própria sociedade, um tipo de conhecimento diferente do que circula no senso comum. Recebe o estímulo de ter oportunidade de percorrer uma trajetória de uma carreira profissional que necessitará de uma formação permanente, submetido a uma hierarquia institucional e social, cuja valorização vertical é relativa, tanto em *status*, quanto financeiramente. Esta última a recebe correspondente a sua importância no processo social.

Neste sentido, Imbernón faz a seguinte observação:

A nosso ver, a profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda do mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas em que é exercida, a promoção na profissão, as estruturas hierárquicas, a carreira docente etc. e, é claro, pela formação permanente que essa pessoa realiza ao longo de sua vida profissional.²⁸⁹

Ao mesmo tempo, convive este professor no macro e no micro-organismo social. Tem ele um *status* profissional dentro da escola, no micro, o que não é suficiente para fazer tanta distinção entre os demais membros da sociedade no macro, uma vez que o valor agregado que a sociedade lhe atribui não está diretamente vinculado ao capital financeiro, tão valorizado em sociedades de base capitalista, e sim ao capital intelectual.

Os professores têm um *status* profissional no interior da escola, e um *status* social na sociedade, associados ou não a outras atividades ou funções que redundam em distintos reconhecimentos, tanto profissional quanto social. Todavia, serão distintos, também, condicionados à valoração que a sociedade atribui a determinada área ou áreas de conhecimento(s), ao ponto de ocorrer de um professor receber maior prestígio profissional e/ou social do que outro. Esta valoração é flutuante e dependente dos valores culturais no interior da própria sociedade.

²⁸⁸ COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares*. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 86.

²⁸⁹ IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 43-44.

O professor também tem sua própria autoavaliação sobre as orientações e posições assumidas por defesa de valores pessoais e de grupos. Sendo profissional da educação que trabalha com o conhecimento acumulado e na construção de novos é estimulado não só a adquirir e juntar livros, mas a amá-los. Também, a atualizar suas práticas profissionais em coerência com os novos pensamentos pedagógicos, que podem ser sistematizadas e se tornarem em orientações tanto de caráter pessoal quanto de grupo social.

As dimensões tempo e espaço, por consequência, podem contribuir para manter e/ou alterar o processo de ensino-aprendizagem na instituição educativa, bem como os rumos da própria sociedade. Encontra-se, assim, o professor, em um processo de constante tensão sobre a sua autonomia profissional, mesmo que esta seja relativa, pelo poder em potencial que a mesma possui no seu exercício profissional.

Diante do alto grau potencial de interferência na sociedade, em contrapartida recebe o professor um alto grau de controle profissional estabelecido pelos que o contratam, para garantir que os resultados no processo de ensino-aprendizagem não sejam diferentes daquele proposto, evitando que, por descuido ou ineficiência, haja prejuízo com perdas de valores, de controle e de poder.

A ação do professor no seu exercício profissional, seja qual for a orientação ideológica, filosófica, pedagógica adotada, será cuidadosamente observada nas instituições escolares pelos seus membros, pelos alunos, pais e por seus próprios pares, e principalmente, pela esfera dirigente, de diretores e inspetores estabelecidos no processo educacional na sociedade. Cada um destes observadores em potencial atribuirá uma qualificação sobre a ação profissional desse professor, podendo considerar que o mesmo possui um profissionalismo que ora é do tipo responsável, ora do tipo competente, ou do tipo associado, ou do tipo sacerdotal, ou ainda do tipo prático, podendo ser até outro.

Bem como, a autoavaliação desse professor sobre sua atuação na docência poderá contribuir para manter ou alterar a sua própria identidade profissional, e por consequência, interferir em sua prática profissional. Neste aspecto, a autonomia do professor é fundamental para proceder esta autoavaliação e assim obter a visão sobre a sua própria identidade profissional.

Importante esse apurar o foco do profissionalismo do professor, e estabelecer a existência da relação com suas forças estruturantes no contexto social e profissional, ciente que esse não há de encontrar amparo para ser considerado profissional nos argumentos que sustentam os profissionais liberais, como fora caracterizado por muito tempo, e por consequência atribuindo-lhe a desqualificação ou o caráter de semiprofissão. Há no médico,

no advogado e no engenheiro modelos de profissionais clássicos. Discursos e ações foram assumidos por governos e dirigentes, nos séculos XIX e XX, visando contribuir para a estratégia de estimular o profissionalismo também aos professores, sobre os quais estabeleceram forte pressão para uma constante atualização profissional pela força da profissionalização com seu suporte legal, normalizando sua vida profissional, com requintes cada vez mais detalhados, a ponto de constrangê-los em sua atuação profissional na sala de aula, visando alterar seu profissionalismo.

Por outro lado, toda e qualquer manifestação subjetiva vinculada a valores morais, éticos, políticos que pudesse ser comprometedor no desempenho de sua competência profissional, mesmo que oriunda dos próprios professores, foi ignorada pelos governos e dirigentes. Pois valorizaram mais os argumentos quantitativos e técnicos, que objetivamente sustentam a necessidade de restrição sobre a autonomia profissional do professor, para em nome de um profissionalismo quantificado e previsível, qualificá-lo para ser mais e mais competente segundo o molde imposto pela profissionalização, numa tendência de padronização profissional.

Assim, considerando uma longa linha de tempo, o professor, ou recebeu, ou recebe e/ou receberá constante pressão sobre a sua autonomia profissional por parte de instituições públicas ou privadas que o contrataram, ou contratam, ou contratarão para exercer sua profissão, sendo influenciadas pelas orientações hegemônicas de um determinado momento cultural. Essa pressão recebe um reforço advindo do topo da estrutura hierárquica, de cima para baixo, movendo argumentos, dispositivos e instrumentos legais para promover a delimitação de sua atuação restringindo a sua autonomia profissional, numa tentativa de conformá-lo ao perfil profissional idealizado para um determinado tempo e local.

O reforço utilizado pelas instituições gera alteração na atuação profissional do professor, e conseqüentemente no processo de ensino-aprendizagem. Geralmente, tais reformulações são sempre consideradas oriundas de boas intenções, porém, os resultados ora são a favor ora contra os próprios alunos que se utilizam dos serviços oferecidos pela instituição educativa e seus agentes educativos. Pois ao se alterar procedimentos na atuação do professor também serão alterados os dos alunos.

Os alunos são considerados os clientes diretos do professor, na relação ensino-aprendizagem, professor-aluno, bem como indiretamente seus dirigentes, porém mediados por um grupo de dirigentes, tanto na área pública quanto privada, cuja responsabilidade é de estabelecer a mediação envolvendo os direitos, os deveres, as proibições de ambas as partes, e ser promovido esse processo o mais eficiente possível.

Nesse processo, ao professor são oferecidas determinadas condições materiais (espaço, tempo, assessorios, financeiro), e estabelecidas normas procedimentais (com princípios, procedimentos, orientações pedagógicas, normas e regras) que restringem e delimitam o seu exercício de ensinar e de promover mudanças no processo de aprendizagem dos alunos.

Essa ação delimitadora da atuação do professor, por parte das instituições dirigentes, públicas ou privadas, geralmente se justificam com vistas a estabelecer uma determinada padronização de procedimentos em nome da justiça, da igualdade, da democracia, da liberdade para todos, mesmo que gere uma maior ou menor burocratização nos processos.

Em consequência, na execução dessas ações delimitadoras sobre a atuação do professor, as instituições aumentam a pressão sobre a sua autonomia profissional e estabelecem certa expectativa, de que em breve os resultados demonstrarão que a ação foi um sucesso e promoveu alterações que viabilizaram e regularizaram os excessos e as insuficiências e valorizaram os procedimentos considerados adequados na relação ensino-aprendizagem entre professor e aluno.

As inúmeras reformas educacionais promovidas pelas instituições modernas, públicas ou privadas, sobre a atuação do professor tem confirmado que esse raciocínio está equivocado. Algo foi esquecido nesse sistema complexo: o descrédito sobre a eficiência do novo corpo legal surge quase simultaneamente à data de sua publicação. É certo, porém, que as reformas educativas não garantem mudanças.

Reforma é uma palavra cujo significado varia conforme a posição que ela ocupa, se dentro das transformações que têm ocorrido no ensino, na formação de professores, nas ciências da educação ou na teoria do currículo a partir do final do século XIX. Ela não possui um significado ou definição essencial. Nem tampouco significa progresso, em qualquer sentido absoluto, mas implica, sim, uma consideração das relações sociais e de poder.²⁹⁰

No que se refere à mudança, a finalidade é “[...] a de redefinir as condições sociais, de forma a possibilitar ao indivíduo a demonstração de atributos, habilidades ou efeitos específicos considerados como os resultados esperados dessa mudança planejada”²⁹¹.

As mudanças geram transformações e as reformas geram a conservação de estruturas socioeconômicas e culturais. Todavia, ocorrendo transformações sociais, as reformas são utilizadas para legalizar o mais rápido e intensamente possível a mudanças alcançadas.

²⁹⁰ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 12.

²⁹¹ Ibidem, p. 26.

Nessa perspectiva, atribuir às dimensões da profissionalização, mesmo que seja por um determinado tempo, o poder de ser suficiente para alterar satisfatoriamente a atuação do professor promovendo uma melhora em seu profissionalismo contribuiu para gerar inúmeras reformas educacionais, e na grande maioria foram insuficientes. As mesmas podem ter norteado novo delineamento ao caráter profissional do professor. Porém, sem a assimilação e apropriação deste novo modelo ideal de professor pelo próprio professor, as transformações não ocorrem. Esta ação vincula-se às dimensões da profissionalidade.

O profissionalismo é composto não apenas por aspectos da profissionalização, mas também da profissionalidade. São forças estruturantes interdependentes e indissociáveis, que estabelecem uma tensão sobre a autonomia do professor que resulta em um contínuo e dinâmico processo da constituição do caráter profissional do professor.

Ao se promover um contingenciamento em um dos aspectos advindos da profissionalização sobre a autonomia do professor, visando um melhoramento no processo ensino-aprendizagem, por força de ato legal, um novo regimento ou regulamento de ensino, haverá uma reação por parte dos professores em busca de compensar a perda da sua autonomia profissional, utilizando-se dos aspectos advindos da sua profissionalidade. Isto dentro de um determinado contexto socioeconômico e cultural que está em permanente movimento.

Essas ações localizadas nos aspectos da profissionalização e da profissionalidade do professor exercerão pressão sobre a autonomia do professor, alterando-a, e por conseguinte, alterando o seu profissionalismo. Essa relação sistêmica gera constantes alterações no profissionalismo do professor, pois uma vez que a nova conjuntura foi estabelecida, alguns dos procedimentos até então adotados se encontram desatualizados para responder as demandas constantes da sua profissão, e que não poderão mais ser respondidas da antiga forma.

O profissionalismo do professor expressa aspectos que definem o caráter do ser profissional em seu exercício habitual de ensinar, sendo produto de aspectos da profissionalização: 1- habilitação legal em instituição específica; 2- suporte legal para o exercício profissional: com tempo de atuação, direitos e deveres, proibições e vinculações hierárquicas; e 3- associação e reconhecimento de grupo profissional. E as dimensões da profissionalidade: 1- obrigação moral; 2- compromisso com a comunidade; 3- desenvolvimento da competência com tensão sobre os elementos constituintes da autonomia profissional do professor.

O significado de profissionalismo do professor que adoto é o de um sistema que expressa aspectos que definem o caráter do ser profissional em seu exercício habitual de ensinar. A significação adotada traz em destaque que a palavra profissionalismo expressa uma resultante da tendência do caráter profissional do professor, em um determinado tempo e espaço, submetido a influências de determinadas ideias pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento do processo educacional na sociedade.

Na perspectiva adotada, há a possibilidade de ser identificado mais de um tipo de profissionalismo no exercício da profissão de professor na educação, por expressar o modo de ver e de agir desses profissionais. Diversos profissionalismos podem ser evidenciados no decurso da sua carreira profissional. Para tanto, necessário se faz realizar a renovação do conceito, proceder à releitura de fontes e a elaboração de dados quantitativos e de argumentos qualitativos sobre este tema.

O profissionalismo assume uma configuração dinâmica e sistêmica, distinta da visão da Sociologia das Profissões que compreende o mesmo como um conjunto de traços, tomando como padrão os profissionais liberais (o médico, o advogado e até o engenheiro) para qualificar ou não como profissional toda e qualquer ocupação. Concordo com Contreras ao afirmar que o simplismo do ponto de partida na teoria dos traços é uma fragilidade que não se sustenta diante de uma dinâmica complexa de elementos que constituem o ser profissional²⁹².

O profissionalismo do professor poderá ser evidenciado na sequência dos momentos resultantes que expõem a constituição de intervalos, simples ou compostos, sequenciais ou não. No encadeamento dos momentos, enquanto o intervalo simples revela-se pela indicação de uma tendência marcante para o perfil do professor, o composto manifesta mais de uma tendência.

Ressalta-se que os dados disponíveis nas fontes utilizadas numa pesquisa sobre o profissionalismo de um professor são fundamentais para se determinar momentos, intervalos e até trajetórias desse profissionalismo. Ao se analisar a resultante envolvendo os momentos desse profissionalismo, possibilita-se compreender os intervalos que os antecederam, e indicará possíveis direcionamentos sobre o caráter da profissão do professor nos momentos a se constituir.

Diante do exposto, estabeleço a hipótese de que entre as vantagens de se estudar o profissionalismo do professor na educação por esta perspectiva apresentada encontra-se a possibilidade de identificar: a) que o professor sendo um profissional da área da educação

²⁹² Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 58.

constrói sua trajetória profissional em diversos profissionalismos num processo sistêmico de contínua renovação em diálogo imbricado com as idéias pedagógicas circulantes durante sua formação e atuação profissional; b) que a força resultante dos profissionalismos identificados de professores dentro de determinadas conjunturas de elementos, fatores e ideias contribuem para a renovação do perfil dos futuros profissionais dessa profissão; c) que há intencionalidades na ação e reação do professor em atuar na sua prática de ensino, com a maior coerência possível com base no sistema articulado que envolve a tensão sobre a sua autonomia profissional, em aspectos internos, seus pensamentos e ideais, princípios e propósitos, competência profissional, e os externos, habilitação profissional, suporte legal e reconhecimento profissional advindos dos seus pares; d) a busca por estimular a elevação na qualidade dos serviços dos professores está diretamente vinculada ao estímulo para que o mesmo atue com equidade entre as forças estruturantes do profissionalismo, de forma que resulte em uma adequação de tensão sobre sua autonomia profissional que potencialize proporcionalmente o avanço desejado.

3.3 Profissionalismos do professor em sua prática habitual de ensinar

Os profissionalismos do professor são um conjunto de processos sistêmicos do caráter da profissão docente, em sua prática habitual de ensinar. Profissão esta, que pode ser considerada um das mais antigas e fundamentais na instituição do processo formal de preservação e construção do conhecimento, no amplo espectro da existência da vida social da humanidade.

Como já exposto, esse conjunto de profissionalismos é constituído de momentos e intervalos distintos, sendo cada momento um processo sistêmico que possui a ação interdependente e indissociável de duas forças estruturantes. Tem-se por um lado, a profissionalização, definida por ser uma força estruturante da identidade da profissão, caracterizada por estabelecer tensão sobre a autonomia profissional com vistas ao controle, a demarcações legais sobre o reconhecimento público profissional.

Por outro, a profissionalidade, definida por ser uma força estruturante do profissionalismo do professor, é responsável por nutrir parte da identidade do professor com estímulo à autonomia profissional pelos seus agentes norteadores de princípios e de valores com respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e a competência profissional, contribuindo para a renovação do caráter profissional do professor com base nas relações e práticas sociais.

A autonomia profissional do professor, expressa-se pelo distanciamento crítico desenvolvido no exercício profissional com vistas a influir na formação pessoal e de outras pessoas, em constante relacionamento com a identidade profissional e a alteridade, assume responsabilidade com compromissos pessoais, em convergência ou contraste com outros, bem como tem atitude de defendê-los no trabalho coletivo, tendo ciência da parcialidade de perspectiva.

Os tipos de profissionalismo são resultantes das tensões sobre a autonomia do professor, com seus aspectos e categorias de análise para compreender, pelo entrecruzamento das dimensões tempo, espaço e pelas ideias pedagógicas envolvidas na vida profissional do professor, as perspectivas profissionais e sociais envolvidas no exercício do professor na educação. Antes de se pensar em estabelecer uma hierarquia entre os tipos propostos, defendendo que será melhor estabelecer a valorização dos professores, sendo profissionais no exercício do magistério e caracterizados no mínimo em cinco tipos de profissionalismo: o responsável, o

competente, o associado, o prático e o sacerdotal. Outros mais podem ser evidenciados, caso as investigações prossigam aliadas a novas fontes e haja alteração de conteúdo nas dimensões das ideias pedagógicas. Em cada um dos tipos apresentados, podem ainda ser apresentar a variação entre ser pleno ou restrito. O profissionalismo pleno manifesta-se pelo caráter profissional do professor em coerência à configuração projetada, conforme a conjunção das dimensões da profissionalidade e da profissionalização, e satisfaz todos os seus principais elementos constitutivos. No caso do profissionalismo restrito o caráter profissional do professor manifesta-se com restrições em alguns de seus principais elementos constitutivos cujo resultado está aquém da configuração projetada.

O **Profissionalismo Responsável** se caracteriza por conter uma autonomia responsável, maleável, sendo conquistada na interação da atuação com o contexto institucional. Tende a buscar constante equilíbrio sob a tensão das forças estruturantes, de modo que satisfaça os elementos constitutivos tanto da profissionalização quanto da profissionalidade. Desta forma, possibilita um exercício profissional do professor sob os princípios do intelectual crítico, com foco em contribuir na emancipação profissional e social diante de opressões e dirigindo ações para transformação das condições institucionais e sociais no ensino.

Por um lado, a Profissionalização tem as suas categorias configuradas de forma a estarem plenamente satisfeitas, exercendo o ensino em tempo integral ou em maior parte, como também as subcategorias do suporte legal, necessário para habilitação à prática do exercício profissional, tendo recebido uma formação adequada em estabelecimento apropriado, e participado de associações profissionais que realizam ações a favor das melhorias de condições, formação, atuação e habilitação profissional e da própria vida da sociedade.

Por outro lado, as dimensões constituintes da Profissionalidade apresentam-se com uma expansiva presença de princípios da moral que valoriza a emancipação individual e social, norteadas pelos valores de racionalidade, justiça e satisfação. Empenha-se na defesa de valores para o bem comum tendo participação em movimentos sociais pela democratização. Possui, assim, uma competência profissional técnica e intelectual com autorreflexão sobre as distorções ideológicas e os condicionantes institucionais, possibilitando o desenvolvimento de análise e de crítica social com participação na ação política transformadora.

O **Profissionalismo Competente** caracteriza-se por conter uma autonomia técnico-racional bem delimitada, definida por Contreras, resultado da tensão entre as forças estruturantes do profissionalismo, em que há maior presença dos aspectos da

profissionalização em relação às dimensões da profissionalidade que se apresentam com restrições nas dimensões da obrigação moral e compromisso com a comunidade.

Neste tipo, o professor exerce a profissão de professor utilizando de uma autonomia adquirida como *status* ou atributo estabelecido por autoridade unilateral de especialista. A identidade profissional está mais empenhada em expressar a competência técnica restringindo a intelectual, pronto a acatar as diretrizes técnicas e normas administrativas. Responde com insensibilidade diante de dilemas e incertezas, por ter assumido a consciência da parcialidade, o que compromete e inibe a capacidade criativa de se manifestar. Empenha-se pela qualidade em relação aos outros pelos critérios técnicos sendo insensível a questões políticas.

Com uma autonomia tecnicista, resultado da tensão entre as forças estruturantes que estão assim configuradas, com os aspectos da Profissionalização plenamente satisfeitos, o exercício em tempo integral ou em maior parte, apresenta as subcategorias do suporte legal, a formação e participação em associações igualmente caracterizadas em relação aos anteriores.

As dimensões da Profissionalidade, de outro modo, estão todas restritas por valorizar a competência técnica sobre a intelectual, por assumir restrição de expressão de seus próprios valores e princípios e do compromisso com a comunidade circunscrita aos valores de outros ou das instituições. Apresenta possibilidade de exercício da profissão com o desenvolvimento de análise crítica técnica e assume ingerência pessoal sobre questões sociais e políticas transformadoras.

O **Profissionalismo Associado** se caracteriza por ter autonomias profissionais simultâneas e distintas, oriundas das vinculações e atuações profissionais que o profissional possui em um mesmo tempo com mais de uma instituição. Resulta, assim, na composição da sobreposição de vínculo com contextos institucionais distintos que estimulam e produzem um conjunto de tipos de profissionalismos com expansivo distanciamento crítico, necessário para que o profissional atue com rápida adaptação diante de variações contextuais das instituições em que atua. As variações de contextos institucionais promovem alterações na tensão sobre a autonomia profissional em razão das oscilações nos valores dos elementos constitutivos tanto da profissionalização quanto da profissionalidade pertinentes a cada contexto institucional. O profissional poderá ter ocupações econômicas ou profissionais de mesma natureza ou distintas, a exemplo, liberal, intelectual, técnica ou manual.

O professor que exerce a profissão com autonomias associadas manifesta ter compreensão da identidade profissional diante das parcialidades das atuações nas instituições envolvidas, com expansivo grau de distanciamento crítico.

Mantém a qualidade com relação aos outros na dependência do conjunto de relações profissionais que desenvolve, adéqua-se aos contextos institucionais ora com ações que podem ser para conservação ou para transformação das condições institucionais e sociais do ensino.

Com a autonomia associada, as categorias da Profissionalização podem estar plenamente satisfeitas, concomitante a outras atividades profissionais de tempo parcial, com maior parte comprometido no ensino. Cumpre plenamente as subcategorias do suporte legal necessárias para habilitação à prática profissional, cuja formação apresenta-se adequada realizada em estabelecimento apropriado e/ou com reconhecimento profissional por outras instituições. Pode ter participação em associações profissionais voltadas para melhorias de condições, formação, atuação e habilitação profissional e da própria vida da sociedade.

A Profissionalidade deste tipo, por outro lado, traz as suas dimensões constituintes nos mesmos moldes do tipo Responsável, porém com relação à participação em movimentos sociais pela democratização é dependente de restrições advindas de fatores externos. Há competência profissional técnica e intelectual, bem como postura autorreflexiva sobre os desvirtuamentos ideológicos e os condicionantes institucionais, o que caracteriza uma capacidade de análise e de criticidade sobre o social, participando ou não em ações de política transformadora.

O **Profissionalismo Sacerdotal** se apresenta com uma expressiva autonomia profissional cuja tensão entre as forças estruturantes tem maior valorização para os elementos constitutivos da profissionalidade, seja por vínculos de princípios tanto de moral religiosa quanto da moral laica, por evidenciar a presença de uma atuação profissional de ação reflexiva, de competência intelectual e técnica em prol de uma formação coerente que obedeça aos princípios assumidos pelas dimensões da obrigação moral e compromisso com a comunidade.

O professor exerce a profissão com uma autonomia submetida a princípios pessoais ou institucionais com alto vínculo à moral religiosa ou laica. Pela ação reflexiva desenvolve competência intelectual e técnica em prol da formação que satisfaça a missão assumida. Tem restrita a compreensão da parcialidade dos outros, todavia constrói, pelo processo coletivo, ações para a transformação das condições institucionais e sociais do ensino impostas.

A autonomia sacerdotal resulta da tensão em que as forças estruturantes apresentam que os elementos constituintes da Profissionalização podem ou não estar plenamente satisfeitos, em razão de que a valorização de elementos constitutivos da profissionalidade têm

maior relevância do que os da profissionalização e tenderá a complementar as lacunas existentes.

Neste tipo, o exercício da profissão se faz em tempo integral ou em maior parte; atende as subcategorias do suporte legal essencial para habilitação ao exercício profissional; a formação e a participação em associações profissionais também seguem os mesmos parâmetros dos tipos anteriores. No outro extremo dessa tensão, as dimensões constituintes da Profissionalidade são regidas pelos princípios da moral que valoriza a emancipação individual e social, norteados pelos valores de racionalidade condicionada aos princípios morais religiosos ou laicos. Defende com afincos os valores para o bem comum, de movimentos sociais em prol da sua missão. Possui uma competência profissional técnica e intelectual com reflexão condicionada aos princípios assumidos e/ou aos condicionantes institucionais. Apresenta desenvolvimento de análise e de crítica social com participação na ação política transformadora.

O Profissionalismo Prático se caracteriza por apresentar uma autonomia profissional restrita e novíça, por ter um processo de constituição da identidade profissional do professor em formação. Possui uma competência profissional técnica e intelectual em formação, dependente de orientação em razão do restrito grau de experiência e aporte teórico. Há o reconhecimento externo por instituições para que o professor em formação atue na profissão, considerado um protoprofissional durante esse exercício profissional. Busca superar a falta de plena satisfação em elementos constitutivos tanto da profissionalização, nos aspectos de suporte legal, quanto da profissionalidade, com uma competência profissional novíça e em formação. As dimensões obrigação moral e compromissos com a comunidade se apresentam valorizadas como forma de compensar as lacunas existentes. Necessita de um tempo de maturação para tornar-se plenamente profissional e superar a autonomia restrita.

CAPÍTULO IV

PROFISSIONALISMOS DA PROFESSORA ALICE DA SILVA PAES NO ENSINO PRIMÁRIO EM UBERABINHA (1915-1929)

O momento dos profissionamentos da professora Alice Paes no ano de 1924, à frente da Escola Noturna Municipal urbana em Uberabinha²⁹³ foi identificado como dos tipos associado e competente restrito, com autonomia delimitada pela tensão resultante entre as dimensões da profissionalidade e as categorias da profissionalização nutridas pelo eixo das ideias pedagógicas tradicional, positivista, laica e confessional, com fundamentação no ensino intuitivo do método ativo, irradiado pelo movimento da Escola Nova.

Alice Paes, natural de Miracema, cidade do Estado do Rio de Janeiro, é filha do casal Joaquim da Silva Araújo e Maria Luzia Paes e irmã do comerciante e jornalista Agenor Paes²⁹⁴, e em 1915 surgiu no espaço educacional da então Uberabinha. Durante a época que ambos residiram em Uberabinha essa relação fraternal pouco fora divulgada nas fontes primárias ou secundárias. Entre estas poucas referências, encontra-se uma no Jornal *O Diário de Uberabinha*, sobre o fato comum entre os dois irmãos: “esteve ligeiramente enferma a exma. Sra. d. Maria Paes, veneranda mãe da professora d. Alice Paes e do nosso companheiro, advogado Agenor Paes.”²⁹⁵.

Outra referência foi encontrada, nos anos de 1930, quando a mesma já estava residindo em Belo Horizonte.

Senhorinha Alice Paes, residente em Belo Horizonte, onde desfruta de um grande prestígio na sociedade e competente directora do Grupo Escolar “Diogo Vasconcellos”, da Capital mineira. Alice, gosa no meio intelectual de Uberlândia de uma grande admiração e sympathia, e é irmã do sr. Agenor Paes, director da nossa colega “A Tribuna”.²⁹⁶

²⁹³ Cf. SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal, 29 jan. 1924. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU). (AJA)

²⁹⁴ Agenor Paes, advogado, casado com D. Alvina de Souza, professora estadual do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Representante comercial da “Espingarda Mineira” na região a partir dos anos de 1910, época que migrou do Rio de Janeiro para Uberabinha. A partir de 1922, assumiu em sociedade com outros a direção e redação do Jornal Semanário “A Tribuna”. (Cf. TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 15. v. 2).

²⁹⁵ O DIÁRIO de Uberabinha. Uberabinha, anno I, n. 8, 22 nov. 1917, p. 2. (ArPU)

²⁹⁶ O REPORTER. Uberlândia, ano I, n. 12, p. 1. 14 jan. 1934. (ArPU)

Esta fraternidade foi ignorada, ou considerada irrelevante por Teixeira, autor de parte da biografia de Agenor Paes. Entretanto, pode ser a presença de Agenor Paes em Uberabinha, desde os anos 1910 que contribuiu para a chegada da normalista Alice Paes na cidade com o objetivo de assumir a vaga no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão.

Há indícios de que após obter o diploma do Curso Normal na renomada Escola Normal da cidade de Campos, no norte fluminense, a recém-normalista, seguiu para Faria Lemos, no Estado de Minas Gerais, para assumir a função de professora municipal no ensino primário, provavelmente, em 1913. No ano seguinte, assumiu a vaga de professora na escola estadual distrital de Rio Pardo de Leopoldina da cidade de Leopoldina, também no estado mineiro.

Os dados são raros e esparsos sobre a biografia de Alice Paes, provavelmente obtidos primeiramente pela professora Dinorah Cortes, em 1966, à frente da direção do Grupo Escolar Professora Alice Paes diretamente com a professora biografada. Dinorah produziu um documento que, atualmente, se encontra no acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes, em papel envelhecido e amarelado pelo tempo, com um texto datilografado com informação sem muitas datas. Este documento, porém, foi relevante e contribuiu para o propósito de na época tecer uma apresentação de momentos vividos pela professora Alice da Silva Paes junto à comunidade escolar da cidade, a qual havia deixado há 38 anos para ocupar a direção de um Grupo Escolar na capital mineira, Belo Horizonte.

Prontamente, a atual Diretora da referida escola, Jussara Lemos da Nata, disponibilizou acesso ao acervo da escola, que continha pelo menos dois livros com fotos e documentos, entre os quais se encontram o referido texto original datilografado e outros recortes de jornais. Provavelmente, o primeiro redigido em 1966, sob o comando da professora Dinorah Cortes apresentando a biografia de Alice Paes. Essas informações biográficas seriam disponibilizadas para publicação nos jornais locais, no Correio de Uberlândia, nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 1966²⁹⁷, à véspera da visita de Alice Paes à escola. Uma estratégia de ressaltar a visita da ilustre professora à escola e à cidade, e homenageá-la publicamente e externar a grata satisfação por ter sido o grupo escolar designado com o nome desta professora. Os demais recortes da imprensa, provavelmente, foram selecionados e organizados pela equipe da Direção do então Grupo Escolar Prof^a Alice Paes.

²⁹⁷ Entre os registros de recortes de jornais do acervo escolar da Escola Estadual Profa. Alice Paes há um com o trecho do jornal *O Triângulo*: A VISITA de Da. Alice Paes. *O TRIÂNGULO*, Uberlândia, MG, ano XXXVIII, n. 2.093, p. 1, quarta-feira, 7 set. 1966.



Figura 3 - Professores do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão – Uberabinha, 1915.

Da direita para a esquerda em pé: Professores Honório Guimarães, D. Margarida de Oliveira Guimarães e Quirino Pires de Lima. Sentadas da direita para a esquerda: Professoras D. Alice da Silva Paes, D. Ophelia Amaral e D. Rosa Damasceno de Luz.

Fonte: CAPRI, Roberto. *O Município de Uberabinha- Minas: Physico, Economico, Administrativo e suas riquezas naturais*. São Paulo: Capri; Andrade & Cia Editores, 1916. p. 30. (ArPU)

Todavia, os primeiros registros da presença da professora e normalista Alice da Silva Paes nesta cidade remonta à época em que a mesma assumiu a vaga de professora estadual do recém-instalado Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, o qual teve início suas atividades em 1 de fevereiro de 1915. No ano anterior houve a ampliação do número de cadeiras das Escolas Estaduais para oito cadeiras autorizadas. Todavia, em 1915 apenas seis estavam ocupadas pelos professores presentes na figura 3: os professores Honório Guimarães, D. Margarida de Oliveira Guimarães, Quirino Pires de Lima, D. Alice da Silva Paes, D. Ophelia Amaral e D. Rosa Damasceno de Luz.

A professora Alice da Silva Paes tem aparência esbelta, usa cabelos curtos à moda da época, trajando vestido longo, e indica ser a mais jovem e recatada entre as professoras e professores naquele ano escolar, com cerca de vinte anos de idade. A data de seu nascimento

não foi possível identificar nas fontes pesquisadas. Uma fonte com possibilidade de conter esta informação foi obstaculizado pelo atual diretor da Escola Estadual Bueno Brandão, que alegou necessitar tempo para preparar o museu da instituição para que se pudesse realizar pesquisas. Ressalto que passados dez anos da sua chegada a Uberabinha, a jovem normalista foi escolhida com 102 votos, em quarto lugar, entre onze jovens mais bonitas de Uberabinha, as quais foram finalistas do Concurso de Beleza promovido pelo Jornal *A Mariposa*, que contou com votos de populares, nos primeiros meses de 1925. A acta final do concurso foi assim publicada nas páginas do referido jornal:

Aos 29 dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e cinco, ás 21 horas, reunidos na sala da redacção da Reacção, os abaixo assignados incumbidos da apuração do concurso de belleza promovido pela Mariposa, encontram o seguinte resultado:

<i>Liberata Ribeiro</i>	<i>2.002 votos</i>
<i>Suzanna Reis</i>	<i>1.482 votos</i>
<i>Marília Jardim</i>	<i>355 votos</i>
<i>Alice Paes</i>	<i>102 votos</i>
<i>Bemvinda Spini</i>	<i>75 votos</i>
<i>Duartina Pimentel</i>	<i>73 votos</i>
<i>Lucilia Sá</i>	<i>48 votos</i>
<i>Lydia Rezende</i>	<i>36 votos</i>
<i>Tilinha Miranda</i>	<i>30 votos</i>
<i>Poupée Mascia</i>	<i>30 votos</i>
<i>Donatila Machado</i>	<i>21 votos</i>

Para constar foi lavrada esta acta.
Uberabinha, 29 de maio de 1925
Oswaldo Rezende
*João Bernardes de Souza, Benedicto F. Adorno.*²⁹⁸

Com certeza, a jovem e bela professora, enquanto viveu em Uberabinha, permaneceu solteira, acompanhada de sua mãe, por cerca de quinze anos, de 1915 a 1929. Durante este período fez parte do corpo docente do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, sendo que nos últimos três anos assumiu a direção do Grupo²⁹⁹ e também participou na função de orientadora da organização de cerca de doze escolas rurais durante o governo do Agente Executivo Octávio Rodrigues da Cunha - 1927 a 1930³⁰⁰.

A figura 4 apresenta a foto da professora Alice Paes publicada na *Revista Uberlândia* de 1941. Não foi possível identificar a data precisa da foto. Há possibilidade de a mesma

²⁹⁸ CONCURSO de Beleza. *A Mariposa*, Uberabinha, anno I, n. 10, p. 1, 31 maio 1925. (ArPU) (AJA).

²⁹⁹ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 17, jul. 1941. (ArPU) (AJA).

³⁰⁰ CORTES, Dinorah. *Biografia da Professora Alice da Silva Paes*. Uberlândia. Acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes, 1966.

pertencer ao período final da década de 1920, antes dela deixar Uberabinha para assumir em Belo Horizonte a direção do Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos.



Figura 4 - Professora Alice da Silva Paes

Fonte: ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, jul. 1941, p. 17. (ArPU) (AJA)

Posterior a esse período, prosseguiu na carreira de direção, em pelo menos dois estabelecimentos estaduais de ensino: o Grupo Escolar Diogo Vasconcelos, na capital do estado; e em 1941 atuava na direção do Grupo Escolar Bueno Paiva, escola noturna para moças³⁰¹. Encerrou suas atividades profissionais na educação, em 1957, provavelmente, sendo fiscal do Curso Normal do estabelecimento particular e confessional das Irmãs Salesianas, o Colégio Pio XII³⁰².

Com cerca de sete anos de atuação profissional no ensino público e privado em Uberabinha, por volta de 1922, a professora Alice Paes tem seu nome entre os reconhecidos professores da cidade, conforme registrou o autor do *Indicador Administrativo e Commercial*,

³⁰¹ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*, Uberlândia, n. 10, jul. 1941, p. 17. (ArPU). (AJA).

³⁰² Cf. A VISITA de Da. Alice Paes. *O TRIÂNGULO*, Uberlândia, MG, ano XXXVIII, n. 2.093, p. 1, quarta-feira, 7 set. 1966. (ArPU).

que apresenta cerca de 35 professores e os seus respectivos locais de atuação profissional. Fato este que traz o reconhecimento da importância dada à profissão e ao profissional naquela época, inclusive ao associá-la a outras, naquele contexto social, ao citar junto a advogados, agrimensores, alfaiates, arquitetos, carpinteiros, construtores, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, ferreiros, funileiros, guarda livros, médicos, padeiro, serralheiros, etc.

A relação dos 35 professores expõe o movimento da feminização no magistério em Uberabinha, principalmente na área urbana, pois, destes, vinte são do sexo feminino e quinze do sexo masculino. Sendo que oito professoras atuavam no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão: D. Alice Paes, D. Olga Delfavero, D. Alvina Paes, D. Cecy Porphyrio Cardoso, D. Josina da Silva, D. Maria Altina Jardim, D. Maria Leodegaria de Jesus e D. Olga de Oliveira, e o diretor do Grupo Escolar, professor Lycidio Paes. Outros cinco professores e professoras estaduais estavam à frente das Escolas Estaduais Distritais e Isoladas, em que o movimento de feminização também estava presente nas áreas distrital e rural, porém com uma intensidade um pouco menor em relação à urbana, conforme pode ser verificado na distribuição dos mesmos com as respectivas localidades das escolas onde atuavam expostas na Tabela 1, elaborada para este fim.

Tabela 1 - Professores das Escolas Primárias Isoladas Estaduais por sexo e seus professores(as) Uberabinha - 1922³⁰³

Nome do(a) Professor(a)	Escola Isolada Primária Sexo	Distrito* - Rural
Claudemiro Terra	Masculino	Sobradinho
Cherubina dos Santos Cupertino	Mixta	Martinópolis*
Luiz Velloso de Aquino	Feminino	Rio das Pedras
Leonidia Braga	Feminino	Santa Maria*
Eleazar Braga	Masculino	Santa Maria*

Os dados disponíveis sobre estes professores são poucos e superficiais e necessitam de maior atenção em pesquisas futuras para avançar no conhecimento sobre os mesmos e as suas contribuições no desenvolvimento da educação no município.

Em 1918, a professora estadual Alice Paes também resolveu atuar no ensino particular ao instalar o seu próprio estabelecimento de ensino feminino, o Colégio N. S. da Conceição assumindo as funções de diretora e professora até 1925. Tal fato foi noticiado na imprensa local, porém com equívocos no nome divulgado e na categoria de gênero ao qual se destinava

³⁰³ PEZZUTI, Pedro (Cônego). *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922. p. 69-70.

aquela instituição educativa, pois, divulgou-se como sendo “Collégio Nossa Senhora Aparecida” destinado ao ensino de ambos os sexos.

A distincta normalista, Srta. Alice Paes, cujos dotes intellectuaes, são assaz conhecidos por todos quantos se dedicam á causa da instrucção, teve a gentileza de participar-nos haver installado á Avenida João Pinheiro, nesta cidade, um Collegio patricular para crianças de ambos os sexos. As aulas estão funcionando, provisoriamente em casa de sua residência até que se ultimen os trabalhos de adaptação em um prédio espaçoso da citada Avenida.

No próximo numero publicaremos circunstanciado annuncio sobre a organização do Collegio N. S. Aparecida; desde lá, porém, recomendamosmol-o aos interessados que poderão encontrar na intelligente educadora um penhor de garantia para o completo êxito do novel estabelecimento de instrucção.³⁰⁴

Na edição posterior do mesmo jornal, os equívocos foram publicamente corrigidos pelo redator chefe José Peppe.

COLLEGIO N. S. da CONCEIÇÃO.

Por esses dias passará para o prédio que se adaptou especialmente para as suas accomodações, a praça Ruy Barbosa e Av. João Pinheiro, esse estabelecimento que já conta um bom numero de alumnas e vem, sem duvida, prehencher uma grande falta em nosso município e circumvisinhos.

O collegio N. S. da Conceição, estabelecimento destinado á educação do sexo feminino, tendo como directora D. Alice Paes, funcçionaria conceituada do Estado, não poderá, certamente, eliminar a sua matricula pois é certo que o nosso povo, agora compreendendo o valor da instrucção, saberá aproveitar o belo ensejo que tem de amparar um bom estabelecimento.³⁰⁵

Saliento os diversos atributos e qualidades pessoais e profissionais que a professora Alice Paes recebeu, na oportunidade, pelo discurso do redator do referido jornal, nos dois trechos acima publicados: “distinta normalista”, que possui “dotes intellectuais, assaz conhecidos por todos quantos se dedicam à causa da instrução”, “inteligente educadora”, “diretora”, reconhecida “funcionária conceituada do Estado”.

Provavelmente, os merecidos elogios atribuídos à professora Alice Paes são justos, podendo ser elementos que contribuem para, hipoteticamente, identificá-la com um profissionalismo competente pleno no período de 1915 a 1918, junto ao seu primeiro local de atuação profissional, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Sua atuação profissional manifesta satisfazer os elementos constitutivos tanto da profissionalização quanto da profissionalidade, o que resultou numa autonomia técnico-racional e competente sobre a sua

³⁰⁴ COLLEGIO N. S. Aparecida. *A Notícia*. Uberabinha, anno I, n. 14, p. 1, 8 set. 1918. (ArPU) (AJA).

³⁰⁵ Ibidem.

atuação profissional. Tal hipótese necessita de maiores dados para sua validação, em razão de que os pertinentes ao Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, no momento da coleta de dados, não foram disponibilizados pela instituição.

Assim, a partir de 1918, a professora Alice Paes prosseguiu no exercício da profissão docente, porém em dois contextos de esferas distintas no ensino escolar na cidade: o primeiro na instituição educativa pública estadual de princípio laico e gratuito, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; e o segundo na instituição educativa privada com indicação de tendência aos princípios religiosos para o ensino feminino, o Colégio N. S. da Conceição.

De 1918 a 1925, quando a mesma assumiu essas duas atuações de ensino em instituições de esferas distintas de direção, considero possível agregar ao profissionalismo da professora Alice Paes mais um caráter profissional, que se justapõe ao primeiro, e resulta em diversos profissionalismos dos tipos competente pleno e associado. Ressalto que também esta afirmação pode ser estabelecida por hipótese, carecendo maiores dados sobre sua atuação à frente das aulas nestas instituições educativas, pois não houve contato com os registros pertinentes ao Colégio N. S. da Conceição.

Em 1924, a professora Alice Paes associa às duas anteriores, mais uma atuação profissional na educação. Agora, além de estar ministrando aulas no ensino primário estadual e no ensino feminino particular, assumiu o compromisso com o governo municipal de dirigir o ensino primário para alunos/trabalhadores na Escola Noturna Municipal, que se tornou o foco principal de identificação do profissionalismo da referida professora. O momento do seu profissionalismo, em 1924, é marcado pela atuação em três instituições em Uberabinha, de contextos educativos distintos: professora do ensino primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; proprietária, dirigente e professora do Colégio N. S. da Conceição; e no ensino para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos de idade, na Escola Noturna Municipal, a partir do início desse ano.

O momento do profissionalismo da professora municipal Alice Paes à frente da Escola Noturna Municipal manifesta-se complexo, por ser resultante da relação de aspectos da profissionalização, por um lado, que pressiona o controle e a restrição da sua autonomia profissional, com base no suporte legal da legislação educacional municipal, e por outro, estimulado com a valorização de elementos advindos da obrigação moral e do compromisso com a comunidade desta referida escola, associado ao desempenho da sua competência profissional, dimensões vinculadas à profissionalidade. Esta relação das forças estruturantes do profissionalismo foi nutrida nas irradiações dos princípios defendidos pelas ideias

pedagógicas tradicional, positivista e da Escola Nova, sob os princípios educacionais liberal e democrático.

A atuação profissional da professora Paes, na esfera municipal, fora possível após a mudança de perspectiva na educação promovida pelo novo governo do Agente Executivo Eduardo Marquez, que nos três primeiros meses de sua gestão, conseguiu iniciar a reforma educacional com a Lei Municipal n. 278, de 7 de março de 1923. Esta lei promoveu mudanças no processo dessa esfera de ensino, nos seus 49 artigos, incluída a criação da Escola Noturna na sede do município para maiores de dezesseis anos do sexo masculino. Conforme se estabeleceu no parágrafo 1º do artigo 1º, como também nos incisos I e II do parágrafo 1º do Art. 12, foram alterados os quesitos necessários para a admissão de funcionário municipal no cargo de professor municipal, com preferência, em primeiramente para os diplomados pelas escolas normais do Estado, e em segundo, para os professores particulares que satisfizerem aos quesitos estabelecidos no artigo 13. Neste artigo foram estabelecidas quatro exigências: “a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) Idade mínima de vinte anos para os homens e dezoito para as mulheres; c) Não sofrer de moléstia repulsiva ou contagiosa; d) Prestar exame de que trata o artigo que se segue”³⁰⁶. Todos esses quesitos legais, a professora fluminense atendia plenamente.

O diploma oriundo da Escola Normal de Campos, situada no Estado do Rio de Janeiro, induz a pensar que a normalista e professora Alice Paes recebeu na formação profissional uma habilitação para atuar no ensino elementar com competência técnica para utilizar o método intuitivo, que estimularia o aluno a apreender uma ideia abstrata pelo manuseio de objetos concretos, pelo uso dos cinco sentidos. Para tanto seria necessário um aporte com,

[...] peças do mobiliário escolar, quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, objetos de madeira, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com “pedras e metais; madeiras, louças e vidros; iluminação e aquecimento” (KUHLMANN Jr., 2001, p. 215); alimentação e vestuário etc.³⁰⁷

Este método, oriundo da Alemanha no final do século XVIII, após ser divulgado no século XIX em países dos continentes europeu e da América do Norte, alcançou o Brasil a partir de meados da metade deste século. Saviani afirma que os princípios teóricos do método intuitivo, com o uso de novos instrumentos de apoio ao ensino, com ampliação e

³⁰⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 7 de março de 1923. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 10-18, 1923. (ArPU).

³⁰⁷ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 139.

ressignificação dos já conhecidos, prédio escolar, livros, quadro e giz, incluindo a função do próprio professor no ato de ensinar “manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que já irá influenciar várias reformas da instrução pública efetivadas no final da década”³⁰⁸.

A formação da professora Alice Paes na Escola Normal de Campos indica que ocorreu sob esses princípios do método intuitivo, no início da década de 1910. A partir de meados dessa década, ao iniciar sua atuação profissional, a mesma agregou ao conhecimento de formação, experiência vivenciada em salas de aulas em instituições educativas públicas no Estado de Minas Gerais: na escola rural municipal de Faria Lemos, na escola distrital estadual de Rio Pardo de Leopoldina, nos primeiros anos do ensino primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão e na esfera particular no ensino feminino no Colégio N. S. da Conceição.

Em 1924, com a formação apropriada de normalista e cerca de doze anos de experiência adquirida no ensino primário no Estado de Minas Gerais, com excelente reputação e trajetória profissional na profissão docente, difundida nos círculos de relação social e profissional que possuía, a professora Alice Paes assumiu o compromisso de atuar no ensino primário da Escola Noturna Municipal para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, vinculada à esfera municipal de Uberabinha.

Fora convidada a professora Alice Paes para atuar nesta nova modalidade de ensino municipal, provavelmente, por ter o governo do Cel. Alexandre Marquez reconhecido e se satisfazer ao perfil desejado diante da trajetória de seu profissionalismo em mais de uma instituição educativa. Assim, pode ter criado a expectativa de que o mesmo sucesso que ocorreu nas experiências passadas, a professora seria capaz de enfrentar com sucesso mais um desafio, no ensino primário de jovens e adultos na cidade de Uberabinha.

Pode ser que o convite do Cel. Alexandre Marquez, Agente Executivo e Presidente a CMU, tenha advindo por outro motivo além do reconhecimento profissional: a indicação política junto das autoridades municipais, uma vez que a professora Alice Paes já frequentava os círculos intelectuais e políticos da cidade desde 1918. Tal evidência fora encontrada nas Atas da CMU, que registrou que a mesma fora oradora oficial da Comissão que entregou o retrato do farmacêutico, e à época, Agente Executivo de Uberabinha, João Severiano Rodriguez da Cunha, numa sessão solene da CMU, realizada em 5 de maio de 1918. A referida Comissão composta de um grupo de senhoras da cidade assim decidiu e na referida

³⁰⁸ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007, p. 140.

data realizou homenagem pública na presença do homenageado. A fala da professora Alice Paes no texto da Ata foi assim sintetizada pelo escriturário:

[...] a exma. professora Alice Paes oradora official da Commissão, que se referiu ao muito que Uberabinha deve ao actual Presidente da Camara, fazendo sentir que essa manifestação partia da família uberabinhense que justamente se orgulha de contar em seu seio um tão bello ornamento.³⁰⁹

Após esta ocasião, em 10 de julho do mesmo ano, o nome da professora Alice Paes retornou às sessões da Câmara Municipal de Uberabinha. Desta vez, fez uma representação requerendo subvenção pública para o seu futuro estabelecimento de ensino, ainda em processo de instalação³¹⁰. Após sete dias, com base neste requerimento, os vereadores elaboraram um projeto de subvenção no valor de 500\$000 réis por ano, por conta da verba de instrução pública, para o novo Colégio N. S. da Conceição, o qual obedeceu aos trâmites da casa legislativa, sendo aprovado na sua redação final em 17 de julho de 1918³¹¹ e tendo a sanção pelo Presidente e Agente Executivo Municipal Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha na Lei n. 210, de 25 de julho de 1918³¹².

Em meados de 1918 recebeu a primeira subvenção municipal para o Colégio N. S. da Conceição, e continuou a recebê-la por mais cinco anos com valores que variavam de 1:000\$000 a 1:200\$000 Contos de Réis anuais, tendo de ofertar em contrapartida de seis a dez vagas no ensino feminino para alunas consideradas pobres. A Tabela 2 demonstra os valores e as respectivas leis que aprovaram a liberação dessas subvenções estabelecidas pela Câmara Municipal de Uberabinha nas Leis Orçamentárias de Receita e Despesa para os exercícios financeiros de 1919 a 1923:

³⁰⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Ata da sessão especial realizada no dia 5 maio 1918. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 33v. (ArPU).

³¹⁰ Idem. Ata da sessão especial realizada no dia 10 jul. 1918. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v. (ArPU).

³¹¹ Idem. Atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 10, 11, 12, 13, 15 e 17 jul. 1918. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v-44v. (ArPU).

³¹² Idem. Lei n. 210 de 25 de julho de 1918. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 195, 1918. (ArPU).

Tabela 2 – Demonstração das Leis Orçamentárias da CMU e subvenção ao Colégio N. S. da Conceição – Exercícios Financeiros de 1919 a 1923

Lei Orçamentária	Número e descrição do artigo	Contos de Réis	Localização
Lei n. 214, 13 jan. 1919 Para o exercício de <u>1919</u>	Art. 24. Subvenção ao Collégio “Alice Paes” com direito a 6 lugares para alumnos pobres.	1:200\$000	Coleção de Leis, CMU, 1919, p. 198
Lei n. 227, 17 nov. 1919 Para o exercício de <u>1920</u>	Art. 24. Subvenção ao Collégio Alice Paes, com direito a 10 lugares	1:000\$000	Coleção de Leis CMU, 1920, p. 10
Lei n. 246, 10 nov. 1920 Para o exercício de <u>1921</u>	Art. 24. Subvenção ao Collégio N. S. da Conceição	1:200\$000	Coleção de Leis CMU, 1920, p. 54
Lei n. 253, 16 set. 1921 Para o exercício de <u>1922</u>	Art. 24. Subvenção ao Collégio N. S. da Conceição	1:200\$000	Coleção de Leis CMU, 1921, p. 59
Lei n. 263, 14 set. 1922 Para o exercício de <u>1923</u>	Art. 25. Subvenção ao Collégio N. S. da Conceição	1:200\$000	Coleção de Leis CMU, 1922, p. 71

Saliento que as Leis Orçamentárias para os exercícios financeiros de 1924, 1925 e 1926 não mais destinaram verbas para a subvenção do Colégio N. S. da Conceição. Mesmo tendo o suporte legal estabelecido no inciso b do Artigo 34 da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, autorização para que o Agente Executivo subvencionasse o “Collégio N. S. da Conceição, com a quantia de 1:400\$000 tendo a Camara o direito a 2 lugares no curso secundário e 10 no primário para creanças pobres”³¹³.

Considero então que, entre 1918 e 1923, a professora Alice Paes construiu relações com a CMU tanto pelo aspecto profissional quanto pelo aspecto político, além de a mesma ser irmã de Agenor Paes, comerciante há mais de década na cidade, recém--proprietário e editor do Jornal *A Tribuna* no início dos anos de 1920. Seja pelos dois aspectos ou por um deles, a expectativa foi criada pelo governo municipal ao estender o convite à professora Alice Paes que já atuava em duas instituições educativas, diante da ausência de professores em responder aos editais públicos para assumir tal responsabilidade.

Em 1924, a recém-contratada professora, cumprindo o compromisso, se apresentou e iniciou suas atividades no ensino municipal noturno primário para alunos/trabalhadores. O valor financeiro destinado ao pagamento da professora Alice Paes para ministrar o ensino na Escola Noturna Municipal atingiria o valor anual de 1:800\$000 Contos de Réis, de conformidade com o que estabelece o artigo 19 da Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Com um público estimado de no mínimo trinta alunos matriculados e de vinte de frequência diária,

³¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 7 de março de 1923. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 16, 1923. (ArPU).

conforme estabelece os artigos 1º e 2º da Lei n. 278, de 7 de março de 1923³¹⁴. Entretanto, com a aprovação da Lei n. 317, de 28 de julho de 1924, o valor passou para 2:400\$000 Contos de Réis³¹⁵.

Diante da carreira profissional intensamente construída exclusivamente na área da educação, questiono: qual foi o caráter profissional que a professora Alice Paes constituiu à frente do ensino primário noturno municipal para alunos maiores de dezesseis anos, na Escola Municipal Noturna, e tendo a inspeção e orientação do Inspetor Escolar Municipal Francisco Santos Silva, recém-nomeado a esse cargo pelo governo municipal?

O inspetor municipal Francisco Santos Silva havia sido contratado após aprovação da Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Todavia, conhecia os professores que atuavam na cidade, entre estes a professora Alice Paes. A partir do ano de 1924, tornou-se legalmente seu hierárquico imediato dentro da estrutura do ensino municipal de Uberabinha. Se o respeito pessoal já existia, o perfil da professora seria alterado por esta nova vinculação profissional que atuaria na promoção de um controle sobre a autonomia profissional da normalista Alice Paes. Nesse sentido, recorro aos argumentos de Popkewitz que afirma que ao ocorrer desenvolvimento da tecnologia de trabalho, manifesta-se a diminuição da autonomia e a responsabilidade do professor³¹⁶. A mudança no processo administrativo e educativo advinda com a Lei n. 278, convergia para esta lógica, o controle e a diminuição da autonomia do professor municipal.

Tal mudança oficializada pela reforma educacional com a Lei 278 promoveu uma expansão de instituições públicas e privadas de ensino associado a elementos de controle, e do qual o inspetor Francisco Santos Silva fazia parte. No artigo 8º dessa Lei foi estabelecidas tanto a criação do cargo de Inspetor Municipal quanto as atribuições para o exercício do mesmo.

Assim, a professora Alice Paes estava ciente que a partir desse reconhecimento profissional atuaria num cenário distinto no espaço público municipal e sua autonomia profissional estaria sob o olhar e o controle do governo do município, com vinculação hierárquica imediata e direta do Inspetor Municipal.

Preponderantemente conduzida por homens, a sociedade uberabinhense à época permitia que a mulher penetrasse em certos espaços sociais e profissionais atuando como

³¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 7 de março de 1923. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 10, 1923. (ArPU).

³¹⁵ Idem. Lei n. 317 de 28 de julho de 1924. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 73-74, 1924. (ArPU).

³¹⁶ POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 268.

coadjuvante. Havia, porém, resistência a que os espaços de comando fossem por elas assumidos. A autonomia profissional das mulheres era duplamente constrangida, tanto pelos aspectos do corpo da Lei, quanto pela tradição vivenciada por uma cultura de uma sociedade tradicional e conservadora.

Contudo, ao ser reconhecida professora estadual do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; diretora e proprietária do seu próprio estabelecimento de ensino, o Colégio N. S. da Conceição, a professora participava em Bancas de Exames Finais de outras escolas particulares na cidade com uma autonomia profissional distinta da que agora assumia diante do governo municipal. Por exemplo, pode ser apresentado um trecho redigido pelo diretor do Colégio Amor às Letras, em 1921, que na Ata de Exames daquele ano contou com as participações, na Banca Examinadora, do professor Bernardes de Souza, João Guimarães e da senhorinha Alice Paes.

“Uberabinha, 29 de novembro de 1921. [...] Colégio Amor às Letras [...] reunida à Comissão examinadora composta dos Senhores Pr^{ores} Bernardes de Souza, Senhorinha Alice Paes, João Guimarães fazendo parte da banca examinadora do 2º Anno primário, a comissão satisfeitíssima com os exames realizados neste estabelecimento de instrução secundária e primária, resolveu aprovar os seguintes alumnos desse estabelecimento de ensino [...]. Jeronymo Arantes (Director)”.³¹⁷

Essa equidade de tratamento que a professora Alice Paes recebeu ao lado dos dois outros professores atesta que a professora era reconhecida e respeitada como os colegas de profissão no espaço da comissão de exames de aprovação. Tal conquista, advinha de a mesma ser parte do corpo docente estadual do Grupo Escolar na cidade, bem como proprietária e professora de uma instituição educativa particular, a ponto de tal prestígio e respeito profissional, e talvez político, conduzi-la a ser nomeada, pelo então Secretário do Interior Francisco Campos, para a função de Diretora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, durante o período de 1927 a 1929. Esse prestígio se manteve e se prolongou durante sua vida profissional, chegando a ser lembrada, junto com outros professores, no Hino de saudação do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, cuja letra foi elaborada por Miraci Barbosa, no ano de 1965. Ela fora identificada, ao lado dos demais professores, como profissionais que transcendem ao comum, ao padrão.

[...] Fazer mestres, mestres que transcendem
Ao comum, ao simples vago, ao corriqueiro,
Somente alguns, superiores a si mesmos, conseguem

³¹⁷ ARANTES, Jerônimo. Registro do Livro de Ata da Comissão de Exames do Colégio Amor às Letras, 29 nov. 1921, p. 14. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1921. (ArPU). (AJA).

E estes, são os mestres, sempre eternos pioneiros
Que trazem a regiões outras
Maltratados e esquecidos
As bênçãos do saber que constroem vidas.
Assim foram Horório Guimarães, Lycídio Paes,
Francisco de Melo Franco, Judi Moreira
José Inácio de Souza e Alice Paes,
Mestres com pensamentos sublimes e verdadeiros
Seguidos por outros mestres tão grandes e reais
Lourdes Carvalho, Ruilina Pacheco
E mais recente, enfim, Glória de S. José Altafim
Trouxeram eles o Io. Grupo Escolar
Abriram a trilha que fez de uma cidade
Um coração eleito a cultura irradiar
A vida palpitante e intensa de uma comunidade
Que passo a passo, entra para os umbrais da história;
Proclama para sempre dos seus mestres a vitória [...].³¹⁸

Pode-se compreender que não se transcende ao comum satisfazendo os critérios estabelecidos pela profissionalização, pois no cumprimento da lei tem-se a padronização, idealizada pelos princípios democráticos de igualdade de direitos.

Transcender ao comum deve ser por exercer maior autonomia e se distinguir, recorre-se aos critérios estabelecidos da profissionalidade. Por assim, seriam os eternos pioneiros, que abençoariam com a missão de iluminar pelo saber onde a escuridão da ignorância dominava, mesmo que maltratados e esquecidos, este grupo de mestres abriu a trilha que iluminou a cidade e proclamou a vitória, pois na profissão assumem o sacrifício de si em favor da comunidade. Que profissionalismo será esse? Apenas o competente? O sacerdotal?

Na esfera de atuação estadual a professora Alice Paes fora lembrada pela professora Miraci Barbosa, após cinquenta anos da inauguração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Manifestou à época um caráter profissional que a distinguiu junto com um pequeno grupo de professores, dos demais.

No caso, os professores citados na letra do hino, incluindo Alice Paes, excediam ao comum, ao padrão da lei, excediam às exigências advindas da profissionalização com suas competências profissionais. E assim, por mais que haja na força da profissionalização um poder de exercer uma tensão com força delimitadora e controladora sobre a autonomia do professor, ao ponto de torná-lo comum e padronizado, quase idêntico a todos os membros do corpo docente competentes por satisfazer as exigências estabelecidas na legislação, há outra força estruturante e oposta a essa primeira, a profissionalidade. Esta exerce estímulo à

³¹⁸ Cf. BARBOSA, Miraci. Saudação Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, por ocasião dos festejos comemorativos de seu cinquentenário de funcionamento. *Pasta Temática Educação* n. 14-A. Uberlândia, 1 fev. 1965. (ArPU). (AJA)

autonomia do professor para que o mesmo assuma sua responsabilidade profissional e faça a diferença. E, antes de padronizá-lo, esta o estimula a ir além, a assumir posição em coerência com sua moral, seus compromissos e potencializá-lo para aprimorar sua competência profissional com vistas a atingir seus objetivos. Fazer a diferença é valorizar com responsabilidade a autonomia do professor.

Outro aspecto ressaltado por Miraci sobre os professores citados no poema por sua atuação profissional indica características advindas de princípios sacerdotais, sacrificiais, que trouxeram a iluminação do saber, mesmo não tendo sido outrora devidamente reconhecidos e exaltados. Ressalto outro aspecto da profissionalidade, a obrigação moral, como se não fosse relevante a esses profissionais receber pelos serviços prestados, os direitos que lhe foram devidos, estabelecidos tanto no texto legal quanto no discurso político. Porque se fosse essa característica advinda da profissionalização, os mesmos não seriam esquecidos e nem maltratados, em razão de que, por imputação da lei se requer justiça aos que forem esquecidos ou agredidos. A ponto de se requerer o devido pagamento de dívidas ou compensações tanto por ato de esquecimento ou pela atitude de maus tratos exercida por quem quer que fosse.

Outrossim, neste quesito, ao professor, o perdão; a tolerância lhe era exigida por haver na gênese da cultura de sua formação profissional, a possibilidade de requerer a característica de exercício profissional sacrificial e/ou sacerdotal. Assim, ao exceder a lei, superar algumas condições desfavoráveis para a ministração do ensino, esses profissionais da educação seriam eternos pioneiros que trouxeram bênçãos do saber, com suas atitudes sacrificiais.

Outra característica destacada por Miraci, diz respeito ao compromisso com a comunidade, ao lembrar que a professora Alice Paes e seus parceiros fizeram parte do grupo de mestres que abriram a trilha que iluminou a cidade e proclamou a vitória. Colheram frutos do seu trabalho, trouxeram luz e possibilitaram a edificação de um corpo social vitorioso, que saiu das trevas e prosperou.

O fato de a mesma ter assumido o ensino noturno municipal não lhe rendeu a compensação profissional que teve a oportunidade de constituir nas demais esferas em que exerceu a sua docência, no ensino estadual e particular.

A professora Alice Paes, ao exercer certas ocupações profissionais da área educacional, concomitantemente proprietária, diretora e professora particular, professora do estado, professora municipal, por um lado exigiu certos quesitos tanto legais quanto de depuração da competência profissional, da técnica, da obrigação moral e de compromissos com a comunidade envolvida. Movida pelo desejo, pelos fatores norteadores e motivadores morais, investiu na constante atualização para se manter na profissão. Nesse aspecto, a

variação de tensão sobre a sua autonomia profissional se manifestou, constituindo diversos tipos de profissionalismos na sua carreira profissional.

Identifico a professora Paes à frente da 1^a, 2^a e 3^a séries da Escola Municipal Noturna com os profissionalismos associado e competente restrito, em 1924. Sua formação se fez na Escola Normal de Campos nas primeiras décadas do século XX, com base nos princípios pedagógicos europeus, a exemplo de Pestalozzi e de Buisson, que estimulavam o uso do método intuitivo, norteados pela política republicana de utilizar dos professores na função de agentes para a formação da juventude a favor do estado moderno.

Diante de uma sociedade que estava vivendo as transições de valores, com conflitos entre os princípios tradicionais e os modernos, visando o desenvolvimento de uma sociedade democrática, sob os princípios liberais na economia, e do raciocínio positivista e cientificista na educação e na cultura em geral, o professor formado nessa instituição fluminense tinha de viver a transição de se renovar. Neste contexto, era, ao mesmo tempo, o renovador da formação do novo cidadão republicano, dentro do projeto modernizador iniciado no final do século XIX, na Escola Normal de Campos.

Martinez e Boynard contribuem para revelar a transição no currículo ministrado para alunas dessa escola normal, na virada do século XIX para o XX.

O currículo era de quatro anos, com predominância de disciplinas de caráter geral e estava assim constituído: Português, Francês, Aritmética, Música, Geografia, Moral, Pedagogia, Geografia, Física Teórica, Física Prática, História Universal, Caligrafia, Química Teórica, Química Prática, Álgebra, Desenho, Desenho Linear, Costura e Desenho de ornato (Relativo aos anos de 1895 a 1898). Uma das primeiras medidas condicionadas ao funcionamento da instituição foi a instalação dos gabinetes de física e química, o que dá mostras da presença da concepção positivista de crença incondicional no progresso e na ciência, à época. A coleção de sólidos geométricos comprada no ano de 1895 é um indício do uso do método intuitivo no preparo das futuras professoras. A compra do *Museu Escolar Brasileiro* nos dá pistas da presença de métodos renovados. [...] A Escola de Aplicação prevista desde a criação, só veio se materializar em 1915, com a criação da Escola Modelo Anexa. A distribuição do espaço escolar limitava as normalistas ao prédio contíguo ao luxuoso solar – hoje conhecido como Senzala – sendo que o solar era freqüentado apenas pelos liceistas, *homens*.³¹⁹

Entre 1895 e 1915, as autoras sintetizam algumas mudanças em diversos aspectos dessa instituição educativa, desde o conteúdo das disciplinas do currículo de quatro anos no

³¹⁹ MARTINEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, MG, 16-19 out. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1295--Int.rtf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

início desse período, a instalação de gabinetes de física e química, a utilização de sólidos geométricos e do Museu Escolar Brasileiro, vinculados ao método intuitivo, até a instalação, em 1915, da Escola de Aplicação neste luxuoso monumento de formação de professores e professoras.

Magalhães, na proposta que elaborou sobre a investigação de instituições educativas, estabeleceu que o currículo é um dos aspectos da representação na compreensão da evolução institucional da identidade histórica de uma instituição educativa. O autor afirma que a investigação sobre essa evolução institucional, opera:

[...] em primeiro lugar, pela noção de institucionalização como resultante do poder instituinte dos diversos participantes, reificada como principal produto da dialética entre os públicos e o modelo didático-pedagógico e institucional, mediante a ação dos agentes, regulada pela dinâmica organizacional. Correspondendo às necessidades e aos interesses do público a que se destina, constituída em território educativo e projetando-se através das biografias e dos destinos de vida dos sujeitos, a instituição evolui e transforma-se. Essa construção (institucionalização) manifesta-se nas aprendizagens, na subjetivação/autonomização e nos destinos de vida dos sujeitos, sob a forma de apropriação, bem como no relacionamento (territorialização) com a realidade sociocultural e geográfica envolvente.³²⁰

Diante da formação profissional oferecida pela Escola Normal de Campos, anexa ao Lyceu de Humanidades de Campos de Goytacazes³²¹, instituição moderna de princípios positivistas, situada numa região próxima ao núcleo do governo federal, a 286km da cidade do Rio de Janeiro, Alice Paes aproveitou a oportunidade e obteve o diploma de normalista por esta instituição modelar na formação profissional para a docência no ensino primário. Provavelmente, trouxe consigo para Uberabinha os princípios da educação moderna, embasada no método intuitivo que recebera. Como também representações e apropriações advindas do contato com as práticas, com os sujeitos, com o aspecto físico dessa instituição educativa de uma edificação suntuosa e luxuosa com dois pavimentos, escadas, longos corredores, janelas amplas, como pode ser idealizado com base na Figura 5.

³²⁰ MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 138.

³²¹ Cf. MARTINEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, MG, 16-19 out. 2005. p. 1. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1295--Int.rtf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.



Figura 5 – Prédio do Liceu de Humanidades e da Escola Normal de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)/Sec. de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Liceu%20de%20Humanidades%202.jpg>>. Acesso em 18 jun. 2009

No aspecto do instituído, a mesma buscou manter os currículos das disciplinas atualizados com base no desenvolvimento do conhecimento das ciências, à época, bem como processos de institucionalização que impregnaram e materializaram sólida preparação das futuras professoras normalistas.

Com tal preparo profissional, a professora Alice Paes foi ousada em aceitar o desafio de exercer a profissão de professora no ensino primário em mais de duas instituições educativas simultaneamente. Penso não ser tal decisão advinda de orientação curricular no foco da profissionalização das normalistas ministrado no majestoso prédio da Escola Normal de Campos, e sim, advinda de uma autoavaliação que envolveu dimensões da sua profissionalidade. Em 1924, provavelmente a mesma assumiu, no período diurno, ministração do primeiro ou do segundo ano primário do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; no vespertino, a direção e ministração na Escola N. S. da Conceição; e, no noturno, a ministração do ensino simultâneo para os primeiros anos da Escola Noturna Municipal.

As exigências sobre essa profissional da educação nestes momentos de seus diversos profissionalismos, justapostos, requereram o máximo em competência técnica e intelectual,

associada aos seus princípios de moral, de compromisso com seus alunos, com as respectivas comunidades escolares das referidas instituições educativas. Exigiu da mesma, buscar nos elementos da profissionalidade nutrientes para alimentar sua autonomia profissional – independência de juízo; ciência da sua identidade e alteridade; distanciamento crítico³²² – para atuar de forma satisfatória em cada espaço educativo de contexto e suporte legal distintos, e assim, recebeu variação de pressão por parte dos aspectos da profissionalização.

Em razão dos elementos constitutivos da profissionalização, ela teria de se adequar às restrições impostas por um conjunto de normas e leis de cada esfera administrativa, responsável por gerir o desenvolvimento administrativo e a pedagogia das instituições educativas, seja estadual, municipal e até de seu próprio estabelecimento de ensino particular.

No foco da esfera do governo municipal, a professora Alice Paes exerceu sua profissão de professora na Escola Noturna sob a orientação e inspeção direta de Francisco Santos Silva, Inspetor Escolar Municipal. Assumiu a mesma a regência das aulas para o 1º, 2º e 3º anos do ensino elementar, simultaneamente, no horário das 18h00 às 21h00, e ministrou o conteúdo das disciplinas básicas de Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Educação Moral e Cívica, para o primeiro ano; disciplinas básicas e Geografia, para o segundo ano; disciplinas básicas, Geografia, História e Agricultura para o terceiro ano, com turma cuja média de frequência estava abaixo de trinta alunos³²³ e atingido cerca de 72 matriculados no ano de 1924.

O Inspetor Municipal, por direito legal, foi o mediador entre o governo municipal e a professora e registrou suas observações tanto nos diários da Escola Municipal Noturna, quanto no Livro de Visitas da referida escola, em doze visitas realizadas no ano de 1924, entre janeiro e novembro³²⁴. No início a referida escola funcionou dentro do esperado pelo Inspetor Francisco Santos Silva, e necessitou de exercer rígido norteamento administrativo e pedagógico, em razão do conjunto de novo inspetor, nova escola, nova professora e nova turma, ciente, porém, que a reconhecida nova professora trazia cerca de dez anos de experiência docente na própria cidade.

³²² Cf. CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 212-214.

³²³ SILVA, Francisco Santos. Registros no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 24 jan. a 15 dez. 1924, [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (APA).

³²⁴ O ano letivo de 1924 estende-se de 1 de fevereiro a 31 de outubro. As datas das doze visitas do Inspetor Escolar Municipal à Escola Noturna Municipal são as seguintes: 29 de janeiro; 18 de fevereiro; 5 de março; 10 de maio; 16 de junho; 12 e 26 de agosto; 17 e 27 de setembro; 11, 15 e 31 de outubro de 1924 (Cf. SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 31 out. 1924, [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).)

Houve empenho da professora Alice Paes em superar dificuldades vinculadas a submeter-se ao contexto do ensino municipal. Os limites impostos pelo regulamento escolar do município, o precário mobiliário e estrutura física das salas de aulas, a indisposição e falta de cultura escolar da primeira turma noturna de alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, a insegurança diante de um novo hierárquico imediato com atribuição de inspecionar sua atuação docente, bem como da presença e rendimento escolar dos alunos.

As aulas regidas pela professora Alice Paes para os alunos/trabalhadores matriculados na Escola Noturna da 1ª à 3ª séries do ensino elementar iniciaram em 11 de janeiro de 1924³²⁵. Em 29 de janeiro, ocorreu a primeira visita do Inspetor Municipal Escolar, o qual registrou no Livro de Visitas a presença de 38 alunos e determinou que os horários de início e término das aulas fossem obedecidos por todos os alunos, das 18h00 às 21h00, e ofereceu à professora a possibilidade de “dar pleno [voto] de condescendência”³²⁶, o que deve ter ocorrido com certeza. Alice Paes, neste espaço escolar, sob a orientação e inspeção do professor Francisco Santos Silva, vivenciou o exercício de ser professora diante de uma tensão sobre sua autonomia profissional que a acompanhou durante todo aquele ano letivo.

O Gráfico 2 foi elaborado com base nos dados obtidos junto aos Diários de Frequência da Escola Noturna Municipal, em 1924.

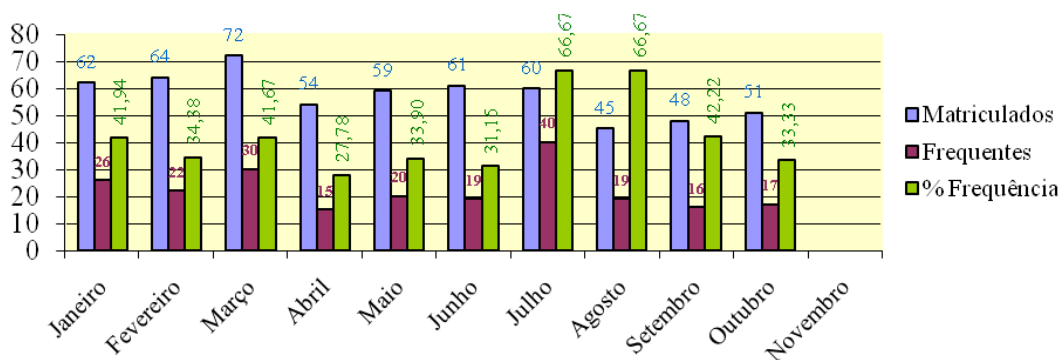


Gráfico 2 - Demonstrativo de números de alunos matriculados, frequentes e de percentual de frequência na Escola Noturna Municipal - 1924

³²⁵ Cf. MARQUEZ, Eduardo. Serviços Municipais. *A Reação*, Uberabinha, anno I, n. 6, p. 2, 1 maio 1924.

³²⁶ SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 29 jan. 1924, [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

Cada visita do Inspetor Escolar pode-se em parte captar pelos registros deixados nos documentos escolares, Diários de Classe e Livro de Visitas, indícios que emergem nas relações entre esses profissionais na educação municipal na época.

Na segunda visita realizada, após inspecionar o funcionamento da aula noturna realizada no dia 18 de fevereiro do mesmo ano, Francisco Santos Silva registrou, entre o que era de costume, o número de alunos matriculados e os presentes naquele dia. Porém expressamente registrou orientação a professora Alice Paes sobre o caso de um de seus alunos que se manifestou insubordinado, e a orientou a seguir os seguintes passos: na primeira vez, deveria admoestá-lo; na segunda, deveria comunicar por escrito ao pai; numa terceira vez, deveria oficializar ao Inspetor Escolar; e se tornar-se frequente a insubordinação, exigir a eliminação do aluno das aulas. Registrou o Inspetor censura à professora por não ter enviado o documento a ele no prazo determinado, agendou para o dia 21 do mês próximo até as 12h00 para que o referido documento fosse enviado a ele na CMU³²⁷. Os deveres, os direitos, as proibições e a vinculação hierárquica, aspectos do suporte legal, atingiram diretamente a professora Alice Paes de forma nutrir, pela força da profissionalização, ressignificação e restrição sobre a sua autonomia profissional, gerando a atualização do caráter profissional da mesma.

O Inspetor Municipal Escolar fez nova visita a Escola Noturna, no dia 25 do mês de março. Além do registro de rotina, ordenou a eliminação de dezessete alunos que não estavam frequentando às aulas por mais de dois meses. Determinou, ainda, que este procedimento deveria ser estendido a todos os demais alunos faltosos que atingissem dois meses de ausência³²⁸. Coerentemente, o Inspetor registrou de próprio punho no Diário de Frequência desse mês a eliminação dos alunos apontados. Obedeceu ao que rezava o texto do inciso “o” do Artigo 9 da Lei n. 278, de 7 de março de 1923: “O) Lavrar termo das visitas que realizar, mencionando-lhe dia, nome do professor, numero de alumnos presentes e as instrucções quoder [sic],”³²⁹.

Não ocorreu a visita do Inspetor Escolar no mês de abril, fato que pode ter contribuído para atingir os menores números de frequência dos alunos no ano letivo, respectivamente, 15 alunos e percentual de frequência de cerca 27,78%. A oscilação no número de alunos presentes na Escola Municipal Noturna, conforme demonstra o Gráfico 2, atingiu no máximo

³²⁷ SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 18 fev. 1924, [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

³²⁸ Idem. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal, 25 mar. 1924 [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

³²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 7 de março de 1923. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 12, 1923. (ArPU).

quarenta e no mínimo quinze alunos em média. Isso expressa parte das dificuldades enfrentadas pela professora Paes para desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem, com uma frequência inconstante dos alunos, e que se manteve expressivo nos últimos três meses do ano letivo.

No dia 2 de maio do mesmo ano, Francisco Santos Silva realizou mais uma visita de inspeção e científica novamente a professora Alice Paes sobre a orientação deixada dias atrás, para que se fizesse a chamada no horário determinado, não depois das 18h30, bem como que não admitisse alunos depois desse horário, fato este que ainda estava ocorrendo. Os motivos do atraso de se realizar a chamada não foram justificados pela professora Alice Paes nos documentos, porém, sendo alunos/trabalhadores o motivo de atraso dos mesmos, provavelmente, se justificaria no conflito da escola moderna que não havia se preparado para abarcar trabalhadores, mas sim, os que possuíssem tempo livre, de ócio, de conformidade com o significado da origem da palavra escola, do grego *Skolé*³³⁰.

Todavia a presença à aula aumentou em média para vinte alunos no mês seguinte. O respeito ao hierárquico imediato se fez presente, e nos meses que se seguiram a ordem fora executada, bem como os alunos buscaram atender os apelos tanto da professora quanto do inspetor.

Nos registros no Diário de Frequência do mês de junho, podem-se verificar eliminações de matrículas de alunos por faltas às aulas, determinação reiterada pelo Inspetor Municipal Escolar, e executada pela professora Alice Paes, como se encontra registrado no Livro de Visitas da escola do dia 16 de junho a observação do Inspetor Francisco Santos Silva, diante da baixa frequência de alunos:

Nem mais que os alumnos não vão legalmente à escola, isto é, a falta de atentar cada um a presença que custa assim destes e daqueles. Em disso, os alumnos não compreendem aos reflexos disto pela professora, bem como aos desejos da Camara, dirão aos alumnos que devem ser mais pontuais para que lançasse a presença (sic).³³¹

Agosto é o mês que registra os maiores valores tanto na média de alunos frequentes quanto no percentual de frequência, respectivamente, quarenta alunos e 66,67% entre o número de matriculados e os frequentes, conforme o Gráfico 2. Todavia, com a constante

³³⁰ Cf. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. doi: 10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 28 jun 2009.

³³¹ SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal, Uberabinha, 16 jun. 1924 [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

perda de alunos no decorrer do primeiro semestre letivo, no mês de setembro o número de alunos matriculados atingiu 45 com média de dezenove alunos frequentes, conforme pode ser observado no mesmo Gráfico.

Nos dias 12 e 26 de agosto ocorrem duas visitas do Inspetor Municipal Escolar. Na primeira, além dos registros costumeiros, ocorreu algo que foge a rotina. A professora Alice Paes não se encontrava na escola quando o Inspetor Francisco Santos Silva lá chegou. Em seguida ao fato, ela chegou à escola e justificou que não estava passando bem, pois estava doente. Assumiu a aula frente aos alunos, e em seguida o professor Francisco Santos Silva fez o registro no Livro de Visitas sobre fato da professora ainda não ter feito a chamada, ultrapassado o horário das 18h30, conforme ele havia estabelecido. Toma então, em seguida, a decisão de eliminar diversos alunos por não frequentarem regularmente as aulas.

Neste episódio, esclareço que não foi identificado o local onde fora instalada a Escola Noturna Municipal em 1924. Se num prédio alugado pelo governo municipal, no próprio prédio em que estava também instalado o Colégio N. S. da Conceição, de propriedade da professora Alice Paes, ou se no prédio do Colégio Amor às Letras, de propriedade do professor Jerônimo Arantes.

No Relatório do Agente Executivo Eduardo Marquez referente ao exercício de 1923, o mesmo justifica as dificuldades, porém não informa o local da Escola Noturna Municipal:

[...] por falta absoluta de prédios, na zona rural, para a instalação das escolas creadas pela lei n. 278, de 7 de março de 1923, não me foi possível pol-a em execução dentro desse exercício; consegui, entretanto, no corrente anno, obter de alguns fazendeiros, os prédios necessários para a instalação das escolas que, actualmente, funccionam com uma matrícula e frequência bastante animadoras. Apenas a aula nocturna, creada pela mesma lei, funcionou logo após sua criação.³³²

Em outro documento referente ao demonstrativo das receitas e despesas estimadas para o ano de 1923, há de fato o registro de ter sido despendida a quantia de 750\$000 Réis com o pagamento de auxílio ao professor da escola noturna³³³, porém não há nenhum outro dado que confirme o funcionamento da mesma neste ano, nem o nome do professor ou professora, nem o local em que fora instalada a escola.

³³² MARQUEZ, Eduardo. Câmara Municipal de Uberabinha. *Relatório apresentado à Câmara de Uberabinha, 21 de novembro de 1923*. Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez, Uberabinha: Livraria Kosmos, 1923, p. 3-5. (ArPU).

³³³ Idem. *Relatório apresentado à Câmara de Uberabinha, 21 de novembro de 1923*. Quadro demonstrativo das alterações havidas nas verbas da Despesa, em relação ao orçamento, durante o exercício de 1923, p. 3 (ArPU).

No ano de 1924, em seu novo relatório sobre a Escola Noturna, o Agente Executivo Eduardo Marquez relatou que naquele ano a matrícula atingiu 32 alunos³³⁴, e houve o dispêndio da importância de 400\$000 Réis anuais para pagamento de aluguel do prédio da referida escola³³⁵. Todavia, o local da mesma não fora informado em nenhuma das fontes. Considero as hipóteses de ter sido ou no prédio do Colégio N. S. da Conceição, ou no Colégio Amor às Letras, ambos situados no centro da cidade, o primeiro na Praça Ruy Barbosa com Avenida João Pinheiro, e o segundo na mesma praça, nº 136.

Retomo a discussão sobre o desempenho profissional da professora Alice Paes na Escola Noturna Municipal em 1924, a qual apresentou indício de ter atuado com uma competência racional-técnica, sempre reagindo favorável a satisfazer as observações e orientações normativas elaboradas pelo Inspetor Francisco Santos Silva. A normalista fluminense recebera orientação no trato administrativo e normativo, adequação compreensível diante do fato de que durante o período diurno e vespertino, provavelmente a professora estava envolvida com atuações nas outras duas instituições educativas que, conjuntamente, dirigia e ministrava aulas. Por exemplo, no dia 26 de agosto, o Inspetor Francisco Santos Silva, além do registro de rotina, escreveu:

[...] Lançando-me desta oportunidade, faço saber a Professora que o attestado de exercício será dado, na secretaria de Inspeção Escolar, do dia primeiro ao dia cinco incluindo de cada mez, que havendo esses dias não será mais dado mais attestado de exercício. Visto como todos os professores rurais muito dos quais distam desta cidade, duas, trez, quatro e cinco léguas, e vindo dentro desses dias e só a professora nocturna e que a não sabe; faço saber ainda que cada termo de visita deve-se acseital-o em sua falta de papel a não ser na mesma folha.

Uberabinha, 26 de Agosto de 1924. F. Santos Silva. Inspector Escolar.³³⁶

Importante ressaltar que havia mais professores atuando no ensino municipal em Uberabinha, em escolas isoladas rurais distantes da sede cerca de 12 a 30km. Com esta maior dificuldade, os professores estavam informados do período específico para ser requerido o attestado de exercício de professor. Apenas a professora Alice Paes não estava informada. Não encontrei evidências de que havia comunicação entre os professores municipais em encontros coletivos, em reuniões para tratar de assuntos da profissão na educação municipal ou até

³³⁴ MARQUEZ, Eduardo. Câmara Municipal de Uberabinha.. *Relatório apresentado pelo Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez à Câmara de Uberabinha*. Uberabinha, Livraria Kosmos, Anexo I, 2 abr. 1924, p. 6 (ArPU).

³³⁵ Idem. *Relatório apresentado pelo Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez à Câmara de Uberabinha*, Uberabinha, Livraria Kosmos, Anexo I. Quadro do Balanço geral de Receita e Despesa da Camara Municipal de Uberabinha, durante o exercício financeiro de 1924. (ArPU).

³³⁶ SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal, Uberabinha, 26 ago. 1924 [sem paginação]. *Pasta Temática n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

administrativas, convocadas pelo Inspetor Municipal. Havia o isolamento profissional do professor municipal, tanto urbano quanto rural, cada um no seu contexto territorial escolar. Esta característica perdurou por décadas no ensino municipal em Uberabinha.

Diante destes argumentos, busco alinhar dados fragmentados com possibilidade de atribuir a professora Alice Paes, os profissionalismos associado e o competente restrito. O primeiro, por ter a professora assumido autonomias simultâneas e distintas vinculadas a três instituições educativas: uma na esfera pública estadual no ensino dos primeiros anos do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão; uma segunda na esfera particular por ser proprietária, diretora e professora do Colégio N. S. da Conceição para o ensino primário e secundário feminino; e a terceira na esfera pública municipal a frente da Escola Noturna Municipal em 1924.

Tal situação compôs uma sobreposição de vínculos profissionais com contextos institucionais distintos que estimulou a professora Alice Paes a manifestar expansivo distanciamento crítico para ter rápida adaptação diante das variações contextuais institucionais. Preponderantemente, o reconhecimento profissional que a professora Alice Paes obteve em sua trajetória profissional em Uberabinha esteve vinculada às atuações da mesma enquanto professora, e posteriormente, diretora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Ao ponto de a professora Alice Paes ser enaltecida juntamente com a celebração do cinquentenário de existência do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1965. Em segundo, a mesma já havia sido citada, apontada por sua atuação no ensino local, enquanto proprietária, diretora e professora do Colégio N. S. da Conceição. Nestas duas instituições, provavelmente seus profissionalismos foram distintos do produzido enquanto esteve à frente da Escola Noturna Municipal, na qual não excedeu ao padrão, não fez a diferença, em comparação ao que por outras fontes e épocas foi demonstrado ter competência para fazer muito mais do que realizou à frente desta escola municipal.

O segundo tipo de profissionalismo, o competente restrito, verifica-se em razão de que a professora Alice Paes manifestou exercer o caráter profissional de ensinar com uma autonomia técnico-racional bem delimitada, sendo uma especialista, resultado da tensão entre aspectos advindos da profissionalização e da profissionalidade. Nos elementos constitutivos da profissionalização apresentou exercer a profissão de professora em tempo parcial para a Escola Noturna Municipal, porém como atividade principal entre as três instituições educativas de ensino primário e até secundário, das quais obtinha os seus rendimentos para a manutenção. A direção escolar de seu próprio estabelecimento de ensino seria uma atividade secundária. Satisfez, assim, as exigências legais, não infringindo nenhum dos itens

estabelecidos na legislação educacional municipal, mesmo diante das observações constantes do Inspetor Francisco Santos Silva durante sua atuação na referida escola.

Por outro lado, a autonomia competente restrita manifestada pela professora Alice Paes se originou muito mais vinculada às dimensões da profissionalidade, do que nos aspectos da profissionalização, em razão de que possuía alta competência profissional, por experiência de mais de doze anos, com formação apropriada na Escola Normal de Campos e atualização constante nos métodos do ensino estimulada pelos vínculos que possuía com o ensino público estadual. A restrição de atuar com maior desempenho e utilizar o máximo de sua competência técnica e intelectual para ensinar, em parte, pode ter origem nas dimensões da obrigação moral e do compromisso com a comunidade de alunos/trabalhadores, razão para que a professora buscasse superar as dificuldades enfrentadas pelas novidades no contexto do ensino municipal.

Diante das observações normativas do Inspetor Francisco Santos Silva, a professora Alice Paes reagia de forma pronta a acatar as diretrizes técnicas e normas administrativas, não conseguindo superar as restrições impostas tanto por delimitações legais que estabelecia o horário de 18h00 para o início das aulas do ensino noturno, quanto da resistência dos alunos em se esforçarem mais na relação ensino-aprendizagem. Fato é que esses alunos trabalhavam, provavelmente, em estabelecimentos comerciais e agrícolas da cidade e tinham dificuldades de estarem presentes no horário estabelecido, quando o comércio funcionava até mais do que 19 horas.

Nos dois meses finais do ano letivo a média de frequência dos alunos caiu ainda mais para 16 e 17, respectivamente, nos meses de setembro e outubro. Conforme registrado no Livro de Visitas da escola, de fato havia dias em que a frequência dos alunos diminuía a dez, nove, cinco e até nenhum aluno, ao ponto de a professora Alice Paes expressar ao Inspetor Francisco Santos Silva um raro desabafo, que o mesmo registrou quando da visita à escola no dia 17 de setembro: “Apesar dos esforços da professora parece que o povo não quer instrução, pais e alumnos não frequentam; isto mesmo que disse a professora, disse aos alumnos que devem vir à Escola avidamente [...]”³³⁷.

Estabeleceu uma relação unilateral com seus alunos a ponto de afirmar que os mesmos deveriam ter mais avidez no ensino. Posicionou-se apenas pelo raciocínio técnico e evidenciou certo distanciamento da realidade dos alunos, ao alegar que os mesmos deveriam ter mais avidez para ir às aulas. A obediência para com seus próprios princípios demonstrou

³³⁷ SANTOS, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 17 set. 1924 [sem paginação]. *Pasta Temática n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU). (AJA).

estar vinculada ao cumprimento das normas técnicas e administrativas estabelecidas, que restringe a criatividade e estimula o padrão de ajustes na busca de melhor eficiência norteadas pelo legal.

Não houve nenhum registro nas fontes que apresentem questionamentos ou afirmações da professora Alice Paes sobre a importância de ser mantida a oportunidade de ensino para esses alunos/trabalhadores, apenas aquela rara fala sobre a falta de afeição dos alunos para ir às aulas. A professora Alice Paes defendeu com afinco o que ela acreditou ser o melhor para o seu momento profissional. Não contestou o raciocínio técnico e legalista do Inspetor Francisco Santos Silva, nem se envolveu em ações que pudessem tanto identificar quanto contribuir para diminuir a falta de frequência de seus alunos na Escola Noturna Municipal.

Talvez por ter assumido a posição técnico-racional tanto de servidora pública do estado quanto de ser mulher, à época, o que se caracteriza por ter em comum o não se envolver em questões políticas, como foi salientado na imprensa da época quando da possibilidade de sua colega do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, a professora Leodegária de Jesus, de contribuir na coluna do jornal *A Reação*, jornal este de posição política contrária ao governo estadual, do Presidente Raul Soares de Moura. Tal fato iniciou nas páginas do primeiro número deste jornal, com a informação do redator chefe Lycídio Paes de que o referido periódico buscava obter auxílio de diversos intelectuais para seus propósitos e declarou que já contava “[...] com a colaboração de d. Antonietta Villela, d. Leodegária de Jesus, dr. Ignacio Paes Lemes, Lamartine Moreira, Reis Junior e Abel Reis de alguns dos quais inserimos trabalhos no presente número”³³⁸.

No caso, a poetisa e professora Leodegária de Jesus, natural de Caldas Novas do Estado de Goiás, atuava profissionalmente na educação em Uberabinha nos anos de 1920. Além de professora do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão assumiu compromisso com a instalação e funcionamento de seu próprio estabelecimento de ensino primário o Colégio São José (1925-1930)³³⁹.

Em março de 1924, intentou ela contribuir na publicação de artigos poéticos no Jornal *A Reação*, de posição política bem definida, todavia recebeu orientações para não fazê-lo, diante de ameaças de represálias por parte de representantes locais vinculados ao governo estadual. O nome da professora retorna às páginas do referido jornal no seu segundo número, com um argumento de defesa de sua participação no referido jornal e contrário a alegação de

³³⁸ PAES, Lycídio. Colaboradores. *A Reação*, Uberabinha, anno I, n. 1, p. 2, 27 mar. 1924, (ArPU) (AJA).

³³⁹ Cf. ARANTES, Jerônimo. *A Luz das Letras: 1835-1940. Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 3-4, 26 jul. 1941, p. 17. (ArPU) (AJA).

que, uma vez que a professora Leodegária de Jesus estava na situação de funcionária pública com uma vinculação hierárquica ao governo do estado, era também uma agente política do mesmo, e seria incoerente, então, sua colaboração no referido jornal:

Dentre os colaboradores desta folha, mencionamos no nosso primeiro numero o nome da distincta escriptora d. Leodegaria de Jesus, que acceitára gentilmente o convite feito, não tendo, porém, iniciado a sua collaboração. Como se sabe, a talentosa intellectual é professora do grupo escolar, e, só por isso, já houve quem lhe fosse advertir de que era uma imprudência collaborar nesta folha, porquanto lhe pode advir dahi qualquer incidente desagradável.

O concurso que d. Leodegária de Jesus nos prometeu é, como se presume, exclusivamente literario, tratando-se, como se trata, de uma escriptora que cultiva quase que exclusivamente a poesia. Mesmo assim – pobres funcionarios públicos! – está sujeita ás perseguições dos chefetes e chefotes locais.

Decididamente, essa gente está suppondo que o sr. Mello Vianna há de ser um instrumento dos seus rancores incontidos [...].³⁴⁰

“Pobres funcionarios públicos!”, exclamou o redator Lycidio Paes em defesa de uma possível atuação, profissional e política, que envolveu a professora estadual interessada em contribuir na coluna de literatura na imprensa local. Outro fato interessante e precedente, foi que o próprio Lycidio Paes, a pouco havia pedido sua exoneração ao novo Secretário do Interior Fernando de Mello Vianna por desavenças com o mesmo, e em seguida instalou o jornal defensor do Partido Republicano Mineiro local, partido dos *Coiós*, associado com o Cel. Antonio Alves Pereira³⁴¹.

Porém, no quarto número desse jornal houve a participação da poetisa e atuante feminista Antonieta Villela, nos anos de 1920 e 1930. Considerou Antonieta Villela, de forma inteligente e crítica ao elaborar a crônica intitulada *Dialogando*. A mesma simulou um diálogo fictício com Leodegária de Jesus, que a denominou de *Rosa*. A crônica versa sobre o constrangimento que uma professora pública passa diante do poder silencioso e eminente do Estado de demiti-la e inibi-la, caso a mesma se manifeste em defesa de causas das igualdades, da liberdade de expressão e dos direitos políticos da mulher. E expressou poeticamente essa angústia de ser mulher e professora pública do estado: “Imagina, Rosa, - se eu fosse professora publica! Ai! Que medo eu teria de ser demitida, não?”. Este pequeno trecho está disperso no texto que segue abaixo, na íntegra:

³⁴⁰ PAES, Lycidio. Folhas de Urtigas. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 2, p. 5, 3 abr. 1924. (ArPU) (AJA).

³⁴¹ Lycidio Paes, nascido em 18 de maio de 1885 em Mar de Espanha-MG. Professor e jornalista, que entre 1920 e 1924 assumiu a direção do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão sob ato do Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Pena Júnior. (Cf. TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 359-361. v. 2).

Dialogando

- Olá! Rosa, boa tarde! Chegaste á hora precisa.

- Antonietta, boa tarde. O que há de novo? Como vae de assumpto?

- Assumpto, Rosa? Isso nunca falta a pessoa alguma, especialmente, *em matéria de política*, não é verdade?

[...] Até as mulheres, em toda a parte, querem votar sem que as lei lhes tenha dado esse direito!? Quanto a mim, digo-te seriamente: sou indiferente, fria, nesse sentido. A política me causa fastio, tédio, indiferentismo.

- É verdade, tendo percebido isso, porem, eu já não sou desse seu [teu] temperamento frio em cousas da política. Nas eleições, eu fico alheia ao que se passa dentro da minha casa para pensar só na política. Que dois extremos em contradição!... Que interessante!

- É justamente, Rosa, nessa ocasião, que eu vivo mais afastada do bulício eleitoral e dessas paixões desenfreadas. Não sou a favor do partidarismo político visto que encaro a humanidade na escola [escala] única da justiça, do Direito e da Liberdade. Sou amiga da paz, não tenho predileção por partido algum. Sou o que sou em todo o tempo, conservando as minhas ideas livres, independentes, e, jamais, me submettere as vontades de quem quer que seja nesse ou naquelle sentido, desde que a consciência em nada me accuse. Empunharei a Penna para este ou para outro jornal, indifferentemente, comprehendes, Rosa?

- Por que motivos [motivo] abordas essa questão acalorada? Alguem te censura pelo facto de escreveres em jornaes da opposição?

- Há alguém, talvez, que me censure. Não sabes o que estava no 3º. Numero d'A Reacção? Imagina, Rosa, - se eu fosse professora publica! Ai! Que medo eu teria de ser demittida, não?

- Demittida!? Por que isso?

- Ora se eu fosse professora publica, certamente, não escreveria para os jornaes da opposição, e o “medo” de ser excluída do magistério?! Imagina, Rosa, tu que me conheces, saberás dizer em todo o tempo “se o medo nasceu para mim,” não é um facto? Desconheço o medo, e mais ainda, caminho com a Razão e com a minha consciência, sem dar satisfações a quem quer que seja dos meus atos.

- Muito bem! O medo é próprio dos covardes e culpados. Tu és neutra em matéria de política, e muito menos de política partidária, não é assim, Antonietta?

- Perfeitamente. Ademais, nem posso manifestar essas ideas políticas, visto que em minha casa, Rosa, tu o sabes, ninguém cogita disso, começando pelo chefe da família que é o homem amigo da paz e da fraternidade mundial, sem distincção de classes e partidos. É o homem sem inimizade, amigo de todos. Basta. Não preciso esclarecer mais.

- Queres dizer, então, Antonietta, que continuarás a escrever do mesmo modo para o jornal que te convier, sem te preocupares com cousa alguma, não é assim?

- Pois não! Sendo eu emancipada, tenho direito de agir por conta própria. Não necessita mais clareza para quem comprehende as cousas. Sei o que faço. Não sou machina que se move por contactos indirectos. Absolutamente!

- De facto, tens razão. Os paes civilizados nunca tolherão os filhos, por certo, uma vez sendo estes de maior idade, e mais ainda, quando os mesmos se achem no caminho do Direito e da Razão. A mulher de hoje representa já

uma individualidade; não é mais aquela pacata criatura guiada por outrem na senda da vida.

- Bravo, Rosa! Levantaste a mulher á altura que merece. És bem evoluída comquanto não sejas ainda a mulher de direito político, porém, te encaminhas para isso. Aguarda a ocasião propícia...

- Queres dizer, Antonietta, que um dia, eu terei a minha cartinha branca para me atirar de corpo e alma na política, como fazem os homens, não é verdade? Que maravilha! Que sonho! Parecer-me-á incrível..!

- Perfeitamente. É isso mesmo. Esse dia virá triunfante, risonho, para todas as mulheres bem intencionadas e igualmente evoluídas em todos os pontos de vista.

- Que contentamento! Que a tua prophesia se realise breve, Antonietta. Oh! Como me vou alegre daqui! Até logo.

Felicidades...

- Vae com Deus. Felicidades³⁴².

Esta longa citação confirma o que Rodrigues sintetizou sobre Antonieta Villela na sua época, a qual conclamou as suas “companheiras à luta pela igualdade de direitos civis e sociais. Seus primeiros escritos, nos quais propõe o sufrágio feminino, bem como a ampliação da educação para a mulher, como forma de conquistar um mundo predominantemente masculino, datam de 1920”³⁴³.

Mesmo com todo o apoio explicitamente oferecido a público por seus companheiros, Lycídio Paes e Antonieta Villela na imprensa local, e provavelmente, pessoalmente, a professora Leodegária de Jesus acatou a sugestão dos seus ameaçadores e permaneceu distante das análises literárias do Jornal *A Reacção*. Assim, reforçou a perspectiva da incoerência entre ser professora pública estadual, ser mulher e ter liberdade de pensar e se expressar em qualquer local e meio de comunicação, em Uberabinha, naquela época.

A perseguição política não ocorria somente na área da educação, também em outras áreas vinculadas a todas as esferas de governo, como o caso divulgado do sr. Oscar Cajado, carteiro e servidor da agência estadual dos Correios, que percebia 170\$000 Réis mensais, e foi demitido porque

A política situacionista local entendeu de fazer agora uma reforma no funcionalismo publico: quem não for cocão tem que se despedir do cargo. [...] que exerce [...] há alguns annos com toda dedicação, tem que ceder o seu logarsinho para algum protegido do situacionismo, porque assim o entenderam os nossos chefes com a solidariedade do agente local, que,

³⁴² VILLELA, Antonieta. Dialogando. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 4, p. 1, 17 abr. 1924. (ArPU) (AJA). Registro que na edição posterior do jornal *A Reacção*, a crônica *Dialogando* sofreu correção de erros indicados de impressão, sendo destacados por mim entre colchetes: “No artigo de nossa apreciada collaboradora d. Antonietta Villela escaparam os três seguintes cochilos de revisão, que nos cumpre rectificar, de accordo com o original: 15ª. linha, saiu **seu** em lugar de **teu**; 26ª. linha, saiu **escola** por escala; e 38ª. linha, **motivos** em vez de motivo”. (Cf. *A REACÇÃO*, Uberabinha, anno I, n. 5, 24 abr. 1924, p. 1. (ArPU) (AJA)).

³⁴³ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Antonieta Villela e o ideal feminista*. Lions Clube Uberlândia Antonieta Villela. Uberlândia. [s.d].

espontaneamente ou por medo, passou a ser um constante perseguidor do pobre carteiro. O sr. Oscar, por ser filho de um cidadão pertencente ao nosso partido, pede demissão, e é uma Victoria para a política dominante. Triste Victoria conseguida á causa de taes processos! E será possível que os altos poderes do Estado e da Republica satisfaçam o capricho desses régulos?!³⁴⁴

O carteiro e a professora são funcionários públicos e passíveis de perseguição política. No caso específico das professoras, tanto Leodegária de Jesus quanto Alice Paes, provavelmente, poderiam assumir o discurso fictício de Antonieta Villela e personificá-lo ao dizer: *Ai! Que medo eu tenho de ser demitida, não?* Desta forma pode se compreender na conduta profissional o pragmatismo da professora pública que atua no ensino de forma racional-técnica sem se envolver em assuntos considerados políticos ou partidários. A mesma se envolve com o pedagógico, na perspectiva técnico-racional.

No mês de outubro três visitas são registradas no Livro de Visitas da escola, dias 11, 15 e 31 de outubro de 1924. No primeiro, a frequência chegou a cinco alunos, todavia não ocorreu a aula, pois a professora Alice Paes se encontrava doente. Sendo o Inspetor Francisco Santos Silva esclarecido da situação da escola fechada, foi procurá-la em casa. Quatro dias depois, retorna à escola, no dia 15 do mesmo mês. Nova observação com foco na ausência dos alunos, com justificativa de que informaram à professora Alice Paes que nos dias de festas da “Kermecce” faltariam às aulas. Orientou o Inspetor Francisco Santos Silva que caso isto viesse a ocorrer novamente, será necessário enviar esclarecimento à Câmara Municipal.

A última visita não tardou a ocorrer, o Inspetor Francisco Santos Silva visitou a Escola Noturna Municipal, no dia 31 de outubro de 1924, e após os registros rotineiros de inspeção foi notada a presença de dezenove alunos. Faltou um apenas para completar o limite mínimo legal de frequência. Todavia, o Inspetor Escolar Municipal, diante dos fatos que se repetiram com ausência dos alunos às aulas nos últimos dias, e por ser evidenciado ter atingido por três meses consecutivos média de frequência abaixo de vinte alunos, comunicou aos presentes que por ordem dada pelo Agente Executivo, Sr. Alexandre Márquez, declarava suprimida a Escola Noturna Municipal, a partir daquele dia 1º de novembro de 1924.

Justificou ainda, “[...] pois não é possível que a tantos esforços da Câmara em benefício a população desta cidade, meramente empenhado toda, os meios para acabar com os analfabetos, não saberia os alumnos corresponder aos empenhos da Câmara”³⁴⁵. Com este registro encerrou as atividades da Escola Noturna Municipal em cumprimento ao que se estabelecia nos Artigos 2, 3 e 6 da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, considerando os

³⁴⁴ Cf. PERSEGUIÇÃO. *A Reação*, Uberabinha, anno I, n. 4, p. 5, 17 abr. 1924. (ArPU) (AJA).

³⁴⁵ SILVA, Francisco Santos. Registro no Livro de visitas do Inspetor da Escola Noturna Municipal, Uberabinha, 31 out. 1924. [sem paginação]. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. (ArPU) (AJA).

alunos/trabalhadores culpados pelo fato, diante do grande empenho da Câmara Municipal de Uberabinha.

Art. 2. Para que as escolas sejam mantidas é necessário que apresentem no mínimo, 30 alunos matriculados e freqüência mensal de 20, considerando-se alunos freqüentes os que comparecem no mínimo a 15 lições durante o mez.

Art. 3. As escolas que não tiverem a freqüência do artigo anterior serão transferidas para outra zona, ficando os Paes responsáveis pela transferência, lançados por 2 annos, na penalidade do artigo 6.

[...]

Art. 6. O perímetro escolar terá um raio de tres kilometros, sendo obrigatória a freqüência para todas as creanças que residirem dentro desses limites, sendo lançados de 50\$000, a título de indemnisação escolar annualmente, os Paes que recusarem a obrigatoriedade escolar de seus filhos.

§ 1- a taxa do art. 6 será cobrada englobadamente com os demais impostos do contribuinte, não se lhe sendo permitido pagar os outros impostos sem satisfazer-a.

§ 2- Quando o pae rebelde fôr sem recursos, não sendo contribuinte nem offerecendo garantias para o pagamento da taxa será avisado o fazendeiro de quem fôr colono, par que providencie na ordem de freqüência de seus filhos, ficando responsável pela penalidade de seu colono, caso não lhe faça obedecer ao preceito legal.³⁴⁶

Por punição, o Inspetor Escolar Municipal Francisco Santos Silva aplicou a rigidez da Lei, e atingiu a todos os alunos/trabalhadores interessados e que permaneceram frequentes durante os nove meses letivos anteriores. Bem como, inviabilizou de que os mesmos pudessem participar dos exames finais, por estar entre as suas incumbências essa autorização, conforme o Art. 22 da Lei n. 278, que estabelece: “No último mez do anno lectivo o Inspector designará o dia para exames de cada uma das escolas, devendo estes se realizarem de 1º. a 31 de Dezembro”³⁴⁷. A ausência da Escola Noturna Municipal nos exames finais entre as escolas municipais pode ser evidenciada no Anexo n. 1 ao relatório retrospecto apresentado pelo mesmo inspetor no ano de 1927, conforme demonstra a Tabela n. 3:

³⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278 de 7 de março de 1923. *Leis*. Uberabinha, Livraria Kosmos, p. 10-11, 1923. (ArPU).

³⁴⁷ Ibidem, p. 14. (ArPU).

Tabela 3 - ANEXO 1 – Retrospecto – Resultado dos exames das escolas municipais e dos estabelecimentos subvencionados pela Câmara de Uberabinha - 1924

ESCOLAS	Matriculados	Comparecidos	Faltosos	Approvados	Reprovados	Porcentagem dos aprovados sobre os comparecidos	Observações
Paraíso	94	88	6	88	0		(1) - Nesta escola não houve exames
Maribondos	65	54	11	54	0		
Burity	60	35	25	15	20		
Tenda	38	0	0	0	0 (I)		
Nocturna cidade	51	0	0	0	0 (I)		
Total: 5	308	177	42	157	20		

Uberabinha, Janeiro de 1927 - F. Santos Silva
Inspector escolar Municipal

Caso houvesse algum interesse do Inspetor Escolar Municipal de penalizar ainda mais, poderia culpabilizar também aos pais e responsáveis desses alunos/trabalhadores pela falta de frequência dos mesmos na referida escola, e fazê-lo com respaldo no 6º Artigo da Lei n. 278. Assim, poderia requerer o Agente Executivo que lhes impusesse a obrigatoriedade de pagamento da taxa indenizatória de 50\$000 Réis, sendo a mesma englobada juntamente com a cobrança dos demais impostos municipais. Porém, os dados obtidos não fornecem informações suficientes para comprovar se assim o fez.

Verifica-se que a Escola Noturna Municipal que iniciou suas atividades em janeiro de 1924 com o número de 62 matrículas, atingiu o número de 72 em março e encerrou suas atividades no mês de outubro com o número de 51 matriculados, este último mês com frequência abaixo de 20 alunos. Os reais fatores que contribuíram para estrangular o funcionamento desta escola no ano de 1924 não foram claramente identificados por falta de dados.

A professora Alice Paes não foi culpabilizada juntamente com os alunos, e ficou à disposição do Inspetor Escolar Municipal no período final de 1924, responsável por todos os objetos da referida escola, até que fossem devolvidos ao Inspetor Escolar.

Posteriormente, nos anos de 1925, 1926 e 1927, outro professor assumiu a condução das turmas da Escola Municipal Noturna, o Professor Jerônimo Arantes, que já atuava na direção e ministração de aulas, na época, em seu próprio Colégio Amor às Letras. Entre anos de 1927, 1928 e 1929 a professora Alice Paes foi diretora nomeada pelo Secretário do Interior Francisco Campos para o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, bem como contribuiu na esfera municipal para a instalação de doze escolas rurais durante o governo do Agente Executivo

Octávio Rodrigues da Cunha³⁴⁸. Na esfera privada, atuou por mais um ano à frente do Colégio N. S. da Conceição, transferindo em seguida a direção desta instituição, nos anos de 1926 e 1927, para as mãos do professor Nelson Cupertino.

No próximo capítulo apresento os argumentos sobre os diversos profissionalismos do professor Jerônimo Arantes, à frente da Escola Noturna Municipal entre 1925 e 1926.

³⁴⁸ CORTES, Dinorah. *Biografia da Professora Alice da Silva Paes*. Uberlândia. Acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes, 1966.

CAPÍTULO V

PROFISSIONALISMOS DO PROFESSOR JERÔNIMO ARANTES EM UBERABINHA (1907 a 1926)

Neste último capítulo apresento argumentos da constituição dos diversos profissionalismos do professor Jerônimo Arantes, em 1925 e 1926, à frente da Escola Noturna Municipal de Uberabinha de ensino primário para alunos/trabalhadores maiores de dezesesseis anos. Os profissionalismos foram identificados foram o associado e competente pleno.

Jerônimo Arantes, natural de Monte Alegre de Minas, exerceu a profissão de professor municipal de Uberabinha na direção da Escola Noturna Municipal, em 1925, 1926 e início de 1927. Nasceu em 23 de junho de 1892, filho de Antônio Cândido de Siqueira e D. Virgilina Amélia Martins Arantes. Aos 33 anos de idade assumiu esse compromisso na esfera pública do município de Uberabinha, uma vez que sua atuação no magistério iniciou e se desenvolveu, predominantemente, na esfera privada.

A partir de 1907, com cerca de quinze anos de idade, assumiu ele a função de professor adjunto no recém instalado estabelecimento de ensino primário e secundário em Uberabinha, o Colégio Bandeira³⁴⁹. Primeiramente, este colégio foi de propriedade de seu antigo e querido mestre professor José Félix Bandeira até 1914, após este deixar Uberabinha e se transferir e instalar em Uberaba o Externato Bandeira, passando o mesmo a ser dirigido pelo professor José Avelino³⁵⁰.

O professor José Félix Bandeira participou ativamente na formação pessoal e profissional de Jerônimo Arantes, pois além dos quatro anos ginasiais cursados no Colégio Bandeira, em Monte Alegre³⁵¹, foi seu tutor durante a formação profissional que Jerônimo Arantes obteve nos corredores, salas de aulas, secretaria, no pátio do Colégio Bandeira em Uberabinha. Esse aprendizado da cultura escolar, vivenciado por cerca de oito anos na função

³⁴⁹ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, jul. 1941, p. 7. (ArPU) (AJA).

³⁵⁰ EXTERNATO Bandeira. *Jornal Parahyba*, [s.l.], anno 1, n. 17, p. 1, 15 nov. 1914. (ArPU) (AJA).

³⁵¹ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 40. Os indícios sobre a formação de Jerônimo Arantes estão nas fontes primárias, e inclusive em entrevistas com familiares permanecem lacunas.

de professor adjunto foi fundamental para a formação do seu caráter profissional na profissão docente.

Jerônimo Arantes, em transição da adolescência para juventude, assumiu o compromisso com uma futura profissão, professor. Lima relatou em sua tese que o Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, em homenagem que prestou enquanto ex-Juiz de Direito de Uberabinha, lembrou do jovem recém-chegado e professor Jerônimo Arantes. Assim se referiu a ele:

Em Arantes, esse espírito jovial, presente ainda no final da vida, parece guardar relação com traços de uma personalidade extrovertida e alegre que marcou seus anos de mocidade, vividos nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, ainda era muito moço e festivo, conforme ressaltou o orador do Rotary Clube de Uberlândia ao homenageá-lo na década de 1970: “O adolescente Jerônimo, para aqui chegado [em Uberlândia] aos quinze anos, trazia n’alma, tão somente o orvalho dos plenilúnios de maio das chapadas triangulinas e no coração a pureza do moço que canta e que dança...”. [...] Além da música, Arantes passava parte de seu tempo livre cuidando da sua criação de galinhas e, nos meses de julho a setembro, divertia-se empinando papagaios com a criançada na praça de frente à qual morava³⁵²

O jovem Jerônimo expressava ser uma pessoa comunicativa, alegre, festeira, inclinado às práticas de dança e canto. Lima ressaltou ainda que essa jovialidade fizera parte da sua personalidade durante toda sua vida e deve ter contribuído na sua formação profissional, potencializando o gosto para vivências diversas de tendência eclética que resultou numa ampla bagagem cultural:

Esta mesma alegria também foi ressaltada por seu filho Delvar, que relatou o fato de seu pai gostar muito de festas, fossem estas batizados, aniversários ou comemorações mais solenes, como as formaturas de alunos e os eventos cívicos realizados pelas escolas locais. Ainda, segundo Delvar, seu pai fora “boêmio na juventude, fazendo parte, nas primeiras décadas do século, de um grupo de violeiros, intitulado Grupo do Lenço Preto, executor de serenatas, modinhas e catira”. Das muitas apresentações daquele grupo musical Arantes recordou-se, muitos anos depois, de uma em particular e escreveu uma crônica a qual denominou “aquela inesquecível serenata”. O fato teria ocorrido no ano de 1915 quando: [...] foi organizado pela classe caixeral o primeiro concurso para se eleger a “miss Uberabinha”. (...) Do galante programa comemorativo, constava uma cantata de modinhas. A pedido de Juvenal Loureiro, abriu o recital os visitantes seresteiros Felizardo

³⁵² LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 35. A autora cita trecho do discurso proferido por Domingos Pimentel de Ulhôa (Cf. ULHÔA, Domingos Pimentel de. Merecida homenagem do Rotary Clube de Uberlândia. O Triângulo, Uberlândia, [não paginado], 10 jul. 1971. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberlândia, 1971. (ArPU) (AJA)).

Fontoura e Jerônimo Arantes, que duetaram ao som das cordas gementes do violão a bonita modinha [...]”.³⁵³



Figura 6 - Alunos e professores em frente ao prédio do Colégio Bandeira em Uberabinha - 14 de abril de 1907.

Fonte: ARANTES, J. Grupo do Colégio Bandeira - Uberabinha. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, jul 1941, p. 9. (ArPU) (AJA).

Neste período de oito anos no exercício do magistério, na função de professor adjunto no Colégio Bandeira, sob a orientação do seu antigo mestre, ocorreu o aperfeiçoamento profissional do professor Jerônimo Arantes, princípio este defendido no século XIX na Reforma Couto Ferraz, pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que valorizou a formação de “discípulos maiores de 12 anos de todas as escolas públicas, docentes auxiliares”³⁵⁴.

Todavia, há indícios de que o professor Jerônimo Arantes, por não ter obtido o diploma da Escola Normal, experimentou um estreitamento de possibilidades profissionais na educação, e canalizou suas experiências no magistério do ensino primário e secundário na esfera particular em instituições educativas urbanas. Assim, mesmo sem esta formação advinda das renomadas instituições especializadas para a formação de professores, as quais

³⁵³ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 34. Em DALBAS JÚNIOR. Dias distantes: aquela inesquecível serenata. [Jornal não identificado], 23 nov. 1974. (APU. CPJA. PT); ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistadora: Sandra Cristina F. de Lima. Uberlândia, abr. 2001. (1 fita cassete (60 min.), estéreo).

³⁵⁴ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 133.

foram estimuladas e reforçadas pela Reforma Leôncio de Carvalho, no Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879³⁵⁵, e ressignificadas no regime republicano, o professor Jerônimo Arantes manifestou ter adquirido competência técnica e intelectual convergente às práticas de profissionais normalistas, apropriando-se de métodos modernos em suas práticas de ensino, o método intuitivo, como pode ser entendido diante do relato sobre sua atuação de professor na cidade de Santa Rita do Paraíso.

No período de 1915 a 1917, juntamente com a função de promotor público que exerceu na Comarca de Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara no Estado de Goiás, atuou também por lá no exercício da docência, sendo proprietário, diretor e professor no colégio que deixou marcas de um profissional de educação moderna, como pode ser verificado no trecho abaixo. Neste período,

[...] os esforços do professor particular, Jerônimo Arantes, moço idealista que mantinha o seu modesto estabelecimento de ensino, pelos anos de 1917, procurando imprimir-lhe um estilo mais avançado, uniformizando os seus alunos, dando-lhes instrução de Ginástica, desfilando pelas poucas ruas da Vila, a fim de implantar neles o gosto e o amor a instrução. Jerônimo Arantes foi o pioneiro da instrução moderna em Itumbiara [...].³⁵⁶

De Santa Rita do Paranaíba partiu para Uberaba com o propósito de no dia 20 de agosto 1918 se casar com Juvelina Ferreira³⁵⁷, também conhecida como “D. Jove”. Em seguida, retornou a Uberabinha, após quase quatro anos de ausência. No ano seguinte, com seu colega de profissão professor João Basílio de Carvalho, instalaram o Externato Carvalho em Uberabinha. Com pesar, João Basílio faleceu naquele mesmo ano³⁵⁸ e, imediatamente, Jerônimo Arantes fez o encerramento do referido estabelecimento de ensino e instalou na sua residência um novo, o Colégio Amor às Letras, “acolhendo os alunos do extinto externato”³⁵⁹.

³⁵⁵ SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. p. 137.

³⁵⁶ ARANTES, Jerônimo. Santa Rita que vi. Itumbiara que vejo. O Triângulo, Uberlândia, [não paginado], 21 out. 1972. *Pasta Temática n. 14*. Uberlândia, 1972. (ArPU) (AJA).

³⁵⁷ D. Juvelina Ferreira Arantes, nasceu em Indianópolis no dia 3 de março de 1903 e faleceu em 3 de março de 1987, aos 84 anos. Conheceu Jerônimo Arantes em Santa Rita do Paranaíba, quando a mesma era viúva. Após o casamento, o casal estabeleceu residência em Uberabinha e tiveram cinco filhos e conjuntamente criaram o entiado do primeiro casamento de D. Juvelina, Dimas Ferreira. Os filhos de Jerônimo e Juvelina e as respectivas datas de nascimento foram: Delícia Arantes (01/03/1920); Délcio Arantes (19/06/1923); Delvar Arantes (07/07/1925); Délvia Arantes (07/01/1927); Délio Arantes (25/04/1931). (ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistador: Flávio César Freitas Vieira. Uberlândia, 10 fev. 2009).

³⁵⁸ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 40; ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus*: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 17.

³⁵⁹ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 240. v. 2.

A Figura n. 7, datada de 1917, apresenta Jerônimo Arantes com 25 anos de idade, trajando um terno com corte tradicional, tendo uma flor na lapela esquerda, uma camisa de cor clara, com gravata borboleta, usando óculos sem hastes, o bigode e cabelo bem aparados, numa posição, olhar e vestimentas típicas de uma pose para se tirar uma foto oficial. Na época, ainda assumia a função de promotor público.



Figura 7 - Jerônimo Arantes aos 25 anos – 1917
Fonte: Acervo Delvar Arantes³⁶⁰

Em seu retorno a Uberabinha, Jerônimo Arantes buscou validar a sua principal ocupação, e por que não dizer, profissão, agora não sendo mais professor adjunto, mas com currículo profissional que lhe autorizava ser professor de ensino primário e secundário em seu próprio estabelecimento particular. O jovem professor com a necessidade de ter uma renda financeira para sustentar a família em formação, recém-casado, buscou inserir-se nas oportunidades de trabalho de Uberabinha, possivelmente numa avaliação pessoal, naquilo que mais sabia fazer à época: resolveu ensinar. Competência esta advinda do processo de formação conquistado nas salas de aula do então Colégio Bandeira.

Desde 1919 até assumir a Inspetoria de Ensino Municipal, em 1933, a maior parte da renda da família provinha do seu trabalho no Colégio Amor às Letras. Havia outras pequenas

³⁶⁰ A referida foto faz parte do Acervo Delvar Arantes e foi, gentilmente, cedida por Sandra Lima, que primeiramente apresentou em seu trabalho sobre a biografia, acervo, atuação profissional de Jerônimo Arantes. (LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 33).

contribuições: uma primeira com a colaboração de “D. Jove”, na produção e venda de pudins, doces para alguns comércios na cidade. A segunda pela oferta de refeição, por D. Jove, e de pensão nas dependências da sua residência e do próprio Colégio, para pessoas conhecidas e que circulavam por Uberabinha em trânsito para outras localidades, ou para permanecerem poucos dias na cidade. Houve uma terceira pequena fonte de renda, porém utilizada em um período posterior, entre 1936 e 1942, que provinha da função de Agente local dos *Diários Associados* do jornalista Assis Chateaubriand. Contou nesta atividade com a participação ativa de seu filho Delvar à frente do agenciamento do *Diário de São Paulo*, da capital paulista; *Diário da Tarde*, de Belo Horizonte e o *Jornal do Rio*, da capital federal³⁶¹.

Todavia, as evidências canalizam que a maior fonte de renda da família de fato provinha do trabalho desenvolvido como proprietário, diretor e professor do Colégio Amor às Letras, bem como associado à função de educador. Esta atuação profissional, o professor “Jerominho”, como também era conhecido, assumiu diante da procura de pais que desejavam disciplinar seus filhos para que os mesmos pudessem amar as letras. Pais estes, que eram membros da comunidade de Uberabinha e região, e buscavam matricular seus filhos no Colégio Amor às Letras, onde além da escolarização obrigatória, receberiam orientações, disciplina para que trilhassem o caminho de amigos das letras, da boa educação, da ilustração³⁶².

Houve a necessidade de gerar renda para sustentar a sua família, todavia, encontra-se nessas ações outra necessidade, a de saciar, como bem explica o próprio Arantes, um *idealismo de mestre*, conforme demonstra Lima:

Mas não só de viola, papagaios e versos vivia, Arantes. Sem outra fonte de renda a não ser aquela proveniente do próprio trabalho, era preciso laborar para adquirir o sustento para si e para a família. Para tanto, após instalar-se em Uberlândia, abriu em 1919, na própria residência, uma escola primária, o Colégio Amor às Letras. Segundo ele, esta escola teria sido fundada: “ao influxo de sadio idealismo de mestre, ainda no vigor da nossa esplendorosa mocidade”.³⁶³

Esse *idealismo de mestre* provém dos propósitos, pensamentos e princípios mais pessoais, do que com contratos profissionais que o professor possa ter assumido com outros e com as instituições. É algo que os aspectos da profissionalização tem dificuldade de atingir e que as dimensões da profissionalidade expõe com naturalidade, por se tratar de atingir uma

³⁶¹ ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistador: Flávio César Freitas Vieira. Uberlândia, 10 fev. 2009

³⁶² Ibidem.

³⁶³ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 45.

profundidade que envolve o desempenho da competência profissional com o propósito de satisfazer o(s) compromisso(s) assumido(s) consigo e com a comunidade que com ele se relaciona, obedecendo, preferencialmente, aos princípios da sua obrigação moral.



Figura 8 - Professor Jerônimo Arantes, professora auxiliar e alunos no pátio do “Colégio Amor às Letras” – 1919.³⁶⁴

Fonte: Acervo Delvar Arantes cedida por Sandra C. F. de Lima.

Lima afirma ser essa fotografia tirada em 1919, no quintal da residência e parte externa do Colégio Amor às Letras, com alunos e provavelmente a professora auxiliar.

[...] A imagem retrata Arantes ao centro, apoiando o braço esquerdo em um livro, ladeado por um grupo de alunos predominantemente pertencentes ao sexo masculino, que também trazem em suas mãos um objeto que tanto pode ser livro quanto um caderno. Embora se observe a pose altiva do professor, cuidadosamente trajado de terno e gravata, e o esmerado cuidado no vestuário de alguns alunos, quatro crianças sentadas à frente apresentam-se descalças, denotando ser provenientes de famílias pouco abastadas e, por conseguinte, revelando a possível condição de alunos subvencionados.³⁶⁵

³⁶⁴ Foto do Acervo Delvar Arantes que foi gentilmente cedida por Sandra Lima, que primeiramente trabalhou com a biografia, acervo, atuação profissional de Jerônimo Arantes. (Cf. LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 45).

³⁶⁵ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 44.

Em parte concordo com Lima nas descrições bem elaboradas acima. No que diz respeito à pessoa do professor Arantes, que no dia-a-dia foi sempre lembrado pela alegria e por sua comunicabilidade, pela disciplina, austeridade. Possuía o professor Jerônimo Arantes habilidade e inteligência para posicionar-se conforme o ambiente assim o requeria. Porém, quanto aos alunos subvencionados pelo governo municipal, os dados apontam que os mesmos chegaram ao Colégio Amor às Letras a partir de 1921. Sendo que, os alunos que se apresentam descalços na foto acima, podem ser pobres e ter recebido atenção por parte do proprietário do colégio, mas ainda não eram os subvencionados pela Câmara municipal.

Dois anos se passaram desde o início das atividades do Colégio Amor às Letras, para que o mesmo recebesse, no ano de 1921, a primeira subvenção pública de 600\$000 Réis anuais para custear em contrapartida quatro vagas a alunos pobres para cursar o ensino primário, conforme registra o Projeto de orçamento da Câmara aprovado na reunião de 3 de novembro de 1920:

Projecto de orçamento para 1921 [...] Art. 2º. As despesas da Camara municipal de Uberabinha, para o exercício financeiro de 1921 fica orçada em 250:015\$000, distribuída, pelas seguintes verbas: [...] Instrução pública. 23º. Subvenção ao Gymnásio Uberabinha – 2:000\$000 (p. 56v) 24º. Subvenção ao Collegio Alice Paes 1:200\$000; 25º. Idem ao Instituto H. Guimarães 600\$000; 6º. Idem ao Collegio Amor às Letras 600\$000; 27º. Idem a 4 professores ruraes 2:000\$000; 28º. Ordenado da professora de Martinopolis 1:320\$000. Somma 7:720\$000.³⁶⁶

Antes desse período, não houve, por parte da Câmara Municipal de Uberabinha, nenhum repasse oficial destinado à subvenção ao Colégio Amor às Letras. Se há possibilidade de se questionar sobre interpretações de dados que podem se conflitar, na busca da melhor aproximação aos fatos, foi realizado outro questionamento sobre a data de início do referido Colégio, observando o texto que acompanha a Figura 9, publicado na revista *Uberlândia Ilustrada* de 1941, com a foto de Jerônimo Arantes que registra a seguinte informação: “Fundador do Colégio ‘Amor às Letras’ - 1918-1933”³⁶⁷.

³⁶⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da Camara Municipal de Uberabinha, sessão ordinária 3 nov. 1920*. Uberabinha, 1920. Livro n. 16, p. 56f-57v. (ArPU).

³⁶⁷ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras – 1835- 1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 19, jul. 1941. (ArPU) (AJA).



Figura 9 - Jerônimo Arantes, 1941.

Fonte: ARANTES, Jerônimo. *A Luz das Letras – 1835- 1940. Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 19, jul. 1941. (ArPU) (AJA).

Encontra-se em Teixeira, publicação de 1970, a seguinte informação: “Em 1918 surgiu, o ‘Colégio Amor às Letras’ fundado pelo professor Jerônimo Arantes que manteve suas atividades até 1933”³⁶⁸. Entretanto, na maioria de outras publicações, a data de início desta instituição educativa foi referida como do ano de 1919, bem como a duração de quatorze anos para a existência do mesmo. Teixeira assim registra,

Em 1919 transferiu sua residência para Uberabinha, onde fundou com o professor João Basílio de Carvalho o ‘Externato Carvalho’ de pouca duração em virtude da morte de seu companheiro. Não querendo deixar perecer êsse louvável empreendimento, fundou o Colégio Amor às Letras, acolhendo os alunos do extinto externato; tal estabelecimento teve a duração de 14 anos, encerrando suas atividades em 1933.³⁶⁹

Na relação dos estabelecimentos de ensino que existiram em Uberabinha/Uberlândia, de 1897 a 1966, cuja fonte indica ser de autoria do próprio Jerônimo Arantes, há entre os registros a seguinte informação: “1919 – Colégio ‘Amor às Letras’, do professor Jerônimo Arantes”³⁷⁰. Em outro texto sobre sua biografia, há a descrição de que a criação do Colégio ocorre no ano após seu casamento e seu retorno para Uberabinha³⁷¹.

³⁶⁸ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 96. v. 1.

³⁶⁹ Ibidem, p. 240.

³⁷⁰ ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 70.

³⁷¹ Ibidem, p. 17.

Lima em sua tese confirmou a data de 1919 como sendo a da instalação desse colégio na própria residência de Jerônimo Arantes³⁷². Nos dados obtidos junto aos Livros de Matrícula dos alunos do Colégio Amor às Letras, da abertura do mesmo ocorrido em 2 de fevereiro de 1919 até o ano de 1932, foi registrado o número de 1.103 matrículas³⁷³.

Diante dos dados, quatorze anos foi o período de existência do Colégio Amor às Letras. De fato se foi iniciado em 1919, tendo seu encerramento em 1933, conforme a indicação da maior parte das fontes. Assim, é possível, até momento, compreender que a indicação isolada sobre a data de 1918, junto à foto anteriormente citada, como marco inicial desse estabelecimento de ensino foi um equívoco à época, não corrigido pelo editor e diretor da Revista.

De 1919 a 1933, Jerônimo Arantes exerceu a direção e ministração das aulas do Colégio Amor às Letras, com apoio da professora auxiliar Yolanda Vieira, em seu próprio estabelecimento de ensino privado urbano com oferta de ensino primário e secundário laico à comunidade de Uberabinha e região. No termo de visita ao Colégio Amor às Letras realizado pelo inspetor regional de ensino, Arthur Queiroga, encontram-se dados dessa rotina que se estendeu por anos, sobre a ministração tanto do ensino primário obrigatório quanto do secundário.

Termo de Visita. Visitei hoje, collegio particular “Amor às Letras”, desta cidade, da direcção do Sr. Professor Jerônimo Arantes. Esta dividido em curso primário e curso secundário constante, primeiro de matérias communs à ministração primária; e o segundo de Francez, Arithmetica, Geometria – prática, Geographia, História Natural e do Brasil. A escola tem três classes – (parte primária) correspondente aos três annos de curso público. Funciona das 11 às 4. De que, para constar lavrei esta, cuja cópia, se quizer, pede-se o professor fazer chegar a minhas mãos para ser remetida à Secretaria. Uberabinha, 16 de 7bro de 1919. Arthur Queiroga.³⁷⁴

Todavia, nos documentos disponíveis evidenciou-se a ministração sobre o ensino primário, o qual era, inicialmente, oferecido no período vespertino e, sofreu alteração pelo aumento de alunos matriculados no decurso dos anos, sendo no final da década de 1920 assim distribuídos: o 1º e o 2º anos ministrados no período matutino, e o 3º e o 4º anos no vespertino.

³⁷² LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 35. A autora utilizou dos dados do acervo de Delvar Arantes.

³⁷³ ARANTES, Jerônimo. Livros de Matrícula dos alunos do Colégio Amor às Letras. *Pasta Temática da Educação*, n. 16. Uberlândia, 1933. (ArPU) (AJA). Os documentos são xerocópia do livro de matrícula e se apresentam em folhas perfuradas. Não há nenhuma referência de matrícula no ano de 1933, ano de encerramento do Colégio Amor às Letras.

³⁷⁴ Idem. Termo de Visita ao Colégio Amor às Letras. 16 set. 1919. Ibidem.

Ao analisar os registros sobre as atas de exames do Colégio Amor às Letras, entre 1919 e 1931³⁷⁵, há evidências que o destaque neste colégio era na ministração do ensino primário. O número de alunos aprovados nos exames sempre esteve acima dos 90% dos inscritos para os mesmos, atingindo em determinados anos, aprovação integral³⁷⁶. Dados sobre o curso secundário não foram localizados.

No ano de 1925, dois dias foram destinados para a realização dos exames finais aos alunos desse Colégio Amor às Letras, sendo os dias 16 e 17 de novembro daquele ano, e no último houve a participação de cinquenta alunos, sendo todos aprovados. Isto é um exemplo de que havia um alto número de alunos neste colégio, bem como um excelente aproveitamento durante o processo de exames finais, com a participação de Bancas de Exames para os alunos subvencionados pelo governo municipal, e os matriculados na Escola Noturna Municipal, de conformidade ao que estabelece o §1º do artigo 22 da Lei n. 278, de 7 de março de 1923³⁷⁷.

Essa eficiência obtida no ensino ministrado no Colégio Amor às Letras foi notória por anos, e nesse ano de 1925, recebeu mais um voto de louvor destinado ao professor Jerônimo Arantes. Por exemplo, no último dia dos exames finais, do ano de 1925, os membros da banca examinadora, após os exames realizados no salão do próprio estabelecimento de ensino – situado na Praça Rui Barbosa no centro da cidade de Uberabinha, e também residência do professor com sua família – registraram aprovação de 100% dos examinados, um ótimo rendimento:

[...] procederam-se a chamada tendo respondido 50 alumnos de ambos os sexos [...], procedeu-se em seguida aos exames foram todos os alumnos aprovados. A Comissão examinadora com optimo resultado dos exames rasão pela qual resolveu fazer constar desta acta um voto de louvor ao Director do Collegio, Professor Jeronymo Arantes. Nada mais havendo deuse por findos os exames do que para constar lavrou-se a presente acta. Jeronymo Arantes (Director), Yolanda Vieira, Francisco Silva (Inspector).³⁷⁸

³⁷⁵ Acervo Jerônimo Arantes. Arquivo Público de Uberlândia. *Inventário do Acervo Professor Jerônimo Arantes*. O acervo foi resultado do empenho da equipe do Arquivo Público de Uberlândia, que investiu na aquisição, catalogação, preservação e divulgação de um conjunto de documentos que contém fotografias, clichês, mapas, plantas, jornais, revistas e outras publicações sobre a cidade e região.

³⁷⁶ Cf. ARANTES, Jerônimo. Atas de Exames do Colégio Amor às Letras. Uberabinha, 16 set. 1919. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1919. (ArPU) (AJA).

³⁷⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei*: Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1926. p. 10-18. (ArPU). Reforma educacional com a instalação de sete escolas rurais e uma escola noturna urbana para o ensino primário no município de Uberabinha.

³⁷⁸ ARANTES, Jerônimo. Ata de Exame do Colégio Amor às Letras. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 17 nov. 1925. (ArPU) (AJA).

Esse voto de louvor, obtido diante desse resultado conquistado pelos alunos, reverberava ainda mais as qualidades profissionais do professor e diretor do colégio. E foi mais um dos que havia recebido durante seu exercício profissional no ensino. Esse alto aproveitamento, tanto na aprovação, quanto na relação quantidade e qualidade na formação dos seus alunos, podem ter contribuído para que esse professor fosse notado e convidado pela Câmara Municipal de Uberabinha a atuar no ensino municipal noturno para alunos maiores entre quinze e dezoito anos, a partir do ano de 1925, em substituição à professora Alice Paes.

O desafio proposto pelo governo municipal foi assumido por Jerônimo Arantes. Assim, associado às atividades de ensino no seu próprio colégio, assumiu por mais de dois anos o ensino na Escola Noturna Municipal, de janeiro de 1925 a março de 1927. Este momento torna-se o foco principal da atenção desta pesquisa sobre o exercício profissional do professor Jerônimo Arantes, ao se vincular às atividades do magistério na esfera do governo municipal.

Diante das atividades profissionais no período matutino e vespertino assumidos no seu próprio estabelecimento de ensino, novo compromisso fez parte da sua rotina de trabalho em dirigir a cadeira de ensino noturno para as séries iniciais aos alunos/trabalhadores.

As experiências no ensino vivenciadas pelo professor Jerônimo Arantes haviam possibilitado ao mesmo desenvolver relações de ensino-aprendizagem com alunos que tinham suas despesas educacionais custeadas por particulares (pais, responsáveis, comerciantes e agricultores), como também pelo poder público (por subvenção de governo municipal a famílias pobres).

O processo de subvenção municipal para alunos considerados pobres para estudarem em estabelecimentos de ensino particulares no município foi utilizado desde as primeiras leis educacionais locais, uma ação mínima de princípio democrático e liberal. Porém, no caso específico relacionado ao professor Jerônimo, esse processo se iniciou formalmente em 20 de agosto de 1920, quando o professor requereu junto à Câmara Municipal da cidade, subvenção para dez vagas da instrução primária no Colégio Amor às Letras:

Expediente: Foi lido o seguinte requerimento: - Exmo. Sr. Dr. Agente Executivo Municipal, diz o prof. Jeronymo Arantes, director proprietário do 'Collegio Amor às Letras', que desejando reabrir o seu estabelecimento de instrução primária e elementar para o anno de 1921 com logares para dez estudantes do sexo masculino por conta da municipalidade, vem respeitosamente na pessoa de V. Exa. Requer a Camara Municipal, a verba

consignada para o fim alludido. P. defferimento. Uberabinha, 20 de Agosto de 1920. (a Jeronymo Arantes. Devidamente Sellado”. Autor.)³⁷⁹

Tal requerimento foi apresentado aos vereadores da Câmara Municipal local na sessão ordinária do dia 4 de novembro de 1920. Todavia, no texto do Projeto de Orçamento de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Uberabinha para o exercício de 1921, o processo de subvenção havia sido apresentado na sessão anterior, no dia 3 de novembro de 1920. Neste projeto foi estabelecido no inciso 26, do artigo 2º, a reserva da quantia de 600\$000 Réis anuais para verba de subvenção destinada ao Colégio Amor às Letras³⁸⁰. Ao considerar o fato de o requerimento ter sido datado quase três meses antes da data de leitura na Câmara Municipal de Uberabinha, associado ao fato de que no projeto orçamentário do próximo ano, haviam sido destinados recursos pelas comissões de finanças e contas da CMU para o referido Colégio, pode-se inferir que o professor Jerônimo Arantes havia iniciado conquistas profissionais e políticas em menos de dois anos de retorno a Uberabinha. A Câmara, diante da sobreposição dos fatos deferiu na segunda discussão do requerimento o parecer com os seguintes dizeres ao requerente: “que este auxilio acha-se consignado no orçamento para o exercício de 1921”³⁸¹.

A terceira discussão³⁸² do projeto de orçamento, no dia 8 de novembro, foi aprovada a redação final do mesmo na sessão da Câmara, do dia 9 de novembro de 1920. Ao texto do Projeto de número 3 – do orçamento de receitas e despesas para o ano de 1921 – houve a inserção de emendas, inclusive, ao estabelecer redução para quatro vagas subvencionadas no Colégio Amor às Letras, conforme está no artigo 6º desse projeto:

[...] a municipalidade em comparação aos auxílios concedidos aos estabelecimentos de ensino locais terá o direito aos seguintes lugares, em cada um, no externato: no Gymnásio de Uberabinha 10 lugares; no Collegio N. S. da Conceição 6 lugares; no Instituto Fundamental H. Guimarães 4; “no Collegio Amor às Letras 4”³⁸³.

Passados cinco anos, em 1925, o professor Jerônimo Arantes continuou na direção do seu próprio Colégio Amor às Letras com subvenção municipal, inclusive com respaldo da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, em seus artigos 34 e 39, que estabeleceu benefícios ao Ginásio de Uberabinha, o Colégio N. S. da Conceição e Colégio Amor às Letras, bem como estabeleceu a este último como referencial de direitos a serem concedidos aos

³⁷⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da Câmara Municipal de Uberabinha*, 4 nov. 1920. Uberabinha, 1920. Livro 16, p. 57v. (ArPU).

³⁸⁰ Ibidem, 3 nov. 1920, p. 56f-57f.

³⁸¹ Ibidem, 6 nov. 1920, p. 66f.

³⁸² Ibidem, 8 nov. 1920, p. 67v.

³⁸³ Ibidem, 9 nov. 1920, p. 70f.

estabelecimentos educacionais particulares interessados em adotarem a referida reforma de ensino e receberem subvenção municipal:

Art. 34. Fica o Agente Executivo autorizado a subvencionar os seguintes estabelecimentos escolares desta cidade:

- a) Gymnasio de Uberabinha, com a quantia de 2:000\$000, ficando a Camara com direito a 10 lugares, no curso secundário, para alumnos pobres;
 - b) Collegio N. S. da Conceição, com a quantia de 1:400\$000 tendo a Camara direito a 2 lugares no curso secundário e 10 no primário para creanças pobres;
 - c) Collegio Amor às Letras, com a importância de 1:200\$000, tendo a municipalidade direito a 12 lugares no curso primário, para alunos pobres.
- [...]

Art. 39 – Todas as escolas particulares Urbanas, que seguirem a presente Lei, terão direito aos mesmos favores dispensados ao Collegio Amor às Letras, de accôrdo com a letra C do art. 34.³⁸⁴

Neste mesmo ano, conjuntamente, iniciou ele nova atuação profissional ao dirigir a Escola Noturna Municipal do ensino primário para alunos maiores de dezesseis anos. A atuação profissional simultânea do professor Jerônimo Arantes aponta para o desenvolvimento de mais de um tipo de profissionalismo, e mais uma manifestação de autonomia profissional. Essas são evidências do profissionalismo associado em dois estabelecimentos de ensinos distintos, um na função de professor em estabelecimento de ensino primário da esfera pública municipal e outro em estabelecimento de ensino primário e secundário particular, sendo deste último proprietário e diretor.

O contexto em que o professor Jerônimo Arantes assumiu a direção da Escola Noturna Municipal para alunos/trabalhadores foi distinto de quando a sua antecessora assumiu a mesma escola. Não que haja ocorrido um rompimento, e sim, por compreender que as demandas sociais, processos normativos, incluindo os próprios sujeitos envolvidos estão em constantes processos de mudança. Associa-se à questão ter sido o reinício das experiências na oferta de ensino público para alunos maiores de dezesseis anos de idade, nos anos de 1920, os quais já trabalhavam, e tinham o período noturno como única opção para prosseguir os estudos. Além do que as distintas características pessoais e profissionais entre a professora Alice Paes e o professor Jerônimo Arantes, na questão de perspectiva, de gênero, de formação, de experiências profissionais, sociais, culturais, se somam para gerar contextos distintos.

Entre as alterações sociais percebidas, podem ser mencionadas as manifestações de membros da comunidade que reivindicaram junto à Câmara Municipal da cidade intervenção

³⁸⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei*: Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1926. p. 16-17. (ArPU).

da instituição por força de lei para interromper procedimentos, impedimentos, práticas culturais que dificultavam a frequência dos alunos/trabalhadores nos cursos noturnos na cidade. As reivindicações pleitearam alterações no limite estabelecido por lei, sobre a idade mínima de dezesseis anos, bem como uma melhor delimitação de horários entre o comercial e o de aulas, em razão que os mesmos se justapunham entre o funcionamento do comércio e o início das aulas.

A idade mínima para ingresso no curso noturno estabelecida na lei era de dezesseis anos, conforme o §1º do Artigo 1º da Lei municipal n. 278, de 7 de março de 1923. Tal limite, por mais que esteja no bojo de uma reforma educacional local, não satisfaz a comunidade das famílias dos trabalhadores, que têm nos filhos da idade de doze anos parte integrante de oportunidade de trabalho e renda familiar. Pela perspectiva de que não seria satisfatório aguardar por mais quatro anos para que os mesmos pudessem prosseguir em sua escolarização, no ensino noturno, os alunos, familiares e outros simpatizantes pela causa reivindicaram a flexibilidade da lei nestes assuntos, bem como nos ambientes de trabalho para que o processo de escolarização para seus filhos não fosse interrompido.

Compreende-se que no primeiro ano de funcionamento da Escola Noturna Municipal registrou-se um atendimento precário diante de uma pequena demanda de escolarização advinda da comunidade interessada. Porém, os representantes do povo na Câmara Municipal de Uberabinha não poderiam prontamente alterar leis, normas e procedimentos para atender a essa demanda social, pois traziam características em si de serem líderes democráticos em uma sociedade de herança tradicional, conservadora, escravista e elitista. Neste sentido, entende-se que as demandas de parte da comunidade por mais salas de aula para o curso noturno e a flexibilização da idade mínima a partir dos doze anos necessitavam ainda conquistar a sensibilidade dos membros da Câmara Municipal para que tais reivindicações fossem devidamente atendidas.

Constata-se nos dados gerais que no município de Uberabinha, em meados dos anos de 1920, houve uma crescente demanda por escolarização no município, em todos os tipos de ensino, ao ponto de a maioria dos estabelecimentos públicos estaduais e municipais, bem como os de iniciativa privada, subvencionados ou não, estarem com as vagas quase totalmente preenchidas.

Ainda, em 14 de abril de 1925, a Câmara Municipal confirmou o recebimento de demandas de membros da comunidade urbana e rural do município, esta última oriunda de moradores da fazenda Dias. Ambas reivindicavam por mais escolarização, por mais escolas e

alteração do limite de idade para ingressar no curso primário municipal noturno, conforme pode ser verificado no texto do requerimento abaixo:

Um requerimento assignado por diversas pessoas residentes nesta cidade pedindo alteração da Lei n. 278 de 7 de março de 1923, determinando a idade mínima de 12 annos para a matricula na escola nocturna, ou então autorizar o sr. Agente Executivo a crear uma escola nocturna para meninos de 12 annos a 15.” A Comissão de Instrucção e Finanças. (p. 72v) [...] “[...] Uma representação assignada por 17 pessoas residentes na fazenda dos Dias, neste município, pedindo a Camara a criação de uma escola naquella Fazenda, assim como outro requerimento no mesmo sentido, também assignado por 31 pessoas residentes na mesma fazenda em differente zona, tendo ambos sido enviados à Comissão de Instrucção e de Finanças”. (p. 72v)³⁸⁵.

Três dias se passaram, e em 17 de abril de 1925, novo requerimento foi recebido na Câmara Municipal da cidade reiterando a solicitação já existente de abertura de mais outra escola noturna, esta para alunos com idade de doze a quinze anos, cuja demanda foi oficializada pela Liga Operária de Uberabinha.

[...] Expediente: Pelo Sr. Secretário foi apresentado um requerimento do Presidente da Liga Operária, reforçando o pedido já existente nesta Camara, para ser creado uma escola nocturna, a qual foi archivado, vista as Comissões de Legislação e Justiça e de Instrucção já terem tomado em consideração o permissivo requerimento.³⁸⁶

As demandas não implicavam apenas por mais um escola, mas por alterações nas condições de acesso e permanência de alunos menores de dezesseis anos que trabalhavam e estavam fora dos bancos das escolas diurnas e vespertinas. Pois, a escola noturna municipal estava em funcionamento sob a direção do professor Jerônimo Arantes, a qual havia iniciado com cerca de 27 matriculados desde o dia 2 de fevereiro de 1925. No citado mês de abril, o número de alunos matriculados havia atingido 46 alunos, porém a frequência oscilava de quinze a mais de trinta alunos³⁸⁷.

Todavia, a resposta da Câmara foi imediata, arquivando o requerimento com a seguinte justificativa: “[...] visto as Comissões de Legislação e Justiça e de Instrucção já terem tomado em consideração o primitivo requerimento”³⁸⁸.

³⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 3ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha*, 14 abr. 1925. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 72v-75v. (ArPU).

³⁸⁶ Idem. *Acta da 5ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha*, 17 abr. 1925. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 84v-85v. (ArPU).

³⁸⁷ ARANTES, Jerônimo. Livro da Escola Noturna Municipal, 1925. Uberabinha. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1925. (ArPU) (AJA).

³⁸⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 5ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha*, 17 abr. 1925. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 84v-85v. (ArPU). p. 85f.

De fato, as manifestações não se limitaram apenas ao ensino público, pois partiram também de alunos vinculados ao estabelecimento de ensino secundário privado da cidade, o Ginásio de Uberabinha. Alguns desses alunos e outros solidários assinaram e requereram da parte do legislativo e do executivo municipal interferência num conflito de interesses, já existente, entre esses alunos/trabalhadores e a prática de comerciantes de manterem abertos seus estabelecimentos comerciais até depois das 19 horas, o que vinha dificultar a participação dos primeiros às aulas do Ginásio.

No texto da Ata de 18 de abril de 1925, foi assim registrado: “[...]. Lida uma representação assignada por diversos negociantes desta cidade e alunos do curso noturno do ‘Gymnásio de Uberabinha’, foi enviada à Comissão de Legislação e Justiça para dar parecer” (p. 86f) [...] ³⁸⁹. O encaminhamento foi o corriqueiro, dentro dos trâmites legais da casa legislativa.

A Câmara já estava apreciando as primeiras demandas de parte da população por melhorias no ensino noturno público, todavia, nessa não houve reivindicação de tamanha ousadia, que afrontasse os interesses financeiros e comerciais de comerciantes, a ponto de requerer uma posição dos vereadores a favor dos alunos/trabalhadores. Esta nova demanda de alunos do Ginásio exigiria uma maior articulação e sensibilidade dos vereadores em razão de que os mesmos eram considerados parte diretamente envolvida no comércio e administração de estabelecimentos comerciais na cidade. Todavia, nessa mesma sessão, o vereador Sr. Odilon Ferreira requereu a retirada do parecer para se proceder a pequena modificação sobre a reivindicação de alunos/trabalhadores do Ginásio ³⁹⁰.

Dois dias se passaram, e no dia 20 de abril daquele ano, durante a sétima sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal, o referido assunto retornou a pauta da discussão. O vereador Odilon Ferreira em nome da Comissão de Instrução e Finanças fez a apresentação do parecer que entraria na ordem do dia daquela sessão “[...] sobre o requerimento de Francisco Bernardes e outros sobre a escola noturna” ³⁹¹. Em seguida, o vereador Sr. Adolpho Fonseca e Silva recebeu aprovação de seu requerimento de vista sobre o mesmo:

[...] em nome da Comissão de Legislação e Justiça, requereu mais 48 horas de prazo afim de poder a mesma Comissão dar parecer sobre o

³⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 6ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha, 18 abr. 1925*. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 85v-86v. (ArPU).

³⁹⁰ Cf. Ibidem, p. 86f.

³⁹¹ Idem. *Acta da 7ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha, 20 abr. 1925*. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 86v-87f.

requerimento de diversos Comerciantes e estudantes desta cidade pedindo o fechamento dos pontos das casas de comercios as 7 horas, requerimento este que foi aprovado.³⁹²

Ao terminar o expediente, e iniciar a ordem do dia, em seqüência dos trabalhos na mesma sessão da Câmara³⁹³, foi aprovado o parecer das Comissões de Finanças e Contas e Instrução relativo à escola noturna, com o arquivamento, por ter sido atendido o pedido.

Na oitava e última sessão da segunda reunião ordinária, realizada em 22 de abril de 1925, o vereador Adolpho Fonseca utilizou, novamente, da estratégia anterior de impedimento para pelo menos atrasar a deliberação da Câmara sobre esta demanda “[...] e em nome da Comissão de Legislação e Justiça foi requerido a retirada da mesa, do requerimento de Francisco Bernardes de Assis e outros, sobre o fechamento do comércio às 7 horas, para dar melhor parecer na próxima sessão”³⁹⁴. Estratégia vitoriosa, o de requerer vista do parecer da comissão, pois na segunda reunião da Câmara foi encerrado o assunto, e o mesmo não retornou mais à *casa do povo*, como os próprios vereadores a denominavam.

Mesmo que a legislação não surgisse e não imputasse alteração no processo da escolarização do ensino noturno em Uberabinha a favor de melhores condições de acesso dos alunos dessa instituição educativa, constata-se que em 1925 havia um contexto distinto do que ocorreu no ano anterior. Pois, organizada ou não, parte da população jovem trabalhadora, com apoio de familiares e outros solidários, reivindicava melhores condições de acesso e permanência no processo de escolarização na cidade.

De fato, a demanda dos alunos e familiares que requereram a criação de mais uma cadeira de ensino primário no noturno para alunos de idade entre doze e quinze anos foi atendida pela Câmara Municipal. No mês de junho daquele ano, nas páginas da imprensa local encontra-se a publicação de um relatório do Inspetor Escolar Municipal Francisco Santos Silva que registrou a existência de 36 alunos matriculados no mês de junho de 1925, na cadeira da Escola Noturna Municipal para alunos de doze e quinze anos de idade; e a manutenção da cadeira anterior para alunos com idade acima de dezesseis anos, com 51 alunos matriculados³⁹⁵.

³⁹² Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 7ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha*, 20 abr. 1925. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 86v-87f. p. 86v.

³⁹³ Cf. Ibidem, p. 88v. (ArPU).

³⁹⁴ Cf. Ibidem.

³⁹⁵ INSTRUÇÃO Pública. *A Tribuna*. Uberabinha, ano VII, n. 297, p. 3, 12 jul.1925.

Escolas	Secção	Alunos						Obs.
		Matriculados	Frequentes	Faltosos	Elimin	Visita E	Dias Le	
Paraizo	Matinal	50	40		10		26	
“	Vespéral	59	52		7		26	
Burity	Matinal	32	24	8			26	
“	Vespéral	37	19	18			26	
Marimbondo	Matinal	22	22			1	26	
“	Vespéral	27	25	2		1	26	
Tenda	Única	55	48	5	2	1	26	
Pereiras	Matinal	31	31				26	
“	Vespéral	28	24	4			26	
Sucupira	Única	26	26				26	
Machados	Matinal	34	34				26	
“	Vespéral	26	26				26	
Quilombo	Única	91	64	27			26	
Nocturna (idade +16 anos)		51	35			1	26	
Nocturna (idade + 12 -16 anos)	Única	36	33	1	2	1	26	
		605	503	65	37			

Quadro 1 - Movimento das Escolas Municipais durante o mez de Junho de 1925

Fonte: *A Tribuna*. Uberabinha, ano VII, n. 297, p. 3, 12 jul. 1925.

Considero que esta demanda já era de conhecimento do professor Jerônimo Arantes e, a partir de fevereiro de 1925, havia assumido a direção da Escola Noturna Municipal. Por ser proprietário, diretor e professor em Uberabinha, por mais de seis anos, conhecia a atualidade da legislação de ensino, bem como o desejo de alguns alunos/trabalhadores de sentar nos bancos da escola pública, mesmo que não tivessem a idade mínima de dezesseis anos, e terminarem o curso primário. Essa postura compactua com a ideia republicana de que pela educação tato o sujeito quanto a nação se desenvolvem para o progresso do país.

Na primeira visita que o Inspetor Escolar Municipal Francisco Santos Silva fez ao professor da Escola Noturna Municipal em 1925, o mesmo registrou uma advertência para que os alunos menores de dezesseis anos não continuassem a frequentar a escola, em razão do impedimento legal, bem como fizessem os mesmos demanda direta ao Agente Executivo:

Aos dez dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e vinte e cinco, estive nesta Escola Nocturna, regido pelo professor Jeronymo Arantes, ahi estando, verifiquei a presença de vinte e [sete] alumnos, dos quais, depois de feita a chamada, responderam quinze, faltando pela matriculas somente nove. Perguntei ao professor: porque razão estavam presentes vinte e sete e muitos

não responderam à chamada?. Mas ainda não estavam matriculados, já tivera entrado este dia; fica assim applicada a diferença entre a matrícula ai verdadeiramente matriculados e presentes: e também scientes de clausula de pena de os alumnos de menos de 13 e 14 na matrícula não podem continuar por serem menores de 16 annos; entretanto estes alumnos podem [ir contra] desta minha decisão, por escrito, ao Senhor Agente Executivo. Uberabinha, 10 de fevereiro de 1925.³⁹⁶

A presença dos alunos menores de dezesseis anos demonstrava que o interesse na escolarização havia ampliado para um público que a legislação municipal não havia identificado, e teria de ser resolvida esta lacuna. A indicação dada pelo inspetor municipal redundou na abertura da cadeira de ensino primário noturno para alunos de doze a quinze anos.

No dia 10 de fevereiro de 1925, o professor Jerônimo Arantes havia permanecido durante todo o dia nas dependências do Colégio Amor às Letras. Provavelmente, nos períodos diurno e vespertino ministrou suas aulas para os alunos dos quatro anos do ensino primário, além de assumir a direção do colégio. A partir das 18 horas, as dependências desse colégio passavam a ser assumidas pelo governo municipal para a ministração das aulas das três primeiras séries do curso primário da Escola Noturna Municipal.

A autonomia profissional do professor Jerônimo Arantes sofria alteração durante esta transição de esferas de poder. Por ocupar a profissão de professor em esferas de governo distintas, tendo aspectos da profissionalização na esfera municipal distinta de quando o mesmo assumia a profissão na esfera privada. O mesmo raciocínio pode ser utilizado nas dimensões da profissionalidade que agem e reagem distintamente quando este professor assumiu por um lado a docência na esfera pública municipal, e por outro, quando assumiu a docência na esfera privada. O resultado, conseqüentemente, denotaria a manifestação de profissionalismos distintos para o mesmo professor, respectivamente, aos seus locais de atuação.

Os profissionalismos do professor Jerônimo Arantes à frente da Escola Noturna Municipal podem ser identificados com o associado e o competente pleno, no período de 1925 e 1926. Esses diferentes profissionalismos resultam das tensões que os aspectos da profissionalização e as dimensões da profissionalidade, simultaneamente, exerceram sobre a autonomia profissional deste professor.

Quanto aos aspectos da profissionalização do professor Jerônimo Arantes no período em foco, pode-se ter a seguinte configuração. O primeiro aspecto a ser observado na

³⁹⁶ ARANTES, Jerônimo. Livro da Escola Noturna Municipal. Uberabinha, 1925. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1925. (ArPU) (AJA).

profissionalização diz respeito a ter uma habilitação legal em instituição específica para atuação na profissão de professor. Nos anos de 1925 a 1926, o professor Jerônimo Arantes possuía a formação que já havia conquistado em anos anteriores no Colégio Bandeira. Há duas informações a respeito: uma de que o mesmo “concluiu seus estudos”³⁹⁷ e outra de que concluiu a “4ª série ginasial”³⁹⁸ no Colégio Bandeira.

Durante esta pesquisa, não obtive contato com registros dos cursos do Colégio Bandeira de Monte Alegre, entretanto, com os indícios de que o mesmo adotava o regime e programas de estudos do Ginásio Nacional³⁹⁹, visando obter a equiparação aos Institutos particulares, o curso secundário era constituído de seis anos. Possível esta situação por encontrar a informação na imprensa escrita de que em Uberabinha, o Colégio Bandeira adotava o programa do Ginásio Uberabense, equiparado ao Ginásio Nacional com pequenas modificações, isto em 1908, conforme o texto do anúncio abaixo:

“*Collegio Bandeira*”.

ESTABELECIMENTO DE INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA

Sob a direcção do antigo educador

JOSE' FELIX BANDEIRA

EM UM PREDIO ESPAÇOSO E AREJADO

Neste estabelecimento se defundirá o ensino primario e secundario: aquelle, de accordo com o actual programma do ensino publico estadual e seu respectivo regulamento e este, com o do Gymnasio Uberabense, com pequenas modificações; para o que conta com quatro professores de reconhecida competencia⁴⁰⁰.

No entanto, as fontes pesquisadas informam que o professor Jerônimo Arantes concluiu o 4º ano do Curso Ginásial no Colégio Bandeira. Sendo assim, teria o secundário incompleto, estando em desenvolvimento para uma formação propedêutica em instituição não específica na formação da profissão de professor. Em razão de que, em primeiro lugar, o curso secundário visava esse tipo de formação, a do ingresso no ensino superior, ainda durante a Primeira República. Em segundo, pode-se acrescentar que o mesmo retornou aos estudos, durante os anos de 1933 e 1934, quando à frente da Inspetoria Escolar Municipal, ao ser convidado pelo governo mineiro a participar de um curso de aperfeiçoamento em estatística, realizado em Belo Horizonte. Isto, em razão de necessitar coletar, analisar e repassar dados para o governo do Estado de Minas Gerais, sobre a educação local em

³⁹⁷ TEIXEIRA, T. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. p. 239. v. 1.

³⁹⁸ LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004. p. 40.

³⁹⁹ MOACYR, Primitivo. *A Instrução e a República – 1900-1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941b. p. 79-121. v. 3.

⁴⁰⁰ COLLÉGIO Bandeira. *O Progresso*, anno I, n. 41, p. 6, 28 jun. 1908. (ArPU) (AJA).

coerência à perspectiva técnico-racional que emergiu à época⁴⁰¹. Todavia este aperfeiçoamento ocorreu quase uma década depois de ter assumido a Escola Noturna Municipal.

Jerônimo Arantes assumiu o compromisso de reger a cadeira da Escola Noturna Municipal, a partir de 1925, sem fugir ao que fazia a grande maioria do professorado que atuava nas escolas particulares do ensino primário, bem como nas escolas públicas municipais no país. O título legal de normalista ele não o possuía, entretanto, havia conquistado o respeito profissional nas comunidades de Uberabinha e Santa Rita de Paranaíba, durante os dezoito anos de experiência e comprovação de sua atuação de professor em estabelecimento de ensino primário e secundário nessas comunidades.

Com essa formação ginasial e com as práticas de ensino que havia observado e vivenciado, enquanto professor adjunto do Colégio Bandeira, por cerca de oito anos sob a orientação do professor José Félix Bandeira⁴⁰², e outros dois a três anos em Santa Rita do Paranaíba, em seu próprio estabelecimento de ensino, com mais cerca de seis anos a frente do Colégio Amor às Letras em Uberabinha, os resultados por onde passava comprovavam a qualidade do serviço prestado pelo professor Jerônimo Arantes, o que atestava possuir formação adquirida em serviço.

Outro aspecto da profissionalização do professor diz respeito ao suporte legal para o exercício da profissão, com atenção aos quesitos do tempo dedicado ao exercício da profissão, direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas estabelecidos pelo corpo legal.

Jerônimo Arantes, por ser o proprietário, diretor e professor de seu próprio estabelecimento de ensino, provavelmente, acompanhava o desenvolvimento dos assuntos educacionais relativos às esferas federal, estadual e municipal, durante a primeira metade da década de 1920, como parte da sua atividade profissional.

Na esfera do governo municipal, Jerônimo Arantes encontrou nos anos de 1925 e 1926, um corpo legal recém-atualizado pela Câmara Municipal de Uberabinha, pela publicação da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, com seus 49 artigos, e da Lei n. 317, de 28 de julho de 1924, com seus três artigos. Ambas estabelecem o suporte legal sendo marco referencial para o Terceiro Momento da profissionalização do professor municipal em Uberabinha⁴⁰³.

⁴⁰¹ ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistador: Flávio César Freitas Vieira. Uberlândia, 10 fev. 2009

⁴⁰² ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus*: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 17.

⁴⁰³ VIEIRA, Flávio César Freitas. *Profissionalização docente e legislação educacional*: Uberabinha (1892-1930). 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação,

Essa atualização da legislação educacional local possibilitou que, com base no texto da primeira lei citada, ocorresse um avanço de aproximação em direção à legislação estadual mineira. Houve um real incentivo de investimento para a expansão e qualificação da oferta de ensino municipal à comunidade, superando a antiga polarização nas subvenções às escolas particulares de ensino primário e secundário, para também ocorrer real investimento na instalação de sete escolas municipais rurais e uma escola noturna urbana. Dezesseis artigos atualizaram as normas para o exercício da profissão docente no município⁴⁰⁴. No texto da segunda lei referida acima, houve uma delimitação para que os recursos financeiros do município fossem de fato destinados aos professores municipais, excluindo a possibilidade de estender aos professores estaduais os prêmios financeiros.

De uma forma direta o professor Jerônimo Arantes já havia se beneficiado quando da aprovação da Lei n. 278, de 7 de março de 1923, quando foi estabelecido em seu texto, na letra c do Artigo 34, a autorização ao Agente Executivo para subvencionar o “Collegio Amor às Letras, com a importância de 1:200\$000, tendo a municipalidade direito a 12 lugares no curso primario, para alumnos pobres”, bem como a referência no artigo 39, que estabelece por parâmetro de subvenção aos estabelecimentos de ensino particular o Colégio Amor às Letras: “todas as escolas particulares, urbanas, que seguirem a presente lei, terão direito aos mesmos favores dispensados ao Collegio Amor às Letras de accordo com a letra C do artigo 34”⁴⁰⁵. O reconhecimento profissional do professor Jerônimo Arantes foi exposto publicamente quando da referência de seu estabelecimento de ensino, o Colégio Amor às Letras, sendo este um determinado parâmetro para os demais estabelecimentos particulares que desejassem reivindicar subvenção pública municipal.

O professor Jerônimo demonstrou ter uma atuação competente na docência no Colégio Amor às Letras, bem como possuía uma reputação moral e ética reconhecida. Era um profissional para quem os pais confiavam em entregar seus filhos aos seus cuidados para que, ao buscá-los, os encontrassem educados e amigos das letras, não todos, com certeza, mas a maioria.

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. p. 125-151. Os momentos da profissionalização do professor em Uberabinha foram identificados em três: 1. Construção (1892-1899); 2. Consolidação (1899-1923); 3. Atualização (1923-1930).

⁴⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278, de 7 de março de 1923. *Lei*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923. p. 10. (ArPU). “Art. 1º. Ficam creadas sete escolas ruraes de ensino primario e elementar neste município, mantidas pela Camara Municipal, nos núcleos de população que offerecerem gratuitamente o predio para o seu funcionamento. §1. Alem das escolas ruraes de que trata o artigo anterior, fica igualmente creada uma escola nocturna, na sede do município, para o sexo masculino, recebendo sómente alumnos maiores de 16 annos”.

⁴⁰⁵ Ibidem.

Tal reputação era no mínimo necessária para que o governo municipal convidasse o professor Jerônimo Arantes para dirigir a Escola Noturna Municipal. Mesmo não tendo o diploma de normalista que seria o primeiro critério para assumir a vaga de professor municipal, foi convidado por atender ao segundo critério, de preferência aos professores que atuassem nos estabelecimentos privados, e se sujeitassem às exigências da legislação municipal, conforme se apresenta nos artigos 12, 13 e 14 da Lei n. 278:

Art. 12. Os professores municipaes são funcionarios nomeados e demittidos livremente pelo Presidente da Camara.

§ 1º. Tem preferencia para este cargo:

1- Os diplomados pelas escolas normaes do Estado;

2- Os professores particulares que se sujeitarem às exigências do artigo subsequente.

Art. 13 – Para nomeação de professor são exigidos os seguintes predicados:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Idade mínima de 20 annos, para os homens, e 18 para mulheres;

c) Não soffrer de moléstia repulsiva ou contagiosa;

d) Prestar exame de que trata o artigo que segue.

Art. 14. Para nomeação do professor municipal, há hypothese do candidato não ser normalista, submeter-se-á este a exame perante uma comissão composta de duas pessoas idôneas, nomeadas pelo Presidente da Camara e presidida pelo Inspector Escolar.⁴⁰⁶

No caso, o professor Jerônimo atendeu ao segundo critério e passou a ser funcionário da Câmara, passível de nomeação e demissão, bem como de necessitar atender os demais critérios dos artigos 13 e 14. Esta necessidade de ter uma formação específica para a atuação de professor foi se consolidando desde o primeiro Momento da Profissionalização do professor no município, quando da aprovação do Regulamento Escolar do Município de Uberabinha, em 9 de março de 1896⁴⁰⁷. Todavia a atualização ocorreu na Lei n. 278, conforme citado acima.

Uma vez assumido o compromisso à frente do ensino municipal noturno, o professor Jerônimo Arantes recebeu a vinculação hierárquica direta com o Inspetor Escolar Municipal, na pessoa de Francisco Santos Silva, que havia assumido essa função de inteira confiança do Agente Executivo, conforme estabeleceu o texto do artigo 8º da Lei n. 278⁴⁰⁸, o qual se tornou elemento de representação e de controle do governo municipal na prática docente. Porém,

⁴⁰⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Artigo 12º do Projeto da Lei n. 278, de 7 de março de 1923. Redação Final do Projeto n. 3. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha*. 7 mar. 1923. Uberabinha, 1923, Livro 18, p. 56v-57f. (ArPU).

⁴⁰⁷ Cf. artigos 24 e 25 em: ARANTES, Jerônimo. Regulamento Externo. Regulamento Escolar do Município de Uberabinha. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberabinha, 9 mar. 1896. (AJA),

⁴⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278, de 7 de março de 1923. *Lei*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923. p. 10. (ArPU). “Art. 8º. Para auxiliar a fiscalização das escolas Municipaes, fica creado o lugar de Inspector Municipal do Ensino, nomeado livremente pelo Agente Executivo, devendo ser pessoa de sua confiança e de reconhecida competência pedagógica”.

estavam ambos submetidos à autoridade do Agente Executivo e Presidente da Câmara Municipal local.

A remuneração destinada ao pagamento do professor municipal Jerônimo Arantes no ano de 1925 estava estimada em 1:800\$000 réis, conforme estabelecia o inciso 31 do Art. 2º da Lei n. 322, de 6 de dezembro de 1924, abaixo do valor de 2:400\$000 estabelecido pelo inciso 6º do artigo 1º da Lei n. 317, de 28 de julho de 1924, que alterou o valor da remuneração do professora municipal. O que justificou esta defasagem não foi exposto no último texto legal. Não há dado que comprove o valor total recebido pelo professor Jerônimo Arantes durante o ano de 1925 por estar à frente da Escola Noturna Municipal.

Há entre as fontes, outras informações, como dados sobre o mesmo ter atingido o critério mínimo de frequência média mensal acima de vinte alunos durante o ano de 1925, com cerca de 33 alunos matriculados em média e um percentual de frequência bem próximo dos 100%, conforme demonstram os dados no Gráfico 3⁴⁰⁹ abaixo.

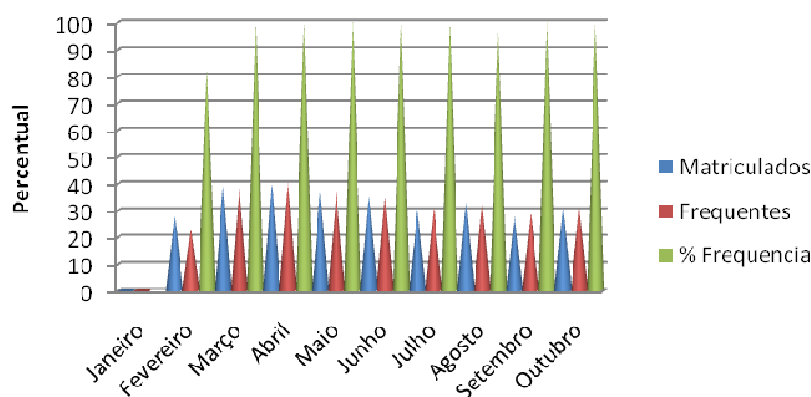


Gráfico 3 - Demonstrativo do número de alunos matriculados, frequentes e percentual de frequência na Escola Noturna Municipal - 1925

O professor municipal Jerônimo Arantes, à frente da Escola Noturna Municipal para alunos maiores de dezesseis anos, atendeu plenamente ao que estabelecia a Lei n. 278, de 7 de março de 1923, sobre os deveres dos professores municipais, pois não houve evidências que indicassem o contrário.

Em destaque pode-se apontar a responsabilidade, o compromisso, a competência exigidos pelo governo municipal na obediência, tanto no programa de ensino municipal, quanto nos métodos indicados para o ensino, “méthodos instructivos e práticos”, cumprir horários e normas, zelar pelo patrimônio, no que está estabelecido nos artigos 15, 17, 24, 25,

⁴⁰⁹ ARANTES, Jerônimo. *Pasta Temática Educação n. 15-A e 15-D*. Uberabinha, 1926. (ArPU) (AJA).

26 e 27. As evidências encontradas nos registros do Inspetor Escolar Municipal são favoráveis a atuação do professor à frente dessa cadeira municipal noturna do ensino primário, e pode ser resumida nas expressões utilizadas por Francisco Santos Silva, após avaliação da mesma. Na maioria das vezes que visitou a Escola Noturna durante os anos de 1925 e 1926, ao final de seus registros escrevia a seguinte frase: “tudo mais estava em ordem”. E outras poucas oportunidades: “no entanto nada mais tenho a dizer sobre esta escola sede sempre tendo encontrado boa ordem e disciplina e aplicação da parte dos alumnos a muita dedicação da do professor”⁴¹⁰.

Outro ponto que é imputado no aspecto do suporte legal, diz respeito às proibições, sejam elas essenciais ou circunstanciais⁴¹¹. O professor municipal Jerônimo Arantes recebeu uma legislação atualizada cujas proibições não afetaram sua atuação. Ficou estabelecido que o professor estava proibido por lei, em um texto reduzido no artigo 25 da Lei n. 278, de aplicar qualquer ação que ferisse a individualidade do aluno: “comdenado o systema de soletração e decoração”; e outra essencial que estabeleceu no parágrafo único: “são expressamente prohibidos os castigos phisicos, as injurias e ameaças entre professores e alumnos”⁴¹². Considero que o mesmo, tanto na formação quanto na atuação de professor, nutriu o respeito aos alunos, à pátria e ao ideal republicano.

No último aspecto da profissionalização do professor, a participação e reconhecimento profissional do professor enquanto membro de um núcleo, ou um agrupamento e ou associação de profissionais, o professor Jerônimo Arantes não expressou fazer parte de qualquer núcleo, agrupamento e ou associação de professores municipais. A realidade dele e dos demais professores municipais nessa época pode ser identificada como a de um grupo de profissionais desarticulados. As razões que contribuíram para manter esse conjunto de professores municipais dessa forma podem ser o pequeno número, a instabilidade na manutenção da vaga de professor municipal, e o forte poder político advindo do governo municipal.

⁴¹⁰ ARANTES, Jerônimo. Livro de Visita do Inspetor Escolar Municipal à Escola Noturna Municipal. 1925, 1926. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1925-1926. (APA) (APU). As datas das visitas em que o Inspetor registrou o termo literal ou com essa ideia “tudo mais estava em ordem”: 27 de abril; 28 de agosto; 29 de setembro; 29 de outubro e 30 de novembro de 1925. No ano de 1926 as datas são: 26 de fevereiro; 25 de março; 19 de abril; 28 de maio; 19 de junho; 28 de julho; 12 de agosto; 28 de outubro.

⁴¹¹ Estabeleço a distinção entre proibição essencial e circunstancial, em que a primeira diz respeito a restrições imputadas por lei para garantir que o professor, na relação ensino/aprendizagem que se desenvolve com o aluno, manterá atitude leal, respeitosa, sem violência. A segunda, diz respeito a restrições transitórias imputadas por lei ao professor na tentativa de moldá-la de conformidade às circunstâncias socioeconômicas e culturais, principalmente, em transições de mudanças de governos, regimes políticos, etc.

⁴¹² CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 278, de 7 de março de 1923. *Lei*. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923. p. 15. (ArPU).

Em síntese, pode-se considerar que a expressão resultante da profissionalização do professor municipal Jerônimo Arantes em 1925 e 1926 à frente da Escola Noturna Municipal para alunos maiores de dezesseis anos foi de um professor que compensou, com o reconhecimento profissional conquistado em quase dezoito anos de exercício da profissão, a ausência de uma formação profissional em instituição específica. Possuía os quesitos que atenderam as exigências legais para o ingresso e permanência no quadro de professores municipais por ser reconhecido proprietário, diretor e professor de escola particular na cidade.

Estes aspectos da profissionalização do professor Jerônimo Arantes promoveram uma pressão delimitadora sobre a autonomia desse profissional da educação durante sua atuação à frente da cadeira municipal de ensino primário. Em consequência, por um lado, tem-se que essa pressão, necessária para a constituição do profissional da educação para o exercício docente, alimenta uma reação localizada no próprio indivíduo na busca de compensação, de uma sensível perda de autonomia ou de uma nova delimitação sobre a sua autonomia, gerando uma força de reação que age na valorização dessa autonomia profissional com base nas dimensões da profissionalidade não tangíveis pela ação dos aspectos da profissionalização.

O foco, a partir desse ponto, passa para o outro lado do profissionalismo, e no caso, busca-se compreender a profissionalidade do professor Jerônimo Arantes. Esta pode ser encontrada nos elementos que a constituem, de acordo com a elaboração de Contreras das dimensões: obrigação moral, compromisso com a comunidade e a competência profissional.

Em primeiro lugar, observo que a tensão resultante produz um caráter profissional do professor Jerônimo Arantes, nesse período enfocado, distinto dos demais momentos da sua atuação docente. Em razão da trajetória da sua profissão de professor, o mesmo constantemente buscou a atualização do seu caráter profissional, buscou encontrar estabilização da sua própria autonomia profissional que, primeiro, o satisfizesse, diante das constantes renovações advindas da tensão promovida pelos aspectos da profissionalização e as dimensões da profissionalidade.

O professor Jerônimo Arantes manifestou-se culturalmente adequado ao contexto de uma escola para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos durante segundo e terceiro ano de existência. Parte da comunidade uberabinhense, principalmente de famílias de comerciantes, agricultores e operários reivindicou a manutenção desta e abertura de outra, destinada a alunos/trabalhadores com idade de doze a quinze anos. O espaço ocupado pela Escola Municipal Noturna era o prédio do próprio professor Jerônimo Arantes, que já oferecia aulas noturnas a alguns alunos do Colégio Amor às Letras. Tanto ele como parte da

comunidade da cidade já se reconheciam como integrantes da solução para o ensino primário noturno.

Tendo uma competência intelectual e técnica já demonstrada anteriormente, o professor Jerônimo Arantes teve respaldada sua autoridade no ensino primário como educador para meninos e adolescentes à época. Nos registros, não houve por parte dos alunos alguma manifestação de resistência, insubordinação, e no que tange à atuação do professor, não houve perda da autoridade, incompatibilidade com o método de ensino oferecido por ele, ausências coletivas dos alunos sem prévio aviso. Como também, por parte do Inspetor Escolar Municipal, Francisco Santos Silva, na maioria dos registros no Livro de Visitas a expressão de contentamento pela atuação tanto do professor como do desenvolvimento escolar dos alunos poderia ser identificada na expressão: “tudo está em ordem”⁴¹³. Entretanto, o inspetor fez outros registros, em apenas duas visitas durante os dois anos, uma em 4 de março e, outra em 27 de junho de 1925. Ressaltou nessas ocasiões que o professor conversou com os alunos sobre o horário das 18 horas, o do início das aulas noturnas, e que o horário das chamadas estabelecido era o das 18 horas e trinta minutos, em consideração aos alunos que residiam distantes da escola.

A fama de “Jerominho” Arantes havia conquistado parte da comunidade de Uberabinha, sendo considerado excelente educador, a ponto de fazendeiros, comerciantes, agricultores matricularem seus próprios filhos para que fossem educados e convertidos ao “amor às letras”⁴¹⁴. Essa distinção do professor e do educador respaldava a valorização na sua autonomia profissional caracterizada por ter certa independência de juízo associada à ciência de saber identificar a sua identidade e a dos alunos, pais e demais membros da comunidade. Todavia, a ciência do professor Jerônimo Arantes estava nutrida pela perspectiva dos princípios laicos, positivistas, nacionalistas que faziam parte da subjetividade desse professor.

O desempenho do professor Jerônimo Arantes, em 1926, alcançado à frente da mesma escola municipal, com a constante inspeção de Francisco Santos Silva no controle de frequência, tanto sua quanto de seus alunos, possibilitou a conquista de um preenchimento nos diários mensais da cadeira primária demonstrando uma frequência de 100% do número de alunos matriculados, durante nove meses do período letivo. Observo que os dados referentes

⁴¹³ Cf. ARANTES, Jerônimo. Livro de Visita do Inspetor Escolar Municipal. Escola Noturna Municipal. 1925-1926. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1925-1926. (ArPU) (AJA).

⁴¹⁴ A distinção entre a atuação do educador e do professor Jerônimo Arantes foi realizada por Delvar Arantes. Relata Delvar que o pai era contratado por fazendeiros, comerciantes, agricultores e outros para realizar uma intervenção na educação de seus filhos que ao final os mesmos amavam os livros, os estudos. Para tanto, os meninos eram matriculados no Colégio Amor às Letras e recebiam uma educação distinta. Os resultados obtidos pelo professor fez que surgisse a expressão à época: “Leva para o Jerominho Arantes que ele dá jeito”. (ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistador: Flávio César Freitas Vieira. Uberlândia, 10 fev. 2009).

aos meses de fevereiro e março de 1926 não foram inseridos por ausência nas fontes pesquisadas. Todavia, não impedem considerar que havia uma maior liberdade nesse preenchimento do que nos anos anteriores, principalmente, quando comparado com o ano de 1924, sendo a regente à época, a professora Alice Paes.

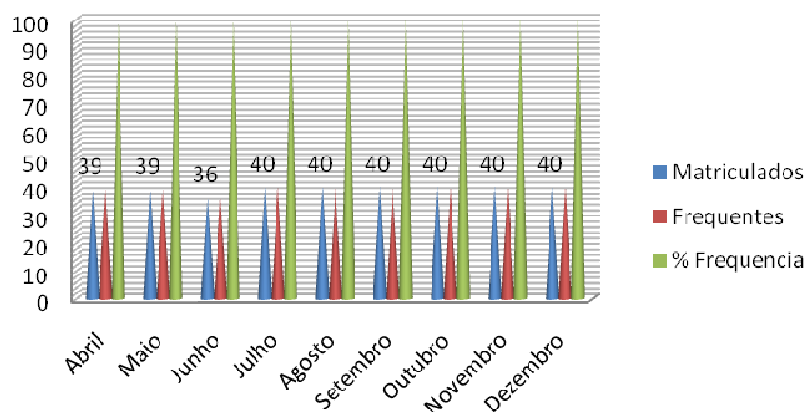


Gráfico 4 - Demonstrativo do número de alunos matriculados, frequentes e percentual de frequência na Escola Noturna Municipal – 1926

Fonte: ARANTES, Jeônimo. Diários mensais da cadeira primária da Escola Noturna Municipal, 1926. *Pasta Temática Educação*, n. 15-A e 15-D. Uberabinha, 1926. (ArPU) (AJA).

A princípio, o Gráfico 4 acima pode expressar a assiduidade dos alunos que não faltavam às aulas do professor Jerônimo Arantes, no ano de 1926. Os dados obtidos na fonte indicam que os números de alunos matriculados e de frequentes eram coincidentes ao longo dos meses de abril a dezembro, atingindo 100% na maior parte do período. Expressa ainda, a confiança que o professor havia alcançado, ou que já a possuía, junto ao seu hierárquico imediato, a ponto de não adverti-lo em nenhum momento sobre esse tipo de padrão de preenchimento do diário, uma vez que essa frequência dos alunos, provavelmente, oscilava na rotina escolar, tanto diária quanto mensalmente. Houve apenas um registro de uma advertência, mas esta dirigida ao professor para alertar aos alunos para que os mesmos não faltassem às aulas.

[...] estive na escola nocturna, seguida pelo professor Jeronymo Arantes, ahi estando verifiquei a presença de dez alumnos dos trinta e nove matriculados; notei que em outros dias a freqüência tem sido maior; é preciso que o Snr. Professor chame a attenção dos alumnos de este facto de falta de freqüência. Tudo mais estava em ordem.

Uberabinha, 25 de março de 1926.

F. Santos Silva

Em tempo. Por ter o professor empregado ler diferente, disse que estavam presentes dez, quando na realidade são dezesseis.

Uberabinha, 25 de março de 1926. F. Santos Silva.⁴¹⁵

Ao confrontar tais dados com os do próprio Inspetor, que registrou no Livro de Visitas da Escola Noturna Municipal naquele ano, avalio que havia uma menor oscilação no número de alunos matriculados em relação aos dados do professor Jerônimo. Porém, com referência aos números de alunos frequentes em aula, ocorria uma maior oscilação, isto com base entre o dia da visita do inspetor em comparação com os dados registrados nos diários pelo professor Jerônimo, conforme pode ser demonstrado no Gráfico 5.

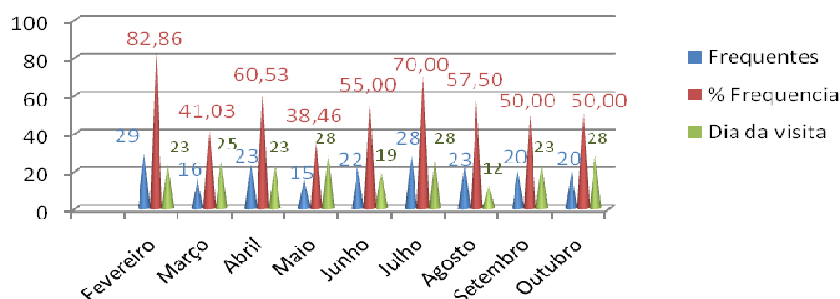


Gráfico 5 - Demonstrativo do número de alunos frequentes, percentual de frequência em dias específicos da visita do Inspetor Escolar Municipal à Escola Noturna Municipal - 1926

No ano de 1926, em primeiro lugar, considero ser mais condizente a realidade de frequência nas aulas de alunos/trabalhadores os pertinentes aos registros do Inspetor Francisco Santos Silva do que as do professor Jerônimo Arantes, conforme demonstra o gráfico acima.

Em segundo lugar, ressalto a compreensão de que sob o mesmo corpo legal que normaliza condutas, procedimentos de uma gama de professores em um determinado local e período, não há garantia de que os resultados almejados por estes profissionais serão os mesmos ou ao menos semelhantes. Pode ser aventado que essa produção distinta diz respeito ao outro sujeito da relação, ao aluno, e assim, justificar-se-ia a distinção dos resultados a serem obtidos pelos professores, pois há alunos distintos. Esse é um dos fatores que interferem na constituição dos diversos profissionalismos do professor, entretanto, ressalto que as questões vinculadas ao próprio professor têm maior poder de interferir nessa produção.

As dimensões da sua profissionalidade permitem que se compreendam aspectos subjetivos que objetivam determinadas ações na atuação profissional, e que estão

⁴¹⁵ SILVA, Francisco Santos. Livro de Visita Escola Noturna Municipal. Inspetor Escolar Municipal, 25 mar.1926. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1926. (ArPU) (AJA).

historicamente vinculadas ao processo de constante desenvolvimento que abarca tanto aspectos de formação, quanto de atuação do profissional.

O professor Jerônimo Arantes valorizou a ordem, a disciplina, a laicidade do ensino, a valorização de aspectos culturais em sua atuação na Escola Noturna Municipal. Tais princípios aliam-se a uma formação advinda, provavelmente, junto ao seu mestre principal, o professor José Félix Bandeira, entre 1903 e 1906, ainda em Monte Alegre de Minas, ao cursar no Colégio Bandeira os quatro anos ginasiais do ensino secundário. E, posteriormente, por mais oito anos continuou junto ao seu mestre, agora na função de professor adjunto do referido estabelecimento de ensino primário e secundário, em Uberabinha, de 1907 a 1914.

O professor José Félix Bandeira foi considerado pelo próprio Jerônimo Arantes: “professor, de vasta cultura e perfeita vocação profissional, fez do livro o seu instrumento, com o qual ganhou honestamente o sustento para os seus, até o dia que partiu deste mundo, findando uma existência perene de benefícios”⁴¹⁶. No mínimo, por cerca de doze anos viveram juntos, e esta convivência contribuiu para a formação de um professor honesto, com respeito e dedicação à profissão assumida, que obteve o sustento principal com o uso do livro e com uma produção relevante tanto no ensino, como posteriormente, nas outras funções que assumiu junto às comunidades em que viveu e se relacionou.

Os princípios de laicidade no ensino assumidos por Jerônimo Arantes em sua prática de ensino têm origem principal nos aspectos de sua obrigação moral adquirida durante sua convivência com o professor José Félix Bandeira, e não da força da profissionalização. Ainda mais que na Lei n. 278, de 7 de março de 1923 nenhuma proibição havia estabelecido sobre a educação religiosa no ensino municipal, em razão de que os princípios da laicidade já estavam impregnados há muito pelo ensino público republicano municipal, pelo menos no corpo legal.

O professor José Félix Bandeira casou-se com a professora Ana Mesquita Bandeira e constituiu família, após vencer e alterar o destino de ser primeiro filho de uma família tradicional católica cuiabana, que investiu em uma formação em seminário para que o mesmo assumisse a batina e a vocação de ser padre. Entretanto, conta o próprio Arantes:

[...] um dia, impelido por uma força irresistível originada pelo calor da sua mocidade sadia, quando ele sonhava aspirar o perfume inebriante das flores e das mulheres, e gozar os prazeres da vida mundana, arrancou a batina, deixou a cruz, abandonando aquele ambiente, onde não poderia mais suportar a vida.⁴¹⁷

⁴¹⁶ ARANTES, Jerônimo. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberabinha, n. 10, jul. 1941, p. 11.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 9, 11. Considero relevante a informação que Delvar, o terceiro dos filhos, lembrou que os pais não obrigaram a nenhum dos cinco filhos mais o enteado por parte de mãe a seguir alguma orientação religiosa.

Posteriormente, em seu estabelecimento particular de ensino, passou o professor José Félix Bandeira a formar discípulos de uma educação de princípios laicos, e no qual o ensino religioso entrava no currículo como matéria optativa aos alunos, sendo uma opção decidida pela família dos mesmos, conforme informação publicada em parte do anúncio na imprensa à época: “NOTA. - O ensino religioso será ministrado á vontade dos paes ou tutores; mas unicamente o da Religião Catholica, Apostolica e Romana. UBERABINHA Minas”⁴¹⁸.

Na época, faziam parte do quadro de professores⁴¹⁹ desse colégio, pessoas ilustres e com atuações profissionais distintas na sociedade, bem como nas atribuições de ensino: no curso primário o Major José Félix Bandeira e o advogado, jornalista e poeta Nicolau Soares⁴²⁰. No curso secundário, o mesmo José Félix Bandeira, o padre Joaquim Maria de Souza; o ex-militar e tenente reformado do exército Joel de Oliveira; o jornalista, literato e filólogo José Avelino⁴²¹. E posteriormente, ingressou nesse colégio, o professor Constâncio Gomes⁴²².

Uma alteração havia ocorrido no íntimo de seu mestre, vinculada à dimensão da obrigação que interferiu radicalmente numa alteração de posição. O pretenso formador da fé cristã, em suas primeiras fases educacionais, família e seminário, não por força de lei externa a ele imputada por um coletivo da qual era membro, ou de uma instituição, assumiu nova postura de fé, que foi mais forte que a anterior, pois se originou no seu íntimo e alterou princípios da sua obrigação moral, a ponto de romper e superar a resistência da tradição de uma formação religiosa advinda da família e do seminário, e trilhar na sua trajetória profissional sendo professor particular com compromisso de formar discípulos responsáveis, ilustrados e de preferência laicos. Pode ser ainda, que o professor José Félix Bandeira havia apenas renegado a batina, mas não a sua fé cristã. Todavia, o seu ato, simbólico ou não, interferiu na sua atuação profissional.

No que diz respeito ao professor Jerônimo Arantes, essa postura educacional penetrou não só nas dependências do Colégio Amor às Letras, mas na residência do mesmo, em que aos próprios filhos, ele e sua esposa Juvelina Ferreira Arantes, não imputaram ou

Lembrou, ainda, que por volta dos últimos dez anos da vida de seu pai, foi que o mesmo frequentou os cultos na Igreja Presbiteriana Central, em Uberlândia.

⁴¹⁸ COLÉGIO Bandeira. *O Progresso*, anno I, n. 41, p. 6, 28 jun. 1908. (ArPU) (AJA).

⁴¹⁹ Ibidem, n. 44, 19 jul. 1908, p. 2 (ArPU) (AJA).

⁴²⁰ ARANTES, Jerônimo. Um tópico da nossa história. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 25, set. 1959, p. 8.

⁴²¹ Idem. A Luz das Letras: 1835-1940. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 10, p. 9, jul. 1941. (ArPU) (AJA).

⁴²² VISITA ao “Colégio Bandeira”. A instrução em Uberabinha. *O Progresso*, anno III, n. 160, Uberabinha, p. 1, 5 nov. 1910. (ArPU) (AJA).

determinaram, por anos, qualquer orientação religiosa⁴²³. Assim, tem-se que o indivíduo por trás do profissional pode manifestar alteração de princípios com base na perspectiva de obrigação moral assumida, e alterar no decurso de uma determinada faixa de tempo, a atuação profissional do mesmo. Esta força interna é mais perene e de maior influência na vida do profissional do que a influência advinda de uma ação externa ao indivíduo, circunstanciada por uma nova imposição normativa e legal, que durará até a próxima reforma educacional, podendo convergir ou divergir da anterior.

Os vestígios da profissionalidade de Jerônimo Arantes com base em sua atuação de professor à frente da Escola Noturna Municipal indicam que o mesmo apresentou competência técnica e intelectual que satisfaz a ele, aos alunos, e aos responsáveis hierárquicos superiores. Apresentou ter um compromisso com a comunidade jovem de Uberabinha e região, a ponto de contribuir para o retorno e manutenção do ensino primário público municipal noturno. Deixou vestígios de uma atuação profissional vinculada a uma obrigação moral de valores alicerçados nos princípios de uma educação positivista, laica e nacionalista visando contribuir na valorização da escolarização para alavancar tanto o desenvolvimento da ordem social e do progresso, nos limites estabelecidos no texto legal quanto da conjuntura social.

Diante disso, o professor Jerônimo Arantes, em 1925 e 1926, caracterizou-se por apresentar os profissionalismos associado e competente pleno ao estar à frente da Escola Noturna Municipal masculina para maiores de dezesseis anos, ao aliar os elementos acima advindos das dimensões da profissionalidade com os advindos dos aspectos da profissionalização, ambos tensionando sobre a autonomia profissional desse professor.

⁴²³ ARANTES, Delvar. Depoimento. Entrevistador: Flávio César Freitas Vieira. Uberlândia, 10 fev. 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação da área da História da Educação teve por tema os diversos profissionalismos dos professores municipais em Uberabinha dentro da temática da identidade profissional do professor na educação brasileira. A mesma foi elaborada com a utilização de diversos autores de áreas distintas do conhecimento na construção da base teórica, em razão de ser um tema interdisciplinar, bem como de valer-se dos vestígios e fragmentos encontrados nas diversas fontes tanto primárias quanto secundárias para tecer uma argumentação histórica.

Argumentação esta que surgiu e enfrentou o desafio de se manter dentro do seu propósito, diante de um campo de investigação de amplo espectro e com inúmeras produções que já se encontram fragmentadas em áreas específicas do processo educativo. Todavia, pautou-se por uma orientação fundamental, de que todas essas fragmentações deste campo têm na sua essência a elaboração de narrativas históricas, que buscam não depender tanto mais da tradição e da memória para se compreender aspectos da produção da própria humanidade vinculados ao processo educativo, o qual se faz na relação dialógica professor-aluno de ensino-aprendizagem, dentro de um cenário em constante mudança.

Concordo com a melhor definição sobre a identidade do professor, ao considerá-lo um profissional da área da educação que possui distinção do profissional liberal, com destaque à plasticidade que é essencial para quem lida com a conservação e renovação do conhecimento, e tem na resignificação uma característica fundamental para a ação habitual de ensinar. Tal característica possibilita que a autonomia profissional do professor seja relativa, diante do alto grau potencial de interferência na sociedade, e consequentemente por receber alto grau de controle profissional estabelecido pelos que o contratam. Esse controle visa garantir que os resultados a serem obtidos no processo de ensino-aprendizagem não sejam destoantes daquele proposto, evitando que, por descuido, possibilite ineficiência ou outro fator, prejuízo com perdas de valores, de controle e de poder.

Conforme argumentado tanto por Nóvoa quanto por Popkewitz, em reformas educacionais, os governos utilizaram do discurso da necessidade de constantemente ser atualizado o caráter profissional do professor pela força imputada da profissionalização. Com constantes reformas educacionais, valorizaram mais os argumentos quantitativos e técnicos, que objetivamente sustentaram a restrição sobre a autonomia profissional do professor, para em nome de um reconhecimento profissional e de uma trajetória em prol de um

profissionalismo quantificado e previsível, qualificá-lo para ser cada vez mais eficiente, numa tendência de padronização fabril deste profissional.

Diante das inúmeras reformas educacionais promovidas pelas instituições modernas, públicas e/ou privadas, sobre a atuação do professor tem-se confirmado que esse raciocínio está equivocado. Algo foi esquecido nesse sistema complexo que faz com o descrédito surja quase simultaneamente à data de publicação do novo suporte legal que imputará o novo perfil profissional para o professor. Uma vez que as reformas educativas não garantem mudanças de fato, e sim, a conservação da transformação anteriormente ocorrida, inclusive no profissionalismo do professor.

A visão sistêmica que apresentei do profissionalismo do professor conduz a uma busca de soluções para ser estabelecido o caráter profissional do professor não apenas na alteração de aspectos da profissionalização, e sim, em adequar ao conjunto sistêmico que inclui as dimensões da profissionalidade e da autonomia profissional. Profissionalização e profissionalidade são forças estruturantes do profissionalismo do professor, caracterizam-se por serem interdependentes e indissociáveis, as quais estabelecem uma determinada tensão sobre a autonomia do professor, cujo resultado é um contínuo e dinâmico processo de constituição do caráter profissional do professor. Na perspectiva adotada, identifico mais de um tipo de profissionalismo no exercício da profissão de professor na educação, o responsável, o competente, o sacerdotal, o associado e o prático.

Assim, a identidade profissional do professor pode ser compreendida em seus diversos profissionalismos, que surgem vinculados às ideias pedagógicas que foram incubadas e influenciaram tanto na formação quanto na atuação do professor; na política de gestão de instituições educativas públicas e privadas; nas práticas e saberes envolvidos na relação ensino-aprendizagem, bem como nos tempos e lugares em que ocorre a ação de educar; as instituições educativas com sua materialidade, representação e apropriação – formando assim uma cultura escolar delimitada, num contexto socioeconômico e cultural.

Uberabinha surgiu no final do século XIX, fruto da ocupação de terras de sesmeiros e geralistas que riscaram uma nova divisão territorial sobre as terras primeiramente dominadas por índios de diversas etnias nos séculos anteriores. Com a autorização dos novos governantes, impuseram também suas culturas sobre as anteriores pelo instrumento de extermínio, caboclicização e aculturação. Em 31 de agosto de 1888, o município foi emancipado e em seguida a cidade foi cravada e construída na região norte do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais.

A sociedade uberabinhense se caracterizou por ter nas primeiras décadas de seu desenvolvimento representantes conservadores de princípios tradicionais, e a partir da segunda década do século XX, surgiram novos representantes com impulso empreendedor de valorização do espaço urbano, comercial, em detrimento do rural e agrário.

Entretanto, durante a Primeira República, houve na escolarização municipal de Uberabinha movimentos oscilantes, tendo, em princípio, como destaque a constituição da estrutura municipal de ensino que instalou duas cadeiras de ensino primário, no primeiro momento, uma para cada sexo, seguido de uma quase estagnação por valorização da escolarização estadual e particular. E ao final desse período, um terceiro momento que iniciou com mudança de perspectiva e estabeleceu uma reforma educacional com a valorização da escolarização municipal, bem como do professor municipal. Todavia este movimento local foi atropelado pela iniciativa do governo estadual que assumiu o controle até do ensino público primário. Em síntese, esta foi a trajetória das mudanças no cenário do processo de profissionalização do professor municipal, constituído dos três momentos: o da construção (1892-1899); da consolidação (1899-1922) e da atualização (1923-1930).

A professora Alice Paes e o professor Jerônimo Arantes atuam na esfera municipal de ensino, dentro deste Terceiro Momento da profissionalização do professor municipal que iniciou com as mudanças instrumentalizadas pelas Leis n. 278, de 7 de março de 1923 e a de n. 317, de 28 de junho de 1924. Essas leis, além de valorizarem o ensino público primário municipal com autorização de criação de sete escolas isoladas rurais e uma noturna urbana, ofereceram a atualização do perfil profissional e da remuneração destinada ao professor municipal em relação ao perfil profissional do professor estadual mineiro.

No novo suporte legal, o professor municipal foi reconhecido por funcionário público vinculado diretamente ao comando do Presidente e Agente Executivo da CMU e recebeu alterações nos itens direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas, a ponto de ser identificado um perfil de preferência para assumir o cargo: a normalista que possuía como atividade principal a docência, porém, não se exigindo exclusividade, seguido do professor de instituições educativas particulares que já atuavam no ensino local. No primeiro caso, claramente, há a identificação da normalista Alice Paes, primeira a ser convidada para assumir as aulas da Escola Noturna Municipal, em 1924. E no segundo caso, identifica-se o professor particular Jerônimo Arantes, que sucedeu Alice Paes na ministração das aulas da mesma escola, nos anos de 1925, 1926 e 1927.

No caso do ensino da leitura e da escrita foi atualizada a orientação para o uso do método de sentencição e palavrção, em substituição à prática de ensino do método de

silabação e soletração que ainda no início da década de 1920 era utilizado no ensino primário municipal.

É fundamental para o professor ser agente potencializador da configuração de sua autonomia profissional que lhe permita, na ação e reação, contribuir para modelá-la, para que a mesma seja compatível às necessidades requeridas no desempenho de uma atuação responsável no ato de ensinar, diante da tensão oriunda dos elementos constitutivos da profissionalização, de controle e restrição e, da profissionalidade de expansão e valorização.

O resultado obtido junto às fontes na busca de identificar professores municipais que atuaram no ensino primário rural e urbano em Uberabinha, de 1892 a 1940, possibilitou encontrar nomes como os de Eduardo José Bernardes, Francisco Firmino Monteiro, Francisco da Costa Braga, Carlos Fonseca, Simplicio Pinto da Silva, Pedro Gonçalves de Souza, Ana Cândida Garcia, Cândida de Figueiredo, Isaura Faria, Jerônimo Arantes, Alice Paes, Antonino Martins da Silva e Maria Paula Silva e outros. A ausência de fontes específicas sobre a maioria destes professores justificou a ênfase dada a apenas dois destes, os quais passaram a ser foco de atenção e de elaboração de respostas para as hipóteses levantadas sobre os diversos profissionalismos tanto da professora Alice Paes quanto do professor Jerônimo Arantes em suas respectivas atuações profissionais, principalmente, enquanto professores municipais à frente da Escola Noturna Municipal para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos em Uberabinha nos anos de 1924, 1925 e 1926.

Verifico que estes dois profissionais da educação têm mais aspectos distintos do que em comum. Os comuns são os de serem naturais de outras localidades e passaram a residir na cidade para o desenvolvimento da atuação profissional de professor do ensino primário e secundário em instituições educativas públicas e privadas. A atividade profissional principal de ambos foi a docência desenvolvida em mais de uma instituição educativa, simultaneamente. Atuaram na mesma instituição educativa em Uberabinha, a Escola Noturna Municipal urbana para alunos maiores de dezesseis anos. Os aspectos que os distinguem são em maior número, além da personalidade de cada um, a questão de gênero, formação profissional, estado civil, atuação social, política e cultural na comunidade local, trajetórias profissionais, entre outros.

Todavia, com estes aspectos apontados, os dois professores produziram nas suas distintas atuações profissionais no cenário estabelecido na Escola Noturna Municipal, nos anos de 1924, 1925 e 1926, por possuírem momentos de profissionalismos também distintos. No caso dos diversos profissionalismos, compreendo-os sendo as expressões das suas respectivas autonomias profissionais que os configuraram. Essas autonomias profissionais

foram resultantes das tensões sofridas oriundas em parte pela força da profissionalização que buscou estabelecer, principalmente, pelo instrumento do suporte legal um controle e padronização no perfil do professor, sob os princípios defendidos pelos representantes do governo municipal. Por outra parte, e ao contrário a primeira força estruturante, manifestou-se a força da profissionalidade que buscou nutrir e expandir a autonomia do professor, e fortaleceu aspectos que valorizaram mais a distinção do que a padronização.

Ressalto que antes de buscar estabelecer um dualismo com respeito aos profissionalismos entre os dois professores, o esforço empreendido foi de compreender os sujeitos, os elementos e os fatores envolvidos na constituição desses processos sistêmicos do caráter profissional do professor, imersos em seus respectivos contextos socioeconômico e cultural.

O cenário educacional montado para a atuação profissional destes dois professores na Escola Noturna Municipal fora constituído dentro do Terceiro Momento da Profissionalização do professor municipal, que promoveu mudanças a favor do aumento das instituições educativas municipais rurais e urbanas para sustentar a expansão do movimento de escolarização na sociedade uberabinhense, bem como a atualização do perfil profissional e valorização do professor municipal, com base, principalmente, nas duas leis da reforma educacional Eduardo Marquez, num contexto socioeconômico e cultural de princípios liberais, positivistas, democráticos e das ideias pedagógicas tradicionais e os primeiros ventos da Escola Nova em Uberabinha.

A análise da trajetória profissional da professora Alice da Silva Paes foi traçada pelos vestígios das experiências vivenciadas no ensino primário público e particular em Uberabinha, com base nas fontes pesquisadas, as quais possibilitam compreender a constituição de momentos de profissionalismos que podem ser identificados entre competente pleno, competente restrito e associado. Sendo descartada a possibilidade de identificá-la com os profissionalismos responsável, sacerdotal e prático.

A análise da trajetória profissional do professor Jerônimo Arantes identificado pelos vestígios de registros das experiências vivenciadas no ensino primário público e particular em Uberabinha com base nas fontes pesquisadas, possibilitaram compreender a constituição de momentos de profissionalismos que podem ser identificados entre prático, competente pleno e associado. Sendo descartada a possibilidade de identificá-lo vinculado aos profissionalismos responsável e sacerdotal.

Tanto a professora Alice Paes e quanto o professor Jerônimo Arantes vivenciaram a experiência de serem professores municipais num cenário socioeconômico e cultural imerso

pelas ideias liberais, positivistas e democráticas, e atuaram em coerência ao mesmo. Defenderam valores da ordem, do progresso, da transformação pessoal e social que a educação proporciona, e a busca de ações para oportunizar a igualdade de direitos entre membros distintos da sociedade. Não se enquadram dentro do caráter profissional do profissionalismo responsável, em razão de que o profissionalismo responsável se manifestou num outro cenário, pós-Segunda Grande Guerra Mundial, em que houve o surgimento de uma aguda criticidade sobre a proposta da ciência e da razão como norte para o desenvolvimento humano.

Profissionais da educação se empenharam na busca de assumirem uma posição de ensinar com maior autonomia profissional, com foco em contribuir na emancipação tanto profissional quanto social diante de opressões, e participando de ações para a transformação das condições institucionais e sociais no ensino. Este profissionalismo se espelha no conceito de intelectual crítico estabelecido por Contreras.

Por outro lado, os mesmos não se enquadram com o profissionalismo sacerdotal, que encontro exemplo no século XIX. Segundo esse perfil o professor atuava por ter uma expansiva autonomia profissional, resultante da valorização dos elementos constitutivos da profissionalidade, seja por vínculos de princípios de moral religiosa ou laica, diante de uma pequena configuração da profissionalização, inclusive com retorno financeiro aquém do necessário para sua subsistência. Apesar de ter uma atuação profissional de ação reflexiva, o mesmo a vincula em prol de formação que satisfaça a missão assumida, e a compromete com uma restrita compreensão da parcialidade dos outros, a favor de uma formação coerente aos princípios assumidos de obrigação moral e o compromisso com a comunidade, que conduz a transformação pessoal e social que empenha em fazer com seus alunos.

Diante das fontes pesquisadas alguns indícios e outras constatações possibilitam identificar na trajetória dos profissionalismos da professora Alice da Silva Paes, em Uberabinha, de 1915 a 1929, uma atuação profissional marcada por momentos de profissionalismo competente pleno, na esfera pública estadual e particular, e um profissionalismo competente restrito ao atuar no ensino municipal, à frente da Escola Municipal Noturna, no ano de 1924, em razão das alterações constituídas diante do novo cenário da educação municipal, com aspectos distintos da profissionalização bem como da profissionalidade. E um profissionalismo associado de 1918 a 1925.

O profissionalismo associado da professora Alice Paes surgiu a partir de 1918, quando iniciou as atividades no ensino particular, associado ao compromisso profissional que possuía no ensino primário do Grupo Júlio Bueno Brandão. Em 1924, esse momento foi intensificado

ao ministrar aulas em três instituições educativas naquele ano, que significou a mesma profissional possuir distintas autonomias profissionais simultaneamente.

No foco da esfera do governo municipal, a professora Alice Paes exerceu sua profissão de professora na Escola Noturna sob a orientação e inspeção direta de Francisco Santos Silva, Inspetor Escolar Municipal. Assumiu a mesma a regência das aulas para o 1º, 2º e 3º anos do ensino elementar, no horário das 18h00 às 21h00, e ministrou o conteúdo das disciplinas de conformidade com o Programa de Ensino Municipal, aprovado na Lei n. 278, 7 de março de 1923.

A alteração de desempenho entre a atuação no ensino de uma instituição educativa estadual, ou particular para a municipal pode ser justificada em razão de que a professora possuía experiência profissional de mais de doze anos, na maior parte com o uso do método de ensino intuitivo, conhecimento adquirido durante sua formação profissional na Escola Normal de Campos, e posteriormente utilizado no ensino público do estado do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, e provavelmente reverberado no Colégio N. S. Conceição, de sua propriedade e direção no ensino primário e secundário feminino.

As ideias pedagógicas tradicional e positivista, laica e confessional nutriram o conflito pedagógico com a divulgação do ensino intuitivo para uso do método ativo irradiado pelo movimento da Escola Nova em confronto com a cultura escolar de alunos maiores de dezesseis anos ensinados pelo método tradicional, utilizado nas escolas municipais.

Diante da mudança de cenário para um mais precário e de público alvo de maior idade, de ensino noturno municipal, com o qual a professora não atuava profissionalmente, houve resistência e dificuldade da professora Alice Paes de alterar, instantaneamente, sua forma de atuar no ensino. Em face da alta competência técnica e intelectual que possuía, atribuo a origem da restrição ao seu desempenho nas dimensões da profissionalidade, tanto na obrigação moral quanto no compromisso com a comunidade de alunos/trabalhadores. A nova conjuntura de fatores não a estimulou a alterar os seus compromissos assumidos anteriormente com as outras esferas de atuação, pública estadual e particular, que predominaram sobre a municipal. Mais um aspecto dessa restrição pode ser atribuído à identidade de gênero, de padrão conservador à época, bem como o vínculo de servidora pública do estado e do município, o que resultou em sua passividade quanto a uma atuação na esfera política, em que predominou a perspectiva técnica-racional de professora pública.

Mesmo a professora Alice Paes não sendo culpabilizada pelo governo municipal pelo insucesso e suspensão da escola, faltando cerca de um mês para o término do ano letivo, nos anos seguintes foi a mesma substituída por um professor não normalista e com alta

comprovação de resultados, considerado pelo governo municipal apto a lecionar para esta modalidade de ensino.

O professor Jerônimo Arantes, em 1925 e 1926, atuou no Colégio Amor às Letras e à frente da Escola Noturna Municipal de Uberabinha no ensino primário para alunos/trabalhadores maiores de dezesseis anos, sendo identificado com os profissionalismos associado e competente pleno.

O convite para assumir essa escola municipal urbana fora possível, pois o mesmo, ainda com o secundário incompleto, já atuava por mais de dezoito anos no ensino primário particular, dos quais, quinze anos em Uberabinha. E destes quinze, oito foram como professor adjunto no Colégio Bandeira, onde adquiriu a formação no exercício da profissão, nas experiências vivenciadas nos corredores, salas de aulas, secretaria com o seu mestre professor Félix Bandeira.

Jerônimo Arantes, no final dos anos de 1920, já conquistara tanto o reconhecimento de ser professor de métodos modernos, convergente às práticas de professores normalistas, quanto em Santa Rita do Paranaíba, e de ser o “Jerominho” educador eficiente em Uberabinha. Fundou seu próprio estabelecimento de ensino primário e secundário em Uberabinha, o Colégio Amor às Letras, do qual obtinha a maior e principal fonte de renda para custear suas despesas com sua esposa D. Juvelina Ferreira e filhos.

Entre 1919 e 1933, o professor Jerônimo Arantes atuou nas funções de proprietário, diretor e professor do Colégio Amor às Letras, instituição educativa que apresentou resultados excelentes no processo de ensino com aprovação nos exames finais de mais 90% de seus alunos, bem como sendo referência de instituição educativa subvencionada pelo governo municipal, estabelecida na Lei n. 278, de 7 de março de 1923.

Esse alto aproveitamento tanto na aprovação na relação quantidade e qualidade na formação dos seus alunos, pode ter sido um elemento que tenha contribuído para que esse professor fosse notado e convidado pela Câmara Municipal de Uberabinha a atuar no ensino municipal noturno para alunos maiores entre dezesseis e dezoito anos, a partir do ano de 1925.

Diante das atividades diárias simultâneas em duas instituições educativas e três turnos letivos, matutino e vespertino assumidos no seu próprio estabelecimento de ensino, e noturno no ensino público primário para as séries iniciais aos alunos/trabalhadores, se configura a relação sistêmica do profissionalismo associado.

Num contexto distinto daquele em que a professora Alice Paes havia assumido a Escola Noturna Municipal, o professor Jerônimo Arantes vivenciou a manifestação de alunos e familiares reivindicando junto a CMU intervenção a favor de melhores condições para que

alunos maiores de doze anos de idade prosseguissem seus estudos, tanto nas escolas públicas quanto privadas. O resultado surgiu com o desdobramento de mais uma sala para atender aos alunos de doze a quinze anos de idade, além da manutenção da sala dos alunos maiores de dezesesseis anos, bem como uma maior frequência do alunado nas aulas desta escola nos anos de 1925 e 1926.

O professor Jerônimo Arantes atendeu aos quesitos estabelecidos pela força estruturante da profissionalização, assumiu o compromisso de reger a Cadeira da Escola Noturna Municipal, a partir de 1925, sem fugir ao padrão da grande maioria do professorado que atuava nas escolas particulares do ensino primário, bem como os das escolas públicas municipais no país. O título legal de normalista ele não o possuía, entretanto, havia conquistado o respeito profissional nas comunidades onde havia atuado na função de professor. Demonstrou, também, ter a sua profissionalidade caracterizada com ótima competência profissional, obrigação moral e ética laica e compromisso com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da comunidade local. Mesmo não tendo o diploma de normalista, que seria o primeiro critério para assumir a vaga de professor municipal, foi convidado para atender ao segundo critério, de preferência aos professores que atuassem nos estabelecimentos privados, e se sujeitassem às exigências da legislação municipal.

Nos constantes destaques que o Inspetor Municipal Escolar Francisco Santos Silva registrou no Livro de Visita da Escola Noturna Municipal, nos anos de 1925 e 1926, com a frase “tudo mais estava em ordem”, expressou assim indícios da maior autonomia que o professor Jerônimo Arantes obteve em sua atuação nesta escola, a ponto de preencher o diário de classe de forma quase padronizada no ano de 1926.

O mesmo já possuía um gosto eclético cultural, adequado ao contexto de uma escola para alunos/trabalhadores maiores de dezesesseis anos que estava em seu segundo e terceiro ano de existência, respectivamente, 1925 e 1926, bem como tendo competência intelectual e técnica já demonstrada, anteriormente, por ser reconhecida autoridade no ensino primário, e educador para meninos e adolescentes à época.

A ausência de manifestação de insubordinação, resistência, grande oscilação de frequência por parte dos alunos ao seu novo professor, demonstram a autoridade, a confiabilidade que o mesmo possuía junto aos seus alunos.

A distinção do professor e educador Jerônimo Arantes respaldava-se na valorização de uma maior autonomia profissional caracterizada por ter certa independência de juízo associada ao saber identificar a sua identidade e a dos alunos, pais e demais membros da comunidade. Todavia, a ciência do professor Jerônimo Arantes estava nutrida pela perspectiva

dos princípios laicos, positivistas, nacionalistas que faziam parte da subjetividade deste professor, oriundos da sua formação profissional no Colégio Bandeira.

Mais do que a força exercida pela profissionalização, são os aspectos da obrigação moral, aprendidos junto ao mestre Félix Bandeira, que firmaram sua atuação pelo princípio da laicidade, profundamente imbuído no ensino público municipal republicano. A face da profissionalidade do professor Jerônimo Arantes, construída pela força da obrigação moral, mais duradoura do que qualquer influência externa advinda de imposições normativas do corpo legal, aponta para a plena consecução dos propósitos de sua atuação profissional à frente da Escola Noturna Municipal à época. A competência técnica e intelectual do professor Jerônimo Arantes, comprovadamente satisfatória à comunidade de pais, alunos, e aos responsáveis hierárquicos superiores, possibilitou o retorno e a manutenção do ensino primário público municipal noturno.

Assim exposto, compreendo que esta perspectiva de análise sobre os diversos profissionalismos do professor possibilita um repensar a respeito da estrutura sistêmica que configura este profissional da educação. Atribuindo o foco também à profissionalidade, e não somente aos aspectos da profissionalização tanto na formação como na atuação do professor para implementar ações que contribuam para compor o seu caráter profissional no exercício habitual de ensinar. Nesse sistema há a possibilidade de ser obtida a constituição de diversos profissionalismos que definem o modo de ser do professor.

FONTES DOCUMENTAIS

Documentos do Acervo da Escola Estadual Profa. Alice Paes

CORTES, Dinorah. *Biografia da Professora Alice da Silva Paes*. Uberlândia, [1966]. Acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes.

Arquivo Público de Uberlândia

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. Inventário do Acervo Professor Jerônimo Arantes. Uberlândia: PMU, 2005

Documentos não oficiais, tais como registros na imprensa periódica da época – Arquivo Público de Uberlândia (ArPU) e Acervo Jerônimo Arantes (AJA):

- Jornal Parahyba

Externato Bandeira. *Jornal Parahyba*, [s.l.], anno 1, n. 17, p. 1, 15 nov. 1914.

- A Reacção

MARQUEZ, Eduardo. Serviços Municipaes. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 6, p. 2, 1 maio 1924.

PAES, Lycidio. Collaboradores. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 1, p. 2, 27 mar. 1924.

_____. Folhas de Urtigas. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 2, p. 5, 3 abr. 1924.

VILLELA, Antonieta. Dialogando. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 4, p. 1, 17 abr. 1924.

A REACÇÃO, Uberabinha, anno I, n. 5, p. 1, 24 abr. 1924.

PERSEGUIÇÃO. *A Reacção*, Uberabinha, anno I, n. 4, p. 5, 17 abr. 1924.

- A Mariposa

CONCURSO de Belleza. *A Mariposa*, Uberabinha, anno I, n. 10, p. 1, 31 maio 1925. (AJA)

- A Notícia

COLLEGIO N. S. Aparecida. *A Notícia*, Uberabinha, anno I, n. 14, p. 1, 8 set. 1918.

- O Triângulo

A VISITA de Da. Alice Paes. *O Triângulo*, Uberlândia, ano XXXVIII, n. 2.093, p. 1, quarta-feira, 7 set. 1966.

ARANTES, Jerônimo. Santa Rita que vi. Itumbiara que vejo. *O Triângulo*, Uberlândia, [não paginado], 21 out. 1972. *Pasta Temática n. 14*. Uberlândia, 1972.

- Jornal A Tribuna

ANDRADE, João de. As possibilidades. *A Tribuna*, Uberabinha, anno I, n. 1, p. 1, 7 set. 1919.

INSTRUÇÃO Pública. *A Tribuna*, Uberabinha, anno VII, n. 297, p. 3, 1925.

UBERABINHA. *A Tribuna*, Uberabinha, anno VIII, n. 328, p. 125, 25 abr. 1926.

A TRIBUNA. Uberabinha, anno XI, n. 474, 8 dez 1929.

- O Progresso (1907-1914)

PELA INSTRUÇÃO. *O Progresso*. Uberabinha, anno I, n. 10, p. 1, 24 nov. 1907.

PELA INSTRUÇÃO. *O Progresso*. Uberabinha, anno II, n. 18, p. 1-2, 19 jan. 1908.

COLLÉGIO Bandeira. *O Progresso*, anno I, n. 41, p. 6, 28 jun. 1908.

VISITA ao “Collegio Bandeira”. A instrução em Uberabinha. *O Progresso*, anno III, n. 160, Uberabinha, p. 1, 5 nov. 1910.

- O Diário de Uberabinha

O DIÁRIO de Uberabinha. Uberabinha, anno I, n. 8, p. 2, 22 nov. 1917.

- O Reporter

O REPORTER. Uberlândia, ano I, n. 12, p. 1, 14 jan. 1934.

- Pastas Temáticas da Educação e fotos do Acervo do Professor Jerônimo Arantes (AJA)

ARANTES, Jerônimo. Regulamento Externo. Regulamento Escolar do Município de Uberabinha. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberabinha, 9 mar. 1896. (AJA).

_____. Atas de Exames do Collégio Amor às Letras. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 16 set. 1919. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Termo de Visita ao Collégio Amor às Letras, de 16 de setembro de 1919. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1919. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Documento em página destacada, pautada e numerada, provavelmente, parte de um livro de Ata da Comissão de Exames do Collegio Amor às Letras, de 29 de novembro de 1921. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1921. p. 14. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Ata de Exame do Collégio Amor às Letras. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 17 nov. 1925. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Livro da Escola Nocturna Municipal. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1925. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Diários mensais da cadeira primária da Escola Nocturna Municipal, 1926. *Pasta Temática Educação n. 15-A e 15-D*. Uberabinha, 1926. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Livros de Matrícula dos alunos do Collégio Amor às Letras. *Pasta Temática da Educação, n. 16*. Uberabinha, 1919 a 1933. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

BARBOSA, Miraci. Saudação Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, por ocasião dos festejos comemorativos de seu cinquentenário de funcionamento. *Pasta Temática Educação n. 14-A* Uberlândia, 1 fev. 1965. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

SILVA, Francisco Santos. Registros no Livro de visitas do Inspector da Escola Nocturna Municipal, Francisco Santos Silva, de 24 de janeiro a 15 de dezembro de 1924. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 1924. [não paginado]. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

_____. Livro de Visita Escola Nocturna Municipal. Inspector Escolar Municipal. *Pasta Temática Educação n. 16*. Uberabinha, 25 mar. 1926. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Ata da Banca Examinadora sobre a Capacidade Intelectual do Professor Eduardo José Bernardes. *Pasta Temática da Educação n. 17*. Uberabinha, 1892.

CARMO, Francisco Veloso do. Insensatez ou maldade. Toribaté, 12 abr. 1948. *Pasta Temática Educação n. 17*. Uberlândia, 1948. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

ULHÔA, Domingos Pimentel de. Merecida homenagem do Rotary Clube de Uberlândia. *Pasta Temática Educação n. 17*. O Triângulo, Uberlândia, [não paginado], 10 jul. 1971. Acervo Jerônimo Arantes (AJA).

- Revista *Uberlândia Ilustrada* de 1939 a 1961 – Arquivo Público de Uberlândia (ArPU) e Acervo Jerônimo Arantes (AJA)

ARANTES, Jerônimo. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, MG, anno I, n. 1, p. 4, 1939.

_____. A primeira escola e o primeiro mestre. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano II, n. 6, p. 6-8, jun. 1940.

_____. A Luz das Letras: 1835-1840. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano VI, n. 10, p. 7-8 jul. 1941.

_____. Grupo do Colégio Bandeira – Uberabinha. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, ano VI, n. 10, p. 9, jul. 1941.

_____. Um tópico da Nossa História. *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia, n. 25, set. 1959, p. 8.

_____. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (Publicação póstuma organizada pelo Arquivo Público de Uberlândia)

Documentos oficiais do Estado de Minas Gerais

COLLECÇÃO das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Geraes do anno de 1888. Ouro Preto: Typografia de J. F. de Paula Castro, 1889.

COLLECÇÃO dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1903.

COLLECÇÃO dos Decretos dos Governos Provisórios e Constitucional do Estado de Minas Geraes de 1891: de 2 de janeiro a 28 de novembro de 1891. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas, 1901

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1892.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1894. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1895.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1895. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1895.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes - 1896. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1900. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas, 1900.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1901. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1901.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1902. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1902.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1903. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1903.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1904. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1905. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1906. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1906.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1907. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1907.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1908. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes – 1909. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1909.

Documentos oficiais locais

- Conjuntos de leis do município de Uberabinha/Uberlândia – 1892-1930

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 2, de 18 [16] de junho de 1892. *Lei: Livro de Lei n. 1, p. 3v-8v.* (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Lei n. 15, de 8 de junho [julho] de 1899. *Lei: Estatutos e Leis da Câmara Municipal de S. Pedro de Uberabinha- Estado de Minas, Uberaba, Typ. Livraria Século XX, 1903. p. 87-91.* (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei: Leis de ns. 32 a 220, 1903 a 1919, Uberabinha, Typographia Popular, 1919. 203 p.*

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei: Leis de ns. 221 a 267, 1919 a 1922. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923, 75 p.*

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Lei: Leis de ns. 268 a 363, 1923 a 1926. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1926, 195 p.*

- Atas e Relatórios da Câmara Municipal local – 1891-1930

CONSELHO DE INTENDÊNCIA DA VILLA DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Sala de reunião no Paço da Intendência Municipal. *Ata da Posse da Intendência Municipal da Instalação da Vila de São Pedro de Uberabinha no dia 14 de março de 1891.* Uberabinha, 1891. Livro 1, p. 2f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da Posse dos vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Uberabinha para o triênio de 1892-1895, 7 de março de 1892.* Uberabinha. Livro 1. p. 39f- 39v-40f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 7ª sessão da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 19 de abril de 1892.* Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 54f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 8ª sessão da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 20 de abril de 1892.* Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 54f-58f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 9ª sessão da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 21 de abril de 1892*. Uberabinha, 1892. Livro 1, p. 58v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 2ª sessão ordinária da quarta reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 8 de julho de 1899*. Uberabinha, 1899. Livro 5, p. 10v-11f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 1ª sessão da 4ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 14 de dezembro de 1908*. Uberabinha, 1908. Livro 8, p. 97f-99f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão especial, 5 de maio de 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 33v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da sessão especial, 10 de julho de 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Atas das sessões ordinárias, 10, 11, 12, 13, 15 e 17 de julho de 1918*. Uberabinha, 1918. Livro 15, p. 34v-44v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Sala de reunião no Paço Municipal. *Ata da 7ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 23 de julho de 1920*. Uberabinha, 1920. Livro 16, p. 52f-52v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 8ª Sessão da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Uberabinha, 7 de março de 1923*. Uberabinha, 1923. Livro 18, p. 56v-60f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da Câmara Municipal de Uberabinha, de 3, 4, 6, 8 e 9 de novembro de 1920*. Uberabinha, 1920. Livro 16, p. 56f-70f.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da 2ª reunião da Câmara Municipal de Uberabinha, 14 de abril 1925*. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 72v-75v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Ata da 5ª Sessão Ordinária da 2ª reunião da Câmara Municipal de Uberabinha, 17 de abril 1925*. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 84v-85v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 6ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha, 18 de abril de 1925*. Uberabinha, 1925. Livro 20, p. 85v-86v.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Acta da 7ª sessão ordinária da 2ª reunião da Camara Municipal de Uberabinha, 20 de abril 1925*. Uberabinha, Livro 20, p. 86v-87f.

- Relatórios dos Agentes Executivos e Presidentes da Câmara Municipal de Uberabinha (1912 a 1930) e Relatórios da Inspetoria do Município (1926-1933)

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Relatório apresentado pelo seu Presidente e Agente Executivo Octavio Rodrigues da Cunha em 3 de julho de 1928 – Exercício de 1927*. Uberabinha, Typografia da Livraria Kosmos, 1928, p. 3-21.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Relatório apresentado pelo seu Presidente e Agente Executivo Octavio Rodrigues da Cunha em 4 de abril de 1930 – Exercício de 1929*. Uberabinha, Typografia da Livraria Kosmos, 1929, p. 3-29.

MARQUEZ, Eduardo. Câmara Municipal de Uberabinha. *Relatório apresentado à Câmara de Uberabinha, 21 de novembro de 1923*. Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez, Uberabinha: Livraria Kosmos, 1923, p. 3-5.

_____. Câmara Municipal de Uberabinha. *Relatório apresentado à Câmara de Uberabinha, 21 nov. 1923*. Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez. Quadro demonstrativo das alterações havidas nas verbas da despesa, em relação ao orçamento, durante o exercício de 1923, p. 3.

_____. Câmara Municipal de Uberabinha. *Relatório apresentado à Câmara de Uberabinha, 2 abr. 1924*. Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez, Uberabinha: Livraria Kosmos, 1924, Anexo I. Quadro do Balanço geral de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Uberabinha, durante o exercício financeiro de 1924.

REFERÊNCIAS

- ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História & Perspectivas*. Uberlândia, UFU/Curso de História, n. 4, p. 79-102, jan./jun. 1991.
- ALLEN, James. *Como un hombre piensa, así es su vida*. 4. ed. Barcelona: Obelisco, 1997.
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução na Primeira República*. 1ª Parte: A união e o ensino primário na Primeira República. São Paulo: USP, 1975.
- ARAÚJO, José C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. A formação do professor na imprensa de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa-PB, *Anais...* João Pessoa, 2003. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, José Carlos; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da sementeira à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 153-189.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio Pádua Carvalho. À guisa de um inventário sobre as Escolas Normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960). (Apresentação). _____ (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 11-27.
- AZEVEDO, José Affonso Mendonça de. *Índice – Ementário da legislação mineira (1889-1933)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.
- AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da Cultura*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. (Parte 3 - Da Cultura Brasileira)
- BARROS, José D'Assunção; CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

BENITO, Augustín Escolano. Los profesores en la historia. In: MAGALHÃES, Justino; BENITO, Augustín Escolano (Org.). *Os professores na História*. Porto: SPCE, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cia. das Letras. 1988.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A ideologia do caráter nacional em Minas: Revista Ensino (1925-1929)*. 1993. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-SP, Campinas, 1993.

_____. *A instrução pública primária na fala da elite mineira: 1892-1898*. 1998. Tese (Doutorado em Educação)- História e Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 23 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação. *Elucidário apresentado na Primeira Conferência Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Setor Gráfico do IBGE, 1941.

BRASIL. IBGE. Censo Estatístico de 1920 de Uberabinha. 2002 (Fac-símile)

BRASIL. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, SET, 1986.

BRÁZ, Anádja M. G. *Teorias implícitas dos estudantes de pedagogia sobre a docência nos anos do ensino fundamental*. 2006. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRAZ, Shirley Lima da Silva. Recepção lingüística: o caso dos neologismos lexicais. *Cadernos do CNLF - (CiNLFil)*. V-VIII, p. 192-200, 2004.

BREZEZINSKI, Iria. *A formação do professor para o início de escolarização*. Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987.

CABANELLAS, Guillermo. *Diccionario de Derecho Usual*. Buenos Aires: Heliasta, 1972.

CAMARGO, Ana M. de A. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. Separata de: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1971, Campinas, *Anais...* Campinas, 1971.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas AS, 1986,

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. *História & Perspectiva*, Uberlândia, EDUFU/Curso de História, n. 4, p. 131-139, jan./jun. 1991.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPRI, Roberto. *O municipio de Uberabinha- Minas: physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes*. São Paulo: Capri; Andrade & Cia Editores, 1916.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *Imprensa e educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha-MG, 1905-1922)*. 1999. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

CARVALHO, Carlos H.; ARAÚJO, José C. S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 67-89.

CARVALHO, Luciana Beatriz de O. Bar de. *A configuração do grupo escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG, 1911-1929)*. 2002. Dissertação

(Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CATANI, Denise Bárbara. A imprensa periódica educacional: As revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez., 1996.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMPARATO, Fábio Conder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

COSTA, Messias. *A educação nas constituições do Brasil: dados e direções*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORTES, Dinorah. *Biografia da Professora Alice da Silva Paes*. Uberlândia. Acervo da Escola Estadual Professora Alice Paes, 1966.

CUNHA, Maria Isabel. Profissionalização docente: contradição e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CUNHA, Maria Isabel da (Org.). *Desmistificando a profissionalização do magistério*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação: católicos e liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO, Osmar. A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 2. ed. rev. ampl. Campinas-SP: Autores Associados, 2001a. p. 5-30.

_____. A educação na revisão constitucional de 1926. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988*. 2. ed. rev. ampl. Campinas-SP: Autores Associados, 2001b. p. 81-107.

_____. *Cidadania Republicana e Educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001c.

D'ARAÚJO, Maria C. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

DURKHEIM, Emílie. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESTEVE, José Manuel. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano M.; PEIXOTO, Anamaria Casasanta (Org.). Secretaria de Estado da Educação. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*. SE/GOVERNO DE MINAS. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FENELON, Déa R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 6, p. 5, Jan./ Jun. 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0*. v.1.1. 2004. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Liliana Soares. *Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental*. 2006. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FONSECA, Selva G.; BORGES, Vilmar José; SILVA JÚNIOR, Astrogildo F. Ensinar Geografia e História: relações entre sujeitos, saberes e práticas. In: FONSECA, Selva G. (Org.). *Currículos, saberes e culturas escolares*. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2007. p. 31-59.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Direito Constitucional: teoria da Constituição*. As constituições do Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GATTI JÚNIOR, Décio. História da Educação: consolidação da pesquisa nacional e ampliação dos espaços de divulgação científica. *Revista Educação e Filosofia*. v. 18, n. especial, p. 5-22, mai. 2004.

_____; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção memória da educação).

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *Uma genealogia de práticas educativas na província de São Paulo: 1836-1876*. 2001. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. v I e II.

GIL VILLA, FERNANDO. *Crise do professorado: Uma análise crítica*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GIMENO, José. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio. (Org.). *Profissão professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991. p. 61-90.

GONÇALVES NETO, Wenceslau et al. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, n. 6, 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (Org.). *Novos temas em História da Educação brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002

_____. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 197-225.

_____. O poder municipal e o desenvolvimento da educação em Uberabinha, MG, 1892-1905. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa-PB. *Anais...* João Pessoa-PB, 2003a. p. 4. 1 CD-ROM.

_____. Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha. *Cadernos História da Educação*, Uberlândia, n. 2, p. 59-66, dez. 2003b.

_____. História e memória da educação: a organização do sistema escolar em Uberabinha, MG, no final do século XIX. *Revista História da Educação*, Pelotas, UFPel/ASPHE, v. 9, n. 17, p. 137-156, abr. 2005.

_____. O município pedagógico: proposta de uma nova categoria para a compreensão da história da educação brasileira no final do século XIX. In: JORNADA DA HISTEDBR, 5., História, Sociedade e Educação no Brasil, Sorocaba, SP, *Anais...* UNISO, 9 a 12 de maio de 2005, 16p. 1 CD-ROM.

_____. CARVALHO, Carlos Henrique. O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI Jr., Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção de novas investigações*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 263-294.

_____. Município pedagógico. CAMPINAS-SP: UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegador/glossário/veb_c_municipio_pedagogico.htm>. Acesso em: 30 ago. 2007.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A escola normal em Minas Gerais. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*. SE/Governo de Minas. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001, p. 18-31.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. As transformações econômicas do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. *História & Perspectivas*, Uberlândia, UFU/Curso de História, n. 4, p.7-35, jan./jun., 1991.

HARGREAVES, Andy. *Profesorado, cultura y postmodernidad* (cambian los tiempos, cambia el profesorado). 4 ed. Madrid, Es.: Morata, 2003.

HOUAISS, Antonio. *DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente profissional: forma-se para a mudança e a incerteza*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *A monografia na universidade*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, SBHE, n. 1, p 9-43, jan./jun. 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *O nascimento do saber científico*. In: _____. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MACHADO, Maria Clara T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. *História & Perspectiva*, Uberlândia, UFU/Curso de História, n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas-SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Apontamentos para a história da instrução pública em Braga: as actas da Junta Escolar (1881-1892)*. Braga, Portugal. Bracara Augusta, v. XLIV, p. 145-165, 1993. (SEPARATA).

_____. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. *A construção de um município pedagógico - o caso Vimioso*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004a. (mimeo)

MARTINEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. *Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação*. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, MG, 16-19 out. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1295--Int.rtf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. *A História da Formação Docente: a singularidade da Escola Normal, Rio Verde, Go (1933-1972)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda. Formação docente enquanto desenvolvimento profissional. In: MONTEIRO, Filomena M. Arruda; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (Org.). *Profissionais da Educação: políticas, formação e pesquisa*. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – ANPED. Campo Grande: EdUFMT, 2006. p. 65-74.

MOACYR, Primitivo. *O Ensino Público no Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

_____. *A Instrução e o Império – 1823-1853*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (v. 1)

_____. *A Instrução e o Império – 1854-1888*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1937. (v. 2)

_____. *A Instrução e as Províncias – 1834-1889*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (v. 3)

_____. *A Instrução e a República* – 1890-1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. (v. 1)

_____. *A Instrução e a República* – 1892-1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941a. (v. 2)

_____. *A Instrução e a República* – 1900-1910. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941b. (v. 3)

_____. *A Instrução e a República* – 1911-1924. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941c. (v. 4)

MOURA, Antonio Pádua. *A vocação mineira do Triângulo. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*. Disponível em: <<http://www.tratosculturais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=93>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

_____. *O Ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1962.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC/SP, São Paulo, EDUC, p. 7-28, dez. 1993.

NÓVOA, António. *Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)*. Lisboa Codex: Universidade Técnica de Lisboa/ISEF, 1986.

_____. (Org.). *Profissão Professor*. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1991.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*. n. 4. 1991a.

NUNES, Clarice. O ensino da história da educação e a produção de sentidos na sala de aula. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 6, p. 115-158, jul./dez. 2003.

PACHECO, Ártemis Barbosa. *Trajetórias docentes dos terapeutas ocupacionais no Centro Universitário Metodista/IPA (1980-2006)*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEZZUTI, Pedro (Cônego). *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A Educação Mineira no Estado Novo. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação. SE/GOVERNO DE MINAS*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

PIMENTEL, Alessandra. *Jogo e desenvolvimento profissional: análise de uma proposta de formação continuada de professores*. 2004. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. A escola de aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: Secretaria de Estado da Educação. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação. SE/GOVERNO DE MINAS*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

RAGAZZINI, Dário. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 19, 2001.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Antonieta Villela e o ideal feminista*. Uberlândia: Lions Clube Uberlândia Antonieta Villela, [s.d.].

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÁ, Patrícia Teixeira de. *A socialização profissional de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

_____. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção de novas investigações*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 7-31.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. doi: 10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 28 jun 2009.

_____; VALDEMARIN, Vera Teresa. *Método Intuitivo*. Campinas, SP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm>. Acesso em: 19 mar. 2008.

SOARES, Beatriz R. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. 1995. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação dos Professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88. mai./ago. 2000.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. (v. 1)

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda, 1970. (v. 2)

TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961. v. IV.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: Secretaria de Estado da Educação. *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação. SE/GOVERNO DE MINAS*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. p. 49-65.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza. Reflexões sobre um projeto ético para os profissionais da Educação. In: _____. *Caminhos da profissionalização do Magistério*. Campinas-SP: Papyrus, 1998. p. 153-176.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A educação na constituinte de 1890-1891 e na Revisão Constitucional de 1925-1926. Comentários. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Educação nas Constituintes Brasileira 1823-1988*. 2. ed. rev. ampl. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1911.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: _____. SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 107-116.

_____. FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, 2003.

_____. FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, p. 37-38, jul. 2003.

VIEIRA, Flávio César Freitas. Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923-1927). In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 6 a 9 maio 2003, Uberlândia-MG. *Anais...* Uberlândia: Faculdade de Educação (FACED/UFU), 2003. 1 CD-ROM.

_____. *Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

_____. CARVALHO, Carlos Henrique. *Movimentos educacionais em Uberabinha: entusiasmo educacional e otimismo pedagógico (1919-1930)*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA, 5., 20 a 24 ago. 2001. Campinas-SP, Faculdade de Educação, UNICAMP. *Anais...* Campinas-SP: UNICAMP, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Educação e o movimento de transformação social: Uberabinha (1919-1930). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., e MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5., 28 a 31 ago. 2001. Ouro Preto, Centro de Artes e Convenções da UFOP. *Anais...* Ouro Preto: UFOP, 2001. p. 74.

_____. Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923-1927). CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 6 a 9 maio 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Faculdade de Educação/UFU, 2003. 1 CD-ROM.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. *Didática: temas selecionados*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 33-35.

VILELLA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2008. p. 29-45.

WEBER, Max. *Ciência e política*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.